



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

KAIRO DA SILVA SANTOS

TOPONÍMIA E GEOGRAFIA: NOVOS CAMINHOS PARA O ESTUDO CRÍTICO DA  
NOMEAÇÃO DOS LUGARES

Rio de Janeiro  
2023

KAIRO DA SILVA SANTOS

TOPONÍMIA E GEOGRAFIA: NOVOS CAMINHOS PARA O ESTUDO CRÍTICO DA  
NOMEAÇÃO DOS LUGARES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de doutor em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes.

Coorientador: Prof. Dr. Matheus da Silveira Grandi

Rio de Janeiro

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

S237t Santos, Kairo da Silva  
TOPONÍMIA E GEOGRAFIA: NOVOS CAMINHOS PARA O  
ESTUDO CRÍTICO DA NOMEAÇÃO DOS LUGARES / Kairo da  
Silva Santos. -- Rio de Janeiro, 2023.  
230 f.

Orientador: Paulo Márcio Leal de Menezes.  
Coorientador: Matheus da Silveira Grandi.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Toponímia Crítica. 2. Geografia. 3. Nomeação dos  
Lugares. 4. Geografia Histórica. 5. Políticas  
Escalares Toponímicas. I. Menezes, Paulo Márcio Leal  
de, orient. II. Grandi, Matheus da Silveira,  
coorient. III. Título.

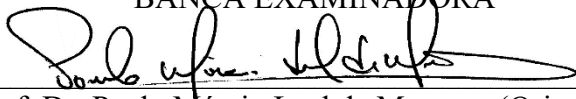
KAIRO DA SILVA SANTOS

TOPONÍMIA E GEOGRAFIA: NOVOS CAMINHOS PARA O ESTUDO CRÍTICO DA  
NOMEAÇÃO DOS LUGARES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de doutor em Geografia.

Aprovada em: 01/03/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes (Orientador)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Matheus da Silveira Grandi (Coorientador)  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP)

Prof. Dr. André Reyes Novaes  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Maria Duarte dos Santos  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. Manoel do Couto Fernandes  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

## AGRADECIMENTOS

Não tenho dúvidas que este é, até o momento em que escrevo estas linhas, o texto mais longo e mais desafiador que me propus a escrever. Por maior que seja a afinidade e interesse que possuo pelo tema, o desafio desta jornada foi manter a motivação, a coerência e o tempo sob algum controle. Meu maior legado pessoal foi, primeiro, compreender que infelizmente nem sempre a conclusão de um trabalho se adequa aos prazos; e segundo, escrever uma tese sozinho é na verdade compartilhar os prazeres e angústias desse processo com outras pessoas. Assim, não seria justo findar essa etapa sem agradecer de forma direta e indireta aqueles que participaram desse período.

Em primeiro lugar, no plano ancestral e espiritual, agradeço a proteção e os ensinamentos daqueles que me acompanham e me dão os bons caminhos para percorrer (Laroiê, Exu!), a serenidade para buscar as respostas (Epà Bàbá!), a força para as batalhas do cotidiano (Kaô Kabecilê!) e a calma nos momentos de tempestades (Ora iê iê ô!).

A minha companheira Danielle e aos meus familiares, não tenho palavras para agradecer. Entre os momentos difíceis e os rompantes de alegria, muito ocorreu para que chegássemos aqui e ao fim. Digo “chegássemos”, pois sem as conversas, as trocas e as inúmeras explicações nos momentos mais diversos, insights e outras ideias não estariam presentes ao longo dessas páginas. Faltariam páginas para expressar meu amor e gratidão por vocês.

Sou muito grato ao meu orientador de longa data, o professor Paulo Menezes, por mais uma vez aceitar orientar a utopia acadêmica que vislumbrei entre geografia, toponímia e cartografia. Seu incentivo e parceria ao longo desses 12 anos foram um importante pilar acadêmico para se chegar aqui. Ao meu coorientador, o professor Matheus Grandi, que embarcou mais recentemente nessa jornada, muito obrigado por aceitar coorientar uma tese com este tema. Ao fim, acredito que foi possível compreendermos a proximidade de algo que parecia estar distante de nossas formações. Nossas conversas, ideias e trocas a respeito da vasta bibliografia que incorporei nesta pesquisa foram fundamentais para a sua conclusão.

Aos amigos do GeoCart e da vida, muito obrigado pelas trocas e discussões para além dos temas dessa tese. Muitos trabalhos em que pude participar e coorientar ao longo desses últimos anos também são parte desta pesquisa. Nos cafés em pé na cozinha, nas mesas redondas dos congressos e nas lamentações sobre a vida acadêmica, conversas por vezes que se apresentavam como um bate-papo foram frutíferas para construir diversos trabalhos que, somados a esta pesquisa, formaram um pesquisador um pouco mais maduro.

Agradeço as diferentes instituições que forneceram uma grande parte dos documentos e mapas utilizados na pesquisa. Em Teresópolis, agradeço ao Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Teresópolis, na figura do funcionário Rafael e a Biblioteca Municipal de Teresópolis por fornecer livros e cópias de referências bibliográficas importantes. Em Petrópolis, agradeço aos funcionários do Arquivo Público Municipal e da Biblioteca do Museu Imperial pela recepção e fornecimento de documentos e mapas históricos. Também estão presentes nessa lista acervos do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em todos estes espaços agradeço a receptividade dos funcionários que me receberam com presteza, atenção e paciência para realizar as pesquisas e cópias do material necessário.

Por fim, menciono que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Sabemos muito mais do que podemos falar, entretanto quase chegamos a acreditar que o que falamos é tudo o que sabemos” (YI-FU TUAN).

## RESUMO

O estudo dos topônimos e da nomeação dos lugares é objeto antigo das ciências humanas, perpassando diferentes campos do conhecimento. Nesta tese, o objetivo principal é analisar o processo de nomeação do espaço, em perspectiva sincrônica-diacrônica, com base na elaboração de um quadro metodológico que congregue os conceitos de contexto, espacialidade e escalaridade. O debate teórico está entorno dos conceitos de escala, tempo e espaço, fundamentais para embasar as noções de escalaridade, espacialidade, contextos e formas simbólicas espaciais. Esse arcabouço sedimenta a busca pela construção de uma abordagem metodológica ainda pouco explorada nos estudos da toponímia no campo da geografia. Compreendida pela perspectiva das formas simbólicas espaciais, a nomeação nas cidades de Petrópolis e Teresópolis são o arcabouço empírico para o desenvolvimento de quadros toponímicos para análise dos topônimos encontrados em mapas e documentos ao longo dos séculos XIX e XX. As políticas escalares toponímicas são ações sistemáticas de intervir no espaço a partir da toponímia, na qual diferentes agentes (re)produzem significados com base nas memórias presentes nos nomes geográficos. Sua concepção foi fundamental para articular, junto aos quadros toponímicos, uma interpretação crítica do processo de nomeação ocorrido na área de estudo. Observou-se que a cada contexto, reformulado por aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, os topônimos sofreram algum tipo de intervenção. Cada intervenção, considerada de forma isolada ou em conjunto, associou-se a (re)construção de diferentes narrativas com base nas memórias preservadas ou erradicadas. Concluiu-se que esse é um movimento de (re)produção do espaço que vai para além da mudança da forma e impacta diretamente a tríade processo-forma-significados.

**Palavras-chave:** Nomeação dos lugares. Toponímica Crítica. Geografia Histórica. Políticas Escalares Toponímicas. Escala.



## ABSTRACT

The study of place names and place naming is an ancient subject within the humanities, spanning different fields of knowledge. The main objective of this thesis is to analyze the process of naming space from a synchronous-diachronic perspective, based on the development of a methodological framework that brings together the concepts of context, spatiality, and scalarity. The theoretical debate revolves around the concepts of scale, time, and space, which are fundamental to underpin the notions of scalarity, spatiality, contexts, and spatial symbolic forms. This framework underpins the search for the construction of a methodological approach that has been little explored in the studies of toponymy in the field of geography. Understood from the perspective of spatial symbolic forms, the place naming of the cities of Petrópolis and Teresópolis is the empirical framework for developing toponymic frameworks for analyzing toponyms found in maps and documents throughout the 19th and 20th centuries. Toponymic scalar policies are systematic actions of intervening in space through toponymy, in which different agents (re)produce meanings based on the memories present in geographical names. Its conception was fundamental to articulate, along with the toponymic frameworks, a critical interpretation of the naming process that occurred in the study area. It was observed that in each context, reformulated by political, economic, social, and cultural aspects, the toponyms underwent some kind of intervention. Each intervention, considered individually or together, was associated with (re)construction of different narratives based on memories preserved or eradicated. It was concluded that this is a movement of (re)production of space that goes beyond the change of form and directly impacts the process-form-meanings triad.

**Keywords:** Place naming. Critical toponym. Historical geography. Toponymy scalar politics. Scale.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DOS TRABALHOS EM TOPONÍMIA.....	28
FIGURA 2 - SÍNTESE DA METODOLOGIA DE PESQUISAS.....	31
FIGURA 3 - PARTE DA LISTA DE ARTIGOS SELECIONADOS PARA LEITURA APRESENTADA NO APÊNDICE A.....	33
FIGURA 4 - SÍNTESE DO PAPEL DA DISCUSSÃO DA ESCALA NO PROCESSO DE NOMEAÇÃO DO ESPAÇO.....	95
FIGURA 5 - "PLANTA DA CIDADE DE S. SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO [...]" PRODUZIDA EM 1808, APRESENTANDO A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E A ÁREA CONSTRUÍDA.....	102
FIGURA 6 - MAPA DE 1890 APRESENTANDO CIDADES, VILAS, FREGUESIAS E OUTRAS OCUPAÇÕES HUMANAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	106
FIGURA 7 - PLANTA DE PETRÓPOLIS OU KOELER, EM 1846, COM DESTAQUE A PARTE DOS PRAZOS DE 1ª CLASSE. SÃO PRAZOS COM O MENOR TAMANHO, PRÓXIMO AO PALACIO IMPERIAL.....	113
FIGURA 8 - IMPERIAL CIDADE DE PETRÓPOLIS E OS QUARTEIRÕES COLONIAES [...]" A PLANTA APRESENTA O SURGIMENTO DE OUTROS QUARTEIRÕES, ANTES NÃO MOSTRADOS EM 1843/46.....	114
FIGURA 9 - MAPA COM AS PRINCIPAIS ATIVIDADES INDUSTRIAIS ENCONTRADAS EM PETRÓPOLIS ATÉ 1950. DESTAQUE PARA O SETOR TÊXTIL. ADAPTADO DE MAGALHÃES (1966).....	118
FIGURA 10 - CARTA GEOGRAPHICA DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO COPIADA NO REAL ARCHIVO MILITAR COM DESTAQUE, AO NORTE DA PROVÍNCIA, PARA O VAZIO DE REPRESENTAÇÕES NA ÁREA DE TERESÓPOLIS.....	121
FIGURA 11 - LITOGRAFIA COLORIDA DA SERRA DO ORGAOS - CABEÇA DO FRAILE. AUTOR JONATHAN NEEDHAM, 1850-1874. LONDON [LONDRES, INGLATERRA]: THE MCLEAN, [18--].	123
FIGURA 12 - AS FOTOGRAFIAS DO SÉCULO XIX APRESENTAM ALGUNS ARRUAMENTOS E CASAS EM UMA DAS PRINCIPAIS VIAS DA CIDADE ATUALMENTE. AO FUNDO, LADO DIREITO SUPERIOR, É POSSÍVEL OBSERVAR A CABEÇA DO FRADE E O DEDO DE DEUS.....	127
FIGURA 13 - PLANTA DA CIDADE DE TERESÓPOLIS, NO ANO DE 1855, COM A DEMARCAÇÃO DE LOTES DE TERRA. DESDE ENTÃO, A PLANTA ENCONTRA-SE EM ACERVO PARTICULAR E NÃO FOI DISPONIBILIZADA.....	128
FIGURA 14 - PLANTA DO TERRENO OFERECIDO EM THERESOPOLIS A.S.M.I BEM COMO PRAZOS [LOTES] E RUAS QUE CIRCULÃO O MESMO TERRENO. COLEÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICA BRASILEIRO REPRODUZIDA EM FERREZ (1970. p.93).....	129
FIGURA 15 - REPRODUÇÃO (AO CENTRO) DA ÁREA COM LOTES E PRAZOS PARA AFORAMENTO PERPÉTUO, REPRESENTADOS NA PLANTA DE 1855 (À ESQUERDA). A TERCEIRA IMAGEM, A DIREITA, APRESENTA O CURSO DO RIO PAQUEQUER E A ÁREA OCUPADA ATUALMENTE, NO CENTRO DA CIDADE DE TERESÓPOLIS.....	130
FIGURA 16 - "PLANTA DA CIDADE DE THEREZOPOLIS" EM 1896. SUA ELABORAÇÃO ESTÁ ATRELADA A TENTATIVA DE TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DA PROVÍNCIA PARA A CIDADE.....	133
FIGURA 17 - SÍNTESE SOBRE O PASSADO DAS CIDADES DE PETRÓPOLIS E TERESÓPOLIS.....	138
FIGURA 18 - GEORREFERENCIAMENTO DO MAPA DE PETRÓPOLIS, ANO DE 1949/50. NA IMAGEM, NOTA-SE O NOVO POSICIONAMENTO DO MAPA, AGORA SOB UMA BASE DE DADOS CARTOGRÁFICA ATUAL.....	144
FIGURA 19 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS MAPAS TOPONÍMICOS.....	145
FIGURA 20 - A ESQUERDA, TABELA DE ATRIBUTOS DENTRO DO SOFTWARE QGIS. A DIREITA, TABELA EM FORMATO XLSX COM OS DADOS EXTRAÍDOS DE CADA MAPA POR COLUNAS.....	146
FIGURA 21 - TOPÔNIMOS CLASSIFICADOS SEGUNDO AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS EMPREGADAS EM UM DADO CONTEXTO.....	148
FIGURA 22 - ESQUEMA DA CONCEPÇÃO DO QUADRO TOPONÍMICO, APRESENTANDO OS NOMES DE UM LUGAR EM RELAÇÃO A UM DADO PERÍODO DO TEMPO E SUA MODIFICAÇÃO EM ÉPOCAS POSTERIORES.....	151

FIGURA 23 - ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DO TEMPO E DO ESPAÇO.....	153
FIGURA 24 - IMBRICAMENTO CONCEITUAL ENTRE ESPAÇO, TEMPO E AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS NA ANÁLISE DA NOMEAÇÃO DO LUGAR. ....	154
FIGURA 25 - CONCEPÇÃO DOS MAPAS TOPONÍMICOS, APRESENTANDO A DINÂMICA DAS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS AO LONGO DE CADA CONTEXTO.....	155
FIGURA 26 - QUADRO DE ANÁLISE DA PESQUISA, A PARTIR DA DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	159
FIGURA 27 - QUADRO COM AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DE PETRÓPOLIS, PARTE 1. .....	164
FIGURA 28 - QUADRO COM AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DE PETRÓPOLIS, PARTE 2. .....	165
FIGURA 29 - MAPA DA CIDADE DE PETRÓPOLIS, REPRESENTANDO AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DURANTE O PRIMEIRO CONTEXTO.....	171
FIGURA 30 - MAPA DA CIDADE DE PETRÓPOLIS, REPRESENTANDO AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DURANTE O SEGUNDO CONTEXTO.....	173
FIGURA 31 - MAPA DA CIDADE DE PETRÓPOLIS, REPRESENTANDO AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DURANTE O TERCEIRO CONTEXTO. ....	175
FIGURA 32 - QUADRO COM AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DE TERESÓPOLIS, PARTE 1. .....	177
FIGURA 33 - QUADRO COM AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DE TERESÓPOLIS, PARTE 2. .....	178
FIGURA 34 - MAPA DA CIDADE DE TERESÓPOLIS, REPRESENTANDO AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DURANTE O PRIMEIRO CONTEXTO.....	182
FIGURA 35 - MAPA DA CIDADE DE TERESÓPOLIS, REPRESENTANDO AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DURANTE O SEGUNDO CONTEXTO.....	184
FIGURA 36 - MAPA DA CIDADE DE TERESÓPOLIS, REPRESENTANDO AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS DURANTE O TERCEIRO CONTEXTO. ....	186

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE ARTIGOS POR TERMOS DE BUSCA. ....	34
TABELA 2 - NÚMERO DE ARTIGOS POR TERMO DE BUSCA E GRAU DE PERTINÊNCIA. ....	35
TABELA 3 - NÚMERO DE ARTIGOS POR ÁREA DE ABORDAGEM E SUBCAMPOS TEÓRICO-METODOLÓGICA. ....	36
TABELA 4 - QUANTIDADE DE ARTIGOS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA. ....	39
TABELA 5 - NÚMERO DE HABITANTES NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS DO GOVERNO BRASILEIRO. ....	119
TABELA 6 - RELAÇÃO DE PESSOAS ESCRAVIZADAS EM POSSE DE GEORGE MARCH COLOCADAS EM LEILÃO, SEGUNDO ANÚNCIO NO JORNAL DO COMMERCIO DE 24 DE SETEMBRO DE 1845. ....	124
TABELA 7. NÚMERO DE HABITANTES NO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS DO GOVERNO BRASILEIRO. ....	135
TABELA 8 - MAPAS UTILIZADOS PARA IDENTIFICAR A TOPONÍMIA DOS LOGRADOUROS DENTRO DAS CIDADES. ....	143
TABELA 9 - DOCUMENTOS COM REFERÊNCIA A TOPONÍMIA DAS CIDADES DE PETRÓPOLIS E TERESÓPOLIS.....	146
TABELA 10 - NÚMERO DE LOGRADOUROS EM PETRÓPOLIS COM NOMES ASSOCIADOS. ....	162
TABELA 11 - NÚMERO DE LOGRADOUROS EM TERESÓPOLIS COM NOMES ASSOCIADOS. ....	162

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1.1</b>	<b>Hipótese e o problema</b> .....	18
<b>2</b>	<b>NOMEAR OS LUGARES, NOMES DOS LUGARES: OS NOMES GEOGRÁFICOS E A GEOGRAFIA</b> .....	23
<b>2.1</b>	<b>Toponímia e geografia: um resgate do campo e algumas questões</b> .....	25
<b>2.2</b>	<b>Os estudos toponímicos: a produção sobre nomes geográficos como objeto de estudo</b> .....	29
2.2.1	Uma busca pelos nomes .....	31
<b>2.3</b>	<b>Um panorama da temática</b> .....	33
<b>2.4</b>	<b>A guisa de uma sistematização: a produção em uma leitura aprofundada</b> .....	36
<b>2.5</b>	<b>Apontamentos para as bases geográficas nos estudos toponímicos</b> .....	43
2.5.1	O nome do lugar e sua posição no estudo toponímico .....	44
2.5.2	A nomeação e os nomes: bases geográficas .....	46
<b>3</b>	<b>NOMES, SIGNIFICADOS E O ESPAÇO: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO E A NOMEAÇÃO DOS LUGARES</b> .....	50
<b>3.1</b>	<b>O espaço e a produção simbólica dos lugares</b> .....	51
3.1.1	Uma contribuição a partir de Ernst Cassirer .....	55
<b>3.2</b>	<b>A geografia histórica: espaço e tempo de outrora</b> .....	60
3.2.1	A periodização na análise das cidades .....	62
<b>3.3</b>	<b>Formas simbólicas, memórias e narrativas: símbolos e significados como elementos da diferença</b> .....	65
3.3.1	A memória como construção da narrativa toponímica .....	66
3.3.2	As formas simbólicas espaciais no contexto dos topônimos .....	70
3.3.3	Espaço, tempo e topônimos: apontamentos necessários .....	73
<b>4</b>	<b>ESCALAS, ESCALARIDADE E AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS</b> .....	74
<b>4.1</b>	<b>Uma breve discussão sobre escalas na geografia</b> .....	76
4.1.1	O debate anglófono e algumas contribuições nacionais .....	77
4.1.2	Breve nota das contribuições de geógrafos brasileiros .....	85

<b>4.2</b>	<b>Políticas escalares e toponímia: pensando a nomeação como um processo</b>	87
4.2.1	Políticas escalares toponímicas: uma proposição	90
<b>5</b>	<b>TERESÓPOLIS E PETRÓPOLIS: A SUBIDA DA SERRA, OS PRIMEIROS NÚCLEOS DE POVOAMENTO E A FORMAÇÃO DAS CIDADES</b>	98
<b>5.1</b>	<b>Uma perspectiva da província do Rio de Janeiro no século XIX</b>	100
<b>5.2</b>	<b>O Rio de Janeiro no início do século XX</b>	105
<b>5.3</b>	<b>A cidade de Petrópolis</b>	109
5.3.1	Petrópolis: da Cidade Imperial à República do Brasil	109
5.3.2	Uma cidade Imperial essencialmente republicana	116
<b>5.4</b>	<b>A cidade Teresópolis</b>	120
5.4.1	Do Sertão à Freguesia: bases de ocupação do território	120
5.4.2	A Freguesia de Santo Antonio do Parquequer: o imaginário de um recanto na serra	126
5.4.3	De capital da província ao esquecimento de décadas: a calma no imaginário do século XX	134
<b>5.5</b>	<b>Por cem anos de caminhos distintos: faces de uma mesma moeda</b>	136
<b>6</b>	<b>UMA ABORDAGEM DA NOMEAÇÃO PELA GEOGRAFIA</b>	141
<b>6.1</b>	<b>Referencial teórico e metodológico: uma abordagem da nomeação do espaço geográfico</b>	141
<b>6.2</b>	<b>A nomeação e uma proposta de abordagem</b>	148
6.2.1	As partes do quadro: categorias de análise do processo de nomeação	150
6.2.2	A motivação toponímica e a análise dos significados	156
<b>7</b>	<b>RESULTADO E ANÁLISES SOBRES AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS</b>	161
<b>7.1</b>	<b>Apresentação dos quadros toponímicos</b>	163
7.1.1	A cidade de Petrópolis	163
7.1.2	As políticas escalares de nomeação e a espacialidade	170
7.1.3	A cidade de Teresópolis	176
7.1.4	As políticas escalares de nomeação e a espacialidade em Teresópolis	181
<b>7.2</b>	<b>Dos quadros a análise das nomeações: apontamentos e questões</b>	187

7.2.1	Sobre os significados e as espacialidades .....	188
7.2.2	Os contextos e a influência nas dinâmicas das nomeações .....	191
7.2.3	A tríade conceitual: base do quadro toponímico .....	192
7.2.4	Nomeação e produção de significados .....	194
<b>8</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	197
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	202
	<b>APÊNDICE A – LISTA DE ARTIGOS SELECIONADOS PARA A LEITURA, SEGUNDO OS PERIÓDICOS ELEGÍVEIS</b> .....	212
	<b>ANEXO 1 – PLANTA DO TERRENO OFFERECIDO EM THEREZOPOLIS A.S.M.I.[...] .....</b>	219
	<b>ANEXO 2 – PLANTA THEREZOPOLIS 1855 - TERRENOS DADOS PARA AFORAMENTO PERPÉTUO POR POLYCARPIO MAGALHÃES ALVARES D’AZEVEDO</b> .....	220
	<b>ANEXO 3 - PLANTA DA CIDADE DE THEREZOPOLIS, 1896</b> .....	221
	<b>ANEXO 4 - PLANTA DA FAZENDA DE STª ROSA &amp; TERRENOS ADJACENTES, 1926</b> .....	222
	<b>ANEXO 5 - PLANTA DA CIDADE DE TERESÓPOLIS – 1º DISTRITO, 1938</b> .....	223
	<b>ANEXO 6 - PLANTA DA CIDADE DE TERESÓPOLIS, 1951</b> .....	224
	<b>ANEXO 7 - PLANTA PETRÓPOLIS, 1846</b> .....	225
	<b>ANEXO 8 - IMPERIAL CIDADE DE PETRÓPOLIS, 1861</b> .....	226
	<b>ANEXO 9 - ATLAS DO BRAZIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1909</b> .....	227
	<b>ANEXO 10 - PLANTA DA CIDADE DE PETRÓPOLIS, 1920</b> .....	228
	<b>ANEXO 11 - PLANTA DA CIDADE DE PETRÓPOLIS, 1940/1945</b> .....	229
	<b>ANEXO 12 - PLANTA PETRÓPOLIS, 1949/1950</b> .....	230

## 1 INTRODUÇÃO

As linguagens são um meio de expressão de identidade que vem sendo utilizada desde o início da existência humana, manifestada por meio da escrita ou da fala. Praticamente é inconcebível imaginar uma sociedade humana sem a utilização de diferentes formas de expressão, das mais básicas as mais sofisticadas. Através das linguagens se solidificam as relações entre os grupos, as expressões e as imposições de seus valores e memórias, tal como a sua capacidade de apropriar-se do espaço através de símbolos diversos.

A necessidade de se comunicar faz da linguagem um importante elemento no processo de transmitir ideias, sentimentos, valores e símbolos. Para Cosgrove (2000, p.39) “a comunicação é o alicerce da intersubjetividade, ou seja, os valores e crenças compartilhados constituem a imaginação coletiva e definem a cultura não-material”. As formas de comunicação são múltiplas e dinâmicas, marcando de forma única o espaço e o tempo uma vez que a linguagem desempenha papel simbólico importante em nossas relações com o mundo. Os nomes dos lugares são um exemplo dessas marcas. A nomeação do espaço é um processo que envolve identificação, localização e apropriação simbólica por um determinado grupo social para diferentes fins.

Dentro do campo da geografia cultural renovada, a partir da década de 1970, os geógrafos têm buscado compartilhar o mesmo objetivo de “descrever e entender as relações entre a vida humana coletiva e o mundo natural, as transformações produzidas por nossa existência no mundo da natureza e, sobretudo, os significados que a cultura atribui à sua existência e às relações com o mundo natural” (COSGROVE, 2000, p.34). Assim, são abertas as portas para uma perspectiva interpretativa de se estudar os topônimos e a nomeação dos lugares.

A partir de uma nova assimilação de cultura, os geógrafos passam a trabalhar a percepção desta como mapas de significados (JACKSON, 1989). Por sua vez, a geografia cultural tem sido vista como a ciência para qual adotar-se-á a explicação interpretativa, que privilegia o significado que instituições, ações, imagens, alocações, eventos e costumes têm para os seus proprietários. Quando este processo se torna claro, instituem-se as bases para a busca por explicações para a ordem social e para as mudanças históricas (GEERTZ, 1997; CORRÊA, 2007).

A mencionada renovação na geografia cultural, reconhecendo a pluralidade da cultura em oposição a uma visão unitária, trouxe à tona a possibilidade de estudos temáticos que antes não tinham campo dentro desta área. Alguns temas, por sua vez, ganharam adesão pelos



pesquisadores a partir de uma abordagem interpretativa, principalmente a partir da década de 1970, quando a dimensão do urbano foi incorporada aos estudos dos geógrafos culturais (CORRÊA, 2006).

Nos estudos urbanos, no âmbito da geografia cultural, Corrêa (2014) destaca a toponímia como um importante campo a ser pesquisado. Os topônimos participam ativamente do processo de apropriação do espaço por um dado grupo social, servindo como marca cultural e poderosos elementos identitários. No urbano, a nomeação dos espaços públicos toma uma dimensão mais próxima do cotidiano das pessoas e evidencia a relação de um grupo com o espaço através da cultura. Transitar pelas ruas de uma cidade é uma atividade que pode levar a questionar, aguçando a curiosidade, os porquês de um nome dado a uma rua, uma praça ou de um bairro.

Nomear os diferentes objetos geográficos e porções do espaço faz parte da atividade humana desde seus primeiros agrupamentos, tendo como finalidade a identificação, localização e locomoção pelo espaço (CLAVAL, 2014). Nessas primeiras sociedades, a toponímia constituiu-se em uma grade de saberes toponímicos sobre o espaço, permitindo compartilhar o conhecimento sobre uma porção do território através da linguagem falada, escrita e, posteriormente, dos mapas. É como hoje as pessoas realizam seus deslocamentos diários: utilizando mapas analógicos ou digitais, mas também através da orientação dos nomes, seguindo direções e sentidos que já estão, ou poderão a vir fazer parte, nas representações mentais desses indivíduos.

A toponímia deriva de diferentes ensejos e trabalha com as dimensões de valores, significados, símbolos, localização, identificação entre outras e, assim, “articula linguagem, política territorial e identidade” (CORRÊA, 2014, p.176). Um caso emblemático da articulação dessas dimensões é abordado por Santos (2017, p.84), ao capturar as diferentes nomeações atribuídas as principais avenidas da cidade de Teresópolis ao longo do século XIX. A Avenida Amazonas, nome atribuído sob a justificativa de suposta neutralidade na ideia das homenagens, logo deu lugar a personagens da política provincial como Lúcio Meira e Feliciano Sodré.

Corrêa (2008) nos recorda que o estudo da toponímia se constitui em meio pelo qual a natureza política da geografia cultural é plenamente evidenciada. Esta concepção é importante para, adiante, articular alguns outros aspectos da toponímia e do processo de nomeação dos lugares, ação efetuada por diferentes grupos culturais e que envolve uma política de nomeação toponímica com dimensão escalar (HAGEN, 2011; JONAS, 1994).

Outro ponto dentro da Geografia Cultural que se articula diretamente com os nomes geográficos é o estudo das formas simbólicas. A perspectiva de Cassirer (2001) tem

fundamentado o trabalho de inúmeros geógrafos. Em sua obra o autor afirma que “a base fundamental da teoria da cultura [...] é que a consciência humana é simbólica por natureza” (GIL FILHO, 2012). Gil Filho (2012) nos apresenta que no sistema *cassireriano*, o símbolo é a manifestação da vida humana em sua totalidade e, por conseguinte, a espacialização de nosso tempo interior.

No Brasil, Roberto Lobato Corrêa tornou-se um expoente nas últimas décadas dentro da geografia cultural, explorando diferentes temáticas através do espaço e da cultura. O autor, em *Las formas simbólicas espaciales y política* (2011), realiza um esforço de sistematizar as dimensões culturais e políticas da ação humana no espaço, buscando estabelecer as relações entre as formas simbólicas espaciais e a política. Para trabalhar a toponímia no âmbito da geografia cultural, entendê-la como uma forma simbólica espacial é prerrogativa crucial. As formas simbólicas tornam-se espaciais, aponta Corrêa (2008), quando relacionadas ao espaço, constituem-se em fixos e fluxos, ou seja, localizações e itinerários.

Compreendendo a importância dos nomes dos lugares no cotidiano da sociedade e sua conexão com as discussões conceituais e metodologias da geografia cultural renovada, buscase explorar nesta tese caminhos ainda não percorridos pela geografia nos estudos sobre a toponímia. Partindo da experiência que se tem no campo, com leituras e discussões, tal como em trabalhos publicados anteriormente<sup>1</sup>, uma inquietação observada ao longo dessa trajetória move essa pesquisa.

Embora o processo de nomeação de lugares (como cidades, estados e bairros) pareça resultar em uma escolha cada vez mais limitada de nomes para os espaços públicos das cidades, a produção e reprodução de diferentes espaços pela ação humana gera efeitos singulares em cada local. A atuação singular desses espaços em partes específicas da cidade, por exemplo, pode produzir diferenciações através das memórias e dos símbolos que mobiliza, impactando os topônimos que identificam as diferentes feições desses lugares. Ao mesmo tempo, essas produções individuais fazem parte da construção de uma grade de significados que considera a posição e o conjunto de nomes um ponto crucial na nomeação do espaço. Os significados da nomeação são, portanto, produtos da espacialidade criada pelas memórias que compõem os topônimos escolhidos. Verificar ou refutar essa hipótese requer mais do que estudos de casos isolados, exigindo um método de interpretação coerente capaz de lidar com inúmeras variáveis no tempo e no espaço, fundamentais na formação da grade de saberes toponímicos.

---

<sup>1</sup> Consultar Santos, Menezes e Miraglia (2018), Santos (2017) e Menezes et al (2015).

Tendo a hipótese como ponto de partida, busca-se construir uma abordagem interpretativa que permita analisá-la, afirmando-a ou negando-a, na perspectiva de um olhar geográfico.

### 1.1 Hipótese e o problema

Ao questionarmos o processo de nomeação dos lugares, estamos levantando questões sobre como o espaço é simbolicamente construído por meio da escolha de nomes por diferentes grupos sociais. Portanto, investigar esse processo requer a utilização de metodologias que possam analisar tanto os significados quanto a concepção espacial da grade toponímica. O grande desafio é ter à disposição um arcabouço teórico-metodológico que possa ser utilizado como ferramenta para compreender e analisar como grupos humanos se apropriam e constroem um espaço simbólico com base em suas memórias e símbolos.

Resgatando o debate sobre os métodos na Geografia, veremos que a temática dos nomes geográficos foi tratada de diferentes maneiras ao longo da disciplina, além do que vem sendo proposto recentemente. Porém, o objetivo aqui é contextualizar, a partir de um quadro teórico-conceitual da Geografia Cultural e outras subáreas da Geografia, questões suscitadas para a investigação da tese de doutorado no âmbito do processo de nomeação do espaço.

Os nomes geográficos não são entidades ontológicas, independentes e dadas de forma *a priori* pela natureza. Como apresentado, são fruto da atividade humana de significar, identificar, classificar e, assim, diferenciar objetos e porções do espaço geográfico. O processo de nomeação leva em consideração os aspectos políticos, culturais, simbólicos e funcionais que são mais evidentes para um determinado grupo. Um exemplo interessante, que dialoga com a funcionalidade e simbolismo no espaço, é apresentado por Yeoh (1996), ao tratar do território de Cingapura e as disputas pela nomeação oficial e não-oficial das vias públicas da cidade. Diferentes grupos nomeiam as vias a partir das lógicas que lhes são mais importantes; de um lado, o grupo europeu e a municipalidade, em uma lógica dita racional do espaço, nomeando aos bairros como *clusters* étnicos, a partir de nomes de pessoas com destaque na memória coletiva do grupo social. Na outra ponta, como marco de resistência a esse processo, a população de origem chinesas em conjunto com outros grupos asiáticos utilizam de uma forte lógica de ligação do lugar e suas características, expressos diretamente nos nomes. Essas características remetem ao cotidiano de uso do espaço, suas atividades rotineiras e outros costumes.

Um grupo pode, no processo de ocupação de uma área, utilizar de nomes que remetem a entidades religiosas de sua cultura, designando desta forma o nome de praças, ruas e algumas localidades. Podem dentro dos seus limites territoriais, optar por nomes previamente estabelecidos por comunidades locais, por exemplo, para nomear acidentes geográficos, córregos, rios e lagos; estes já se encontravam no local antes de sua chegada e, aqueles construídos a partir de sua chegada (como os arruamentos de um vilarejo) serão nomeados a partir dos seus saberes e interesses. É o exemplo mais recorrente nas áreas de colonização portuguesa, como o território brasileiro.

No dia a dia, o olhar do observador pode se deparar com a temática dos nomes geográficos em distintas situações, como em uma matéria jornalística, um evento político ou mesmo em sua experiência pessoal com o espaço vivenciado. É dentro desse conjunto de possibilidades que o interesse do autor desperta, conduzindo-o a aprofundar a temática que, de uma simples curiosidade, evolui para uma proposta de pesquisa.

**Como se pensar a interpretação do processo de nomeação dos lugares, e seus desdobramentos, como parte da produção do espaço, a partir de uma perspectiva da Geografia?**

A problemática proposta nesta tese de doutorado é explorar um modelo interpretativo, a partir do arcabouço de distintos campos dentro e fora da geografia, que seja capaz de interpretar o espaço simbólico criado pelos topônimos das cidades, a toponímia urbana. Este é o ponto central no qual a hipótese, apresentada anteriormente, desafia o pesquisador. Como área empírica de estudo, se parte da construção de duas cidades históricas do Brasil Império: Petrópolis e Teresópolis. Ainda que não seja um estudo comparativo, estas duas cidades guardam peculiaridades em sua criação (quantidade de documentação, período de criação, distinção em suas funções ao longo do tempo, entre outras) que as apresentam como dois possíveis estudos de caso.

Assim sendo, algumas questões secundárias são o motor desta pesquisa e corroboram na construção e análise desta hipótese.

- i. Quais os enfoques metodológicos e as lacunas existentes das pesquisas ibero-americanas sobre o estudo da toponímia na Geografia?
- ii. Como diferentes contextos locais e globais afetam a nomeação do espaço urbano das cidades de Petrópolis e Teresópolis?
- iii. Quais significados e espacialidades foram produzidas pelas ações de nomeação ocorridas em diferentes contextos nas cidades de Petrópolis e Teresópolis?

- iv. De que forma o contexto, as ações de nomeação e a espacialidade possibilitam interpretar a produção de diferentes significações no espaço através dinâmica dos nomes?

O exercício de observar os diferentes nomes de localidades, logradouros e acidentes geográficos fez, e faz, surgirem diferentes questionamentos sobre como, e baseado em quais critérios, os grupos escolhem os nomes de uma localidade. Assim, são intrínsecos a este olhar as características do posicionamento dos topônimos em determinadas áreas; os valores, os símbolos e os significados associados aos nomes escolhidos; os processos de nomeação em diferentes escalas.

Diante dos questionamentos colocados acima, o objetivo desta tese é analisar o processo de nomeação do espaço nas cidades de Petrópolis e Teresópolis, em perspectiva sincrônica-diacrônica, com base na elaboração de um quadro metodológico que congregue os conceitos de contexto, espacialidade e escalaridade.

Não implica concluir que outros objetivos não serão levantados, tendo em conta a impossibilidade de esgotar um objeto de estudo em todas suas facetas, mas atemo-nos, por hora, a outros três pontos cruciais:

- I. Construir um modelo interpretativo para análise da nomeação do espaço da cidade.
- II. Compreender as políticas de nomeação dos logradouros e sua relação espaço-temporal, a partir do modelo interpretativo estabelecido e os quadros de análise criados.
- III. Analisar o processo de expansão do tecido urbano e o impacto da nomeação dos logradouros em cidades com características distintas de urbanização, neste caso, Petrópolis e Teresópolis entre os meados do século XIX a meados do século XX.

A pesquisa não finda em um conjunto de três perguntas e objetivos. Questões surgem em cada um dos capítulos propostos e relembram, ao autor e ao leitor, que muitos desses questionamentos têm o intuito de dar prosseguimento a uma investigação que não finda nestas páginas. Julgou-se necessário apresentar, brevemente, os capítulos que são parte da totalidade da tese e que, juntos, dão consistência e estruturam a hipótese e o raciocínio desenvolvidos.

O *capítulo 2* tem como objetivo introduzir a temática dos nomes geográficos, com base em uma revisão que perpassa diferentes publicações do campo da geografia. Como será observado ao longo desta revisão, inúmeros trabalhos buscaram compreender o batismo dos lugares com referência no estudo do significado dos topônimos. Os geógrafos e geógrafas trabalharam com a toponímia de diferentes formas e pontuar algumas delas é um resgate necessário para delimitar esses campos de atuação. O capítulo fundamenta e torna explícita a

necessidade de se lançar *um outro olhar* sobre como a *geografia* pode (e talvez, deva) encaminhar seu interesse pela *ação de nomear o espaço*.

O *espaço*, o *tempo* e os *significados* são categorias fundamentais para se compreender a *nomeação do espaço* como parte de uma narrativa espacial. Assim, no *capítulo 3* discute-se a perspectiva do espaço simbólico. Sua conceituação parte tem como base o homem e sua concepção enquanto um *ser social e simbólico* em essência. As questões levantadas, com base no filósofo Ernst Cassirer e outros autores, são a porta de entrada para a compreensão da toponímia enquanto forma simbólica espacial. O tempo é discutido enquanto perspectiva intrínseca ao espaço, visto como sua materialização (ou empiricização) que torna possível visualizar os processos que atuam na nomeação do espaço simbólico. Os nomes geográficos são parte da memória da cidade e é preciso discutir a importância que ambos têm no resgate da paisagem cultural e do espaço simbólico das geografias do passado. O fundamental deste capítulo reside na definição do que tomaremos como quadros de análise: os recortes espaçotemporais, contextualizados e justificados, na qual pretende-se investigar as questões levantadas.

Ao considerar o estudo da toponímia, é essencial entender a existência de uma visão articulada de processos em diferentes níveis (escalas). É compreendido que o espaço é nomeado por meio de relações com processos internos e externos ao lugar em estudo. É fundamental reconhecer que a escala é uma construção social, inexistente além da concepção humana, especialmente se considerada como nichos hierarquicamente sobrepostos. Ao analisar o ato de nomear, do ponto de vista da geografia, é importante não ignorar a relação entre escala, espaço e visibilidade, uma interação primordial na apropriação simbólica do espaço. O objetivo principal do *capítulo 4* é discutir o uso do termo "políticas escalares toponímicas" como uma ação de nomeação do espaço. Não se pode desconsiderar a existência de múltiplos conjuntos de nomes, agentes e processos em termos de políticas de nomeação, e é preciso entender que suas diferentes interações compõem um conjunto mais amplo que se apresenta ora de forma harmônica, ora conflituosa em relação ao controle da narrativa do lugar.

O *capítulo 5* resgata uma geografia histórica das cidades de Petrópolis e Teresópolis, desenhando os contextos espaçotemporais que abarcam as rupturas e continuidades nas suas estruturas sociais. Petrópolis e Teresópolis guardam semelhanças e diferenças ao longo de sua história e ambas estão submetidas e ligadas aos processos que se desenrolaram no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. Da colônia ao império, passando à república, inúmeros grupos foram capazes de influenciar os arranjos espaciais dessas cidades. No que se refere aos topônimos, esses processos foram coparticipantes das políticas escalares toponímicas,

impregnando a paisagem como memórias e símbolos coerentes com a estrutura material e imaterial que se construiu em cada um dos contextos definidos nesta tese.

Desta forma, visando desenvolver a pesquisa sobre a nomeação dos lugares, estruturou-se um conjunto teórico-metodológico centrado em categorias e conceitos compreendidos fundamentalmente a partir da geografia. Assim, é estabelecido no *capítulo 6* uma apresentação em duas partes para a análise da nomeação dos lugares, à luz da discussão teórica apresentada anteriormente. O primeiro desses modelos, convencionou-se em chamar de *análise dos quadro toponímicos*, enquanto o segundo, chamamos de *análise dos mapas toponímicos*. O primeiro busca aliar os contextos e as políticas escalares toponímicas em uma análise sincrônica-diacrônica da nomeação do espaço. O segundo, por sua vez, possibilita a identificação das espacialidades produzidas pelas políticas escalares, associada às memórias elegidas para ocupar uma determinada posição no espaço. O interesse chave para essa proposta é: como é possível debruçar-se sobre o tema dos nomes geográficos, a partir de uma perspectiva que busque as interações entre os nomes escolhidos, as políticas de escalas, os significados e as espacialidades produzidas? Desta forma, será desenhada uma abordagem que considere, a todo momento, o nome geográfico como um elemento material, cultural e preenchido por memórias, não dissociado de uma posição no tempo e no espaço.

Por fim, o *capítulo 7* tratará dos resultados obtidos com a proposta teórico-metodológica desenvolvida, discutindo os panoramas das políticas de nomeação das ruas nas cidades de Petrópolis e Teresópolis, os sucessos e as limitações da proposta apresentada. Os demais capítulos tratam das considerações finais e bibliografia da tese.

## 2 NOMEAR OS LUGARES, NOMES DOS LUGARES: OS NOMES GEOGRÁFICOS E A GEOGRAFIA

Ao longo da história, as sociedades criaram diferentes sistemas para identificar elementos importantes do cotidiano. Desde a utilização de pinturas rupestres e ideogramas até o desenvolvimento de um complexo sistema de comunicação, a criação e materialização de palavras e elementos é constante na história humana. Os primeiros mapas, como o Ga-Sur (2400 a 2200 a.C.), já identificavam elementos em rotas e arredores de povoações. A busca por identificar lugares e objetos na superfície terrestre com um nome individualizado tem vínculo com a história da escrita e contribuiu para a tarefa de compartilhar o conhecimento sobre o espaço. Os nomes dados aos lugares e acidentes geográficos são uma das primeiras formas de se localizar e compartilhar o conhecimento sobre o espaço.

Na maioria das sociedades modernas organizadas, a nomeação oficial de lugares é realizada por meio de um conjunto de procedimentos administrativos estabelecidos pelo poder instituído. No entanto, isso não significa que os nomes populares usados pelas comunidades e seus grupos sociais no dia a dia sejam proibidos. É justamente nesse vasto conjunto de possibilidades de topônimos que reside a grande importância da nomeação dos lugares. Ela pode servir tanto para a criação de narrativas e memórias oficiais quanto para a elaboração de diversas outras versões, que podem ser consideradas tão válidas quanto as oficiais ou até mesmo contrárias a elas.

São inúmeras as questões que podem surgir do estudo dos nomes dos lugares, sendo que diferentes autores se debruçaram sobre este tema (em diferentes áreas, com diversos enfoques). Como tema de estudo multidisciplinar, a Toponímia<sup>2</sup> é uma área interdisciplinar tratada por diferentes cátedras, da linguística à geografia, o que torna um resgate dos estudos toponímicos um trabalho que se aproxima da impossibilidade de conclusão. É prudente, e necessário como escopo metodológico, estabelecer um recorte temporal, espacial e geográfico para tratar dos nomes dos lugares nessa pesquisa.

O exercício de observar, registrar e compreender os nomes dos lugares e suas implicações tornou-se uma área do conhecimento científico. Repleta de autores e abordagens, o estudo dos topônimos é sistematizado como uma área promissora para a geografia e outras ciências humanas afins. Assim, retomando a questão apresentada no capítulo introdutório, o objetivo principal deste capítulo é discutir tanto as lacunas como os enfoques metodológicos

---

<sup>2</sup> Área da Onomástica que é responsável pelo estudo dos nomes dos lugares.



existentes nas pesquisas ibero-americanas sobre os nomes e os processos de nomeação dos lugares. O material principal a ser utilizado, como explicado, são artigos publicados em periódicos vinculados a área de geografia, com base no indexador Latindex<sup>3</sup>.

Por que a escolha do recorte ibero-americano para estas pesquisas? A pergunta pode ser respondida por diferentes perspectivas. Em primeiro lugar, a escolha do recorte geográfico ibero-americano para a pesquisa de artigos no campo da toponímia é justificada pela abrangência espacial dos periódicos que são incorporados ao indexador do portal Latindex. Além disso, a região ibero-americana apresenta características históricas e culturais específicas decorrentes do processo de colonização europeia e suas implicações. Essas particularidades podem influenciar a forma como a toponímia é estudada e conceituada na região, tornando relevante uma análise específica nesse contexto.

Portanto, o recorte ibero-americano oferece uma possibilidade de análise mais precisa e adequada ao contexto histórico e cultural dessa região, contribuindo para um melhor entendimento da toponímia em sua diversidade. No entanto, é importante ressaltar que esta conceituação não é isenta de tensões e conflitos, muitas vezes relacionados com questões históricas e políticas que remontam ao período colonial.

Para executar esta revisão bibliográfica, este capítulo percorre alguns caminhos. O fio condutor da discussão inicia em **(a) uma sistematização do campo da toponímia e seus estudos**, elencando diferenças e aproximações na construção do objeto de estudo. O segundo momento traz um **(b) resgate dos estudos toponímicos ibero-americanos**, com a intenção de traçar um perfil do que foi e está sendo produzido e publicado em revista de maior circulação da América Latina. É fortuito alertar ao leitor que não se trata de um estudo do chamado “estado da arte”, mas um resgate recortado de forma espaço-temporal a partir de critérios estabelecidos para esta pesquisa. Diante de lacunas e caminhos já produzidos pelos estudos ibero-americanos, inicia-se a seguir um **(c) esboço de sistematização das pesquisas sobre os nomes geográficos**, principalmente quando se trata de um estudo realizado por geógrafos. A continuidade dá-se na apresentação da discussão sobre **(d) as bases geográficas dos estudos dos processos de nomeação**.

---

<sup>3</sup> O Latindex é um indexador que possui entre outros objetivos integrar os esforços que se realizam na região em matéria de produção, difusão, registo e utilização das revistas acadêmicas. Sua cobertura compreende a América Latina, o Caribe, Espanha e Portugal. Assim, sua utilização facilitou o acesso aos periódicos que estão vinculados a área de geografia na extensão geográfica do indexador.

## 2.1 Toponímia e Geografia: um resgate do campo e algumas questões

A Toponímia é, antes de tudo, uma disciplina de estudo vinculada a onomástica. A ela está encarregado o estudo dos nomes dos lugares, dos acidentes geográficos, das ruas, das praças e avenidas e, em suma, de toda a camada de nomes que cobre e designa objetos e porções do espaço. Muito antes do surgimento da toponímia enquanto disciplina, as sociedades constituídas já nomeavam seus espaços e lugares, tornando-os conhecidos e únicos.

A compreensão de que a Toponímia e a Geografia são disciplinas auxiliares no estudo dos nomes dos lugares não é recente. Poirier (1965 apud DORION, 1966) já se referia às três grandes áreas auxiliares ao estudo dos nomes: a História, a Geografia e a Linguística. No Brasil, Furtado (1960) segue pensamento similar, enaltecendo que o estudo dos nomes é fundamental no conhecimento do espaço geográfico. Se, por um lado, a relação entre História e a Toponímia se faz sentir no cotidiano dos próprios fatos que os nomes revelam (DICK, 1984); por outro, a Geografia e a Toponímia se relacionam, inicialmente, a partir do posicionamento dos nomes sobre o espaço que, em última instância, materialize-se em uma grade de significados como formas simbólicas espaciais – como ficará mais nítido no decorrer desta pesquisa. De certo, os estudos sobre os nomes dos lugares na Geografia passaram por diferentes influências e o principal marco para esta temática tornou-se a transição do que podemos chamar de “estudo de coleta” para o “estudo da interpretação crítica”.

Os nomes geográficos deixaram de ser vistos como meras palavras ou um conjunto de significados desconexos do contexto socioespacial, para se tornarem elementos poderosos na formação de discursos e memórias espacialmente construídas e inscritas. Como assinalou Giraut (2008), o estudo da interpretação crítica possui um enfoque maior no chamado *place naming*. Ou seja, é o processo de nomeação do lugar que figura no centro da análise. Os significados oriundos da interpretação desse processo são fruto da compreensão da atuação dos atores sociais, dos processos, das formas e das estruturas analisados de maneira conjunta. Por outro lado, a abordagem clássica enfoca no estudo do nome (*place names*), centrando na estrutura e significado do nome em si; e por vezes não contemplando outras análises.

As discussões recentes no campo ganharam a contribuição de diferentes autores no mundo anglófono. Em relação a obras que buscaram tipificar a produção em um passado recente da toponímia, o primeiro destaque está na obra de Berg e Vuolteenaho (2009). Em seu livro *Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming* os autores buscam entender como os pesquisadores têm tratado o tema da toponímia historicamente e quais os caminhos epistemológicos perfazem para isso.

Lawrence D. Berg e Jani Vuolteenaho realizam um resgate das abordagens dominantes nos estudos toponímicos, anteriores ao atual cenário de estudo. Nesta perspectiva denominada abordagem clássica é possível dividir o estudo dos nomes dos lugares em três abordagens: a filosófica, a de autoridade técnica e literatura histórico-culturalista.

No que se refere aos estudos **filosóficos**, estes remontam à antiguidade grega, onde o aspecto filosófico da temática foi trabalhado de diferentes formas. De Platão a Bourdieu, os estudos filosóficos da nomeação dos lugares trabalharam com diferentes perspectivas: dos estudos de interesses abstratos, da contemplação das nomeações, passando no último século por postulações de dependência entre o mundo real e as entidades abstratas na vida humana, chegando no último século, às teorias desconstrucionistas que têm utilizado a semiótica como ferramenta principal (BERG; VUOLTEENAHO, 2009). São exemplos de estudos filosóficos que permeiam o tema da toponímia citados pelos autores os trabalhos de Derrida (1986; 1994)<sup>4</sup>, Pierre Bourdieu (1991)<sup>5</sup>, Ludwig Wittgenstein's (1968)<sup>6</sup> e outros.

Os estudos com o viés de **autoridades técnicas** são marcados por forte presença do Estado e de organizações voltadas à gestão dos nomes no território. Em contraste com os filósofos e seu viés de “contemplação”, os “mapeadores, linguistas e outros *experts* têm tido interesse em coletar e padronizar estoques de topônimos para áreas específicas (com interesse geopolítico)” (BERG; VUOLTEENAHO, 2009, p.4, tradução e grifo nossos). Esta tem sido uma forma de racionalizar a nomeação do espaço através destes procedimentos que possuem, em última instância, caráter politizado e de controle. No século XIX surgem dois movimentos ligados a este quadro de abordagem dos nomes geográficos. O primeiro, refere-se ao fato de a coleta e a padronização toponímica serem atividades do Estado. Assim, o Estado consolidou sua autoridade e facilitou sua governança através de arquivos e registros de pessoas, lugares e coisas (NASH, 1999; BERG E VUOLTEENAHO, 2009). Este aparato de controle nos permite hoje ter acesso a uma base de topônimos espacializados referentes a diferentes épocas, ainda que as políticas adotadas para estes projetos tenham apagado inúmeros registros de nomeação de vários grupos sociais. Na continuação desse movimento, o legado que esta atividade do Estado nos relega é o surgimento de autoridades nacionais de padronização e coleta de nomes geográficos. No Brasil, o Centro de Referência em Nomes Geográficos desenvolve esta tarefa

---

<sup>4</sup> Derrida, J. (1994), *Of Grammatology* (Delhi: Motilal Banarsidass Publishers).

\_\_\_\_\_. (1986), *Glas* (Lincoln: University of Nebraska Press).

<sup>5</sup> Bourdieu, P. (1991), *Language and Symbolic Power* (Cambridge: Polity Press).

<sup>6</sup> Wittgenstein, L. (1968), *Philosophische Untersuchungen—Philosophical Investigations* (Oxford: Basil Blackwell).

e, a nível mundial, o Grupo de Peritos em Nomes Geográficos das Nações Unidas – UNGEGN em inglês – é o responsável por articular e gerir a temática.

Por último, a abordagem ligada a **literatura histórico-culturalista** ocupa o meio termo entre as duas anteriores. Como aponta Berg e Vuolteenaho (2009), o que move esta abordagem é o espírito de compreensão da língua nacional. Diferentes estudos foram realizados buscando numa perspectiva histórica, resgatar as sucessões de camadas de nomes de lugares. Outros, caminharam no sentido da preocupação com a genealogia dos nomes históricos, com pouco contato com as línguas atuais.

Sobre a abordagem clássica dos estudos da toponímia, Berg e Vuolteenaho apontam que:

O caráter ateórico das abordagens tradicionais da toponímia deve-se muito ao fato de que suas pesquisas, até recentemente, desenvolveram-se principalmente por meio de pesquisas de cartógrafos, linguistas especializados e etimologistas interessados em compreender sobre o que poderia ser chamado de ‘paisagens passadas’ (ver, por exemplo, Eicher et al 1995; Zelinsky, 1997). (Berg e Vuolteenahoo, 2009, p.1, tradução nossa)<sup>7</sup>.

A segunda obra de grande importância para a sistematização do campo foi elaborada por Rose-Redwood, Alderman e Azaryahu, intitulada *The Political Life of Urban Streetscapes: Namings, Politics, and Place*. O livro discorre sobre as políticas de nomeação de ruas, reunindo autores clássicos na área e outros trabalhos mais recentes. Na direção da construção de uma tipificação para a abordagem crítica e com base nos estudos que tratam a temática de nomeação de espaços, os autores propõem três perspectivas nesta abordagem: a cidade-texto, a arena de disputa cultural e o espaço performativo.

O primeiro quadro de análise, cidade-texto, se utiliza da semiótica como uma ferramenta de interpretação de como mudanças de regimes políticos tem transformado a cidade a partir dos anos 1980 e 1990. Pode-se dizer que “esta abordagem textual das políticas de inscrição de topônimos foi a grande responsável pelo surgimento inicial do interesse nos aspectos políticos da nomeação de ruas como uma prática espacial de contestação a comemoração”(ROSE-REDWOOD; ALDERMAN; AZARYAHU, 2018, p. 3, tradução nossa).

A segunda perspectiva de análise, arena de disputa cultural, nasce em meados da década de 1990 com o interesse crescente em “examinar como a nomeação de ruas e as práticas toponímicas relacionadas estão implicadas em questões de raça e na diferenciação de gêneros

---

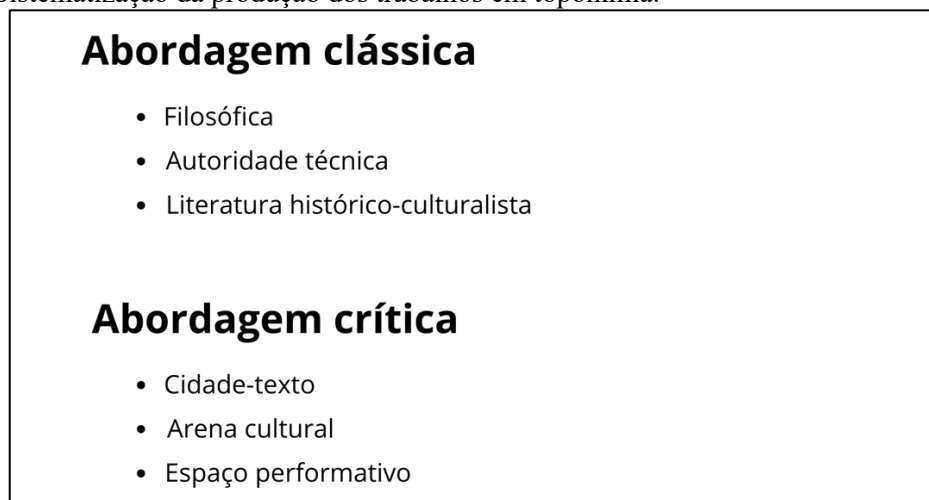
<sup>7</sup> Originalmente: “The atheoretical character of traditional approaches to toponymy owes much to the fact the such scholarship has, until recently, chiefly developed through research by map-makers, specialized linguists, and etymologists interested in gaining some understanding about what might be called “bygone landscapes” (see e.g., Eichler et al. 1995; Zelinsky, 1997)”

no espaço urbano” (ROSE-REDWOOD; ALDERMAN; AZARYAHU, 2018, p. 4, tradução nossa). As duas perspectivas, apontam os autores, possuem ênfase em contestar políticas de nomeação oficiais de nomes de ruas.

Um terceiro quadro de análise emerge da perspectiva diante da qual as políticas de nomeação não se reduzem ao crivo de ações oficiais, mas também dividem a cena com as práticas de nomeação dos residentes no espaço urbano. Assim sendo, o quadro espaço performativo “leva a uma consideração mais profunda do ato de nomear-como-fala, bem como aos hábitos inconscientes e formas mais evidentes de resistência cotidiana no trabalho na produção da paisagem urbana como um espaço performativo” (ROSE-REDWOOD; ALDERMAN; AZARYAHU; 2018, p. 4, tradução nossa).

O esquema presente na **figura 1** sintetiza os dois momentos na pesquisa com nomes geográficos com os principais quadros de sistematização do campo de estudo que foram propostos.

Figura 1 - Sistematização da produção dos trabalhos em toponímia.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Desta forma, esta pesquisa busca aprofundar reflexões sobre ferramentas metodológicas e debates teóricos que julga importantes para o campo da toponímia na geografia. Em contraste com uma parcela de trabalhos publicados até hoje, a contribuição almejada situa-se no campo da toponímia crítica, onde pesquisadores “[...] usam os *insights* das teorias sociais e culturais para ajudar-nos a melhor conceber as relações de poder inerentes à nomeação geográfica” (BERG; VUOLTEENAHOO, 2009, p.1, tradução nossa)<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> No original: “[...] using the insights of social and cultural theories to help us better conceptualize the power relations inherent in geographical naming.”

Estabelecer algumas delimitações destes dois campos de estudos da toponímia não implica em descartar contribuições importantes das partes. Por um lado, os estudos clássicos de toponímia que buscaram a categorização, a normatização de nomes e a criação de quadros identitários nacionais culminaram em inúmeras contribuições para a área, preconizando uma determinada forma de olhar para os nomes, da coleta até a análise. Essa forma de olhar, categorizar e classificar, possibilitou a elaboração de um acúmulo de dados importantes e que, hoje, formam bancos de dados toponímicos. Possibilita também, aos que hoje realizam estudos, se debruçar sobre inúmeras camadas espaçotemporais de dados que podem, inclusive, ser analisados pela ótica da interpretação crítica. No centro do palco, a toponímia crítica é o campo que tem ganhado força desde o fim da década de 1980. Para além das contribuições já consagradas, outras possibilidades instauram-se em diferentes partes e esta pesquisa lança-se em ser uma dessas contribuições.

As obras supracitadas despontam como referências no partir do esforço de sistematizar parte da produção sobre o nome dos lugares, a partir de trabalhos que englobam diferentes abordagens. Elas abrem a possibilidade de investigarmos as lacunas ainda a serem preenchidas, tanto no que se refere a categorias de análise quanto a métodos empregados nos estudos toponímicos. Afinal, quais as bases geográficas do estudo dos nomes dos lugares? Que metodologias outras podem ser utilizadas nesses estudos? Esses são alguns questionamentos que guiam o subcapítulo a seguir.

Com base na sistematização apresentada pelas duas obras citadas, os trabalhos publicados em periódicos ibero-americanos selecionados de acordo com a classificação proposta são analisados buscando entender como eles tem abordado o tema da nomeação dos lugares e a partir de quais perspectivas teórico-metodológicas.

## **2.2 Os estudos toponímicos: a produção sobre nomes geográficos como objetos de estudo**

O mundo anglófono tem vasta produção acerca do tema de nomes geográficos por meio de artigos científicos em revistas, dissertações, teses e outras publicações. Comumente é possível encontrar trabalhos na área de Geografia com tema centrado no estudo dos nomes geográficos. No Brasil, a primeira impressão é de que estes trabalhos se apresentam em menor número em periódicos que não são específicos da área. Isto não se limita a publicações, mas também em encontros da área. Em periódicos países latino-americanos esta impressão também se confirma ao manusear diferentes revistas.

A leitura de algumas obras mencionadas anteriormente possibilitou um leque de perguntas sobre a temática dos estudos toponímicos. Os trabalhos em questão são de autores de diversas partes do mundo, com áreas de estudo igualmente diversificadas. Chama atenção a falta de trabalhos de pesquisadores ou de áreas de estudo em países latino-americanos. Uma explicação plausível é a falta de conhecimento e contato direto dos organizadores com pesquisadores nessas áreas. Para um estudo que pretende traçar as “escolas” de produção desse conhecimento tanto no passado (BERG; VUOLTEENAHO, 2009), como no presente (ROSE-REDWOOD et al, 2018), julga-se necessário estar a par de possíveis publicações em outras áreas e em outras línguas, sem deixar de fora contribuições importantes.

Indaga-se então se não há estudos no bojo da toponímia crítica sendo realizados nessas áreas. A que pé anda o interesse do geógrafo latino-americano sobre a forma como governos, grupos e indivíduos nomeiam o espaço? Onde estão os núcleos de pesquisa sobre nomes dos lugares na América Latina? Como está sistematizada a produção desse tema? Em última instância, **por onde andam os nomes na geografia ibero-americana?**

A partir destes questionamentos e visando uma sistematização parcial dos estudos toponímicos, a pesquisa inclui como parte essencial um panorama dos estudos toponímicos ibero-americanos pautado em uma amostra de publicações em revistas vinculadas ao indexador Latindex.

A escolha de artigos de periódicos como fonte documental para a pesquisa de toponímia na geografia pode ser justificada por diversos motivos. Em primeiro lugar, os periódicos científicos são uma das principais formas de disseminação do conhecimento acadêmico atualmente. Ao analisar artigos publicados em periódicos, é possível obter uma visão abrangente e atualizada das discussões e tendências em relação ao tema de toponímia na geografia.

Outro fator importante é que, por serem mais acessíveis e disponíveis, os artigos de periódicos oferecem uma maior facilidade de acesso e organização dos dados, além de permitirem uma análise mais objetiva e sistemática. Já em congressos e outros documentos, muitas vezes é necessário realizar um esforço maior para coletar, organizar e analisar as informações.

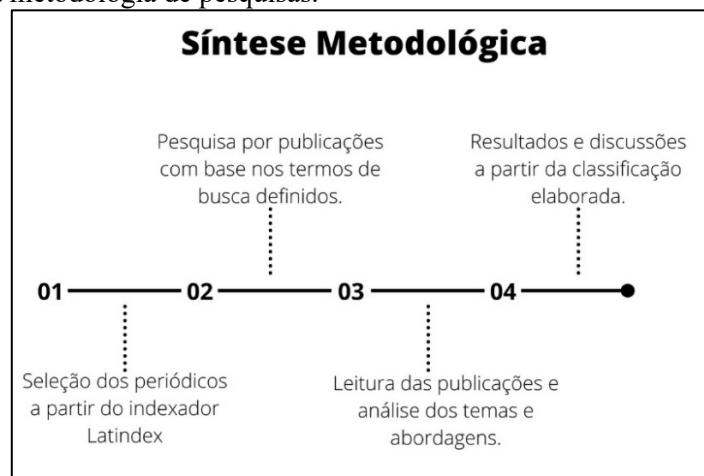
Por essas razões, a escolha de artigos de periódicos como fonte documental para a pesquisa de toponímia na geografia pode ser considerada mais adequada e eficiente – ainda que insuficiente para cobrir todo o campo de produção – permitindo uma análise mais completa e atualizada do tema. A seguir, consta como foi estruturada a busca e os parâmetros levados em consideração.

### 2.2.1 Uma busca pelos nomes

Algumas centenas de artigos, livros e teses abordam a temática da Toponímia, através do estudo dos nomes de lugares ou não, permeando diferentes disciplinas do conhecimento. O que está sendo produzido pelos geógrafos? Onde este material é publicado? Quais abordagens a Geografia confere ao tema?

Em um mundo onde a informação tornou-se a riqueza do século XXI, a busca de trabalhos na área através de uma base de dados torna-se trabalhosa. Destarte, é necessário delinear alguns parâmetros de pesquisa para se chegar a uma resposta possível para a pergunta: como as publicações em revistas latino-americanas abordam a temática dos nomes dos lugares? Assim, termos de buscas, periódicos, parâmetros, entre outros, foram selecionados para se chegar a uma massa de publicações para leitura, compreensão e análise. O esquema a seguir, na **figura 2**, sintetiza alguns passos da busca.

Figura 2 - Síntese da metodologia de pesquisas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os termos de busca com maior afinidade ao campo foram utilizados como parâmetros nos mecanismos de pesquisa de cada revista visando encontrar os artigos que versam sobre a temática. Os termos foram: toponímia, nomes geográficos, nome(s) do(s) lugar(es), topônimo, nomes de ruas e paisagem das ruas. A escolha se justifica pela proximidade e possibilidade dos trabalhos que abordam a temática conterem uma dessas palavras.

Com base no material encontrado foi realizada a leitura e classificação dos artigos em função de sua relação com o termo de busca, levando em consideração o objeto de estudo e a metodologia empregada. Uma parcela considerável dos trabalhos não tinha relação com os



termos de busca que foram utilizados, constando apenas essas palavras na redação da publicação. Assim, houve uma separação entre os artigos que de fato abordavam a temática e aqueles que usavam os termos de busca apenas como palavras do texto.

Foi elaborado um parâmetro a fim de conferir a proximidade entre o termo de busca e a proposta desenvolvida no artigo encontrado a partir dele, que foi denominado “grau de pertinência”<sup>9</sup>. Com base na leitura dos trabalhos identificados, elaborou-se uma classificação em função de sua relação com o termo de busca, levando em consideração o objeto de estudo e a metodologia empregada.

Desta forma, foi atribuído um número em relação ao grau de pertinência entre o conteúdo do artigo e seu termo de busca, onde foi atribuído o valor 1 para os artigos com baixa pertinência. A baixa pertinência leva em consideração que o termo de busca é apenas uma palavra que compõe o texto ou, em grande parte dos casos, menções esporádicas. O valor 3 indica um grau médio de pertinência, onde o artigo possui o termo em questão associado a toponímia e dentro de sua metodologia ela é parte integrante para os resultados obtidos. Por último, o valor 5 indica alto grau de pertinência entre o termo e a temática toponímica do artigo, sendo o nome o objeto de estudo e sua metodologia é voltada para a análise e resposta das questões suscitadas. É a partir dos trabalhos de graus 3 e 5 que as análises serão realizadas, buscando compreender o que foi produzido sobre o tema dentro das publicações de geografia.

Os valores 2 e 4 foram atribuídos, em um primeiro momento, a incertezas e dúvidas na classificação realizada. Para os valores de grau 2, a dúvida consistiu se ele estava mais próximo ao grau 1 (baixa pertinência) ou mais próximo ao grau 3 (média pertinência). Essas atribuições possibilitaram, a priori, a exclusão ou inclusão imediata de um artigo no banco de dados a ser analisado. O mesmo processo se repetiu para aqueles atribuídos com grau 4. Neste caso, porém, a exclusão não ocorreria, uma vez que a dúvida estaria instalada em sua maior ou menor pertinência em relação a temática da toponímia e seu objetivo de análise. Ambos os conjuntos de dados que sofreram atribuições de graus 2 e 4 foram, mais uma vez, relidos para que sua classificação final chegasse a um dos graus estabelecidos (baixo, médio e alto). Por essa razão os artigos onde um desses dois graus foram atribuídos não aparecem na tabela final do **apêndice A**.

---

<sup>9</sup> Para evitar confusões com o uso mais corrente do termo, o grau de pertinência neste caso em nada se embasa naquele apresentado em trabalhos estatísticos, matemáticos e que, comumente, está presente em trabalhos da área de geotecnologias. Não há uma proposição com embasamento matemático e quantitativo para a atribuição dos valores, mas sim uma análise subjetiva e pautada no conjunto de materiais encontrados. Assim, não há e nem se propõe uma relação causal entre “termos de busca”, grau de pertinência e o conteúdo das publicações analisadas.

Os materiais obtidos foram organizados, e as informações extraídas separadas em uma tabela com título do periódico, país de origem, o termo de busca que encontrou o artigo, os autores, ano, o grau de pertinência e outras informações que podem ser mais bem visualizadas no **Apêndice A**. A **figura 3** apresenta um trecho da tabela que se encontra no apêndice

Figura 3 - Parte da lista de artigos selecionados para leitura apresentada no apêndice A.

APÊNDICE A – LISTA DE ARTIGOS SELECIONADOS PARA A LEITURA, SEGUNDO OS PERÍODICOS ELEGÍVEIS					
Nº	ISSN	Periódico	Origem	Título	Ano
1	1517-7793	Geographia.(UFF)	Brasil	A invenção da Zona Sul: <a href="#">Origens e difusão do topônimo zona</a> sul na geografia carioca	2009
2	1517-7793	Geographia.(UFF)	Brasil	A Latimidade do conceito de América Latina	2012
3	1519-1540	Revista Brasileira de Geomorfologia	Brasil	Unidades Geomorfológicas de Portugal Continental	2014
4	1519-1540	Revista Brasileira de Geomorfologia	Brasil	Evidências de determinação <a href="#">morfotectônica</a> e neotectônica no relevo da serra do mar no Estado do Pará	2013
5	0250-7161	Eure	Chile	Planejamento e metropolização do lazer marítimo em Fortaleza-Ceará, Nordeste do Brasil	2017

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O subcapítulo abaixo traz o panorama obtido a partir desta metodologia. São apresentados os dados sobre o número total de artigos encontrados por termo de busca; este recorte por grau de pertinência; e, em certa medida, como alguns termos são mais comuns a esta temática de estudo.

### 2.3 Um panorama da temática

O portal Latindex disponibiliza diferentes campos de busca para identificar os periódicos cadastrados junto ao indexador. Foi utilizado um filtro para selecionar aqueles cadastrados na área de Geografia dentro da parte do diretório. A busca identificou 520 periódicos cadastrados, dos quais 456 encontram-se como vigentes. Os demais foram listados com situação desconhecida ou que deixaram de realizar publicações. Porém, ao adotar o recorte ibero-americano para esta pesquisa foram excluídos os periódicos vinculados a países como Portugal e Espanha, assim como aqueles que englobavam localidades múltiplas.

O número correspondente aos critérios adotados foi de 284 periódicos, excluídas as duplicidades ocorridas em virtude de versões impressa e online, dos quais retornaram a busca de um termo chave 158 artigos. Os resultados encontrados estão na **tabela 1**, apresentando-se por termos de busca.

Tabela 1 - Número de artigos por termos de busca.

<b>Termos de Busca</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Toponímia	80	50,6%
Nomes Geográficos	32	20,2%
Nome dos lugares	24	15,2%
Topônimo	3	1,9%
Nomes de ruas	12	7,6%
Paisagem de ruas	7	4,5%
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Observando o total por termos de busca, a toponímia destaca-se com mais da metade dos artigos 50,6% dos artigos encontrados. Este termo é muito utilizado como sinônimo de nomes geográficos ou nome dos lugares, indo além da sua utilização para denominar um subcampo do conhecimento ligado a onomástica. Esta verdadeira sinonímia entre toponímia e nomes geográficos já foi mencionada por outros autores, dispensando maior aprofundamento no tema<sup>10</sup>.

Na continuidade, observa-se que os demais termos apresentam certo equilíbrio na quantidade de artigos. O destaque fica por conta dos termos nomes geográficos, nome dos lugares e nomes de ruas com, respectivamente, 20,2%; 15,2% e 7,6%. Curiosamente, o termo topônimo é um dos que menos apresenta ocorrência com 1,9%. Topônimo, enquanto seu significado, é literalmente o nome de uma localidade, lugar ou feição geográfica. Para melhor compreender é necessário analisar a tabela 2, explicada posteriormente. Em último lugar está o termo paisagem de ruas com 4,5% dos resultados.

Deste montante de trabalhos, resgatou-se a importância do grau de pertinência para identificar aqueles que efetivamente abordavam os nomes dos lugares como totalidade ou parte da pesquisa. Descartando as ocorrências de publicações repetidas para mais de um termo chave, uma vez que não era de interesse para a análise do conteúdo do material sua duplicidade (tal como os artigos que apesar de retornarem ao mecanismo de busca, não possuíam relação com tema pesquisado), obteve-se o número final para análise contou com 49 publicações.

A **tabela 2** apresenta o quantitativo de artigos encontrados por cada termo de busca, detalhados pela relação entre termo de busca e conteúdo. Nesse sentido foram definidas as classes baixa, média e alta, representando da menor relação para maior (baixa para alta).

<sup>10</sup> Para mais, consultar Claudio João Barreto dos SANTOS (2008) e Kairo da Silva SANTOS (2017).

Tabela 2 - Número de artigos por termo de busca e grau de pertinência.

<b>Termos de Busca</b>	<b>Grau 1</b>	<b>Grau 3</b>	<b>Grau 5</b>	<b>Total</b>
Toponímia	42	10	28	80
Nomes Geográficos	25	3	4	32
Nome dos lugares	22	2	0	24
Topônimo	2	0	1	3
Nomes de ruas	11	1	0	12
Paisagem de ruas	7	0	0	7
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>16</b>	<b>33</b>	<b>158</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os resultados apresentam que a maioria dos artigos encontrados guardam baixa relação com o conteúdo apresentado. Sendo assim, cerca de 69% (ou 109 artigos) foram atribuídos a classe baixa. Como já mencionada, a classe baixa é atribuída a um artigo quando o termo de busca apenas aparece no corpo textual, refletindo uma palavra da argumentação. O essencial é que o termo de busca não aparece como objeto de estudo ou como parte do escopo metodológico da pesquisa.

As classes definidas como média e alta totalizaram os outros 31%, sendo 10% e 21% respectivamente. Os artigos que foram enquadrados nessa posição foram levados em consideração para análise final, onde são detalhados os caminhos percorridos para os estudos sobre nomes geográficos.

Os outros termos apresentados, como nome dos lugares, topônimo, nomes de ruas e paisagem de ruas obtiveram pouca expressividade numérica e, principalmente, pouca relação com a proposição de seleção dos artigos. Em relação aos três primeiros, pode-se dizer que este não era um cenário levantado como possibilidade, uma vez que os termos comumente aparecem em publicações da área e destinam-se a designar os objetos de pesquisa. No caso do último termo, paisagem de ruas, o baixo número de trabalhos e baixa correlação como a temática da toponímia podem indicar uma inadequação enquanto palavra-chave para encontrar trabalhos na área.

Os resultados encontrados, dando destaque para os termos toponímia e nomes geográficos, são indicadores tanto das palavras quanto dos conceitos e definições que estão por trás das pesquisas com nomes de lugares em geral. Isto não descarta a busca tanto por outros termos, quanto em outros meios não considerados, possibilitando a apresentação de um novo cenário. O que se julga importante é considerar que, mudando as fontes, estes dois termos podem continuar com destaque, uma vez que remetem não apenas a uma palavra comum a esta temática, mas a definições utilizadas rotineiramente.

Os números apresentados dão um panorama genérico sobre um certo conjunto de publicações com a temática da toponímia, centrado preferencialmente em periódicos que contemplam a Geografia enquanto área do conhecimento para suas publicações. Se faz necessário recordar que o volume de trabalhos disponíveis é maior do que o considerado. A motivação de tentar sistematizar esta produção, ainda que em uma primeira camada de publicações, é buscar a possibilidade de percorrer caminhos pouco explorados por outros autores.

Diante do panorama de que a toponímia e os nomes geográficos topônimo enquanto termos de busca – mas também enquanto objeto de pesquisa – são os mais numerosos em quantidade de artigos publicados, a pergunta que se instara é: dentre os trabalhos selecionados, o que vem sendo estudado na temática da toponímia?

A resposta a esta pergunta também é o fio condutor para os debates que estão presentes nos capítulos a seguir. A proposição de dialogar com o campo de pesquisa da toponímia e algumas categorias de análise da geografia passou, em certa medida, pela sistematização do que se produziu sobre esse diálogo e, para então, viabilizar caminhos ainda não explorados. Para sistematizar uma parcela da produção de uma dada área do conhecimento, ainda que de maneira embrionária, podemos recorrer a estabelecer um conjunto de classes ou categorias as quais essa produção será dividida. As bases para isso são oriundas do debate e da análise do material produzido até o momento.

#### 2.4 A guisa de uma sistematização: a produção em uma leitura aprofundada

O primeiro conjunto de dados enquadra os trabalhos produzidos nas linhas de abordagens previamente apresentadas. Apesar da proposição de Rose-Redwood et al (2018) ter foco em demonstrar a relevância de estudos toponímicos críticos para o campo dos estudos urbanos, sua utilização é satisfatória ao avançar na sistematização epistemológica do campo crítico. A tabela 3 apresenta o resultado em relação aos 49 artigos selecionados para o estudo.

Tabela 3 - Número de artigos por área de abordagem e subcampos teórico-metodológica.

<b>Abordagem</b>	<b>Subcampo</b>	<b>Quantidade</b>
Clássica	Literatura Histórico-Culturalista	26
	Filosófica	5
	Autoridade-Técnica	8
	Total	39
Crítica	Cidade-Texto	2

	Arena Cultural	1
	Espaço Performativo	3
	Total	6
Indefinida	Indefinida	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O campo de trabalhos em toponímia tem se concentrado nos últimos anos na produção a partir de uma abordagem clássica da literatura histórico-culturalista. Esse campo, dedicado a utilizar a toponímia como fonte descritiva para compreender a difusão da ocupação via colonização, ideais religiosos e a construção de paisagens pretéritas, tem uma força expressiva ao incorporar os sistemas de informação geográfica como uma nova ferramenta para quantificar esses estudos.

Com base na amostragem realizada, constata-se um número reduzido de estudos que abordam a toponímia com uma perspectiva crítica e que utilizam teorias e métodos das ciências sociais. Isso indica que o campo ainda possui um grande potencial para o crescimento e o desenvolvimento de novas questões e abordagens. Além disso, destaca-se a necessidade de abrir espaço para novos debates, uma vez que as discussões sobre esse campo do conhecimento têm sido mais expressivas nos temas relacionados ao urbano e às políticas urbanas.

Dentro das publicações consideradas como contendo uma perspectiva crítica, vale destacar os trabalhos de Albuquerque e Ribeiro (2018); Lobato, Brum e Menezes (2018) e Vélez (2018) como suscitadores de uma nova abordagem metodológica no campo.

O trabalho de Albuquerque e Ribeiro contempla o campo das disputas político-partidárias no município de Nilópolis-RJ. Os autores exploraram diferentes locais do espaço público da cidade que foram palco da alteração de nomenclatura, em período recente, como forma de expressar o poder de um determinado grupo político. A publicação demonstra como a toponímia é um elemento de disputa entre clãs políticos, alheios aos interesses da população local e as memórias que perfazem o imaginário e o cotidiano dessas pessoas. Essa é uma grande contribuição para compreender como os nomes dos lugares são disputados e desempenham importante papel enquanto formas simbólicas espaciais.

Em outro caminho, Lobato, Brum e Menezes (2018) rememoram a cultura popular através do mapeamento de toponímias em letras do funk carioca. Durante as décadas de 1990 e 2000, a ocorrência de topônimos em letras de funk era um fenômeno que memorava os lugares simbólicos para a ocorrência do lazer da população. A partir do mapeamento desses nomes, os autores identificaram uma certa multiescalaridade presente nos nomes que compunham a letra das músicas, referindo-se ora a uma praça, ora a um município. Apesar de ressaltarem que a toponímia não possui uma escala associada, pois pertence ao espaço geográfico, denominam

que “as letras do funk funcionam como se fosse uma sanfona escalar dos nomes geográficos” (LOBATO; BRUM; MENEZES, p. 183, 2018).

O último artigo mencionado é o de Vélez (2018) que aborda o contexto de transformação, reivindicação territorial e do imaginário do lugar por parte do povo originário Qom na localidade de Pampa del Indio, Provincia do Chaco-Argentina. O autor explora, através de práticas de cartografia social, como a construção e a difusão de mapas toponímicos do território constitui-se como importante ferramenta de reivindicação dos povos indígenas por suas terras frente aos conflitos territoriais com os migrantes da população branca que chegaram ao local.

As três publicações citadas acima apresentam-se de maneira profícua ao tratar a toponímia para além de um mecanismo de retorno a paisagens e memórias do passado. Mostram como, em temas atuais e que perpassam lutas do cotidiano, é possível investigar diferentes práticas sociais e suas formas de construir narrativas sobre o espaço a partir de visões de mundo distintas. Isto enriquece o campo temático, ao visibilizar questões negligenciadas ou colocadas como marginais nessa e em outras temáticas da Geografia.

O segundo ponto a ser apresentado são os temas debatidos por cada artigo. A classificação elaborada tem como referência as leituras *in loco*, possibilitando a construção de uma primeira base para compreender a produção ibero-americana sobre a temática de toponímia. As classes elaboradas são:

- Origem toponímica: os trabalhos nessa linha têm como objetivo as discussões que versam sobre o surgimento dos nomes de lugares, os fenômenos a partir deles e estudos de caracterização dos nomes de uma dada área. Geralmente tem apelo ao uso de classificações linguísticas, como as elaboradas por Maria V. Dick, e a definição/significado dos nomes a partir de dicionários.
- Toponímia e Cultura: contêm pesquisas que buscam identificar o ato de nomear como um importante vetor na elaboração de paisagens, a partir da construção de identidades, símbolos e significados. O nome é um importante resquício das memórias e valores dos grupos que habitavam uma determinada cidade ou região, constituindo-se como fósseis.
- Toponímia e Geografia Histórica: a toponímia é um elemento essencial na reconstrução e organização de espaços no passado, compreendendo as dinâmicas ocorridas em períodos estabelecidos e apresentando-se como as rugosidades remanescente no tempo e no espaço. O uso de mapas históricos, em diferentes escalas, para identificar essas formas do passado (por ventura encontradas no presente) é o principal meio utilizado como fonte de dados.

- **Toponímia e Teoria:** se enquadram os trabalhos que têm um viés de reflexão sobre o tema, incorporando categorias, conceitos e elementos de outras áreas de conhecimento para avançar sobre o estudo da toponímia, tanto em matéria de métodos quanto de discussões teórico-conceituais.

- **Toponímia como parte do estudo:** a toponímia é um elemento que compõe a análise de um problema e de um objeto, mas não é o elemento central do estudo. A problemática construída leva em consideração a toponímia como um elemento complementar a análise.

Seguindo essa nova classificação temática, distribui-se os artigos selecionados, conforme apresentado na tabela 4.

Tabela 4 - Quantidade de artigos segundo a classificação temática.

<b>Classe</b>	<b>Total</b>
Origem Toponímica	14
Toponímia e Cultura	9
Toponímia e Geografia Histórica	7
Toponímia e Teoria	6
Toponímia Parte do Estudo	13
Total	49

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os dados apresentados na tabela acima são de grande importância para a construção de uma proposta sobre os estudos toponímicos. A origem toponímica apresenta a maior quantidade de trabalhos desta sistematização, destacando-se três artigos dentre os demais.

O trabalho de Cardoso (2009) sobre a origem do topônimo Zona Sul na cidade do Rio de Janeiro traça a origem deste topônimo e como seu significado está atrelado a construção de uma identidade para parte da sociedade carioca. Em uma perspectiva de entrelaçar os nomes, sua origem e as marcas na paisagem, Santos e Seabra (2015) realizam uma análise da motivação toponímica de natureza física em registros históricos da Comarca de Vila Rica-MG. A pesquisa apresenta indícios da presença de diferentes povos na região com base na motivação toponímica dos nomes do lugar, corroborado por outros documentos não cartográficos. No âmbito das cidades, Santos (2016) buscou investigar historicamente de que forma a toponímia dos logradouros de São Luís (Maranhão) se formou e qual a razão de alguns deles permanecem em detrimento de outros. O autor mostra como a transformação na paisagem textual da cidade, de um universo de valorização do mundo físico para o social constitui-se em ato de poder e elaboração de narrativas ao longo do tempo sobre o lugar.



As três publicações destacam que a toponímia, ontem e hoje, constitui-se em importante elemento para compreender o processo de ocupação do espaço. A origem do nome, remanescente de décadas e por vezes séculos atrás, se estabelece como importante elemento de identificação de memórias e valores de um passado que ainda se mantêm presente, ora apenas em mapas e documentos históricos, ora no cotidiano do lugar. A abordagem, nestes dois últimos trabalhos, incorpora a classificação toponímica como etapa crucial para a compreensão das modificações das motivações toponímicas no espaço.

O segundo maior quantitativo está na classe de toponímia como parte do estudo. Grande parte dos trabalhos considerou a toponímia como elemento pertinente dentro do estudo, porém não central, totalizando 13 publicações. Dessa forma, o uso da toponímia como elemento metodológico se mostra considerável, uma vez que ela subsidia outras problemáticas dentro da Geografia. Um exemplo interessante é o artigo de Moraes (2017) abordando o litígio entre Brasil e Argentina acerca da fronteira no território de Misiones. A questão é instaurada após a imprecisão de nomeação de parte da rede hidrográfica da região, dando margem a um cenário de disputa territorial entre os dois países. Havre (2016) busca caracterizar o interior baiano no século XVIII, mesmo quando a disponibilidade de materiais documentais e cartográficos para tal é escassa. Nesse sentido, utiliza de alguns mapas históricos para recuperar elementos presentes no território. A toponímia faz parte desse quadro, uma vez que é o elemento que individualiza povoados, vilarejos, acidentes geográficos e outros elementos presentes nessa cartografia.

Enquanto elemento de análise complementar a toponímia foi e é um importante objeto de identificação de diferentes formas espaciais. Em mapas, documentos ou gravuras, o topônimo é o elemento que marca no espaço o resultado de inúmeros processos atuantes ao longo do tempo. Em alguns casos se tem apenas esse recurso como ferramenta para identificar lugares e seus arranjos no passado e os trabalhos supracitados explicitando essa realidade.

Na terceira posição está a temática de toponímia e cultura onde a escala da cidade é mais uma vez lembrada dessa vez com a pesquisa de Teixeira, Brito e Melo (2015) sobre a consolidação da cidade potiguar pelos nomes dos espaços públicos desde o século XIX. Partindo da seleção de documentos e o estabelecimento de uma classificação pelos significados da toponímia, os autores buscaram compreender a consolidação da cidade e os valores inerentes àquela sociedade entre 1830 e 1900. Partindo para uma escala regional, Alves et al (2016) almejou decifrar os significados e o papel da toponímia na transformação do espaço amazônico. A toponímia foi elencada como elemento chave para perceber a relação simbólica entre o lugar e o grupo que ali viveu. Assim, os autores mapearam a espacialidade toponímica e como esta

atrela-se aos diferentes processos de formação da região amazônica, refletindo, em certa medida, significados, valores e crenças dos atores que fizeram parte de processo.

Ambos os trabalhos utilizaram a toponímia como um elemento essencial na reconstrução e organização de espaços no passado, ainda que valendo-se mais de uma abordagem quantitativa do que propriamente capaz de elucidar e interpretar os processos operantes.

As duas últimas categorias são Toponímia e Geografia Histórica e Toponímia e Teoria. Na primeira, os trabalhos que resgatam as modificações de porções do espaço destacam-se através do artigo de Membrado-Tena e Iranzo-García (2017)<sup>11</sup> com enfoque na reconstrução da paisagem de uma bacia hidrográfica a partir da análise toponímica dos nomes de lugares que designam seus núcleos de povoamento atuais. No mesmo periódico, Garau e Sebastián (2013) buscam caracterizar a paisagem de Menorca (Espanha) através da toponímia. Partindo da toponímia para reconstruir uma paisagem pretérita, ambos os trabalhos estão dentro da linha clássica de utilização do significado e da motivação do nome como meio para alcançar as formas do passado.

Remontando à abordagem clássica, esses trabalhos utilizam a toponímia como o ponto de partida para conhecer e “reviver” a imagem de ambientes modificados e que, hoje, não condizem com os registros guardados seja pelos nomes remanescentes, seja por outras fontes documentais de época.

Na segunda temática, Toponímia e Teoria, constam debates que propõem o diálogo com outras disciplinas, a utilização de novos métodos e a incorporação de outros elementos de discussão. Bastiani et al (2018) estabelece uma proposta de ampliação semântica e conceitual da noção de lugar nos estudos toponímicos, dialogando com o campo da Toponímia e as correntes da Geografia Humanista e da Geografia Crítica. A pesquisa contribui na necessidade em se aproximar toponímia e geografia não apenas no campo dos métodos de estudo, mas também em aprofundamentos teóricos. Neste mesmo caminho, Menezes e Santos (2006) discutiram, anos antes, a proposição do termo *geonímia* para os estudos dos nomes de lugares, privilegiando a questão locacional e da análise espacial. O geônimo seria o termo conceituado para incorporar a possibilidade de georreferenciamento do nome com base em cartas, mapas e outros documentos históricos.

---

<sup>11</sup> Apesar de serem autores europeus, Membrado-Tena e Iranzo-García realizaram a publicação em um periódico que se encontra em uma instituição situada no México (Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Geografía). A pesquisa focaliza nos periódicos de origem ibero-americana, independente da nacionalidade dos autores que as realizam. O mesmo ocorre com Havre (2016) e Garau & Sebastián (2013).

As contribuições destacadas mostram-se atuais em um cenário que a toponímia se renova para sua fase crítica. Ainda assim, é ressaltado a forte presença de uma análise quantitativa através da classificação toponímica em alguns trabalhos (ALVES et al, 2016; SANTOS; SEABRA, 2015; SANTOS, 2016) ou mesmo da incorporação de novas tecnologias, como o uso de Sistemas de Informações Geográficas – SIGs – para quantificar e espacializar a relação desses nomes com as paisagens (GARAU; SEBASTIÁN, 2013; MEMBRADO-TENA; IRANZO-GARCÍA, 2017). Destarte, as publicações ibero-americanas avançaram em poucas proposições de análise e concepção teórica de seu objeto.

Em contrapartida, as proposições que buscaram iniciar um caminho em busca da incorporação de novas epistemes ao debate ainda o fazem como pontos isolados, carecendo de mais tempo para que seja possível o espraiamento das ideias e o amadurecimento de novas abordagens (BASTIANI et al, 2018; MENEZES; SANTOS, 2006).

Os trabalhos que adotam uma abordagem denominada crítica da toponímia ainda são minoria no campo de publicações ibero-americanas, tomando como base a amostra analisada. De certo, compreende-se que a mudança de base e quantitativos de trabalhos analisados pode impactar nos resultados. Ainda assim, os dados até aqui sinalizam que a incorporação de novos métodos e teorias, tal como a novas possibilidades de interpretação do processo de nomeação do lugar rumo ao *critical turn*, ainda possuem um longo caminho. As pistas de como incorporar conceitos, teorias e métodos de diversas áreas, mas principalmente da Geografia, são sinalizadas em alguns trabalhos por pesquisadores mais experientes.

No campo da Geografia Cultural, por exemplo, Roberto Lobato Corrêa sinaliza que as formas simbólicas espaciais, materiais ou não, “constituem signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados” (CORRÊA, 2007, p.7) e, sujeitas a diversas interpretações, caracterizam-se por uma polivocalidade. A toponímia é uma forma simbólica que identifica diferentes elementos no espaço, como logradouros públicos, bairros, cidades, atribuindo-lhes um significado que pode valorizar ou estigmatizar o próprio objeto. Vinculadas à identidade, à espacialidade e à escalaridade, a toponímia, assim como o processo de nomeação, o autor afirma que elas são parte de um movimento de produção e reprodução do espaço e que sua investigação pode contribuir para entender dinâmicas que perpassam o campo do simbólico na Geografia.

Por que os trabalhos não buscam compreender o processo de nomeação de um lugar e dão demasiada ênfase em seu produto (o nome do lugar)? Que outros conceitos podem renovar o campo do estudo dos nomes dos lugares, abrindo-o a possibilidade de novas questões sobre o modo como a toponímia é parte da (re)produção do espaço? Que outras abordagens incorporam

questões de gênero, raça e classe e, conseqüentemente, de disputa do espaço ao estudar a toponímia?

Essa são perguntas em aberto e que, na revisão bibliográfica proposta neste capítulo, ainda não foram contempladas de maneira satisfatória nas publicações em periódicos ibero-americanos apontadas acima. No mundo anglófono, a Geografia parece caminhar na dianteira de consolidar novos rumos para se entender a toponímia como elemento importante da (re)produção das práticas sociais de diferentes grupos, assim como parte central do esforço em responder a novas questões de nosso tempo.

Nos capítulos a seguir, as reflexões teóricas acompanham as lacunas identificadas nos trabalhos que foram lidos e sistematizados. Diante deste cenário, busca-se incorporar alguns elementos. O primeiro deles é o conceito de escalaridade, parte fundamental do processo de nomeação dos lugares. A escalaridade mobiliza significados individuais que ganham forma quando vistos em conjunto. O segundo elemento que surge como lacuna está presente na possibilidade de utilizar a toponímia como parte dos estudos em geografia histórica. As configurações de espaços pretéritos podem orientar como diferentes processos atuaram ao longo do tempo, gerando novas formas e funções, a partir de diferentes estruturas. A discussão sobre os contextos que impactam o processo de nomeação do espaço é crucial para compreender a dinâmica dos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos envolvidos. Esse cenário é essencial para compreender como a ação humana produz e atribui significados aos nomes geográficos.

## **2.5 Apontamentos para as bases geográficas nos estudos toponímicos**

Os nomes dos lugares são elementos da paisagem que nos contam sobre o mundo e como os grupos sociais constroem significados por e a partir deles. Para o conhecimento geográfico eles são de extrema importância e merecem a construção de um campo sólido de investigação. Não se trata de um puro preciosismo ou exaltação. Como parte de nós, os nomes dos lugares são parte da construção do mundo – e de mundos, parte da construção do espaço geográfico, engrenagem dos caminhos percorridos pela sociedade.

Até aqui, tem-se diferenciado a utilização de alguns termos. A toponímia, primeiro deles, é uma área do conhecimento da linguística que estuda os nomes dos lugares. Comumente é tratada como sinônimo deste. O segundo, o topônimo, é o nome do lugar propriamente. É o que descreve, individualiza, singulariza, o que “dá vida” a um objeto, fenômeno ou ser.

Nesta seção, o objetivo é apresentar categorias de análise importantes para o estudo toponímico e dos processos de nomeação enquanto temas-chave para a geografia. Desta forma, a partir das percepções e lacunas identificadas nos estudos toponímicos analisados pretende-se introduzir, em um primeiro momento, a perspectiva de estudo do nome do lugar enquanto uma forma simbólica espacial. Em um segundo momento, quais as categorias associam-se a essa visão epistemológica na geografia, tornando as abordagens dos estudos dos nomes e dos processos de nomeação profícuas aos geógrafos.

A consolidação de um campo de estudo da toponímia crítica, como nomeiam alguns autores supracitados, expõe a necessidade da incorporação de conceitos e categoriais a essa área. A exposição de que o estudo toponímico em sua fase classificatória e inventariante é importante, porém suficiente para responder algumas questões sobre a construção de um espaço simbólico não pode esgotar-se na crítica e no discurso. Se por um lado proposições interessantes têm surgido, por outro, alguns estudos soam mais como discursos do que análises. Assim, propõe-se a contribuir nesta tese como uma outra possibilidade de investigação toponímica dentro da geografia.

### 2.5.1 O nome do lugar e sua posição no estudo toponímico

A fala sobre um determinado conceito, sua definição e trajetória, requer a escolha – como um corte – de autores e trabalhos da área que tiveram reconhecida contribuição. Falar sobre a toponímia e os nomes dos lugares traz à tona uma multiplicidade de trajetórias que podem ser adotadas. Como proposição ampla da tese, a escolha de autores e trabalhos a serem discutidos nessa seção percorre um caminho de “dentro para fora”. Partiremos de alguns autores brasileiros que discutiram o tema para, só então, incorporar algumas concepções dos vizinhos latino-americanos e ibéricos, chegando, posteriormente, aos autores da comunidade anglófona.

O que justifica essa estratégia? Muitos cientistas sociais (linguistas, geógrafos, historiadores, cientistas sociais) brasileiros, latinos e ibéricos trataram da toponímia de forma sofisticada e crítica antes ou no mesmo momento que outros autores estrangeiros. Quando temos acesso a trabalhos sobre os nomes dos lugares produzidos nos últimos anos, pouco se vê a difusão de trabalhos latino-americanos e ibéricos importantes, notando-se uma crescente valorização de perspectivas da comunidade anglófona. Não se trata de, mais uma vez, depreciação ou desvalorização da pesquisa de autores renomados pelas grandes editoras ou meios de publicação. Trata-se de chamar atenção para o fato de que, ao nosso alcance, já

solucionamos ou elaboramos metodologias e conceitos a partir de experiências construídas em raízes comuns.

Ainda que pareça um começo comum a todos os trabalhos da área, explicar do que se trata a toponímia também é um exercício de autoafirmação necessário, já que o conceito não é utilizado de forma corriqueira, muito menos tem seu emprego adequado algumas vezes. Trata-se de uma área vinculada a Onomástica. O autor Sebastião Furtado a compreende como o estudo dos nomes de sítios, povoações, nações, e bem assim os rios, montes, vales etc., isto é, o estudo dos nomes geográficos (FURTADO, 1960).

As mudanças que vem ocorrendo, desde seu começo na França em 1878 com Auguste Longnon, até hoje, tem se dado na forma (o método) como a toponímia vem sendo trabalhada e integrada com outras ciências. Se antes o inventário classificatório bastava aos anseios dos pesquisadores e da comunidade, agora é preciso lidar com outras questões que abrangem o campo social, cultural e econômico. Assim, Dick nos recorda de que “é lícito considerar-se a Toponímia, antes de tudo, como um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1992, p.16)

Quando pensamos em geografia e toponímia são casos interessantes a utilização da toponímia como marcadores espaçotemporais para identificação da manutenção de feições geomorfológicas no litoral do nordeste do Brasil (ver FURRIER; MEDEIROS, 2011); os estudos de geografia histórica na busca pela compreensão das mudanças nas cidades potiguares ao longo dos séculos através da nomeação do espaço público (ver TEIXEIRA; BRITO; MEDEIROS, 2015) ou mesmo a reconstrução de paisagens através dos nomes de um lugar (ver MEMBRADO-TENA; IRANZO-GARCÍA, 2017).

Uma vez identificada a ampla intersecção que a toponímia faz com diferentes áreas do conhecimento e, em especial nesta pesquisa com a geografia, não surpreende que esta área tenha se ampliado como um subcampo de estudo para os geógrafos nos últimos anos. O que motiva esta tese em especial a adotar a toponímia enquanto tema de pesquisa é sua possibilidade de intersecção com outras importantes áreas e temas na geografia, ampliando sobre uma perspectiva geográfica, em alguns casos, a análise dos processos de nomeação dos lugares. Muitas áreas têm avançado na utilização de tecnologias da informação para a pesquisa geográfica, como o caso da geomorfologia e o uso de SIGs (Sistemas de Informações Geográficas) ou mesmo os avanços da teoria da geografia através da revisitação de filósofos e outros autores das ciências sociais.

A toponímia dentro da geografia, de maneira geral, parece caminhar a passos mais lentos, principalmente quando se trata dos estudos no Brasil e na América Latina. Outras escolas

têm apresentado contribuições interessantes e renovadas, ao passo que o estudo classificatório e inventariante ainda é dominante por aqui.

Importante salientar, mais uma vez, que os estudos onomásticos em suas múltiplas abordagens, da qual está incluída a classificatória, possuem papel ímpar na produção de conhecimento sobre a nomeação de um lugar. São, assim, base de pesquisa para as explorações que almejam responder novas questões envolvendo a incorporação de outros métodos das ciências sociais e humanas.

Os estudos chamados críticos apresentam propostas que questionam e usam o tecido social como ponto de partida para estudar as nomeações, renomeações e usos dos nomes no cotidiano. Essa não é uma possibilidade recente, mas que Dick (1997) já tratava nos anos de 1990 como dimensão crucial do aprofundamento do estudo toponímico. Assim:

[...] uma análise toponímica pressupõe a busca de particularidades que não podem ficar apenas nas características mais evidentes apresentadas pelo nome; deve-se procurar, tanto quanto possível, ou seja, tanto quanto as fontes ou a documentação o permitirem, as origens mais remotas do denominativo, objetivando as eventuais substituições experimentadas, e a sua razão determinante, de modo que se possa tentar um equacionamento da nomenclatura em períodos ou estágios onomásticos – senão de toda ela, pelo menos em alguns nomes – que talvez reflitam momentos distintivos do pensar da época analisada (DICK, 1997, p.15-16).

Desta forma, o que Dick (1997) chama atenção ao mencionar os “momentos distintivos do pensar da época”, materializados na toponímia, se traduz, em outras palavras, na estrutura social da época que influenciou, por diversos fatores, a nomeação do espaço. Isto extrapola abordagens meramente classificatórias, mas traz à tona a necessidade de um arcabouço sofisticado (assim como faz a autora a sua época, em seu campo de pesquisa) para compreender como os nomes, em seu processo de criação/modificação/permanência constituem-se em elemento simbólico de seu tempo, parte de uma sociedade, reflexo dela.

Tendo apoio nessas bases já solidificadas na onomástica, na história e na própria geografia, pretende-se, adiante, apontar para uma contribuição nova na abordagem dos nomes dos lugares na geografia. Trata-se, em última análise, de sistematizar discussões que já contribuíram em muitos pontos, mas até o momento não foram entrelaçadas, lançando mão de uma perspectiva outra sobre o espaço simbólico.

### 2.5.2 A nomeação e os nomes: bases geográficas

A chamada virada cultural na geografia deu-se a partir da década de 1970 e, como já mencionado, outra interpretação foi adotada ao conceito de cultura. Esse conceito, que agora

evoca a polivocalidade, enriquece essa nova perspectiva a partir do momento que possibilita uma gama de interpretações aos fenômenos e narrativas espaciais. É a partir da polivocalidade, mencionada por Corrêa (2018), que outros assuntos se tornam objeto de estudo da chamada geografia cultural.

Movimento semelhante aconteceu com a área da toponímia, porém de forma mais recente – a partir dos anos 1990. A virada crítica trouxe um novo olhar ao estudo do nome e dos processos de nomeação onde o enfoque passou a ser a teia de significados e espacialidades produzidas pelos nomes, tal como os processos que dão forma a estes arranjos. Esse movimento vem em um momento em que a toponímia, dentro da geografia, busca ganhar novos ares e novos campos de investigação. Isto não quer dizer, por outro lado, que os desafios foram superados. Dick (1990) já mencionara na década de 90 que chegar ao ponto em que motivou exatamente a escolha de um nome é um fato raro. Por outro lado, é possível construir um quadro interpretativo para compreender os significados do ato de nomear, da posição dada ao nome, do objeto que caracteriza, dos grupos que o concebe e dos significados que se mobiliza em distintas escalas.

O topônimo, mais do que uma palavra que fornece significado a um objeto ou ser, também se inscreve no espaço como uma forma simbólica. Entende-se forma simbólica, a guisa de discussão, como sendo representações da realidade (HALL, 1997). Frente a essa possibilidade, o topônimo nesta pesquisa é visto como uma forma simbólica espacial, o que lhe permite articular localização, tempo, escala e significados em uma grade de designações que vai muito além de atribuições nominais ao acaso.

A contribuição acerca das formas simbólicas espaciais é feita por diversos autores e algumas delas serão tratadas adiante. O que se compreende a partir das discussões estabelecidas é que as formas simbólicas articulam significados, política, espacialidade e escalaridade, contribuindo com uma rica perspectiva de investigação para a compreensão do espaço em diferentes dimensões, e não se relacionam de maneira excludente, mas dialética. Para o aprofundamento das questões das formas simbólicas espaciais e dos significados, a discussão profícua ficará a cargo do capítulo posterior sobre os nomes, significados e o espaço. Por ora, cabe ressaltar através de alguns exemplos como algumas dessas categorias torna-se iminentemente importantes na construção de uma base geográfica dos estudos toponímicos.

Uma reflexão que se chega após a leitura de diferentes obras é que as formas simbólicas ao articularem política, espacialidade, escalaridade e significados, trazem para o estudo dos nomes e dos processos de nomeação uma outra possibilidade de compreender a construção e apropriação do espaço enquanto um espaço que também é simbólico. A título de empiria, nesta



tese o estudo sobre a nomeação das cidades de Petrópolis e Teresópolis apresenta alguns exemplos. Em Teresópolis, a nomeação das principais Avenidas da cidade em meados do século XX com nomes de ex-presidentes da Província do Rio de Janeiro é um exemplo de como ser articular posição, visibilidade e status em um nome que figura em uma área central da cidade. No mesmo ponto, próximo a Prefeitura da cidade, figura um busto (outra forma simbólica espacial) de George March, considerado um dos primeiros ocupantes daquelas terras.

Assim, quando o nome é visto como uma forma simbólica espacial, articula a **espacialidade** através da possibilidade de ver que a ação humana se faz de modo diferente sobre a superfície terrestre, não só pela materialidade das coisas criadas, mas pela significação dada de modo diferente a porções da superfície terrestre. Assim, a diferenciação do espaço se dá, não só pela materialidade, mas pelo simbolismo e significado dos seus objetos. É o que consta diferentes processos de nomeação do espaço, ou seja, diferentes processos de significação.

Um exemplo interessante ao analisar o centro histórico da cidade de Petrópolis na diferenciação espacial criada a partir da nomeação se dá ao observar onde nomes ligados ao Brasil Império localizavam-se, de onde foram retirados e onde passaram a figurar novamente. As Avenidas Imperatriz e Imperador foram apagadas do cotidiano da cidade por cerca de sete décadas. Foram nomeadas, logo após 1889 como 7 de setembro e 15 de novembro. Romperam a lógica de homenagens às figuras monárquicas e passaram a exuberar datas importantes para a construção da história nacional. Despersonificadas, criavam um núcleo de ruas no entorno do antigo palácio imperial que não estavam mais ligadas aos ideais do antigo regime monarquista. Diferenciavam-se, assim, de inúmeras outras ruas que não foram afetadas.

Por outro lado, a diferenciação do espaço através de distintos processos de nomeação e a resultante de áreas com nomes parecidos em seu significado e outrora, muito dispare, articula implicitamente uma outra categoria importante. O que parece perder sentido ao ser analisado em parte, ganha forma quando compreendido no todo. Assim, do conjunto de significados e sua articulação com partes e todos, que se dá através da(s) localização(ões) e dos nomes e as memórias escolhidas, resulta a escalaridade. A escalaridade articula partes e todo que podem ou não coabitar o mesmo lugar (bairro, cidade ou nação).

Quando olhamos as ruas do centro da cidade de Teresópolis é notória a presença de figuras políticas de diferentes partes do Brasil e do mundo. As homenagens podem ter ocorrido em contexto de estruturas diferentes, ainda que se trate de uma mesma categoria de homenagem – figuras públicas. Embora guardem a característica da homenagem em comum, os motivos podem ser diferentes e sem conexão real. A rua Dr. Delfim Moreira e a estrada Presidente Roosevelt guardam em comum o nome de figuras políticas, mas que não necessariamente tem

alguma conexão para além do fato de serem políticos. O contexto, a estrutura social, porém, nos conta que enquanto Delfim foi homenageado em uma onda de nomeações a personagens nacionais que se assemelhavam em valores aos grupos da época, Roosevelt foi homenageado em virtude da ajuda financeira e do alinhamento político do Brasil com os EUA, em um contexto internacional. Faz sentido ao olhar que a área do centro da cidade homenageie políticos distintos e que, talvez, não tenha nenhuma ligação com a cidade. Mas só faz sentido ao analisarmos que cada parte surge por razões distintas.

Por último e igualmente importante, o significado dos nomes é peça importantíssima. Quando se fala do significado dos nomes, por muito tempo vem se tratando nas pesquisas sobre a temática como o significado que a palavra em si possui. O significado não está na leitura do nome a partir de uma categoria taxionômica, como trabalham muitas vezes os linguistas. O significado está na articulação do nome com a localização, as formas simbólicas adjacentes e as políticas escalares de nomeação do espaço, em um dado contexto. Caminhando nesta perspectiva, se visa nesta tese realizar uma leitura dos processos de nomeação e dos nomes dos lugares que possibilite uma interpretação mais ampla da construção da grade toponímica dos lugares.

Diante do exposto, cabe lembrar que para esta pesquisa o topônimo, enquanto uma forma simbólica espacial, articula espacialidade e escalaridade na significação do espaço construído por e a partir dele. O processo de nomeação é a chave para compreender como diferenciações no espaço e na paisagem são criadas, por e a partir de diferentes significados, e como os grupos se articulam através das políticas de nomeação para difundir e criar narrativas pelo espaço. Para cobrir a análise por essas perspectivas, as categorias aqui apresentadas tornam-se fundamentais. Aliadas a ela, uma metodologia que as considere na análise do espaço a partir dos nomes e dos processos de nomeação também é fundamental.

Nos capítulos seguintes, a discussão será retomada dando a devida profundidade a cada uma delas e, para tal, articulando-as com algumas áreas da geografia. Espera-se, assim, que a partir desta discussão, o embasamento da metodologia proposta esteja sólido para ser apresentado em posto em prática.

### **3 NOMES, SIGNIFICADOS E O ESPAÇO: UM OLHAR SOBRE A PRODUÇÃO E A NOMEAÇÃO DOS LUGARES**

O espaço e o tempo são categorias presentes na história do pensamento geográfico, perfazendo um longo período de discussão. Qualquer incursão no debate demanda o contato com os debates anteriores e que, diante de sua relevância, ainda fomentam a discussão no âmbito da ciência geográfica em diferentes temas. O espaço, o tempo e o significados são os temas destacados para este capítulo, no qual, orientados pelo estudo da toponímia e do processo de nomeação, serão aprofundados a partir de perspectivas não convencionais, constituindo-se em base teórica para a análise da nomeação de um lugar.

O propósito deste capítulo é apresentar e discutir as perspectivas espacial e temporal fundamentais para se pensar a nomeação dos lugares enquanto parte da perspectiva geográfica de compreensão do estudo da toponímia. A perspectiva de um espaço simbólico e de uma periodização do tempo são a essência da construção do quadro toponímico proposto e elaborado nos capítulos a seguir. Os nomes, sob a perspectiva das formas simbólicas, possibilitam a compreensão das diferentes narrativas criadas no espaço, com base nos significados produzidos pelo jogo de posições que lhes é atribuído em um dado contexto. Assim é, quando é produzido sobre Teresópolis um documento que estabelece todos os logradouros com nomenclaturas de rios das principais bacias hidrográficas do Brasil. Que significado busca-se construir?

Com a fortuita discussão apresentada pelos autores escolhidos para este capítulo, pretende-se fundamentar esta maneira de se olhar a produção toponímica de um lugar.

Na primeira parte do capítulo é feita um breve resgate da perspectiva espacial na geografia. O resgatado perfaz as diferentes tradições do pensamento geográfico. Partindo da filosofia, na aproximação com o campo cultural e humanista, busca-se apresentar um breve panorama sobre a multiplicidade de perspectivas espaciais quando se trata da (re)produção da vida e do cotidiano. No que se refere à cidade, a toponímia é um elemento constituinte do processo de produção simbólica do espaço, sendo um produto das políticas de nomeação do espaço. Com o intuito de privilegiar o caráter simbólico dos nomes, o conceito de espaço simbólico de Ernst Cassirer é colocado como o conceito-chave para compreender o papel da nomeação dos lugares no cotidiano da sociedade.

O segundo ponto da discussão está relacionado à nomeação do espaço ao longo do tempo e a como é possível da forma aos processos mais atuantes neste cenário. Empiricizar o tempo é um desafio ao se trabalhar em uma perspectiva histórica na geografia. Desta forma, na segunda parte será discutida a empiricização do tempo como um elemento importante do estudo

dos processos de nomeação do espaço. O nome, enquanto uma forma simbólica, é dotado de características que são datadas no tempo e posicionadas no espaço. Dimensionar os processos que o dão forma torna-se um desafio ao estudar nomeações na perspectiva da Geografia Histórica.

No terceiro ponto, a discussão sobre os significados está dividida em duas partes. A primeira parte apresenta a memória enquanto elemento importante da narrativa toponímica. Mais do que uma lembrança, a evocação das memórias é compreendida como parte da construção das identidades, ponto chave da discussão de que a lembrança é parte intrínseca do comportamento humano, constituindo-se como importante aspecto da definição do ser e dos grupos sociais. O segundo ponto discorre sobre o conceito de formas simbólicas e sua relação com a toponímia. Os nomes, visto enquanto formas simbólicas espaciais, possibilitam uma abordagem sobre a nomeação dos lugares, com base na geografia, que galga entender os processos mais do que, ou exclusivamente, as formas produzidas por eles. Ao final, defende-se que é no Imbricamento entre os topônimos elegidos, os arranjos e os contextos, que surge a interpretação do significado do batismo do espaço.

### **3.1 O espaço e a produção simbólica dos lugares**

A geografia, ciência que teve suas bases modernas a partir do século XIX, possui no verbete espaço um dos seus conceitos-chave. Tal como nos dicionários, em que diferentes definições são apresentadas, de que espaço se fala? Há de se pensar em múltiplos espaços?

O que se tem ao certo é que o espaço, ao longo das tradições da geografia, foi conceitualizado de formas distintas. Cabe aqui, um brevíssimo apontamento para cada uma dessas tradições, contextualizando e dialogando com o capítulo anterior sobre a produção e o enfoque dos estudos em toponímia. Esse *link* se faz necessário para explicitar onde a contribuição desta tese busca embasar-se conceitualmente.

O que é, afinal, o espaço? Esta é a indagação com a qual Corrêa (2000) inicia seu texto sobre as distintas acepções do espaço enquanto um conceito-chave da geografia. O autor busca apresentar como o conceito foi concebido na geografia tradicional e, posteriormente, na emergência da denominada revolução teórico-quantitativa. Em sequência, em sua fase conhecida como crítica (materialismo histórico e dialético) e, por último, na abordagem dos geógrafos humanistas e culturais.

A geografia tradicional<sup>12</sup> apresentou em seus principais debates os conceitos de paisagem e região. A abordagem espacial, segundo Corrêa (2000), associada à localização dos homens e aos fluxos foi colocada em segundo plano entre os geógrafos. Ainda que presente nas obras de Ratzel e Hartshorne, o espaço não se constitui enquanto conceito chave na geografia tradicional.

Ao falar sobre a obra de Ratzel e o conceito de espaço, o autor sintetiza que o conceito “transforma-se, assim, através da política, em território” (CORRÊA, 2000, p.18), outro conceito-chave da geografia. Na antropogeografia de Ratzel, são desenvolvidos os conceitos de território e espaço vital, embasados pela ecologia. Em Hartshorne, a perspectiva sobre o espaço constitui-se enquanto um receptáculo que contém coisas. A visão mais fria sobre o espaço, deriva justamente por esse receptáculo ser compreendido com um espaço absoluto, “isto é, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa”.

Neste período, finais do século XIX e início do século XX, o estudo dos nomes dos lugares passou a ganhar relevância por sua expressividade numérica e aproveitamento nos trabalhos de reconhecimentos dos territórios. O nome de um lugar, na conhecida abordagem da toponímia clássica, passou a ser um descritivo das paisagens e dos territórios onde eram coletados e mapeados. Essa abordagem descritiva da toponímia estabelecia, em si, quase que uma ligação direta entre o nome e os aspectos ditos físico-naturais do território. Em tom especulativo, ainda que não se fale em estudos ou ligações diretas sobre toponímia e geografia, era sobre uma determinada concepção de espaço, ou sua ausência, que se estudava o conjunto de nomes de um determinado lugar. Afinal, institucionalizar territórios e lugares requer identificá-los das demais porções circundantes e esta, como nos recorda Claval (2014), é uma necessidade presente desde a consolidação das sociedades sedentárias e organizadas: uma toponímia que também seja fixa.

Profundas mudanças atingiram a geografia a partir da década de 1950, baseadas na revolução teórico-quantitativa com fundamentação positivista. Sobre isso, Corrêa (2000) aponta o raciocínio hipotético-dedutivo como consagrado mais pertinente ao momento. Era a

---

<sup>12</sup> Vale ressaltar um ponto de inflexão sobre o debate do espaço dentro da geografia e suas consequências para a concepção do campo científico. Assim, o adendo apresentado por Souza (2014) versa sobre a obra do geógrafo Élisée Reclus. O espírito que marcou o âmbito da geografia clássica foi, majoritariamente, o princípio da dicotomização dentro da disciplina em “Geografia Física” e “Geografia Humana”. A concepção de Reclus, chamada de “Geografia Social”, atuava “como a denominação de um conhecimento integrador do espaço geográfico com os seres humanos” (Souza, 2014, p.27). Na busca por uma analogia que responda, de forma breve, a identidade da geografia, o autor pontua que, inevitavelmente, a geografia é uma ciência de base plural para quaisquer que seja os conceitos-chave aqui propostos.

visão de uma unidade epistemológica da ciência – o método único – com base nas ciências da natureza. É a primeira vez que o espaço surge enquanto conceito central da geografia na história do pensamento geográfico. Destacam-se, assim, duas perspectivas principais: a noção de planície isotrópica e a representação matricial.

A planície isotrópica “é uma construção teórica que resume uma concepção de espaço derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo” (Corrêa, 2000, p.20). Na física, isotropia consiste nas características constantes de um corpo, independente das direções consideradas. Enquanto pensamento dentro desta corrente da geografia, as planícies isotrópicas consistiam em espaços homogêneos em diferentes características (relevo, clima, vegetação). A ação humana sobre essa planície produzia uma série de diferenciações no espaço. A distância era o fator mais importante nesta análise, pontua Corrêa (2000), pois uma série de modelos e esquemas derivaram dessa ideia, como os anéis concêntricos de uso da terra de von Thunen ou a hierarquia de lugares centrais em Christaller.

Avançando a denominada geografia crítica, algumas tensões foram instauradas a partir de 1970. Sob a crítica da marginalização do espaço na obra de Marx e a reafirmação dele na obra dos geógrafos neomarxistas, é a análise marxista do espaço na obra de Henri Lefébvre que traz o conceito à tona. Na obra do autor, o espaço ganha a tônica de o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. É partir daqui que a perspectiva sobre o espaço que se busca nessa tese passa a entrelaçar os caminhos do conceito dentro da história do pensamento geográfico. Sobre isso, Harvey expõe que:

é a partir dessa tradição do pensamento especializado que Lefebvre (quase certamente baseado em Cassirer) constrói sua própria divisão tripartite do espaço material (o espaço da experiência e da percepção aberto ao toque físico e à sensação); a representação do espaço (espaço concebido e representado); e espaços de representação (o espaço vivido as sensações, da imaginação, das emoções, e significados incorporados na forma como vivemos o dia a dia) (HARVEY, 2006, p. 279, tradução livre)<sup>13</sup>.

Ainda no campo da geografia marxista, Milton Santos também marcará o pensamento geográfico como um dos expoentes do campo. Corrêa (2000) aponta para a inspiração da obra de Santos em parte em Lefébvre. A vasta obra de Milton Santos muda a concepção da geografia em diferentes níveis, a começar pelo âmbito nacional. Neste sentido, seria impossível e injusto abarcar sua contribuição em poucas linhas. Para Santos, o espaço constitui em uma instância da

---

<sup>13</sup> No original: It is out of this tradition of spatialized thought that Lefebvre (almost certainly drawing upon Cassirer) constructs his own distinctive tripartite division of material space (the space of experience and of perception open to physical touch and sensation); the representation of space (space as conceived and represented); and spaces of representation (the lived space of sensations, the imagination, emotions and meanings incorporated into how we live day by day) (HARVEY, 2006, p. 279).

sociedade. Em sua obra “A natureza do espaço” (2014a [1996]), conceitua que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário, e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2014a [1996], p.63).

Anteriormente, Santos (2014b [1985]) já discutira em Espaço e Método, o que caracterizava a abordagem da sociedade através da categoria espaço, propondo que este deve ser considerado como uma totalidade. Surge então em sua discussão, as categorias de análise do espaço, a saber forma-função e estrutura-processo. Fundamentais em sua análise da totalidade do espaço, Corrêa incorporará posteriormente (2007), dentro de uma perspectiva da geografia cultural, o significado como categoria complementar a análise do espaço. Decorre daí a proposição de forma-processo-significado. Aqui também há a influência, posteriormente, no que Ernst Cassirer vai desenvolver com sua filosofia das formas simbólicas, aprofundadas a seguir.

Aprofundando o campo onde as teorias mais avançaram sobre uma perspectiva de um espaço experienciado, as chamadas geografias humanista e cultural desempenharam um papel importante ao aproximar a experiência e o subjetivo ao campo. A partir da década de 1970, sofreram o que foi conhecido como “virada crítica”, fomentando novos debates e conceituações a partir de uma perspectiva renovada da cultura e do humanismo.

Sobre o tema, Corrêa (2000) pontua que é a subjetividade que dará a tônica da abordagem da geografia humanista, envolvida pelos sentimentos, experiência, simbolismo e o privilégio do particular sobre o universal na compressão do mundo. Paisagem e região passam a ser revalorizados por essa corrente, enquanto o lugar torna-se conceito-chave. O espaço “adquire, para muitos autores, o significado de espaço vivido” (CORRÊA, 2000, p.30). No âmbito das experiências e do simbolismo, a teoria de Cassirer encontrará eco em alguns autores da geografia.

Neste campo destaca-se Tuan, geógrafo sino-americano, reconhecido pelo estudo, dentro da geografia humanista, dos sentimentos espaciais e as ideias de um grupo sobre o espaço a partir da experiência (CORRÊA, 2000). Diante desta breve retomada de pontos importantes da história das tradições da geografia, pretende-se aprofundar na contribuição que Ernst Cassirer sobre o debate de um espaço simbólico, experienciado e marcado como substrato importante nos sentidos atribuídos a vida em sociedade.

### 3.1.1 Uma contribuição a partir de Ernst Cassirer

Ernst Cassirer foi um dos grandes filósofos do início do século XX a trabalhar a construção de uma teoria sobre a filosofia das formas simbólicas. Neste ínterim, desenvolveu uma visão própria sobre o espaço, que agregou diferentes conceitos ligados às ideias de símbolos, significados e signos. Partindo de uma visão sobre o espaço que se contrapôs à ideia de um espaço geométrico-euclidiano – de um espaço homogêneo e vazio –, o autor buscou discutir a perspectiva de um espaço simbólico, marca da relação do homem em valorar tudo o que o cerca a partir de uma objetivação que precede a das formas existentes. Ainda que sua pretensão não tenha sido uma conexão direta com a geografia, Cassirer abriu o caminho para se interpretar e utilizar da fonte de suas reflexões uma nova interface da geografia com a filosofia e engrossar as discussões da disciplina.

Além do autor, outros pensadores vêm se dedicando à sua obra, apontando e fomentando novas interfaces entre geografia e a filosofia das formas simbólicas. O primeiro que será citado neste capítulo é J. Nicholas Entrikin em seu trabalho *Geography's spatial perspective and the philosophy of Ernst Cassirer*. O autor inicia seu artigo salientando que a pesquisa geográfica se utiliza de diferentes recursos, sendo um deles a perspectiva espacial, manifestada na literatura geográfica de distintas formas.

Entrikin destaca, em particular, o papel de duas dessas perspectivas. A primeira, predominante na história do pensamento geográfico, é aquela em que a perspectiva espacial está voltada a mensurar a relação entre diferentes fenômenos na superfície terrestre. A segunda, que marcou mudanças recentes nessa perspectiva espacial, é aquela dada pelos geógrafos na fenomenologia. Em uma terceira via, pode-se destacar a obra de Cassirer, compreendendo a uma filosofia *neokantiana* que abarca diferentes perspectivas espaciais trabalhadas na geografia ao longo do tempo.

Retornando a Cassirer, pode-se perguntar: qual a contribuição do autor sobre a perspectiva do espaço, que contempla elementos que outras perspectivas não contemplam? Para elucidar essa questão, recorreremos à obra *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*.

O prefácio do livro conta com um relato do autor sobre a trajetória que levou à concepção da obra, além de alguns pormenores tratados ao longo do texto. Diferentemente dos três volumes publicados sobre a FILOSOFIA DAS FORMAS SIMBÓLICAS, Cassirer presa por uma obra mais comedida, mas com densidade compatível ao pensamento que busca desenvolver. Ainda que não trate de um tema que busca ser “popular”, no sentido de fácil apreço



por uma grande quantidade de leitores, o autor almeja o caminho do conhecimento dos problemas fundamentais da cultura humana (CASSIRER, 1977).

A obra inicia um resgate sobre a ideia do conhecimento de si próprio do homem, passando pelos pensadores da filosofia grega às bases de criação da psicologia. Em Sócrates e seus diálogos com Platão, apresenta a pergunta *o que é o homem?*, com base na filosofia destes pensadores e suas concepções. É a partir das reflexões sobre a natureza do homem que Cassirer discorre a visão humana sobre o mundo, essencialmente simbólica, o que o diferencia dos demais seres.

Cassirer debate a visão de Uexkull, a partir do vitalismo, onde a vida é uma realidade final e dependente de si mesma. Assim, “seria de um dogmatismo muito ingênuo a presunção de que existe uma realidade absoluta de coisas, idêntica para todos os seres vivos” (CASSIRER, 1977, p. 47). A realidade não seria uma coisa homogênea e única, mas possuiria diferentes padrões e planos quantos são os organismos diferentes. Em outras palavras, haverá tantos espaços tanto quantos indivíduos existirem, pois as percepções e experiências são distintas a cada ser vivo.

Ao propor sobre as experiências, e conseqüentemente as realidades, no mundo dos seres vivos, Uexkull envereda pelo caminho da anatomia comparada para formular que, frente às características dos seres, há o sistema receptor e o sistema destinado à resposta na troca em que o ser estabelece com o ambiente. Nesse sentido, “todo organismo, até o mais rudimentar, não só se acha adaptado, num sentido vago (*angespasst*) ao seu meio, mas também inteiramente coordenado (*eingespasst*) com seu ambiente” (CASSIRER, 1977, p.48).

Cassirer indaga se o sistema proposto por Uexkull é aplicável a caracterização do mundo humano, uma vez que o homem não foge as regras biológicas que governam a vida de todos os seres. Entretanto, há uma distinção entre o homem e os demais seres.

O homem, por assim dizer, descobriu um novo método de adaptar-se ao meio. Entre o sistema receptor e o sistema de reação, que se encontram em todas as espécies animais, encontramos no homem um terceiro elo, que podemos descrever como o sistema simbólico [...]. Em confronto com os outros animais, o homem não vive apenas numa realidade mais vasta; vive, por assim dizer, numa nova dimensão da realidade (CASSIRER, [1944] 1977, p.49).

A percepção de Cassirer sobre o homem, como apontou Gil Filho e Silva (2019), é a noção de um ser essencialmente simbólico. A resposta humana ao ambiente não é imediata. É interrompida e retardada por um processo mais lento do pensamento. O homem não vive mais um universo puramente físico, mas sim um universo simbólico, onde o mito, a arte e a religião são parte deste universo.

A percepção do homem enquanto um ser simbólico está atrelado à sua capacidade de significar e ressignificar todas as ações cometidas sobre o espaço. O espaço, ora visto sob uma visão homogênea e isenta, não comporta apenas, para Cassirer, a perspectiva matemática e isenta das ciências naturais. O espaço é um espaço da reprodução da ação humana, força essencialmente simbólica. Sobre o mundo humano do espaço e do tempo, Cassirer argumenta que ambos são o arcabouço que sustenta essa realidade.

Se o homem, enquanto ser simbólico, sustenta um comportamento diferenciado dos demais seres, sua percepção sobre os substratos do tempo e do espaço também será diferenciada. Assim, Cassirer busca no capítulo 4 de sua obra descrever e analisar o caráter específico que o espaço e o tempo assumem na experiência humana. Para tal, o autor busca analisar as formas da cultura humana. São estabelecidos os tipos fundamentais da experiência espacial e temporal, em diferentes níveis. Nesta relação quase que hierárquica, no nível mais baixo está o espaço e o tempo orgânicos; no nível intermediário está o espaço perceptivo; por último, o espaço simbólico.

O **espaço orgânico** seria o nível mais essencial de todos. Está presente dos seres rudimentares até os seres superiores, incluindo nesta lista a espécie humana. A ideia central desta perspectiva é que os seres são movidos por impulsos corpóreos de um gênero espacial, mas sem possuírem uma noção mais ampla do espaço, assim como das relações estabelecidas nele e com ele. Cassirer exemplifica essa noção a partir da vida de um pintinho. Ao sair do ovo, o animal já sabe apanhar grãos e outros pequenos animais no terreno, quase que em um movimento de instinto.

O segundo, o **espaço perceptivo**, contém os elementos com base na experiência sensorial. A visão, o tato, a acústica e a cinestética cooperam, para Cassirer, na construção da percepção sobre o meio. A dificuldade de abordar, à época, as questões que permeiam o espaço perceptivo, fazem o autor enveredar sobre a última perspectiva, aquela que consiste em parte fundamental para o mundo humano. Eis o espaço simbólico, construído ao longo da experiência humana e inalcançado de forma imediata desde o aparecimento da espécie no planeta.

O curioso nesta empreitada é que, em Cassirer, a chegada à concepção do **espaço simbólico** é construída a partir de percepções anteriores e de grande importância para o desenvolvimento da vida cultural do homem. A primeira delas é a ideia de espaço abstrato. Desde os gregos, a dificuldade de se conceber a natureza de um espaço abstrato estava posta. Newton advertiu para que não se confundisse o espaço abstrato com aquele da experiência humana: “As pessoas comuns [...] só pensam no espaço, no tempo e no movimento de acordo

com o princípio das relações que estes conceitos mantem com objetos sensíveis” (CASSIRER, 1977, p. 78).

Por sua vez, o fundamento do espaço abstrato, fortemente presente na ciência moderna a partir da física e da matemática, possui alicerces na idade antiga. A concepção dos babilônios sobre o tempo e o espaço foram fundamentais para iniciar este processo. As observações astronômicas, ocorridas no período babilônico são a estrada fortuita para uma série de formulações, encorpadas posteriormente pelas civilizações que a sucederam na vanguarda do desenvolvimento da cultura humana. A chamada álgebra simbólica surge como o primeiro embrião da concepção de um espaço abstrato.

O ponto central sobre esta obra para a filosofia de Cassirer reside na tentativa do autor em buscar uma ordem nas diversas maneiras do homem entender a organização espacial de seu ambiente, sendo o mito, a religião e a ciência, formas de se conceber uma perspectiva espacial. Para Entrikin, é isto que torna o trabalho de Cassirer importante para os geógrafos.

Cassirer ordena a variedade de perspectivas espaciais do homem e retrata cada uma dessas perspectivas como um atributo integral de um sistema simbólico específico, como o mito, a religião ou a ciência. Os significados das concepções espaciais são completamente interpretáveis apenas em seus respectivos sistemas simbólicos e não são reinterpretados como metáforas de um “espaço real” ou abstrações oriundas de um “espaço primordial. Sua filosofia proveu ordem para uma variedade de significados dados aos conceitos espaciais, mas sem reduzir a diversidade desses significados. É esse interesse em buscar ordem nas diversas maneiras pelas quais o homem entende a organização espacial de seu ambiente que torna o trabalho de Cassirer significativo para os geógrafos (ENTRIKIN, 1977, p. 219, tradução livre)<sup>14</sup>

O espaço em Cassirer é o lugar da expressão da experiência e do simbólico. O homem, mais do que um ser social, é um ser simbólico que conforma o mundo a partir de diferentes formas simbólicas (mito, religião, linguagem, ciência, história e artes). Diferente do espaço primitivo, onde se estabelece uma experiência direta com o meio, o espaço simbólico é mediado pelas formas simbólicas, conformadoras da experiência de objetivação do mundo.

---

<sup>14</sup> No original: Cassirer orders the variety of man’s spatial perspectives and portrays each perspective as an integral feature of a specific symbolic system, such as myth, religion, or science. Meanings of spatial concepts are fully interpretable only within their respective symbolic systems and are not reinterpreted as either metaphors of a “real space” or abstractions from a “primordial space”. His philosophy provides order to the variety of meanings given to spatial concepts, yet it does not reduce the diversity of these meanings. It is this interest in seeking order in the diverse ways in which man understand the spatial organization of his environment which makes Cassirer’s work significant for geographers.

Sobre o tema, Gil Filho e Silva (2019) argumentam que o espaço em Cassirer é pensado como categoria filosófica e parte fundamental do sistema simbólico. O espaço e suas espacialidades “deixam de ser apenas um campo de determinações intuitivas do ser exterior e passam a ser resultado da conformação simbólica”<sup>15</sup>.

Os nomes dos lugares, enquanto formas simbólicas espaciais, são parte desse conjunto de símbolos em um contexto de comunicação entre os indivíduos. Para além de identificar porções do espaço, conformam visões de mundo a partir de um conjunto de significados que buscam institucionalizar, produzindo distintas espacialidades (incluindo suas escalaridades). Ainda que a leitura desse espaço seja multifacetada, capaz de ser enumerada tanto quantos indivíduos por ali transitarem, a conformação desses topônimos *de cima-para-baixo* pode se configurar como uma tentativa de impor uma visão de um espaço simbólico. Como parte de um sistema, os processos de nomeação de um lugar se aliam a outras formas simbólicas para estabelecer uma narrativa sobre o lugar.

Partindo da perspectiva de um espaço simbólico e dos topônimos enquanto formas simbólicas espaciais, pretende-se oferecer a possibilidade de interpretar e compreender o processo de nomeação dos lugares enquanto parte da reprodução da vida humana no espaço. Enquanto ser simbólico, nomear as superfícies reflete a necessidade humana de mediar a relação entre os indivíduos com base em diferentes narrativas, que podem ser vistas sob diferentes perspectivas.

Encontramos nas reflexões de e sobre Cassirer a guarida possível para dialogar com o processo de nomeação como parte do poderio simbólico de se pensar e produzir o espaço enquanto parte da ação humana. Também é necessário recordar que a perspectiva sobre os topônimos é a das formas simbólicas, discutidas por Cassirer em sua filosofia das formas simbólicas. Assim, analisar o processo de nomeação e a toponímia de um lugar por esta perspectiva, exige que ambos congreguem uma mesma perspectiva. Encaramos, neste sentido, o espaço enquanto conformação do homem simbólico, onde as experiências se dão a partir de uma prática que invariavelmente busca dar diferentes significados aos lugares. O ato de nomear e, por consequência, os nomes que batizam o espaço são parte deste processo contínuo do homem em produzir tanto espaços possíveis quanto indivíduos existem. Cabe ao geógrafo interpretá-los.

---

<sup>15</sup> Para maior aprofundamento no debate sobre conformação simbólica, consultar GIL FILHO, 2014; FERNANDES; GIL FILHO, 2011).

### 3.2 A Geografia Histórica: espaço e tempo de outrora

Se por um lado os geógrafos sempre teorizaram diferentes pensamentos sobre o espaço, conceito-chave da geografia, por outro viveram em altos e baixos quando o assunto é o tempo. Da sua negligência durante a fase clássica ao protagonismo com base na experiência sobre o espaço, lidar com o tempo em geografia sempre foi uma tarefa que despontou distintos caminhos. Afinal, qual o interesse do geógrafo pelo tempo?

Inúmeros caminhos podem ser percorridos para responder a esta questão, recorrendo a proposição de diferentes autores dentro da geografia. Corrêa propôs a caracterização de cinco vias de análise para a introdução do tempo na geografia. São eles a herança, a memória, o projeto, a inscrição e a trajetória. Consciente que são o pontapé para se aprofundar o debate no campo, o autor sustenta que essas vias negam a prática da narrativa cronológica. O interesse do geógrafo seria, assim, impulsionado “por meio da espacialidade da ação humana no curso da história, espacialidade que está materializada em obras fixas e expressas em fluxos, ambos resultados de complexos processos sociais” (CORRÊA, 2018, p. 39).

A herança está ligada às organizações espaciais como resultado do acúmulo de formas herdadas do passado. Reside aí o conceito de paisagem poligenética, isto é, a paisagem com formas produzidas em diferentes momentos pela ação de diferentes agentes sociais, efetivadores de distintas funções. Ela interessaria ao geógrafo “porque revela a organização do espaço que, alternada, sobrevive e se reinscreve no presente não mais em sua originalidade, mas transformada” (*ibid.*, p. 40).

A memória também se liga à paisagem, uma vez que esta remete ao passado através do exercício de resgate das lembranças que marcam, de forma seletiva, suas formas atuais. Sejam as memórias seletivas ou amplas, factuais ou inventadas, é através da paisagem que diferentes grupos expressam a recriação de diferentes valores. As formas simbólicas espaciais, como os nomes dos lugares, são um possível veículo da transmissão desse conjunto de valores e memórias.

Em terceiro, o projeto se destaca, segundo Corrêa, no grupo das vias esquecidas pelos geógrafos (somados à herança e à memória). O projeto versa sobre “as geografias que não foram”, ou seja, denota as possibilidades não realizadas de produção do espaço. Assim, “trata-se de pensar o que não existiu, trazendo à tona a ideia de que a organização do espaço é, no fim das contas, o resultado da realização de projetos vitoriosos em detrimento de outros” *ibid.*, p. 42.

A quarta via, a inscrição, segundo Corrêa, configura-se na via de maior repercussão da incorporação do tempo na geografia. Entende-se como inscrição a inserção de um processo ou forma em dado momento do tempo e em dada localização. A análise, neste caso, constitui-se essencialmente em uma análise sincrônica, da qual deve estar “centrada na espacialidade de processos e formas que geram simultaneamente padrões e diferenças espaciais dos processos e formas” (CORRÊA, 2018, p. 43). Exemplo de outro renomado geógrafo a pensar na inscrição é Maurício Abreu, que com a afirmação de seu interesse por aquilo que era chamado de “presente de então”, chamou a atenção para a importância de se desenvolver as análises com o olhar do passado e não do presente, recorrendo a abordagens geográficas existentes.

Por fim, a trajetória denota as combinações entre processos e formas que se sucedem até dada área e momento no tempo (CORRÊA, 2018). Desta forma, pode ser vista por meio da periodização espacial e pela difusão espacial. A primeira, possui correspondência com a regionalização e “ambas constituem construções intelectuais que pressupõe que sejam considerados processos sociais especializados, originando diferenças espaciais” (CORRÊA, 2018., p. 45). O autor destaca as dificuldades e complexidades de se adotar a periodização espacial, pautado na dificuldade de se descrever o conteúdo dos períodos com a mesma qualidade, face a ausência de dados e documentos para tal. Superada tal tarefa, pode-se dizer que a periodização espacial “produz tempos relativamente homogêneos em cada período, definindo tempos históricos que caracterizam o desencadear de processos e formas, suas combinações desiguais, suas tensões e rupturas” (*ibid.*, p. 46).

Nesta tese, memória e trajetória são as vias que mais se aproximam da proposição de estudo do processo de nomeação dos lugares. A memória, sedimentada pelas formas simbólicas espaciais, possibilita compreender os topônimos dos lugares enquanto elementos edificantes e veículos de mensagens dos agentes sociais que os propuseram. Cada nome escolhido busca transmitir, neste espaço simbólico, valores expressos pelos agentes sociais. De maneira comedida, é possível ingressar nas representações e narrativas elaboradas sobre o passado dessas cidades. As trajetórias, por outro lado, ao considerar a sucessão de eventos combinados que ora marcam o espaço como herança, ora desaparecem e deixam resíduos que alimentam a memória, contribuem na compreensão da dinâmica toponímica da cidade em que claras diferenças espaciais são criadas, alinhadas às narrativas produzidas pelas políticas escalares toponímicas.

Por mais que a análise da toponímia urbana das cidades de Petrópolis e Teresópolis considere as heranças deixadas na memória e as trajetórias delineadas ao longo do processo, estas perspectivas sobre o tempo na geografia estão presentes na interpretação dos quadros

toponímicos desenhados. Há, na dimensão prática da composição dos quadros, a necessidade de compreender os mecanismos comuns que produziram uma determinada ação de atribuir nomes ao espaço destas cidades. Neste sentido, com base nas primeiras reflexões apontadas por Corrêa, busca-se incorporar uma forma específica de periodizar o recorte espaço-temporal assinalado para compreender as dinâmicas de produção do espaço.

### 3.2.1 A periodização na análise das cidades

A percepção de que a análise estática dos fenômenos não satisfazia mais aos questionamentos do momento fez com que diferentes geógrafos propusessem, a partir dos anos 1930, uma série de abordagens acerca do tempo na geografia. Distintos pontos de vista e ferramentas analíticas envolveram mudanças radicais na disciplina em todo o mundo, difundidas a partir de das escolas norte-americanas e europeias.

Sobre o passado geográfico, John A. Jakle analisou a perspectivas da geografia humana norte-americana na direção de compreender as dinâmicas espaciais. Em um resgate da produção bibliográfica de diferentes obras, elaborou um quadro onde materializou os diferentes níveis de generalização no tratamento dual entre padrões espaciais e temporais na geografia histórica.

A dimensão temporal foi dividida por Jakle em três partes, sendo a descrição histórica, a periodização e as análises históricas das mudanças. Esta tríade se relaciona, naquilo que Richard Hartshorne denominou em análise ideográfica e nomotética, respectivamente. Pela dimensão espacial, na mesma lógica, a divisão parte da descrição areal, na regionalização, chegando à análise espacial. O cruzamento dessa divisão espaço temporal contempla uma série de trabalhos acadêmicos de referência.

O trabalho de Jakle (1991) leva a reflexão do enquadramento desta tese no que se refere a análise do tempo e do espaço em relação ao processo de nomeação dos lugares. Qual abordagem que melhor reflete a concepção de tempo e espaço, epistemologicamente, ao compreender a atribuição de nomes no espaço de uma cidade? Ao que tudo se indica, a visada de um espaço simbólico e que se estabelece uma análise espacial conduz a necessidade de um parcelamento dos fatos, condizente que os processos atuantes neste interim.

Sendo o tempo parte integrante da análise do processo de nomeação e, não somente, dimensão fundamental para compreender este fenômeno em uma perspectiva da geografia histórica, o desafio é como trabalhá-lo no âmbito das cidades afim de captar as ações circundantes a dinâmica toponímica? Essa é uma questão posta no campo da geografia urbana

histórica, uma vez que adentramos ao passado dessas cidades para compreender antigos processos e formas, presentes no tempo de outrora e autoras de espacialidades complexas.

Sobre este tema, o exame das cidades em longos períodos, Vasconcellos (2009) propõe a incorporação de dois conceitos: períodos densos e hiatos temporais. Os períodos densos são aqueles nos quais ocorrem eventos mais significativos, ocasionadores de modificações na sociedade, nas funções, estruturas e formas espaciais. Ainda que sejam de curta duração, “representam momentos de grande intensidade, de importantes transformações que extrapolam o cotidiano, mas que não seriam ainda momentos de ruptura, que colocam a sociedade urbana [...] diante de uma nova realidade ou de uma nova ordem” (VASCONCELLOS, 2009, p. 148). Ele estaria em contraponto aos longos períodos, onde predominam as questões cotidianas.

Por outro lado, os hiatos temporais estariam ligados a ausência ou a perda de documentos históricos, fonte de grande importância para documentar as transformações de um lugar. Para o autor, a cartografia histórica e outras fontes documentais, são de importância ímpar a geografia histórica urbana.

Para encaminhar sua proposição o autor revista a obra de Fernand Braudel e Milton Santos apontando como, em certas medidas, ambos os autores sugeririam saídas para não se cair em uma história urbana das cidades. Braudel já mencionava através dos termos “tempos geográficos”, “tempos sociais” e “tempos individuais” e, posteriormente, “tempos curtos”, “conjunturas” e “longa duração”, caminhos para se examinar as cidades. Santos, por sua vez, introduz a necessidade de uma periodização na escala mundial, tal como em escalas menores para se trabalhar tempo, espaço e técnica.

Ao revisitar outros autores (SERONDE-BABONAUX, 1980; CLARKE, 1975; ABREU, 1987; MARCHAND, 1993) o autor conclui que apenas Clarke, em seu estudo de Kingston, capital da Jamaica, trata de uma longa duração secular, embasada em dados censitários recentes que permitiram uma abordagem sincrônica. Buscando escapar da simples diacronia, Vasconcellos (2009) propõe quatro passos para articular a pesquisa na geografia histórica urbana, apresentados no quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Proposição para análise de tempos longos das cidades na geografia histórica urbana.

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>
Estabelecer uma periodização das longas durações.	Com base nos eventos históricos de maior importância, analisar as continuidades e as grandes rupturas.
Analisar o contexto de cada período.	Buscar, a partir de fontes primeiras e secundárias, os fatos de maior impacto e mais relevantes em diferentes escalas.



Examinar os agentes	O papel e o peso dos diferentes agentes (Estado, Igreja e outros) para a modelagem da cidade.
Examinar o desenvolvimento espacial da cidade.	Utilizar as fontes primeiras, como a cartografia e iconografia originais, assim como os documentos escritos (incluindo censos e estatísticas), para a embasar a compreensão das dinâmicas espaciais.

Fonte: Adaptado de Vasconcellos (2009).

Para compreender a nomeação toponímica, a proposição de Vasconcellos lança luz sobre a dinâmica espaço-temporal das cidades e possibilita dar forma as estruturas e processos vigentes dentro de cada periodização estabelecida. Neste sentido, sua proposição constitui-se como verdadeiros contextos que abarcam eventos históricos, ação dos agentes transformadores, o desenvolvimento espacial das cidades e seus objetos. O topônimo, enquanto elemento e forma simbólica de um lugar, é objeto central a ser considerado com base na proposição acima.

Incorporar a proposição de Vasconcellos em uma análise da nomeação das cidades serranas, pela ótica da geografia histórica, é o passo necessário para explorar novas análises e ir além da mera pilha de nomes que se sobrepõem no tempo-espaço. Como bem nos lembra Maria Vicentina Dick:

Uma análise toponímica pressupõe a busca de particularidades que não podem ficar apenas nas características mais evidentes apresentadas pelo nome; deve-se procurar, tanto quanto possível, ou seja, tanto quanto as fontes ou a documentação o permitirem, as origens mais remotas do denominativo, objetivando as eventuais substituições experimentadas, e a sua razão determinante, de modo que se possa tentar um equacionamento da nomenclatura em períodos ou estágios onomásticos – senão de toda ela, pelo menos em alguns nomes – que talvez reflitam momentos distintivos do pensar da época analisada (DICK, 1997, p.15-16)

Nesta análise, tanto quanto os nomes, a ação de escolhê-los e os impor no espaço é fundamental para compreender as memórias preponderantes em suas épocas. Ou, pelo menos, aquelas que se buscava cristalizar enquanto parte das diferentes narrativas da produção dos símbolos nas cidades.

A análise dessa dinâmica de contexto espaço-temporal, tal qual sugerida, dar-se-á no capítulo 6 ao se produzir uma pequena “geografia histórica” das cidades de Petrópolis e Teresópolis. Esta análise é de suma importância por dois fatores. O primeiro, porque subsidia a compreensão de como essas cidades foram construídas, quais valores e memórias permearam seu desenvolvimento espacial e como as formas simbólicas espaciais tiveram um importante papel na construção de suas narrativas – neste caso, tratando-se dos topônimos. Por outro lado, as periodizações e suas rupturas ajudam a enquadrar as ações de nomeação, levando ao entendimento que uma mudança de um conjunto de nomes pode tratar na verdade, muito mais

que uma renomeação, mas sim de um apagamento. Contudo, o que possui um viés de apagamento de uma memória, pode significar, como no ditado popular, trocar seis por meia dúzia – o nome muda, ora um personagem, ora uma data, mas sua memória está ligada aos mesmos valores de um contexto.

Assim, na “construção do tempo” nesta pesquisa, é fundamental partir de uma perspectiva de periodizá-lo, assim como elencar seus períodos densos e as rupturas que se estabeleceram. Esse entendimento é a base para compreender como agentes e processos conduziram diferentes alterações toponímicas nas cidades em cerca de um século de análise, uma vez que se busca reforçar a indissociabilidade *tempo-espaco*, na concepção dos quadros toponímicos.

### **3.3 Formas simbólicas, memórias e narrativas: símbolos e significados como elementos da diferença**

O texto desta tese busca narrar, sob algumas perspectivas, duas cidades que não existem mais. Ainda sobrevivem registradas em diferentes arquivos temporais, como os mapas históricos, e são resilientes nas narrativas que ainda enraízam os seus cidadãos. Mas como tal, não existem mais. A Petrópolis oitocentista e a Teresópolis novecentista só existem, ainda, nas marcas e rugas deixadas no espaço, imprimindo como os que já se foram ainda comandam o imaginário daqueles que neste momento se fazem habitantes do lugar. Na reorientação e no choque das visões de mundo é o olhar para o passado, buscando o que se foi ou o que já se imaginou ser, que dita as memórias perpetuadas nas narrativas sobre o espaço simbólico das cidades serranas.

Fundamentalmente, a memória das cidades de Petrópolis e Teresópolis guardam conflitos, incoerências e apagamentos. Mas para se pensar os topônimos e os processos que os batizaram, podemos recorrer as memórias da cidade como um caminho possível. Os topônimos, mais que designadores, são formas simbólicas que guarnecem memórias ora individuais ora coletivas, alinhadas ao contexto do lugar.

Sobre a discussão da memória das cidades, Maurício Abreu propõe que “para tratar da memória de um lugar há que se trabalhar então na recuperação simultânea de história *no* e *do* lugar” (ABREU, 2014, p.45, grifo dos autores). Esta análise dupla requer a articulação da dimensão ideográfica e outra mais geral. Esta é a proposição adotada para se compreender Petrópolis e Teresópolis dos séculos passado: articular o lugar e seu contexto histórico; apresentar os processos sociais atuantes e ancorá-los no espaço. Esta é uma tentativa, daquilo

que Milton Santos chamou do desafio da geografia quando se estuda o passado – empiricizar o tempo.

As formas morfológicas, desta, são as mais evidentes no processo de empirização. Neste estudo, os diversos logradouros fundados em meados do 1800 ainda estão situados nos mesmos lugares. Sua forma está “íntacta”, ainda que o conjunto de construções ao redor tenham se modificado. Mas, como lembra o autor, a morfologia não é tudo e são as formas não espaciais que dão conteúdo as formas morfológicas. Assim, para cada rua que habita as cidades serranas, há um espírito que as habita e dão o seu conteúdo: o topônimo.

Por isso, na construção do objeto de estudo desta pesquisa – os topônimos dos logradouros de Petrópolis e Teresópolis – os conceitos de formas simbólicas espaciais e memória são o cerne de sua formulação e, até certo ponto, inseparáveis. E com estas lentes que se pode compreender a formação de narrativas sobre o espaço dessas cidades, e que o encanto do espaço, transformando em espaço simbólico, é parte do “ser” humano.

A seguir, são apresentados e discutidos os conceitos de formas simbólicas espaciais e memória e, como a luz de suas formulações, o processo de nomeação dos lugares pode ser compreendido como uma ação de construção de narrativas que distinguem o espaço de uma cidade.

### 3.3.1 A memória como construção da narrativa toponímica

Ao tratar dos nomes de um lugar, direta e indiretamente abordamos sobre as memórias deste lugar. A imagem sobre uma cidade é construída com base na pluralidade dos grupos que nela habitam e transitam, impregnando a paisagem com diferentes símbolos. Esta imagem também é construída de maneira seletiva, produzindo lembranças coletivas desiguais, materializadas através de diferentes símbolos, aqui compreendidos enquanto formas simbólicas. São os topônimos urbanos, enquanto formas simbólicas, uma parcela da memória de um grupo no cotidiano das cidades.

O que são as memórias? Como os topônimos ligam-se as lembranças do passado? Para não perder de vista os objetivos em questão, é necessário recordar o papel da memória, individual e coletiva, na construção da identidade de um grupo. A identidade e a memória são traços fundamentais na cultura humana e desempenham importante papel na visão que se tem sobre o passado. Como salientou Lowenthal (1998, p. 83), “relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos”. Neste lugar onde o conforto da memória corrobora o que se molda sobre a imagem do presente, o topônimo emerge

como elemento importante na interpretação dos significados que se busca construir a partir dos nomes dos lugares enquanto formas da construção simbólica do espaço.

No cotidiano a memória está atrelada a ideia de lembrança. Como primeira definição, o dicionário Michaelis traduz a memória como a “faculdade de lembrar e conservar ideias, imagens, impressões, conhecimentos e experiências adquiridos no passado” (MICHAELLIS, 2015, sp.). Indo além dos aspectos fisiológico-psicológicos do termo, outras duas definições chamam atenção por incorporar a experiência no meio social como um fator determinante para sua construção.

A primeira, define a memória enquanto “o produto de experiências passadas que permanece no espírito e serve de lembrança” (lembranças, reminiscências e recordações). A segunda, por sua vez, trata-a como uma “narração de caráter pessoal, escrita por ter servido como testemunha ou participante de evento histórico ou importante”. O fato é que as experiências e feitos dos indivíduos e grupos ao longo do tempo configuram-se como elemento-chave para compreender a memória, uma vez que nossa consciência do passado depende diretamente da memória.

Michael Pollak (1992) faz uma breve introdução para destacar alguns elementos da memória, assim como os possíveis fenômenos de transferência e projeção que a acomete de forma individual e coletiva, e nos sugere uma primeira característica: a memória é seletiva. Nesta concepção, seriam elementos da memória os acontecimentos, as pessoas e os lugares.

Os acontecimentos são fatos vividos pessoalmente ou por intermédio do contexto coletivo em que se está inserido. É neste ponto em que o indivíduo se expõe as projeções ou identificações com um determinado passado. A política social ou o contexto social do momento desempenham grande papel neste aspecto, uma vez que a memória se faz a luz dos fatos e de uma visão de mundo.

As pessoas ou personagens, assim como os acontecimentos, também são permeados por aqueles que se encontram ao longo da vida, pelos encontros indiretos e, por último os personagens pertencentes a outro contexto espaço-temporal. Estão aqui as figuras históricas em que grupos ou indivíduos podem estabelecer laços como se fossem um contemporâneo. No caso brasileiro, pode-se pensar na figura de Dom Pedro II que alimenta até o presente momento a simpatia de grupos favoráveis a um possível retorno de um governo monárquico e tomam sua figura como uma inspiração para tais ideais. Outrossim, narrativas sobre cidades também se fazem a luz da memória sobre personagens: caso aqui trabalhado a partir das cidades de Pedro e Teresa.

Por último, há os lugares, que podem ser compreendidos enquanto lugares de memória. Os lugares podem estar associados a lembranças individuais ou coletivas. Um incidente trágico, como a morte de um ente próximo, pode ser consolidado na memória a partir da associação com seu lugar de ocorrência. Na vida pública, por outro lado, são os lugares de apoio a memória que se destacam. Os monumentos aos mortos ou aos heróis nacionais podem servir de base para a lembrança de um período pretérito a vida de um indivíduo ou mesmo contemporâneo a sua existência.

Enquanto parte da memória, os topônimos de um lugar compartilham desses elementos (acontecimento, personagens e lugares), articulando-se de maneiras distintas. A exemplo das cidades serranas, já citado em outros momentos, a ruptura na ordem política e social instaurada pela república, sucedendo a monarquia, impactou diretamente em uma série de formas simbólicas dessas cidades.

As mudanças mais evidentes ficaram a cargo dos topônimos dos logradouros públicos. Assim, a mudança dos nomes implicou uma mudança das memórias inscritas naquelas paisagens e que formavam um espaço simbólico particular. Essa particularidade não é sinônimo de exclusividade, uma vez veremos que as cidades compartilham de narrativas toponímicas criadas a partir dos acontecimentos – ou do contexto – políticos, sociais e econômicos que a ruptura de regime ocasionou.

Nesse sentido, o novo arranjo toponímico dos logradouros, seja em Petrópolis ou Teresópolis, criou uma narrativa toponímica através do jogo de apagamento-visibilidade das memórias que os novos nomes passaram a carregar. É a expressão máxima de como a nomeação, os nomes e a memória, além de compartilharam de uma seletividade, constituem-se enquanto um fenômeno construído socialmente.

O binômio personagens-lugares também está atrelado aos topônimos com base nas memórias por eles carregadas. Quando um personagem é transformado em nome, passa a ser reconhecido como uma memória que constrói vínculos com indivíduos e grupos na contemporaneidade. O nome, nesse sentido, também se associa a um lugar ou pode remeter a este, evocando lembranças de fatos individuais ou coletivos. Pollak (1992) aponta que os lugares de memória, como os monumentos aos mortos, são lugares que evocam a um certo senso de coletividade e pertencimento a partir da memória. De tal maneira, os nomes dos logradouros enquanto formas simbólicas espaciais, tem a capacidade de rememorar a consciência dos sentimentos de pertencimento a um grupo ou a valores políticos, morais, estéticos e identitários.

Assim, há de se falar que tanto os nomes como os processos de nomeação constituem aquilo que se pode chamar de narrativa toponímica. Narrar é expor fatos acerca de acontecimentos. É o que faz o narrador em uma partida de esportes. Uma narrativa agrega uma série de eventos ou experiências, expressos através de distintas linguagens. Narrativas podem dar ênfase nos elementos mais importante, segundo o julgo do narrador ou do grupo autor da mensagem.

Na perspectiva da nomeação do lugar, a narrativa toponímica busca transmitir uma mensagem com base em linguagens verbais e não-verbais, construídas a partir das memórias inscritas pelos topônimos na paisagem. Indo além, também buscam estabelecer vínculos entre os grupos, os indivíduos e os lugares com base nas memórias que evocam, sendo um importante laço na construção de um sentimento de pertencimento e continuidade, sendo a ponte para o vínculo com a identidade.

Sobre identidade e memória, Lowenthal (1998; 2013) argumenta que a perda de memória é um fator que destrói a personalidade, privando a vida de significados. Sua construção ocorre não apenas ao evocar uma sequência de reminiscências, mas também com o envolvimento em um teia de retrospectão unificadora. Assim, “os grupos também mobilizam lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras” (LOWENTHAL, 1998) o que, no caso das cidades serranas e seus topônimos, se traduz na construção da imagem de uma cidade com gênese europeia. Na construção dessa identidade, se fazem presente não só a evocação da colonização dita alemã, como também sua arquitetura, monumentos, traçado urbano e, de maneira tão marcante, a toponímica luso-germânica. É o caso de Petrópolis, onde essa evocação é mais proeminente. Teresópolis, por outro lado, busca as raízes em um surgimento dos lordes ingleses, a partir da figura de George March.

Hall (2006 [1992]) apresenta três concepções sobre identidade que compreendem diferentes perspectivas sobre o sujeito. São elas a do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. Neste texto, a terceira proposição contempla a construção teórica desta tese e vai ao encontro de Lowenthal (1998; 2013) no que diz a construção da memória e da identidade.

A identidade do sujeito da pós-modernidade é definida como:

uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, a medida em que os sistemas de significação e representação cultural se

multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Dentro da construção dos sistemas de representação cultural e de significação, os topônimos assumem o papel de elemento textual da construção de identidades, remetendo a memórias coletivas e instigando a identificação com um passado por vezes avesso a diferentes grupos sociais. A toponímia não só evoca e espacializa as memórias, mas também atua como um mecanismo capaz de criar vínculos entre grupos e indivíduos, entre sistemas culturais e de significados, sendo atuante na construção de vínculos com uma dada ideia de identidade.

A memória, enquanto parte importante da construção de identidades, é um importante elemento do processo de nomeação. Junto ao topônimo, ela é capaz de reforçar a volta a um passado e da lembrança de importantes fatos para a criação, apagamento e reformulação das identidades, tanto quanto das narrativas com base na nomeação dos logradouros das cidades. Todavia, a capacidade de transmitir uma mensagem do topônimo não está no significado em si que carrega, mas nessa articulação de lembranças, sentimentos, vínculos, estabelecidos a partir de sua espacialização enquanto uma forma simbólica espacial.

### 3.3.2 As formas simbólicas espaciais no contexto dos topônimos

Os símbolos são elementos artificiais, parte da cultura como elementos que regulam e promovem o comportamento de determinados grupos. Eles existem em toda a paisagem e estão imbuídos de um comportamento humano transformador. A transformação de aspectos da natureza em produtos culturais tem sido destacada como uma das características mais importantes do ser humano em relação a outras formas de vida no planeta.

Essa vantagem também é uma espécie de marca, permitindo que as mentalidades e os valores de um grupo sejam transformados, compartilhados, impostos a outros grupos, construindo visões e modos de pensar a agir no espaço. Através da compreensão do processo de nomeação espacial apresentada nesta tese, está implícita a construção e regulação de símbolos que são veículos de difusão de variados significados. Os nomes são representações dessa construção de significado espacial, pois são integrados ao contexto que produz símbolos e formas na paisagem.

Rowntree e Conkey (1980) tentaram discutir um dos muitos aspectos do processo de simbolização na formação das paisagens culturais. Eles procuraram mostrar como o simbolismo da paisagem é promovido para reduzir o estresse cultural por meio da criação de estruturas simbólicas compartilhadas que afirmam reivindicações sociais de espaço e tempo.

Os autores também afirmaram que uma grande parte dos estudos consideravam os símbolos enquanto elementos estáticos e que poucos eram os trabalhos que almejavam compreender a ligação entre os símbolos da paisagem e os processos sociais vigentes.

Se por um lado, o simbolismo da paisagem tende a uma conciliação de narrativas dominantes, por outro, ainda é capaz de adjetivar o espaço transformando-o em espaço simbólico – este já discutido na perspectiva de Ernst Cassirer.

Rowntree e Conkey (1980) apontam para três aspectos dos símbolos que tangem diretamente a perspectiva adotada nesta pesquisa. O primeiro, símbolos na paisagem sempre comunicam informações sobre a posição no tempo. Eles estão, assim, atrelados a um contexto que é espaço-temporal: submetidos a processos datados e posicionados relativamente a outros. O segundo ponto é o potencial de tornar tradicional, capaz não só de perpetuar tradições, como também fazer novos elementos ganharem a aparência de tradicionais. Por último está o caráter não-político dos símbolos ambientais, não evocando diretamente relações de poder por trás de sua concepção. Essa característica transforma-os em um grande potencial para tornar-se um símbolo político dominante.

Esse entendimento nos leva a compreender que um nome pode ser representado por um símbolo e assumir uma forma específica (como uma rua, avenida, praça, bairro). Aqui, pode-se fazer três considerações importantes sobre os topônimos: eles também transmitem informações sobre seu posicionamento em um contexto; tal nome pode perpetuar uma memória, e transformar outros nomes em uma tradição de referência para um grupo; e por último, os símbolos como os nomes podem aparentar, por vezes, como elementos dotados de uma neutralidade, uma posição *apolítica*, e mesmo como um elemento alegórico no espaço. Este é o seu principal poder: criar uma narrativa a partir da sutileza.

As simbolizações, assim, assumem diferentes formas em virtude da ação humana de produção das paisagens culturais. É neste sentido que se pode falar sobre a existência de formas simbólicas, espaciais ou não-espaciais.

As formas simbólicas espaciais são compreendidas como fixos e fluxos que, quando localizados no espaço, são capazes de transmitir uma mensagem através de seus atributos intrínsecos. O nome de um lugar, enquanto uma forma simbólica espacial, compreende a um conjunto de memórias seletivas de um determinado grupo social e desempenha o papel de símbolo conformador de uma imagem sobre o lugar.

As formas simbólicas, nas palavras de Roberto Lobato Correa,

tornam-se formas simbólicas espaciais quando diretamente relacionadas ao espaço, constituindo-se em fixos e fluxos, isto é, localizações e itinerários no



espaço. Apresentam, portanto, os atributos primários da espacialidade, localização e itinerários (CORRÊA, 2018, p.227).

A reflexão de Corrêa sobre as formas simbólicas espaciais nos ajuda a compreender a elaboração destas pelos grupos, sua realização no espaço e sua atuação na construção de um imaginário entorno de determinados significados. Chama-se atenção, assim, para três pontos da reflexão do autor: as formas simbólicas e sua relação com o espaço; as políticas de escalas nas formas simbólicas; e sua concepção enquanto textos sociais.

Sobre a relação espaço-formas simbólicas, pode-se apontar que é resultado de uma política locacional, fruto das intenções delas cumprirem o papel para qual foram concebidas de forma eficiente (CORRÊA, 2018). O sítio de ocorrência e a visibilidade de uma forma simbólica espaciais são dois elementos importante para compreensão da construção do espaço simbólico das cidades, com apoio nos nomes dos lugares e logradouros.

Com base nesta perspectiva, veremos que uma série de alterações toponímicas realizadas nas cidades serranas teve com base primordial o seu posicionamento absoluto e relativo. Isto implica que a posição, atributo chave estudado pela geografia, continua tendo grande importância nos aspectos referentes a criação de significados sobre um determinado lugar, um espaço simbólico.

Nesta pesquisa, as formas simbólicas estão em um dos pontos centrais da discussão, pois a concepção dos topônimos enquanto formas simbólicas espaciais carrega a compreensão de que estes são além identificadores de objetos e porções do espaço: constituem-se em verdadeiros constructos sociais.

A análise proposta ao longo desta tese, considera as formas simbólicas espaciais sob dois pontos. O primeiro, como transmissoras de mensagens sobre um determinado conjunto de valores. Isto ocorre em virtude das memórias designadas aos nomes. Em segundo lugar, essas memórias quando especializadas e alocadas em posições distintas no espaço, confere um arranjo único para a grade toponímica. Assim, ela produz uma espacialidade única, ligada ao contexto local e global, sendo capaz de produzir diferentes narrativas espaciais com base na diferenciação do espaço. Essa ação humana de nomear, diferenciar e erradicar topônimos a partir de formas repletas de significados, é aquilo que se define enquanto políticas escalares toponímicas.

### 3.3.3 Espaço, tempo e topônimos: apontamentos necessários

A análise dos topônimos, na perspectiva apresentada nesta tese, deve considerar que:

- a) Os nomes são parte da atividade humana de singularizar o espaço, com base em valores éticos, morais, religiosos, culturais, entre outros; são parte da produção do espaço simbólico – categoria discutida por Ernst Cassirer e apresentada nas primeiras páginas deste documento.
- b) O tempo é o segundo recorte concomitante ao espaço, enquanto categorias inseparáveis, que possibilita uma compreensão da atuação das ações humanas na direção de nomeação sobre o espaço simbólico. Diferentes forças impactam na ação de nomear, ora sendo antagônicas, ora equivalentes. As ações de nomear, desta forma, estão inseridas e são influenciadas pelos contextos políticos, econômicos, culturais e toda a imagem que um determinado grupo pretende construir a respeito de um lugar.

Quando se analisa o ato de nomear no espaço-tempo nos deparamos com a construção de narrativas no/do lugar, partindo de memórias que servem de suporte para essa criação. Defende-se, assim, que para se alcançar uma interpretação coerente sobre a toponímia de um lugar, é preciso se estabelecer os quadros espaçotemporais que foram, e são suporte, contemporâneos a nomeação.

Recorrer a criação dos denominados contextos é, neste sentido, buscar na geografia histórica muito mais que o exercício de “recriação das formas”, mas da materialização dos processos geradores dos topônimos enquanto formas simbólicas espaciais. E assim o são face sua capacidade de transmitir e construir uma série de significados no espaço com base em memórias. As memórias que os nomes dão forma e a espacialidade que produzem a partir de seu posicionamento relativa a outras formas simbólicas são produtos desses processos ao longo do tempo, articulados não só com o local, mas com outros contextos a nível mundial.

Mesmo que este caminho para estudar a toponímia, a partir da geografia, esteja fundado sobre bases e reflexões que não são recentes na disciplina; ele está longe de ser apresentado como uma metodologia acabada com resultados taxativos: a polivocalidade das formas simbólicas sempre driblará o intento de narrativas únicas sobre um lugar. Mais do que buscar uma única interpretação sobre os significados de nomeação de um lugar, é fortuito identificar como nas mudanças de contexto e variáveis sociais ao longo do tempo, a ação humana de nomear o espaço se comporta; como ela articula e ressignifica nomes para perpetuar ou remodelar a narrativa do/sobre o lugar. Em outras palavras: como pensam, agem e implementam memórias e valores no cotidiano partindo de políticas escalares toponímicas.

#### 4 ESCALAS, ESCALARIDADE E AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS

(...) importa o modo como pensamos o espaço; o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes. Ele modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política (MASSEY, 2008, p. 15).

A linguagem da escala é muito poderosa para ser tratada como uma simples “dimensão” da espacialidade (JONAS, 1994, p. 257, tradução livre)<sup>16</sup>.

Até os capítulos anteriores, a discussão estabelecida objetiva debater, em um primeiro momento, a importância da toponímia e do processo de nomeação do espaço como um tema de estudo dentro da Geografia, que aparentemente tem sido pouco explorado em suas dimensões. Além disso, foi abordado o tema da toponímia urbana em contextos históricos, ressaltando como ela faz parte da memória da cidade e como o processo de nomeação está intrinsecamente ligado a diferentes contextos. O “modo” como pensamos o espaço afeta diferentes esferas da vida social e não é possível descolá-lo da dimensão simbólica e cultural, uma vez que o espaço pode ser visto como um produto de inter-relações sociais (MASSEY, 2008, p. 15).

Neste capítulo, é levantada a seguinte questão: é possível falar em ações de nomeação do espaço que se entrelaçam em diferentes contextos espaço-temporais? Ou seja, há uma prática de atores, movimentos e organizações que associam determinados nomes - uma toponímia urbana - e memórias a materialidades do espaço através de relações sociais, políticas e culturais? Parte-se da hipótese de que as ações de nomear o espaço estão em uma relação de marca-matriz<sup>17</sup> com os contextos mais amplos do lugar e, em última análise, do todo ou global. Ao percorrer e mobilizar diferentes escalas de ação, essas ações podem produzir interpretações que, a partir de nomes diferentes, culminam nos mesmos significados. Da mesma forma, nomenclaturas idênticas podem instaurar outros significados em espaços distintos. Assim, as políticas escalares toponímicas serão compreendidas como a ação de grupos sociais que intervêm no espaço, com o objetivo de articular diferentes memórias e valores a partir dos topônimos criados ou apagados.

Para embarcar nesta reflexão será realizada uma revisita aos principais pontos do debate sobre o conceito de escala geográfica e a algumas categorias importantes para a Geografia. Discutir-se-á como os nomes são produtos e produtores de significados a partir de diferentes políticas de nomeação do espaço. Incorporando a dimensão da produção de significados em

<sup>16</sup> No original: The language of scale is too powerful to be treated simply as a ‘dimension’ of spatiality JONAS (1994, p. 257).

<sup>17</sup> O termo é usado por Berque (1998) ao mencionar que a paisagem é tanto ativa quanto passiva em sua formação. Em outras palavras, ela é capaz de influenciar a dinâmica social, ao mesmo tempo que é modificada por esta.

diferentes contextos, falar-se-á em uma verdadeira política escalar toponímica, presente na ação contínua do homem em (re)produzir espaços pela materialidade e imaterialidade. Para isso, a discussão introduz um debate acerca dos conceitos de escala, políticas de escalas e políticas escalares no contexto da geografia contemporânea.

Um exemplo de como os nomes das ruas são produtos e produtores de significados pode ser visto em Petrópolis, onde duas ruas com nomes distintos, a Rua Dr. Sá Earp e a Rua Cristóvão Colombo, possuem diferentes conotações históricas e culturais. Enquanto a Rua Cristóvão Colombo remete à história de colonização da América e à presença europeia no “Novo Mundo”, a Rua Dr. Sá Earp evoca a memória local, associada aos feitos de uma personalidade política da transição do século XIX para o XX. A escolha dos nomes dessas ruas não foi arbitrária, mas sim influenciada pelas políticas de nomeação do espaço que buscavam tanto homenagear figuras históricas importantes locais e regionais, quanto criar identidades culturais específicas para determinadas regiões da cidade

Nesse sentido, o processo de nomeação do espaço pode ser visto como parte de um conjunto de ações que induzem a produção de uma dimensão escalar, relacionando partes e todo sem estabelecer uma dualidade entre eles. Além do mais, o debate sobre a construção escalar na Geografia é amplo e diferentes autores dedicaram-se a este tema, que não se pretende aprofundar aqui como revisão dentro da história do pensamento geográfico<sup>18</sup>. Assim, nas próximas seções serão abordados alguns pontos importantes para embasar a ideia de que é possível perceber no processo de nomeação do espaço uma dimensão escalar, identificando políticas escalares de nomeação em partes e em uma totalidade, que guardam forte relação entre si.

As inter-relações sociais incidem em diferentes dimensões, onde processos ocorrem no que podemos chamar de global ou local e, também, relacionam-se não apenas horizontalmente, mas verticalmente. Neste debate, o consenso quase que uno das últimas décadas é de que a escala geográfica é vista na geografia como produto de uma construção social, a posteriori da ocorrência e da ação da sociedade. Isto não quer dizer que existiram e existam diferentes abordagens da temática da escala na geografia.

Alguns autores brasileiros e do mundo anglófono deram importantes contribuições para pensar a escala dentro da geografia. A seguir, algumas dessas contribuições serão apresentadas para o debate. Reside, assim, a contribuição fundamental deste capítulo, que está no pensar as

---

<sup>18</sup> Ver, no Brasil, BAHIANA (1986), DAVIDOVICH (1978), CASTRO (2000) e GRANDI (2016); SOUZA (2014)

políticas escalares toponímicas enquanto parte integrante do processo de nomeação do espaço e da produção, por e a partir delas, de uma espacialidade significada dos nomes.

#### 4.1 Uma breve discussão sobre escalas na Geografia

O ponto central deste item é discutir, brevemente, como o debate sobre a escala geográfica tem sido conduzido na geografia nos últimos anos. Partindo destas considerações, busca-se compreender como o processo de nomeação do espaço urbano também está intimamente ligado ao que podemos chamar de políticas escalares de nomeação. A contribuição está no pensar a nomeação do espaço urbano – com política oficial ou não – como fruto de uma ação de atores, movimentos e agentes sociais sobre o espaço, tendo implicitamente a dimensão da escala geográfica.

A escala é um termo polissêmico, difundido em diferentes áreas da ciência, e neste estudo adotar-se-á o adjetivo geográfica. Distinguir a que escala estamos referindo ao longo do estudo é importante, pois outras duas escalas serão recorrentemente utilizadas como termos a denotar nível de detalhamento de representações e recorte temporal – trata-se das escalas cartográficas e temporal, respectivamente. O geográfico aqui tem como função, recorda Grandi, qualificá-la “a dimensão espacial da sociedade – ou ao *espaço social*” (GRANDI, 2014, p.254).

Ao longo da história do pensamento geográfico, uma possibilidade de entendimento da escala foi sua teorização enquanto um conjunto de categorias fixas e hierarquizadas, contidas umas nas outras, concebidas anteriormente a análise ou ocorrência do fenômeno geográfico levado como referência. Muitos trabalhos foram responsáveis por construir uma virada nesta concepção. Busca-se a partir de alguns autores e releituras de seus trabalhos, elencar os principais pontos de um consenso recente, estabelecido nas últimas décadas, da escala enquanto uma construção social. A partir deste ponto, se estabelece uma reflexão sobre sua incorporação na temática toponímica e como a dimensão escalar pode ser compreendida a partir de práticas e ações diversas. Algumas contribuições serão elencadas, como os trabalhos de Luis Cavalcante da Cunha BAHIANA (1986), DAVIDOVICH (1978) e CASTRO (2000, 2014), além de leituras realizadas por outros autores (SOUZA, 2014; GRANDI (2014a; 2014b) sobre tais publicações. No debate anglófono, pode-se apresentar as contribuições de DELANEY E LEITNER, (1997), MARSTON (2000), McMASTER e SHEPPARD (2004), MARSTON, JONES e WOODWARD (2005), JONAS (2006), MACKINNON (2010), entre outros autores, e um clássico como Yves LACOSTE (1988).

A escala geográfica enquanto processo construído socialmente, na perspectiva de alguns autores (Marston, 2000; Marston, Jones e Woodward, 2005; MacKinnon, 2010; Herod, 2011, por exemplo), contribui ativamente na compreensão do processo de nomeação dos lugares, e é igualmente importante ao se elaborar estudos toponímicos nas mais diversas áreas. Ao se desconsiderar completamente a dimensão escalar dos nomes geográficos, pode-se originar uma análise equivocada ou insuficiente dentro do interesse da pesquisa realizada. Uma destas contribuições, na visão de Joshua Hagen, está no fato do próprio debate da escala se beneficiar da nomeação dos lugares, uma vez que essas “práticas são essencialmente processos pelos quais espaço, lugar e escala são socialmente construídos e contestados” (HAGEN, 2011, p.26 tradução livre).

Alguns trabalhos vêm chamando atenção para a importância de se considerar o processo de produção escalar na análise dos nomes geográficos, diante de inúmeras implicações. Hagen (2011) ao debater a perspectiva de um olhar sobre a escala que favoreça seu entendimento enquanto uma construção social, sugere que os estudiosos em nomes geográficos pensem em uma política escalar da toponímia.

Em favor desta ideia, busca-se a partir do debate anglófono e das contribuições brasileiras sobre o tema, aproximar o debate do campo de estudo dos nomes geográficos enquanto objeto para a geografia. Assim, advoga-se que a abordagem “geográfica” considere em sua totalidade o processo de nomeação e as políticas escalares toponímicas institucionalizantes deste, enquanto uma dimensão escalar de práticas, mais do que uma prática que ocorre em diferentes escalas (Mansfield, 2005).

#### 4.1.1. O debate anglófono e algumas contribuições nacionais

Nos debates das últimas décadas, a questão da escala em geografia tem sido discutida de diferentes formas ao redor do mundo. McMaster e Sheppard (2004) apresentam um panorama de como essa questão foi abordada face as chamadas Geografia Física e Geografia Humana. A Teoria Hierárquica foi oferecida por geógrafos biofísicos para tratar a complexidade de inter-relacionamentos dos fenômenos geográficos. Segundo essa teoria, “[...] a natureza divide-se em um sistema hierárquico com, ao mesmo tempo, uma estrutura de níveis verticais e estruturas horizontais de ‘holons’<sup>19</sup>” (MCMASTER & SHEPPARD, 2004, p.10).

---

<sup>19</sup> A palavra hólon pode ser entendida como algo designa um elemento que é simultaneamente, um todo e uma parte.

As implicações desta teoria, na prática, foram três. Em primeiro lugar, os fenômenos naturais podem ser separados de acordo com diferentes escalas de tempo e espaço. É como tem operado a corrente positivista, por exemplo, na aquisição de dados espaciais secundários de acordo com jurisdições espaciais. Jonas (1994) questiona a susceptibilidade desse modo operante em mergulhar em uma falácia ecológica. Em segundo, resulta que diferentes processos podem ter uma escala espaço-temporal característica em que operam – a ideia de uma escala operacional. Em terceiro, isso implica que a análise multiescalar pode ser dramaticamente simplificada. Essa teoria simplifica a análise, porque assume que espaço e tempo têm covariância. Podemos enquadrar esta abordagem naquilo que Marston, Jones e Woodward (2005) consideraram como sendo o modelo híbrido de integração horizontal e vertical dos processos socioespaciais.

No âmbito da Geografia Humana, as abordagens, dentro da *New Geography* nas décadas de 1960 a 1970, tinham inúmeros métodos que visavam estabelecer relações entre a escala e os fenômenos estudados. Majoritariamente, dois quadros de abordagem foram desenvolvidos: “spectral and Fourier analysis” e “Scale-variance analyses”. A primeira, permitiu que através de transformações matemáticas fosse possível particionar qualquer distribuição espacial e temporal em uma série de ondas independentes com diferentes comprimentos, direções e amplitudes; onde é possível determinar qual o comprimento da onda foi particularmente importante para descrever a distribuição espacial do fenômeno. Já a segunda, desenvolveu métodos para medir a variância de uma única variável e diferentes escalas espaciais, e para calcular as correlações entre as variáveis nessas diferentes escalas.

A contribuição de Delaney e Leitner (1997) e Marston (2000) mostram como a escala institui-se no debate acadêmico com caráter político e social. O primeiro trabalho elucida como a escala é construída a partir do cenário político. No segundo, o artigo de Marston (2000) trata dessa questão no cenário social. Os dois textos são representativos de uma perspectiva onde diferentes políticas e processos sociais são tomados e, por vezes, ignora-se que a escala levada em consideração na análise é fruto de um contexto cultural, social, econômico e político. O mesmo ocorre quando se trata da toponímia, em distintos momentos.

A escala geográfica, pontuam Delaney & Leitner (1997), vem sendo tratada por muito tempo como mero nível de análise nas pesquisas sobre organizações políticas e nas ações. Porém, esta visão da escala como algo dado, sem uma problemática envolvida e hierarquicamente fixa em limites espaciais, vem mudando ao longo das últimas décadas. Relevante atenção passa a ser dada para as relações (a visão da escala como algo relacional) e influências nos processos que ocorrem em diferentes níveis escalares. Assim, as escolas do

pensamento começam a incorporar a concepção da escala geográfica como algo socialmente construído, que implica na constituição de processos sociais, políticos e econômicos.

Aquilo que ficou conhecido como a perspectiva construcionista da escala passa a ser abordado no periódico *Political Geography*. Os insights dessa escola são abordados por Smith (1992,1993), Taylor (1982, 1993), Agnew (1993) e Herod (1991). Estes quatro estudos, apontam Delaney & Leitner (1997), representam em detalhes estudos de caso de práticas de construção da escala. Esta perspectiva vem sendo estudada recentemente como um projeto teórico explícito. No entanto, é importante notar que os problemas teóricos são novos, mas os práticos referentes a abordagem não. Um deles é a adoção do sistema federalista (como o modelo estadunidense) como paradigma emblemático para a política escalar. Usando o federalismo como paradigma ilustrativo para a construção política da escala tem-se uma abordagem limitada, pois restringe-se a enxergar políticas centradas nas estruturas formais do Estado e nas instituições de governo (DELANEY & LEITNER, 1997). A política de escalas vai além, envolvendo políticas de interesses, de consciências e suas conexões. Só assim a concepção de construção política de escalas torna-se livre de categorias fixas inerentes ao passado, possibilitando inúmeras outras problemáticas a serem desvendadas.

Nota-se que a construção política da escala passa pelos mais diversos interesses dos agentes sociais, estatais e do capital. Diante desta complexidade e da necessidade de entender as escalas de ação e construção de cada um, traça-se a importância de desvincular a escala a este olhar ontológico, de categoria fixa e dada de forma natural. Assim, a escala, como produto político e social, é um conceito em constante mutação; e como pontuam, “as escalas emergem da fusão de ideologias e práticas” (DELANEY; LEITNER; 1997). Infere-se que a escala, desta forma, também é entendida como fruto de uma política de interesses, ideologias e objetivos dos grupos sociais.

No artigo de Marston (2000), intitulado “The social construction of scale”, a autora traz a proposta de estabelecer as tentativas para compreender como a escala é um conceito socialmente construído. Posteriormente, dar-se início a um debate sobre as abordagens sociais construcionistas para a escala, onde, em primeira instância, resgata os principais casos de estudo sobre a temática e posteriormente aborda a construção desta teoria face ao capital e ao Estado. O artigo compreende a pesquisa empírica da autora, onde através do ativismo social feminista ela exemplifica e constrói a ideia debatida previamente.

Sobre a escala, Marston (2000) adota a perspectiva de Howitt (1998), que argumenta que a escala é tratada ultimamente em três aspectos: tamanho, nível e relação. Para Howitt (1998), a escala não é algo naturalizado, muito menos tamanhos (distritos, continentes,



província) e níveis (local, nacional, regional), mas um elemento relacional complexo que integra espaço, lugar e ambiente. Esta perspectiva corrobora para a ideia de que a fixação pela hierarquização horizontal e vertical da escala deve ser superada. Dessa forma, como geógrafos, “o objetivo com relação a escala deve ser o de entender como a escala é constituída e transformada em resposta às dinâmicas socioespaciais” (MARSTON, 2000).

O propósito de trazer a abordagem destes dois artigos é compreender que os nomes geográficos – fenômeno dimensionado no espaço e construído a partir de diferentes elementos culturais, econômicos, sociais e político – são possíveis de serem analisados a partir da produção de uma escalaridade, produto da ação de diferentes agentes no ato de nomear o espaço. Um nome de rua, por exemplo, não está desvinculado dos significados e identidades no âmbito do lugar e, ao mesmo tempo, dos ideais que permeiam um sentimento dito “nacional”, contextualizado em uma dada sociedade. São inúmeros os estudos que apontam para relação entre personagens políticos e homenagens através da toponímia, com os mais diferentes propósitos (para mais, consultar SANTOS, 2017; ALDERMAN, D.H.; INWOOD, J., 2013), e de que forma os grupos no poder utilizaram dos aspectos mais diversos da cultura para batizar localidades e feições geográficas (FAGGION, C. M.; MISTURINI, B.; 2014; SOUZA, 2014).

Em contraponto, a ausência de determinados tipos toponímicos também deve ser considerada com cautela. Levando-se em consideração que o ato de nomeação dos lugares é, antes de tudo, um ato político, no jogo de construção de uma grade toponímica deve-se atentar para os valores intrínsecos ao processo de produção do espaço e as escalas políticas e sociais em questão. Estes podem estar vinculados a uma política escalar de construção do espaço que visa erradicar determinados significados e identidades da memória coletiva, através da eliminação dos topônimos.

Na esteira do debate, o início do século XXI trouxe à tona a contribuição de Marston, Jones e Woodward (2005) e Jonas (2006), este último em críticas e comentários ao trabalho dos primeiros. O embate realizado coloca elementos interessantes e que contribuem diretamente na reflexão da dimensão escalar do ato de nomear o espaço e naquilo que se busca trabalhar aqui, as políticas escalares toponímicas.

O trabalho intitulado “Human Geography without scale” de Marston, Jones e Woodward (2005) é uma importante contribuição na reflexão do debate epistemológico da temática da escala na geografia. Marston et al (2005) criticam, a partir da exposição de diferentes autores, que há uma dominância de um modelo de concepção e construção social da escala que é hierarquizado. Este modelo, que tem como marco o trabalho de Taylor (1982) e aborda as perspectivas de diferentes trabalhos, como o de Neil Smith (1984; 1992), Eric Swyngedouw

(1997; 2000 e 2004), Brenner (1998), Kevin Cox (2002 e outras obras), Howit (1993; 1998 e 2003) e Massey (1994; 2004), foi tornando-se complexo e flexibilizando o conceito de escala, porém tendo como base a verticalização “local-global”.

Problematizando as reflexões sobre a escala vertical, os autores pontuam três escolhas palpáveis sobre o que pensar sobre a escala. A primeira, onde é possível afirmar a escala hierárquica e, na medida em que ela falhar em capturar as inúmeras configurações socioterritoriais que encontra, aumenta-la com alguns outros conceitos; a segunda, onde pode-se desenvolver um modelo híbrido que integre de forma vertical e horizontal o entendimento dos processos socioespaciais, como já tentado por muitos pesquisadores; e a terceira, abandonar de vez a escala hierárquica em sua totalidade e colocar no lugar alguma alternativa (MARSTON et al, 2005). A terceira via foi adotada pelos autores.

Em resumo das vantagens de um *flat ontology* – ontologia plana, em tradução livre – pode-se pensar que ela fornece aos pesquisadores, horizontalmente, “mais pontos de entrada – concebida ao mesmo tempo como aberta multidirecional e desdobrada não linearmente – para a política progressista, oferecendo a possibilidade de conexões aprimoradas através dos lugares sociais [...]” (MARSTON et al, 2005, 427 p., tradução livre)<sup>20</sup>.

No debate, a proposição de abolir a escala do vocabulário geográfico em virtude de uma ontologia plana abre os olhos para uma reflexão importante. Somos tentados, da mesma forma que o discurso de hierarquias verticais, a hierarquizar, mais ou menos, os nomes geográficos e suas feições associadas. Embora nos afastemos de alguns pontos do trabalho de Marston et al (2005), é necessário ter em mente o caminho a ser percorrido ao analisar as espacialidades produzidas, a partir do que buscaremos definir mais à frente, como políticas escalares toponímicas e suas tipificações.

Ainda sobre a tentação da hierarquia nominal, quando trabalhamos com nomes geográficos, pensamos em nomes que dão sentido a individualizam objetos e/ou porções do espaço. Adotemos como exemplo os recortes territoriais de bairros. Bingen, Westphalia e Centro, exemplo de bairros em Petrópolis: é necessário olhar para esses nomes e pensar nos processos socioespaciais que os formaram, culminando em sua designação.

Para os objetos e feições geográficas inerentes a cada um dos recortes supracitados, cabe o mesmo exercício. Se desconsiderada a dinâmica, o movimento, a esteira da história – nos valendo de licença poética para tal – na formação do objeto que estamos estudando e sua

---

<sup>20</sup> Originalmente: “[...] (horizontally) provide more entry points – conceived as both open multidirectionally and unfolding non-linearly – for progressive politics, offering the possibility of enhanced connections across social sites [...]”.

nomeação (que ocorrem de forma simultânea), fadamos a repetir a estrutura de análise que considera as escalas, e neste caso os nomes, como elementos pré-concebidos.

Na contramão da proposição de Marston, Jones e Woodward (2005), em eliminar a escala do vocabulário geográfico, Jonas (2006) tece mais uma breve reflexão sobre o debate da escala na geografia humana. O autor debate a reflexão de Marston et al, posicionando-se contra o argumento de uma geografia humana “sem escalas”, pois, para ele, “rejeitar totalmente a 'escala' seria perder uma importante dimensão de pensar e agir sobre as mudanças econômicas, políticas, sociais e ambientais contemporâneas” (JONAS, 2006, p. 399, tradução livre).

A proposta do artigo do autor é argumentar três assertivas. A primeira, que os geógrafos humanos devem reconhecer que o conceito de escala é fundamental para organizar e apresentar as narrativas na geografia humana e isto é um desafio em si mesmo; a segunda, atentar menos para a epistemologia do local-para-global e mais no que definiu como “inbetweenness”<sup>21</sup> da escala; e terceiro, tentar trabalhar além das categorias escalares particulares, considerando aquilo que está em seu entorno, sendo o “local” não menos importante.

Sobre o trabalho de Marston et al (2005), Jonas (2006) argumenta que suas tentativas de abandonar a escala irão ter como efeito a substituição de ideias produtivas sobre a estruturação escalar, para cimentar um falso dualismo entre a abordagem *site* – ou *flat* – e a abordagem escalar (nas palavras de Jonas, “site-versus-scalar”). Outro ponto crítico dos comentários do autor, é que os ditos “scalists”<sup>22</sup> não tem como pretensão de escrever sobre escalas como estruturas fixas, nem tratam os territórios escalares como estruturas verticais ou abstrações racionais no sentido realista. Em vez disto,

[...] eles estão respondendo ao desafio da narrativa e implementando categorias escalares de maneiras que tentam mostrar como estruturas e processos materiais específicos, que se tornaram fixos em ou arredor de certos locais e escalas, estão em processo de se tornarem não-fixados em uma escala específica ou combinam-se para diferenciar o mundo em dimensões escalares complexas e específicas do local (JONAS, 2006, 404 p., tradução livre)<sup>23</sup>.

Outro importante trabalho, de Danny MacKinnon, busca encurtar e sobrepor o debate da escala em geografia pelas abordagens “political-economy” e “poststructuralist”. Corroborando com a visão de Jonas (1994), e sua “scale politics of spatiality” e busca especificar melhor o

<sup>21</sup> No contexto do texto, a palavra “inbetweenness” é um neologismo que sugere algo “por dentro”, “profundo” ou “enraizado”. Assim, os pesquisadores deveriam atentar mais para questões epistemológicas mais profundas na temática da escala, e não apenas no modelo “local-para-o-global”.

<sup>22</sup> Os geógrafos, ou outros pesquisadores, que trabalham e utilizam da abordagem escalar.

<sup>23</sup> Originalmente: “[...] they are responding to the challenge of narrative and deploying scalar categories in ways that attempt to show how particular material structures and processes have become fixed at or around certain sites and scales, are in the process of becoming unfixed at a specific scale or combine to differentiate the world in complex scalar and site-specific dimensions.”

que o autor define como “scalar politics” – políticas escalares. A opção pelo termo políticas escalares em detrimento de políticas de escalas, dar-se, dentre outros fatores, pela distinção estabelecida entre eles, a partir de quatro elementos que compreendem o conceito de políticas escalares:

- A política escalar substitui a implicação de que as políticas de escalas são fundamentalmente sobre escala com a ideia de que projetos e iniciativas políticas particulares têm aspectos e repercussões escalares;
- Atenção na estratégia escalar desempenhada por vários atores, organizações e movimentos, marcando como tema chave por Jonas (1994) para a “política escalar da espacialidade”;
- Preocupação da influência e dos efeitos das estruturas pré-escalares, criadas por processos sociais construídos no passado;
- Criação de novos arranjos e configurações escalares decorrentes do ponto de interação entre projetos e escalas herdadas e emergentes;

Nos aproximamos de duas de suas concepções, de escala e das políticas escalares, embasando assim nossa proposta de incorporar a dimensão da escala nos estudos toponímicos. A escala é vista como uma importante dimensão da atividade política, mais do que um quadro inicial (MACKINNON, 2010), direcionando nossa perspectiva ao que já foi dito no início do texto. Segundo a concepção de política escalar “é consistente com a concepção crítica realista do espaço (ver Sayer, 1985), já que a escala é definida pelas relações políticas que a constituem, em vez de existir como uma categoria pré-concebida, embora não possa ser totalmente reduzida a essas relações [...]” (MACKINNON, 2010, p.29, *tradução livre*)<sup>24</sup>.

Jonas (1994) ao abordar as políticas escalares, deixa margem à uma conceituação mais consistente do que se trata tal políticas escalares. A partir deste primeiro esboço, MacKinnon (2010) diz estruturar a sua noção de política escalar, em cima de três vertentes da literatura de escala: os conceitos processuais da política de escala - “scale jumping” e “scale bending” - derivados da literatura político-econômica; a sensibilidade à construção histórica e a transformação de escala através de processos sociais da abordagem de “estruturação escalar” (Brenner, 2001); e a preocupação pós-estruturalista com práticas e narrativas escalares. As chamadas “políticas de escalas não são fundamentalmente ‘de’ escala, embora a escala seja

---

<sup>24</sup> Originalmente: “[...] consistent with the critical realist conception of space (see Sayer, 1985) since scale is defined by the political relations that constitute it, rather than existing as a pregiven arena, although it cannot be wholly reduced to these relations once [...]”.

tipicamente implicada como uma dimensão-chave” (MACKINNON, 2010, p.32, *tradução livre*)<sup>25</sup>.

A noção de política escalar “concentra atenção no desdobramento estratégico de escala por vários atores, movimentos e organizações, sobrepondo-se substancialmente com o interesse pós-estrutural em construções epistemológicas de escala” (MACKINNON, 2010, p.32-33, *tradução livre*). O autor deixa claro que o esforço em integrar dimensões materiais e discursivas da construção da escala identifica uma agenda de pesquisa para examinar como diferentes atores e grupos buscam vincular determinadas categorias escalares e categorizações a relações materiais específicas.

A política escalar também destaca a influência de estruturas e escalas espaciais herdadas. O autor trabalha algumas perspectivas (Dodgshon, 2008; Peck, 1998; Brenner, 2001, 2004; Jones, 2009) para argumentar que as escalas são feitas e desfeitas no ponto de interação entre estruturas escalares herdadas e projetos sociais e políticos emergentes.

A contribuição de MacKinnon para esta pesquisa, em seu esforço de aproximação conceitual entre duas abordagens diferentes de escala, está na reflexão de que:

[...] escalas são criadas da interação entre atores e organizações, porém, uma vez estabelecidas, são irredutíveis a esses atores e organizações. Ao mesmo tempo, as estruturas escalares estabelecidas podem, como manifestação das relações de poder predominantes, influenciar o modo como processos mais amplos de reestruturação política, econômica e social são executados em contextos espaciais específicos. Essas estruturas também estão, é claro, sujeitas a mudanças e possíveis transformações através desses processos mais amplos (MACKINNON, 2010, 31-32 p. *tradução livre*).

Da contribuição sobre esta reflexão de formação de escalas, ou escalaridades, pode-se estabelecer uma ligação com a produção da toponímia urbana. Nomear feições, como já mencionado, é um ato político em última instância e decorre da interação de atores e organizações na produção do espaço urbano. A concepção de produção de escalaridades defendida neste texto é resultante do ato de nomear, ou seja, a produção de uma dimensão escalar que nos auxilia na visualização de processos e das relações de poder na construção do espaço não é dada de forma pré-concebida (a partir de um recorte de bairro, por exemplo).

Tornando notória a atuação de um determinado grupo na produção simbólica do espaço, a partir da toponímia urbana, é possível traçar, tal qual pontuou MacKinnon, outros impactos na reestruturação política, econômica, social e cultural de um contexto espacial específico. Se o Estado opta, pelos meios legais, renomear todo um conjunto de ruas de um bairro ou mesmo de uma cidade, não há dúvidas que tal medida poderá ter desdobramentos diversos neste

---

<sup>25</sup> Originalmente: “[...] politics of scale are not fundamentally ‘of’ (about) scale, though scale is typically implicated as a key dimension.”

contexto espacial. Implicações, inclusive, como uma postura de resistência de movimentos sociais excluídos ou outras comunidades locais em adotar, paralelamente a oficialidade, nomenclaturas próprias para a cidade e seu espaço cotidiano. Exemplos de estudos que evidenciam este tipo de situação não faltam, como em Yeoh (1996), carecendo apenas a geografia a consideração da dimensão escalar das práticas desses grupos como parte fundamental do estudo toponímico.

Na produção desta dimensão escalar, proveniente da atuação de diferentes agentes, movimentos e grupos no espaço, a dimensão escalar pode nos indicar um alcance das políticas escalares de nomeação desempenhada por diferentes atores ou grupos sociais nos múltiplos espaços.

#### 4.1.2. Breve nota das contribuições de geógrafos brasileiros

As contribuições de pesquisadores brasileiros no debate da escala geográfica intensificaram-se nas três últimas décadas. Porém, cabe ressaltar aqui alguns outros pioneiros em ideias que, mais recentemente, ecoaram como inovadoras no mundo anglófono, ressoando em pesquisas no Brasil. Abordando este resgate de um debate sobre o conceito da escala geográfica na geografia brasileira, Grandi (2014) contribuiu com duas publicações que resgataram o debate do tema. Neste artigo, nota-se o esforço do autor em percorrer um vasto debate dentro da história do pensamento geográfico, e que, ao passo de seus objetivos, consegue estabelecer importantes reflexões sobre obras por vezes pouco exploradas na literatura recente.

Escapa neste subcapítulo a ideia de aprofundar as miúdes de dois trabalhos pioneiros no campo, o de Davidovich (1978) e Bahiana (1986), mas se instiga uma breve reflexão sobre eles lança luz aos caminhos percorridos décadas de colocações mais recentes sobre o debate da escala na geografia

O primeiro trabalho, de Davidovich (1978), tem como objetivo apresentar um esquema geral do sistema urbano brasileiro. Davidovich recorre as características espaciais da urbanização brasileira e a dimensão nacional da estrutura espacial fundamentar sua perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. Assim, se introduz, segundo a autora, a noção de escalas de urbanização. Dentro os pontos de destaques do trabalho, cabe a ressalva que as escalas, frente ao processo de urbanização e sua dinâmica, não podem ser vistas como estanques e funcionalistas, mas sim como uma imagem de fluidez da estrutura das relações sociais (DAVIDOVICH, 1978). Na leitura de Grandi sobre o trabalho de Davidovich, o autor assinala que

O artigo de Davidovich também ressalta o papel das interações espaciais como aspectos fundamentais à constituição das escalas geográficas do processo de urbanização, destacando a importância de se levar em conta as continuidades e descontinuidades espaciais nas reflexões sobre o tema. [...] O artigo de Davidovich também ressalta o papel das interações espaciais como aspectos fundamentais à constituição das escalas geográficas do processo de urbanização, destacando a importância de se levar em conta as continuidades e descontinuidades espaciais nas reflexões sobre o tema (GRANDI, 2014, p.261-262)

O trabalho de Bahiana revela outra face no campo das contribuições, uma vez que o objetivo de sua dissertação foi refletir sobre a forma como o conceito de escala foi abordado no âmbito acadêmico da geografia urbana. Tal qual como realizado com Davidovich, Grandi destaca que

Bahiana expõe suas reflexões de forma bastante relacionada ao seu conteúdo. [...] A maioria das propostas e reflexões que o autor resgata mantém hierarquizações escalares sequenciais que também seguem da maior escala à menor, e/ou vice-versa, o que de fato é o mais comum na literatura geográfica. [...] Tendo como seus maiores interlocutores Lefebvre e Lacoste, Bahiana segue sem escapar da hierarquização. Ainda assim, a ênfase que o autor dá a aspectos como a coexistência e a interconexão das escalas é bastante grande, trazendo então pistas de uma possível flexibilização dessas hierarquias. (GRANDI, 2014, p.261)

Tanto a proposta de Fany Davidovich quanto a de Luís Cavalcanti da Cunha Bahiana tecem amplo diálogo com as proposições anglófonas dissertadas anteriormente. Aos objetivos neste capítulo - a compreensão da escala enquanto uma construção social e o seu papel junto a interpretação do processo de nomeação do espaço – o resgate dessas obras contribui na medida que destaca a importância deste debate em diferentes subcampos da geografia. Se por um lado, as pesquisas dentro da área da geografia urbana nas décadas de 1970 e 1980 já ressaltaram a importância da interação entre agentes sociais e suas práticas em diversos recortes escalares, o aprofundamento dessas reflexões exige considerar os emaranhados que ligam as escalas e a construção desse pensamento (Grandi, 2014).

O processo de nomeação do espaço, enquanto constituinte das várias facetas da produção do espaço – material e imaterial – também está no contato entre várias interações espaço-temporais. É por intermédio da necessidade de se trazer o debate da escala geográfica para os estudos em toponímia, que se resgata a importância do consenso da escala enquanto produto social.

#### **4.2 Políticas escalares e toponímia: pensando a nomeação como um processo**

A apresentação feita no subcapítulo anterior teve como objetivo embasar a possibilidade de compreender o processo de nomeação do espaço, não apenas como construído socialmente, mas encaixado em dimensões escalares de práticas a diferentes agentes sociais. Em especial nesta tese, aqueles que detêm a capacidade de institucionalizar os nomes através de documentos oficiais, são estudados como tais atores neste processo.

O consenso quase que uno das últimas décadas é de que a escala geográfica é vista na Geografia como produto de uma construção social, a posteriori da ocorrência e da ação da sociedade sobre o espaço. Isto apresenta a pluralidade das diferentes abordagens da temática da escala na Geografia.

A escala geográfica, socialmente construída como produto das inter-relações humanas sobre o espaço, tem papel fundamental ao pensarmos em uma política escalar toponímica. Ao observar as políticas de nomeação do espaço urbano, materializada não apenas em documentos, mas também na paisagem, ela também possui uma dimensão escalar, conjugada a partir de práticas e discursos instituídos. É diante deste quadro que, ao final do capítulo, propõe-se contribuir ao debate da escala em geografia, introduzindo de forma explícita a dimensão da escala como parte fundamental das políticas de nomeação do espaço no estudo da toponímia urbana.

As políticas escalares de nomeação estão ligadas a uma noção importante: a escalaridade, cerne para a compreensão das práticas dos grupos sociais na nomeação do espaço. O que consideramos como escalaridade? A escalaridade emerge a partir da ação humana na produção do espaço com sua prática de divisão e articulação do espaço (GRANDI, 2016)<sup>26</sup>. Assim, as políticas escalares toponímicas podem ser pensadas como um componente atuante na diferenciação socioespacial. Grupos sociais podem dividir áreas de forma concreta (articulando uma divisão física, como limites administrativos) e simbólica (onde o nome carrega um determinado conjunto de significados para esse novo recorte), articulando esses recortes e nomes a um conjunto de processos e práticas locais ou de outros espaços.

Em Teresópolis, ao próximo as décadas de 1940 e 1950, a construção do bairro denominados Araras apresentou um conjunto de logradouros denominados por letras do alfabeto. A suposta caracterização neutra das ruas, logo deu lugar a homenagem ao nome dos Estados brasileiros e perdura até a atualidade. Poucos quilômetros adiante, o bairro Tijuca teria grafado em seus logradouros os membros de uma antiga fazenda do século XIX, são os membros da família Rosa (Roberto, Yeda e Armando).

Portanto, na nomeação do espaço, diferentes grupos sociais podem dividir e articular o espaço a partir da elaboração de políticas escalares. Está é a dimensão escalar da prática, mais do que uma prática atuante em diferentes escalas, apontada por Mandsfield (2005).

O processo de nomeação do espaço pode ser pensado a partir desta noção de escalaridade, relacionando partes e todo (parte-todo) em um conjunto que se torna incompreensível se não for

---

<sup>26</sup> Para considerações mais gerais sobre a escalaridade e seus aspectos fundantes, divisão e articulação do espaço, consultar Grandi (2016).



considerado de forma holística. Esta seção aborda alguns pontos importantes para embasar a ideia de que é possível incorporar na análise do processo de nomeação do espaço uma noção de escalaridade, identificando políticas escalares de nomeação na produção do espaço. A contribuição fundamental aqui é discutir a escalaridade como dimensão necessária ao estudo da toponímia urbana. É a partir dela que é possível analisar as políticas escalares toponímicas do espaço em um determinado tempo, o que e como estas privilegiaram discursos e memórias no espaço, trazendo a reflexão sobre possibilidades de pensar novas políticas com viés de diversidade cultural e identitário.

Até a presente seção, o debate esteve focado em compreender como diferentes concepções de escala corroboram para enriquecimento epistemológico de diferentes temáticas da Geografia. Tomada a escala como construção política e social, desdobram-se as mais diferentes ações sobre esta forma construir e relacionar processos e objetos no espaço, desdobram-se múltiplas políticas escalares.

A noção de políticas de escalas<sup>27</sup> é elemento primordial para compreender como a escala pode fazer parte do estudo toponímico, não mais como um elemento fixo e ontológico, mas como uma categoria (re)produzida, configurada e conceituada de distintas maneiras, construída socialmente. Desta forma, Moore (2008 apud Hagen; 2011, p.24), define que a pesquisa sobre as políticas de escalas deve investigar os processos através dos quais os governos, empresas, grupos sociais ou indivíduos implementam conceitos escalares, em um esforço para “cristalizar certos arranjos socioespaciais, na consciência e na prática, para promover objetivos sociais, políticos ou culturais” (MOORE, 2008, p.214 e 219).

A extensa crítica de Moore (2008) recai sobre a adoção, por parte dos chamados geógrafos humanos, da escala enquanto uma categoria de análise quando, ao seu ver, esta perspectiva reifica a noção da escala enquanto uma entidade ontológica. Destarte, para resolver essa questão, o autor propõe que se direcione o olhar para a escala enquanto uma dimensão da prática.

Sobre a recente publicação de Marston et al (2005), Moore concorda com a intervenção desta, mas a proposição não só de acabar com a escala como uma ontologia hierárquica, mas também eliminá-la da geografia humana em prol de uma “ontologia plana” é um ponto de desencontro. Em vez disto, o autor propõe que se pensa um outro conceito importante, a política de escalas, enquanto prática e sem escalas. Recorre assim ao exemplo de Brubaker sobre o conceito de nação:

Não devemos perguntar ‘o que é uma nação’, mas: como a condição de nação é institucionalizada como uma forma política e cultura dentre e entre estados?

---

<sup>27</sup> Para alguns autores, a concepção de políticas de escalas tem a ver ligação com o conceito de políticas escalares, mudando apenas a terminologia utilizada.

Como a nação passa a ser uma categoria prática, um esquema classificatório, um quadro cognitivo? (Brubaker, 1996, apud Moore, 2008, p. 213, tradução livre<sup>28</sup>).

Assim, Moore pontua que:

A importância de se fazer uma distinção entre nação e o sentimento de nação é o que isso nos obriga a mudar nosso foco da nação como uma categoria importante de análise para o de sentimento de nação – a cristalização de sentimentos e práticas sobre ser uma nação – como um evento contingente, colocando assim a ênfase sobre o processo de nacionalização ( MOORE, 2008, p. 213, tradução livre<sup>29</sup>).

Então, como colocar ênfase sobre o processo de nomeação e não nos nomes em si? A incorporação da ideia de políticas de escalas no processo de nomeação torna-se uma primeira pista. A partir da ideia de políticas de escalas, nota-se que a escala como construção político-social vai muito além da ideia de dimensão do fenômeno. Jonas (1994) argumenta que a linguagem da escala é muito poderosa para aprisioná-la apenas como tal, e que é possível falar, de fato, de uma política de escalas espaciais. O autor argumenta que:

Muitos dos objetos sociais que os geógrafos encontram na pesquisa (grupos de bairro, associações regionais de negócios etc.) tem escalas de operação bem definidas. Embora as propriedades desses objetos dependam de como a escala é organizada, as categorias de escala correspondentes (bairro, urbano, regional etc.) não fazem menção direta para essas propriedades (JONAS, 1994, p.259).

Podemos pensar de forma similar nos grupos ou comitês responsáveis pela nomeação de localidades em uma determinada esfera de poder (dos Estados Nacionais, das províncias, das cidades). Eles atuam na nomeação de ruas, avenidas, praças e feições geográficas a partir da configuração escalar que lhes é incumbida; atuando na nomeação dos espaços a partir destes limites. Embora a composição do comitê dependa de como a escala é organizada (um comitê de nomes geográficos da cidade pode, por exemplo, presar pela participação de moradores e representantes de bairros; ao passo que um comitê de nomes geográficos nacional, pode requerer a participação de pessoas ditas qualificadas e especializadas na área, a fim de ditar as regras do jogo), estes limites (cidades, Estados) pouco tem a dizer sobre as propriedades destes comitês (e as propriedades são compreendidas como as regras, legislações, valores e visões que predominam em seus componentes) e suas escolhas.

---

<sup>28</sup> A citação original é: “We should not ask ‘what is a nation?’ but rather: how is nationhood as a political and cultural form institutionalized within and among states? How does nation work as a practical category, as classificatory scheme, as cognitive frame? ... What makes the nation- evoking, nation invoking efforts of political entrepreneurs more or less likely to succeed? (Brubaker, 1996: 16)”.

<sup>29</sup> No original: “The significance of making a distinction between nation and nationhood is that it forces us to shift our focus from nation as a substantial category of analysis, to nation- hood – the crystallization of feelings and practices of nation-ness – as a contingent event, thereby placing emphasis on the process of nationalization”.

Hagen (2011) reconhece que falhou ao não atentar para essa dimensão escalar em estudos anteriores. Problematiza que em pesquisas prévias (HAGEN, 2011), poderia ter fornecido um outro olhar para a articulação entre a nomeação de lugares com o nome de políticos e políticas públicas de investimentos em áreas diretamente conectadas ao curral eleitoral dos mesmos parlamentares; é com este intuito que se deve atentar para as novas possibilidades nos estudos dos nomes geográficos.

#### 4.2.1 Políticas escalares toponímicas: uma proposição

Os nomes geográficos vêm sendo tratados como importante elemento geográfico, ainda que esteja aquém do seu reconhecimento no âmbito da Geografia. Diferentes estudos têm tratado dos nomes geográficos em consonância com a ideia de política de escalas (ver AZARYAHU e KOOK, 2002; ALDERMAN, 2003).

Igualmente ao ato de nomeação, que tem caráter político em última instância, a construção das diferentes escalas também passa por essa esfera. Como aponta Hagen (2011), “o estudo da escala também pode beneficiar-se de uma grande atenção para o ato de nomeação, porque essas práticas são parte integrante de processos mais amplos pelos quais espaço, lugar e escala são socialmente construídos e contestados.”

Na direção da noção de políticas escalares, pode-se pensar que os mais distintos agentes sociais têm esforços para legitimar e empoderar seus discursos a partir da nomeação do espaço. Para Hagen (2011), o ato de nomear um lugar pode ser interpretado como uma prática pela qual as pessoas, organizações e movimentos sociais tentam construir e atuar em certas configurações escalares, com o objetivo de legitimar ou desafiar determinadas ordenações do espaço sociopolítico. Assim sendo, pensar em um estudo que trabalha a perspectiva de políticas escalares toponímicas é buscar investigar os processos através dos quais os grupos sociais constroem significados com base em uma ação escalar, a fim de sedimentar diferentes memórias e os valores culturais presentes nos nomes geográficos. Promovem, de tal maneira, inúmeras narrativas sociais, políticas e/ou culturais.

A contribuição de Erik Swyngedouw (2004, p.132) nos coloca a par da perspectiva de que “a configuração escalar é resultado dos processos socioespaciais que regulam e organizam as relações de poder” (2004, p.132, tradução livre<sup>30</sup>). Nesta direção, pode-se pensar que esses processos também regulam e organizam as relações de poder que atuam na produção

---

<sup>30</sup> No original: “I conceive scalar configurations as the outcome of sociospatial processes that regulate and organize social power relations”.

toponímica e nas políticas de nomeação dos lugares. A produção da grade toponímica é evidentemente relacionada com os valores e as significações dos grupos empoderados politicamente na sociedade.

Torna-se necessário enfatizar que as pesquisas sobre nomes geográficos, nesta nova fase da Geografia, podem e devem adotar uma postura para além da classificação e da coleta dos nomes, conforme debatido no capítulo 2. Esta perspectiva foi dominante até o final do século XX na Geografia e demais áreas afins. A partir de uma nova perspectiva, a pesquisa toponímica para a Geografia direciona-se para estudar e analisar seus significados, as relações de afeto e poder, o porquê de sua disposição espacial, os diferentes aspectos culturais, as representações simbólicas presentes e sua espacialidade (SANTOS, 2017). Aliado a isto, Hagen (2011) nos traz a perspectiva escalar inerente ao estudo dos nomes geográficos que se torna um elemento-chave para compreender o alcance e a dimensão dos valores e símbolos transmitidos através dos nomes geográficos.

Com base na discussão colocada anteriormente e em outras fundamentações a seguir, propõe-se uma tipificação das políticas escalares toponímicas enquanto ações materializadas no espaço através de diferentes agentes que incidem sobre os nomes geográficos de uma determinada área.

Para esta proposição, tem-se como base dois artigos que tratam do processo de nomeação dos lugares, a partir da incorporação de conceitos e discussões fora da geografia. De forma breve, pretende-se apresentar a argumentação de Giraut, Houssay-Holzschuch e Guyot (2008) e Giraut, Houssay-Holzschuch (2016) e, explorar algumas novas possibilidades sobre o campo das políticas escalares toponímicas.

Em seu primeiro ensaio intitulado *Em nome dos territórios! questões geográficas da toponímia (Au nom des territoires!: Enjeux géographiques de la toponymie*, no título original em francês), os autores pretendem contribuir para reabertura do campo da toponímia para a Geografia e as ciências sociais como um todo. Parte de uma leitura original, contextual e interpretativa, abordando casos e situações emblemáticas, questões relacionadas à maneira como os territórios são nomeados e o que isso revela para a geografia.

Giraut, Houssay-Holzschuch e Guyot (2008) argumentam que nomes de lugares são produzidos em diferentes escalas, áreas geográficas e contextos. Nesse sentido, muitas interpretações encaram a escala como algo dado. Mesmo que levasse em consideração o movimento de construção social da escala, os nomes são ora produto destas, mas não produtores. O contexto de produção vem do nível local municipal, com exceção das capitais, e, assim, as práticas podem refletir os desafios da arena local. Em parte, essa é uma posição que

parece corroborar com Aldeerman (2003; 2013) em trabalhos acerca do nome de Martin Luther King Jr.

O ponto central desta discussão surge quando os autores apresentam uma grade contextual e interpretativa que busca dar conta das mais diversas situações – contextos – dos processos de nomeação dos lugares. As modalidades definidas seriam a revolução e erradicação; a restituição e restauração; e por último, a revelação e construção. O quadro 2 a seguir sistematiza as definições apresentadas pelo autor.

Quadro 2 - As modalidades do processo toponímico.

<b>Modalidade-tipo do processo toponímico</b>	<b>Definição</b>
Revolução e Erradicação	Os processos revolucionários são acompanhados pelo estabelecimento de uma nova ordem territorial, que erradica a anterior. Para aplicar o projeto revolucionário, essa nova ordem estabelece uma estrutura radicalmente nova. Essa lógica de ruptura, de controle e de ação, produz uma <i>neotoponímia</i> que evita qualquer referência a poderes anteriores, mas valores pertencentes a um todo nacional.
Restituição e Restauração	Este seria o quadro onde regimes democráticos são confrontados com o multiculturalismo e o plurilinguismo, e as reivindicações identitárias, incluindo as dos primeiros povos e das minorias regionais, oferecem toponímias alternativas, que podem ser formalizadas. No contexto pós-colonial, o grupo dominante restitui parte de seus direitos aos grupos dominados, o que permite uma restauração – na maioria das vezes parcial – da toponímia pré-colonial. O caso mais emblemático seria o Canadá com o estabelecimento de regiões autônomas inuítes.
Revelação e Construção	A afirmação dos territórios de desenvolvimento local, regional e metropolitano realiza-se no quadro das descentralizações e devoluções num contexto de globalização (Antheaume, Giraut, 2005). Diferentes atores, munidos de suas representações, investem nas complexas escolhas territoriais envolvidas nessas criações. Possíveis controvérsias surgem em torno do tamanho, limites, centro e nomenclatura das novas entidades. A questão toponímica reside então em a afirmação ou não de um referente geográfico e/ou identitário dominante.

Fonte: Adaptado de Giraut, Houssay-Holzschuch e Guyot, (2008).

A proposição acima visa suprir uma demanda dos pesquisadores da área de toponímia em tipificar certas ações e processos que se desenrolam no espaço enquanto parte de um movimento da sociedade de (re)produção espacial. Desta forma,

O questionamento toponímico, portanto, parece ser uma ferramenta valiosa para uma geografia política, mas também para uma geografia preocupada com a interação de atores, tanto institucionais quanto sociais, e a interação de configurações e referências espaciais concorrentes. Ele dá conta, em palimpsesto, das histórias, conflitos e valores das sociedades estudadas em sua

relação com o espaço (Giraut; Houssay-Holzschuch e Guyot, 2008, p.103-104, tradução livre).

As ideias apresentadas pelos autores, até então, soaram como inovadoras e encontrariam um aprofundamento teórico anos mais tarde em uma segunda publicação. Em um segundo ensaio, intitulado *Nomeação de lugares como dispositivo: rumo a um referencial teórico (Place Naming as Dispositif: Toward a Theoretical Framework)*, há uma proposição em elaborar um arcabouço teórico para interpretar a toponímica de maneira crítica e seus desdobramentos sobre geopolítica e as relações de poder. Neste sentido, seria possível decifrar, teorizar e comparar diferentes estudos de caso dentro do campo.

O principal fio condutor é a mudança do foco do estudo do nome para o estudo do processo de nomeação. Os autores apresentam que a nomeação de lugares é um dispositivo<sup>31</sup> no sentido foucaultiano. É esta noção de dispositivo que irá permear o desenrolar teórico do trabalho, sendo a mais adequada pois combina discursos, regulamentos, artefatos materiais e estratégias dos atores, permitindo compreender as formas variadas em que os lugares são nomeados.

A incorporação desta noção produziu um quadro teórico composto por três elementos: (i) contextos geopolíticos dos quais o processo de nomeação tem suas raízes, (ii) as tecnologias comumente usadas, e (iii) a esfera dos atores. Para este capítulo e para a tese, serão discutidos em especial os contextos geopolíticos e as tecnologias.

Os contextos geopolíticos compreendem os momentos históricos e o quando a nomeação de um lugar se torna uma prioridade política. A base de trabalhos estudada pelos autores permitiu definir quatro contextos: conquista, revolução, emergência e a comoditização. Essa tipificação, e não só, entrelaça-se com outros elementos do quadro teórico de interpretação elaborado pelos autores.

Os autores afirmam que a nomeação de lugares “é usada para construir e manter uma identidade coletiva, para definir o que constitui o corpo político e para inscrever, às vezes à força, essa identidade particular, construída e coletiva em um espaço” (GIRAUT; HOUSSAY-HOLZSCHUCH, 2016, p.9). Assim, cada contexto poderia levar a mudanças de topônimos para alcançar diferentes objetivos políticos. Estes objetivos podem ser entendidos como tecnologias no sentido foucaultiano de "racionalidade aparente governada por um objetivo consciente" (*ibid*, p.9).

---

<sup>31</sup> **Dispositivo** é um termo usado para se referir aos vários mecanismos institucionais, físicos e administrativos e estruturas de conhecimento que aprimoram e mantêm o exercício do poder dentro do corpo social.

Por que esta reflexão é importante para a proposição deste capítulo? A elaboração teórica exposta por estes dois trabalhos pode ser considerada um marco para este tipo de interpretação em trabalhos sobre a toponímia crítica, pois sistematizam de maneira teórica um caminho para uma interpretação da nomeação do espaço vinculada a outros processos simultâneos.

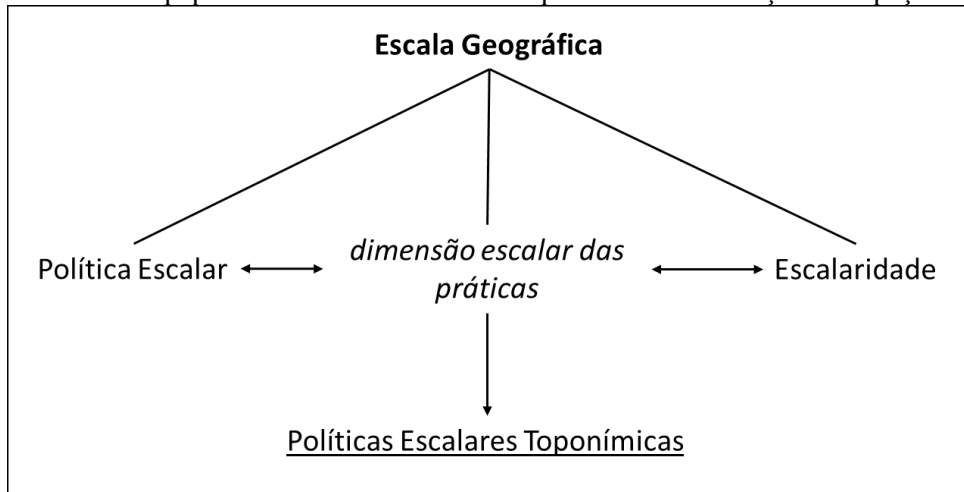
Pretende-se, na proposição de analisar o processo de nomeação das cidades serranas de Petrópolis e Teresópolis, deslocar o eixo da tipificação do contexto geopolítico para a ação (tecnologias), que aqui serão chamadas de políticas escalares toponímicas. Através das mudanças ou manutenções dos nomes, a ação de remover ou manter o nome, mesmo que uma não-ação (ausência de um interesse explícito para a manutenção), também pode ser entendida como uma política escalar toponímica. Isto não impede a ocorrência de reivindicações por diferentes grupos, assim como a invisibilização destas ações por outros.

As discussões iniciadas neste capítulo acerca da escala em geografia, da ideia de escalaridade e sobre as políticas escalares desembocam aqui na concepção de que as políticas escalares toponímicas, observadas ao longo da ação de diferentes atores – e principalmente aqueles com capacidade de oficializar tais nomenclaturas – são uma importante maneira de entender os significados construídos ao longo do tempo em um lugar, em distintos contextos, materializando formas diversas pelo espaço.

A reflexão proposta, tal qual desenvolvida neste capítulo, caminha para a tipificação das políticas escalares toponímicas a partir do conjunto de proposições apresentadas. Assim, as políticas escalares, a ação e a escalaridade são componentes fundamentais das políticas escalares toponímicas.

O primeiro ponto a se chamar atenção está em pensar o ato de nomear o espaço enquanto uma prática. Enquanto prática, **ação** humana na produção e articulação de múltiplos espaços, a perspectiva de enxergar a escala enquanto uma construção social traz o olhar sobre uma dimensão escalar das práticas. Assim, usar a escala enquanto uma dimensão do processo de nomeação é pensar tanto a possibilidade da elaboração de uma narrativa a partir dos nomes, quanto de diferenciar o espaço pela ação de escolha destes. O esquema a seguir sintetiza o papel destes elementos no entendimento da política escalar toponímica.

Figura 4 - Síntese do papel da discussão da escala no processo de nomeação do espaço.



Fonte: Elaborador pelo autor (2023).

A rigor, pode-se listar três consensos entorno do debate da escala na geografia: i) a importância de empreender análises multiescalares quando se estuda um fenômeno; ii) o imperativo de se atentar tanto ao conteúdo político das dinâmicas que envolvem a escalaridade, quanto à dimensão escalar das práticas e ações políticas; e iii) o caráter socialmente construído das escalas.

Iniciando a proposta de debate com base na concepção de que a escala é uma construção social, trabalhou-se com as perspectivas da escalaridade e das políticas escalares para se alcançar a dimensão escalar das práticas de nomeação do espaço. Nesse sentido, a ação de articular e produzir diferentes recortes de ações sobre o espaço é decorrente de processos e agentes que os (re)produzem sobre o espaço. Quando se pensa na ideia de uma política escalar, a pergunta não deve ser “quais as políticas escalares engendradas por diferentes atores na ação de nomear um lugar?”, mas sim, como a ação de nomear um lugar produz a ideia de coesão e unidade entorno de um conjunto de nomes, articulando-os com outros aspectos da vida política e social. É com base nesta perspectiva que se propõe estudar as políticas escalares toponímicas. As políticas escalares toponímicas são as ações sistemáticas de intervir no espaço a partir da toponímia, na qual diferentes agentes (re)produzem significados com base nas memórias presentes nos nomes geográficos. Articulam, assim, um conjunto de valores ligados tanto ao contexto local, quanto a outras esferas, diferenciando o espaço e produzindo narrativas com distintos propósitos. A partir do caso empírico estudado nessa tese e da revisão da literatura consultada foi possível delinear quatro políticas escalares toponímicas que criaram ou modificaram a grade de topônimos da área de estudo. Longe de ser uma única via de interpretação, essa foi a maneira escolhida para materializar o processo de nomeação segundo



a ação dos grupos e agentes que a executaram. Assim sendo, foram definidas em: (a) nomeação, (b) renomeação, (c) apagamento e (d) manutenção.

As políticas escalares toponímicas de nomeação são as ações de criação de nomes a partir do surgimento de novas feições em um determinado lugar. Bairros, praças, ruas e avenidas recém-criados tem um nome associado, seja por escolha popular, seja por imposição prerrogativa dos grupos no poder. Os nomes oriundos dessa política escalar de nomeação estão presentes em diferentes contextos, pois essa é uma prática de antigos e novos regimes político-econômicos. O ato da nomeação, assim, ocorre junto à criação das formas que são nomeadas. Pode ser a primeira etapa do processo de nomeação do espaço, desde que não haja outra denominação para a forma em questão.

Na categoria de renomeação se encontram os nomes modificados por ações que ocorreram dentro de um mesmo contexto geopolítico. Dessa forma, se após a criação de um logradouro (nomeação) ou da manutenção do nome do mesmo sem uma ruptura política, econômica e social, o nome é alterado, tal ação configura-se como uma renomeação. Importante salientar que se busca distinguir a renomeação do apagamento entrelaçando ao contexto. Uma renomeação ocorre na perspectiva de manter uma memória ou significado, alterando apenas o nome que a dá suporte. Em Petrópolis um exemplo que ilustra tal política está na Avenida Silva Xavier que, posteriormente, passar a ser denominada Avenida Tiradentes (referência ao mesmo personagem). Isto vincula-se dentro de um mesmo tempo, sem que os principais agentes ou grupos sociais que desenrolam este processo tenham mudado. Os apagamentos, como explicado a seguir, tem o compromisso de eliminar uma ideia presente nos valores de grupos que se opõe aos novos valores dos que estão no poder. Uma renomeação pode suceder uma nomeação e um apagamento.

Os apagamentos, enquanto ação de erradicação da memória, dos valores e significados de um antigo regime político-econômico e social – um contexto – são identificados quando nomes são alterados nesse processo de ruptura entre o antigo e o novo. Nesta tese, um dos eventos de ruptura entre contextos é a passagem do regime da monarquia para a república. Em ambas as áreas de estudo, uma série de nomes foi não só alterada, no sentido da modificação, mas apagada para não mais retratar um conjunto de valores atrelados ao antigo regime. Isso se passou principalmente com menções as figuras políticas como, por exemplo, aos integrantes e membros próximos a Família Real. Em Teresópolis, o emblemático processo de apagamento dos nomes de rios brasileiros para a denominação massiva de personagens políticos exemplifica duas ondas de apagamentos recorrentes na memória dos topônimos urbanos da cidade.

Por último estão as políticas escalares de manutenção dos nomes que ocorrem quando não há uma mudança em nomes dos lugares em um contexto ou logo após uma ruptura. Os registros para identificar tais modificações podem ser mapas, códigos de leis, jornais, periódicos entre outros. A manutenção de um mesmo nome sugere sua resistência ao surgimento de diferentes contextos, mesmo que a direção política, econômica, social e histórica seja conflitante com a memória que o nome carrega. Nos resultados apresentados nos capítulos adiante, nota-se que são casos comuns de ocorrerem dentro de um mesmo contexto, porém menos frequentes entre contextos distintos. Apenas o movimento da sociedade produzindo e (re)produzindo o espaço, em suas múltiplas possibilidades, mostrará no futuro as alterações que hão de surgir.

Essas quatro formas de categorizar as políticas escalares toponímicas quando tomadas de forma isolada, tornam-se categorias permeáveis e que facilmente podem gerar a dúvida de onde enquadrar um determinado número de nomeações do espaço. Destarte, analisá-las como um par indissociável do contexto é a forma de construir a análise com base nas múltiplas dimensões das políticas escalares toponímicas.

Busca-se, tendo como base este referencial teórico, possibilitar um caminho de se interpretar distintas modificações toponímicas ao longo do tempo em diferentes ambientes. Sem se tornar um método único, a interpretação das políticas escalares toponímica são pistas valiosas do movimento dado por diferentes agentes no ato de nomear os lugares. A forma a como se nomeia, assim, abre portas para o entendimento da dimensão simbólica que um conjunto de nomes produz no espaço e os significados que deles serão produzidos.

Se notadas as nomeações ou os apagamentos realizados em determinados nomes (figuras políticas, datas históricas) em detrimento de outros é possível, em conjunto com sua espacialidade e os contextos em questão, aproximar-se da compreensão do porquê das escolhas de mudanças e interpretar, com base no imbricamento destas dimensões, os novos significados produzidos e as possíveis mensagens que se almeja transmitir a partir destas formas simbólicas espaciais.

## 5 TERESÓPOLIS E PETRÓPOLIS: A SUBIDA DA SERRA, OS PRIMEIROS NÚCLEOS DE POVOAMENTO E A FORMAÇÃO DAS CIDADES

Qualquer tentativa de compreender a nomeação de um determinado lugar que não leve em conta a dinâmica local e como ela se articula com diferentes processos, caminha em sua quase totalidade à especulação de como aquele ou outro nome foi parar em um ponto do espaço. Essa ideia vem sendo debatida ao longo desta tese e arrisca-se dizer que, ainda que repleta de imperfeições e questões por acabar, a tentativa que se esboça neste capítulo sobre uma “geografia histórica” da área de estudo em questão é tão importante quanto as demais discussões apresentadas.

Ao buscar uma compreensão sobre a área de estudo ao longo de mais de 100 anos, recorreremos à geografia histórica enquanto campo temático da geografia para elucidar pistas sobre os elementos a serem considerados nessa reconstrução de um passado não tão distante. Maurício de Almeida Abreu, expoente geógrafo do campo, nos coloca que:

um trabalho que vise analisar o processo de evolução de qualquer cidade a partir de sua organização atual é, por definição, um estudo dinâmico de estrutura urbana. Para que evite cair no empirismo da mera descrição geográfica, é necessário, entretanto, que ele relacione – a cada momento – a organização interna da cidade com o processo de evolução da formação social (ABREU, 2013, p.11).

Nesse sentido, pensar as diferentes nomeações do lugar, as sucessivas mudanças ocorridas neles e muitas permanências, evoca a necessidade de se compreender como aquele lugar caracterizava-se e que processos tocavam a fio as estruturas e as formas vigentes. Uma vez que a geografia se coloca como um campo do conhecimento preocupado com a dimensão espacial da sociedade, e não só, é necessário recordar que os fenômenos sociais também são temporais (Erthal, 2003). Essa, por si só, é uma das tarefas mais desafiadoras, destarte fundamental para compreender os *porquês* de mudanças, seus contextos e conflitos, além da inserção dessa dinâmica em um bojo social que é a imagem e semelhança dos valores e memórias mais importantes a determinados grupos sociais.

Partindo da premissa que não se pode separar o nome de seu contexto, entender como esses espaços, aqui Teresópolis e Petrópolis, foram criados/recriados entre meados do século XIX à meados do século XX é uma tarefa desenvolvida nas próximas páginas para possibilitar uma interpretação coerente dos diferentes contextos de (re)nomeação dos logradouros dessas cidades. Caracterizar aspectos sociais e econômicos e a articulação desses espaços com a política é um caminho difícil quando se toma a perspectiva da geografia histórica. Não apenas

as formas de outrora, mas os processos atuantes, são o esforço de reconstruir esses espaços pretéritos a luz de sua dinâmica e dar sentido a escolha dos nomes a partir desse olhar.

A primeira parte do capítulo traz uma breve introdução ao contexto da Província do Rio de Janeiro e do Município Neutro, então cidade do Rio de Janeiro, capital tanto no Brasil colonial quanto no Brasil do império e da república. São apresentados alguns aspectos que contribuem para a compreensão, por exemplo, do surgimento de núcleos de povoamento ao topo da Serra do Mar, onde encontram-se hoje as cidades de Petrópolis e Teresópolis.

A segunda parte é dividida em dois momentos e apresenta, primeiro, a chamada Cidade Imperial, marcada a nome e sobrenome de muitos republicanos contrários ao regime de Dom Pedro II. Dos nomes de exaltação a antiga família real e aos valores relacionados a ela, a cidade passou a incorporar logo cedo os algozes da república, os valores do progresso e do novo Brasil a partir do fim do século XIX. Essas são marcas, rugosidades<sup>32</sup>, que permanecem em diferentes pontos da cidade. Ao “escovar a história a contrapelo”, como dito pelo filósofo alemão Walter Benjamin, se nota que a imagem imperial, pacífica e de ares europeus, construída entorno dos símbolos da família imperial logo pode ser desmontada pelas contradições e lutas que marcaram o início do século XX com os movimentos operário e anarquista presentes na cidade.

Em um segundo subcapítulo apresentamos a antiga Freguesia de Santo Antônio do Paquequer com sua vocação agrícola e de veraneio, envolta dos melhores ares para superar o calor do verão carioca. É a partir dessa imagem que se cria da hoje cidade de Teresópolis, que se constroem narrativas sobre a receptividade e hospitalidade do lugar, dos bem feitos e sua total devoção à causa teresopolitana. Nos nomes dos lugares, se vê muito sobre um esquecimento de dada parcela da população e como os grupos políticos de sempre estão presentes nessa paisagem textual. Compreender esse processo gradual de construção da narrativa da política local na cidade é crucial para entender nomes remanescentes por décadas e décadas na cidade.

O terceiro ponto deste capítulo é desenhar aqueles que seriam os contextos espaço-temporais e que abarcam, dentro do recorte temporal estabelecido, diferentes rupturas e continuidades na estrutura social vigente. Assim, retoma-se a discussão no capítulo 3 em que

---

<sup>32</sup> Entendemos que os nomes são, em certa medida, o testemunho de um momento do lugar. Materializa diferentes elementos que constituem o simbólico, as técnicas e mesmo os valores resquícios de tempos passados de um determinado grupo que habitava a porção do espaço considerado. Assim, usamos o termo empregado por Milton Santos (2012 [1978], p.173) ao se referir as rugosidades enquanto “o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço”, ao referir-se não apenas aos nomes, mas a toda a estrutura que compõem de forma material e imaterial a área de estudo dessas cidades.

foram destacadas a importância do tempo para a geografia. Os contextos entendidos como a inter-relação de circunstâncias que acompanham uma situação auxiliam e são peça fundamental para compreender como distintas políticas escalares toponímicas foram articuladas ao longo da história dessas cidades.

Em Petrópolis ou em Teresópolis, é certo dizer que muitos personagens importantes não fazem parte dessa paisagem escrita que a toponímia, nos mapas, nas placas e nos documentos, cria a partir das memórias ali designadas. São memórias coletivas que constroem uma narrativa oficial, por meio de significados e valores que os grupos políticos que se reafirmam na história da cidade contam por esses nomes. São apagamentos de histórias de populares que construíram juntos esses espaços e, por representatividade e/ou reconhecimento, deveriam fazer parte desse imaginário toponímico.

### **5.1 – Uma perspectiva da província do rio de janeiro no Século XIX**

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, mudou a dinâmica social do território brasileiro em diferentes sentidos. A nova cidade que abrigara a Corte, o Rio de Janeiro, passou à função de ponto focal nas decisões tomadas sobre todo o império português, além de concentrar a nova estrutura político-administrativa nascente no territorial colonial brasileiro. As sucessivas mudanças de *status* do Brasil em um curto período mostram a intensidade das transformações pelo âmbito político.

Pensar uma geografia histórica das cidades estudadas, requer entender como o contexto das turbulências da chegada da Família Real ao Brasil, passando pelo marco da independência, em 1822, se misturar com esta própria história. É nesse período que alguns personagens da história oficial que passaram pela construção dessas cidades iniciaram sua jornada, em especial no Rio de Janeiro, sendo exemplo o inglês George March, o Padre Corrêa, e o futuro imperador Dom Pedro II.

Compreender a fundação e o desenvolvimento desses núcleos de povoamento requer um olhar sobre o cenário político, econômico, social e cultural, assim como sua inter-relação, ao longo dos anos. Assim sendo, é necessário considerar a transferência da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro como um elemento importante nessa dinâmica, pois modifica a relação da cidade com os demais pontos do território nacional e as inter-relações com outros lugares. Os aspectos sociais, políticos e econômicos que se desenvolveram na história da cidade do Rio de Janeiro, mas também por todo território da província fluminense, serão pontuados a

seguir, com enfoque aqueles mais relevantes para compreender o contexto de surgimento da intensificação da ocupação da serra do mar, onde abriga os lugares de estudo.

No campo política administrativa, Gouvêa (2008) debate como a estruturação da província fluminense, iniciada em 1822, foi fundamental para o caráter de unidade, não só territorial, mas política e social, durante o período do Brasil Império. Sua análise nos permite compreender o papel das elites locais e regionais no endosso da política centrada na figura do Imperador, mas que dialogava diretamente com interesses diversos e muitas vezes conflitantes. Essa política de articulação com os governos e elites locais será fundamental na Primeira República, décadas depois, tomando forma pela implementação de um liberalismo econômico e político ao passar do tempo.

A sociedade fluminense reverbera seus traços culturais e sociais nas ações empregadas no campo econômico e político da província. Um sentimento paternalista e conservador sempre acompanhou a movimento do cenário no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, sem soltar completamente as amarras do perfil agroexportador das fazendas de café e escravocrata, principalmente no Vale do Paraíba. Isso inclui a região serrana e não afasta, em certa medida, os valores das elites fluminenses desse passado.

Inicialmente as áreas de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro estavam, até o século XVIII, atreladas as áreas do sertão carioca com a produção de gêneros necessários a alimentação de seus habitantes. Para uma cidade que até 1808 ainda processava avanços de extensão do território, as fontes de alimentos e materiais eram suficientes para atender as demandas até então. Nesse contexto de expansão, aponta Rios Filho (2000 [1946]), a direção de avanço era ao sul, partindo da Lapa em direção ao Catete, Laranjeiras, Botafogo e a lagoa Rodrigo de Freitas; e a oeste até o campo de Santana, São Diogo e lagoa da Sentinela. Uma cidade entre o mar e o campo, chamada de cidade velha. A seguir, a figura 5 apresenta o mapa editado em 1808 apresenta os limites da cidade e emoldura bem os desafios enfrentado pelos colonizadores em transpor as barreiras físicas do terreno.

Figura 5 - "Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro [...]" produzida em 1808, apresentando a cidade do Rio de Janeiro e a área construída.



Fonte: Acervo do Arquivo Nacional.

A planta apresenta uma configuração territorial da cidade do Rio de Janeiro bem diferente da qual conhecemos hoje. No canto inferior direito é possível notar uma grande área sem a presença de construções. Esta era uma área alagadiça e com a presença de terrenos inapropriados para ocupação. Dois topônimos indicam as características locais: Saco de São Diogo e mangal de S. Diogo, este último usado com sinônimo para manguezal. Por outro lado, nas proximidades do centro histórico da cidade estavam o Morro do Castelo e o Morro de Santo Antônio, que serão arrasados<sup>33</sup>, em momentos distintos, nos projetos de reformas urbanísticas do século XX.

Como aponta Abreu (2013), as modificações substanciais na aparência e no conteúdo da cidade ocorrerão no decorrer do século XIX. É o caminho percorrido de cidade colonial à cidade capitalista. O “boom” populacional causado pela transferência da Corte portuguesa

<sup>33</sup> O morro de Santo Antonio teve apenas uma parte de sua forma original alterada, dando lugar ao Largo da Carioca e outras construções em seu entorno. Manteve-se conservado o local do Convento de Santo Antonio e instalações adjacentes.

impulsionou uma crescente demanda por suprimentos e materiais para atender a uma nova classe social que se instalou nessas terras. Manufaturas, tecidos e artigos de luxo ganharam incremento em seu consumo com um aumento do número de pessoas que consumiam estes itens.

A atração do capital estrangeiro, encorajada pela independência política e pelos crescentes capitais do café impactaram na atração de migrantes estrangeiros e nacionais para as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente a partir de meados do século XIX. Não obstante, a implementação de uma política industrial durante o Império se deu a reboque da atividade agroexportadora. Apesar da cidade de São Paulo ser conhecida hoje pelo seu destaque na produção industrial, era a cidade do Rio de Janeiro que detinha esse título até meados do século XX. Mas, por volta de 1870, diferente do que ocorria em outros países como a Inglaterra, o Brasil ainda não tinha entrado na nova fase do capitalismo industrial vigente (FAUSTO, 1995)<sup>34</sup>. Algumas fábricas, principalmente do ramo têxtil e alimentício surgiram na cidade, mas também na província do Rio de Janeiro.

No entorno do então município neutro, em 1871, surgiu a Companhia Têxtil Brasil Industrial, posteriormente conhecida como Fábrica Paracambi, sendo um exemplo durante o século XIX do impulso industrial adotado pela política do Império brasileiro. Segundo Furtado (2018, p.4), “a formação da Brasil Industrial se inseriu, portanto, em movimento ligado à lógica de desenvolvimento do projeto nacional do Império, que se localizava na simultaneidade e complementaridade da atividade agrícola, visando à modernização da economia brasileira”. Essa lógica se estendeu por outros municípios da província e Petrópolis foi um desses casos.

As indústrias em Petrópolis começaram a chegar após o incentivo do governo imperial, na figura do Imperador D. Pedro II. O fracasso da tentativa de implementar uma colônia agrícola nos anos 1840 abriu caminho para a necessidade de novas alternativas econômicas na cidade criada para abrigar parte da corte imperial em períodos do ano. Para além da “vocaçãõ” de refúgio do calor da capital, as indústrias dispuseram de certas condições para se instalar e operar adequadamente (a seguir, a questão será tratada com maior profundidade). Um dos requisitos importantes eram formas de escoar a produção e reabastecer as fábricas com insumos. A chegada da ferrovia, em fins do século XIX, foi preponderante para essa atividade despontar em áreas com certa proximidade da capital fluminense. Todavia, os caminhos traçados para as

---

34 O Brasil, segundo Fausto, só ganhará determinado destaque na produção industrial em meados do século XX



estradas de ferro buscaram antes de tudo uma conexão com as zonas de produção no interior da Província e, para além dela, a infraestrutura se apresentava de maneira frágil.

A cidade do Rio além de capital, primeiro do império português e depois do império brasileiro, também desempenhava a função de principal porto do país. O grande volume de exportações e importações movimentados todos os anos tinham grande relevância para a economia agroexportadora da época. Outro ponto de destaque era o controle alfandegário realizado. Sobre essa temática, em artigo publicado nos anos 1990, Cruz (1999) busca tecer uma análise das características do sistema portuário e o corpo de regras que organizava suas atividades com enfoque no porto do Rio de Janeiro. O porto do Rio foi um dos maiores do país no período do Império brasileiro. As diferentes intervenções realizadas nele e na maneira como produtos eram importados e exportados, impactou significativamente na sua centralidade para a passagem das mercadorias. Nesse sentido, interligar a capital e o interior ao porto foi uma das tarefas pensadas pelo governo imperial tanto quanto pela jovem república fundada a partir de 1889. Além de proximidade, peso político e infraestrutura necessária para a instalação industrial, o desenvolvimento de atividades fabris na região serrana contou com a atuação de processos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. A necessidade de partir de uma compreensão mais geral sobre o panorama provincial para o lugar, sem dispensar sua dialética.

De maneira ampla, quando pensamos o contexto da província e da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, vemos que há o passo para uma transição da imagem colonial para a imagem do capitalismo industrial. Esse imagético ganha força a partir da ideia da modernização dos meios de produção, da expansão das redes de transportes e do próprio ar de “modernidade” que a república proclamada buscou explorar com a instauração de um novo regime, mesmo que as bases econômicas e sociais permanecessem muito semelhante as das décadas anteriores. Ao analisar especificamente as cidades de Petrópolis e Teresópolis no que se refere a política toponímica de nomeação, veremos que muito do que se nomeia compactua em certo sentido com a atmosfera política, social e econômica da época. O nome de um lugar, o topônimo, considerado por atores e grupos vincula-se com significados e memórias que em diferentes contextos estão relacionados.

A história e a memória oficial construída por determinados setores da sociedade marcam e sempre marcaram na paisagem escrita das cidades, os nomes que lhes são convenientes na narrativa que se constrói. Essa é uma construção feita por pessoas e grupos que detém influência sobre o espaço e sobre a normativa da nomeação. Petrópolis, a cidade de Pedro, é repleta de elementos e nomenclaturas ligadas a família imperial e ao passado glorioso do lugar. Teresópolis, por outro lado, em muito remete as origens na fazenda March e dos grandes

políticos que dali saíram ou interviram no município. Isso já é real. Mas, onde estão os contrafortes da memória oficial? A luta operária, os escravizados e trabalhadores livres, a centenas e milhares outras memórias “perdidas” pela imagem que se escolheu perpetuar? Elas estão contadas nas entrelinhas por vários autores. É só rompendo com a narrativa oficial, sem a desconsiderar, que se pode compreender como os nomes dos lugares a reforçam e corroboram com seus valores. Muito mais que verdades dadas e homenagens, configuram-se como construções meticulosas do ímpeto de nomear e visibilizar.

Quando olhamos de maneira breve o contexto da província do Rio de Janeiro, a partir de meados do século XIX e no início do século XX, adicionamos um elemento que surge como uma lente, possibilitando a compreensão do terreno que possibilitou, não de maneira exclusiva, mas complementar, a escolha de determinados nomes, das memórias presentes neles e nos significados suavemente ocultados na mensagem que transmitem as próximas gerações.

## **5.2 - O Rio de Janeiro no início do Século XX**

O resumo do espírito do regime político no Brasil entre 1889 e 1930 pode ser colocado pela frase: democracia e liberalismo excludente. É o que aponta Mendonça (2016) ao tratar o processo de construção do Estado republicano brasileiro. Com respaldo na doutrina do liberalismo clássico, o Estado republicano no Brasil teria como um de seus pontos principais “o aperfeiçoamento de mecanismos que garantissem a simultaneidade entre a ampliação formal da participação política [...] e a exclusão real dos setores subalternos, aos quais não interessava incorporar à cidadania” (MENDONÇA, 2016 p. 473).

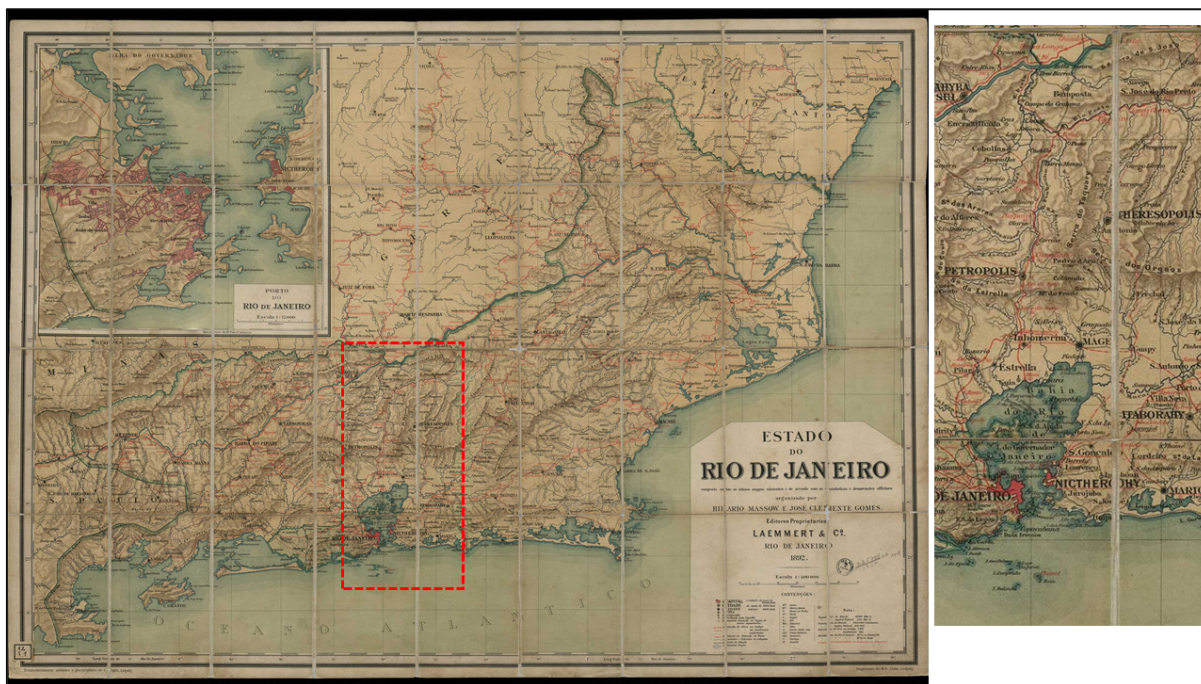
Os primeiros anos do novo regime político também enfrentaram inúmeras dificuldades econômicas, marcado pelo período do encilhamento com alta inflação e crises institucionais no governo provisório até 1891. A emissão de papel-moeda sem lastro e os rumos políticos adotados nesses anos culminaram em alguns movimentos de contestação a situação vivida no país. Um desses movimentos na província do Rio de Janeiro ficou conhecido como Revolta da Armada entre 1891 e 1894.

A Revolta da Armada foi um movimento iniciado pela Marinha contra as medidas de fechamento do congresso nacional adotadas por Deodoro da Fonseca e que se prolongaram ao governo de Floriano Peixoto, a partir de 1892. Dentre as reivindicações estavam a abertura do congresso, o fim do estado de sítio e a equiparação salarial entre a Marinha e o Exército. Com a perda do prestígio que tinha a Armada (Marinha) durante o governo monárquico brasileiro, a pressão via revolta foi o caminho encontrado para a mudança desse cenário.

Desse cenário de crise econômica, política e social um fato a se desenrolar impacta profundamente na história das cidades serranas. A Revolta da Armada adiantou o plano de se fundar a capital da província em um local seguro e que permitisse as forças governamentais um tempo de resposta a eventuais revoltas e conflitos. Assim, por volta dos primeiros anos da República, o governo provincial do Rio de Janeiro decidiu transferir a capital da cidade de Niterói para a cidade de Teresópolis e o governador Francisco Portela assina o decreto simbólico no ano de 1890. O impacto dessa medida será abordado com maior profundidade nos subcapítulos a seguir. Na prática, a medida nunca foi concretizada e colocou por alguns anos a cidade de Petrópolis como centro das decisões provinciais.

Ao longo da década de 1890 a província do Rio de Janeiro possuía 54 povoações, entre vilas e cidades, e uma população estimada 1,2 milhões habitantes. Desempenhava importante papel enquanto centro político e econômico do país. Com a Proclamação da República, alguns municípios surgiram sendo um desses Teresópolis, emancipado em 1891 com a função de abrigar a nova capital da província. Com o abandono dessa ideia em virtude da crise financeira, a cidade continuou sua jornada pautada em uma economia agrícola com abastecimento local e regional, sem grandes incrementos pelas próximas décadas. A figura 6 apresenta um mapa de 1892 com a configuração do território fluminense.

Figura 6 - Mapa de 1890 apresentando cidades, vilas, freguesias e outras ocupações humanas no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

O mapa acima apresenta alguns indícios interessantes que levam a entender o porquê a região serrana cresce sua notoriedade no campo econômico e populacional. O primeiro, levantado em outros momentos, está na posição geográfica próxima a cidade do Rio de Janeiro. Com a abertura da infraestrutura de estradas e ferrovias, como sinalizado no próprio mapa, o deslocamento entre essas cidades e a conexão com a província de Minas Gerais foi favorecido. Aspectos que serão levantados como condições de produção de energia e outros, também foram cruciais, sem negar, como toda ação, a vontade política do estado brasileiro desde o período imperial.

A região serrana seria impactada, como toda a província, por mais uma das ondas ou “surto” industriais ocorridos no início do século XX. O capital excedente do café somado as demandas internas por desabastecimento influenciadas pela Primeira Guerra Mundial, criaram condições favoráveis a abertura de alguns seguimentos industriais. Mais uma vez, Petrópolis desponta como um desses polos dada sua “experiência” em abrigar o setor desde décadas anteriores.

Paralelamente, também se desenha um cenário político e social na cidade do Rio de Janeiro com a luta das classes operárias por melhores condições de salário e de vida. Protestos e motins eram frequentes. As primeiras duas décadas do século XX tem como marco na organização social a mobilização de trabalhadores na luta por melhores salários e condições no ambiente fabril. Esse descontentamento emergiu em diferentes grupos, desencadeando alguns eventos importantes para a compreender a formação da sociedade fluminense em geral. Em um importante artigo sobre o tema do sindicalismo no Brasil, Cruz (2006) discute a organização da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, como exemplo de organização e sucesso da mobilização dos trabalhadores mulatos e negros brasileiros. A autora apresenta que a organização brasileira entorno do sindicalismo é subestimada por pesquisadores, que superestimam a participação de imigrantes nesse movimento. Essa é uma onda de movimentos que irá chegar a lugares como Petrópolis a partir dos anos 1930. O predomínio da atividade industrial e a quantidade de operários na cidade mobilizará a organização destes entornos das pautas discutidas por movimentos operários em todo o mundo.

O ano de 1930 inaugura um novo momento da história do Brasil com a ascensão do movimento tenentista e de Getúlio Vargas ao governo provisório. Após um golpe dado a partir do resultado das eleições de 1929, Vargas se mantém no poder até 1945 entre idas e vindas no regime político e jurídico do país. Nesse período as transformações políticas e econômicas – principalmente no campo estrutural – foram mais sensíveis quando se refere a grande massa de trabalhadores e operários. O primeiro aspecto que se pode considerar são as constituições que

passaram a vigorar no período. Com a chamada revolução de 30 – golpe que depôs o presidente Washington Luís e colocou ao poder uma junta governamental liderada por Getúlio Vargas, o país viveu 2 anos sob o comando de decretos-lei. O fechamento do poder legislativo em âmbito nacional nas três esferas de poder (municipal, estadual e federal) centralizou os rumos e decisões no comando do poder executivo, tirando a autonomia dos demais entes federativos. Com a promulgação da constituição de 1934, o Brasil voltou a experimentar um brevíssimo período dos princípios liberais-democráticos defendidos pelas oligarquias do Centro-Sul do país. Neste período posterior “o momento político constitucional demonstra que se vivia um processo de consolidação e afirmação das lideranças que ocupavam o poder nos grandes Estados” (GOMES, 2007, p.90), interrompido logo a seguir, em 1935, em virtude dos inúmeros estados de sítio decretados por Vargas e que chegaram ao ápice do autoritarismo com a implementação do Estado Novo em 1937.

Sob o regime ditatorial do governo Vargas houvera a promulgação da primeira tentativa em se regulamentar alguns aspectos da nomeação do território brasileiro, sob a publicação do decreto-lei nº 311, de 2 de março de 1938. Até então, a nomeação de cidades e vilas era algo que não seguia um padrão definido nacionalmente, ficando a cargo, geralmente, dos estados e municípios a decisão sobre a escolha do nome a ser dado ou renomeado a uma porção do território. A experiência na província do Rio de Janeiro caminhava para o encurtamento e simplificação da toponímia dos nomes dos municípios, encerrando uma postura adotada desde a colonização portuguesa de nomear o território com nomes excessivamente extensos. Retornando a lei de 1938, um importante passo dado foi a proibição da existência de uma cidade ou vila com a mesma denominação no mesmo Estado. Por mais óbvia a confusão gerada por tal prática, essa era uma realidade costumeira no Brasil.

Iniciativas semelhantes só tomaram maior significância a partir dos anos 1970 quando a lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, dispondo sobre a denominação de logradouros e outros espaços, passa a proibir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencentes à União ou as pessoas jurídicas da administração indireta. Contudo, é notável até os dias atuais o descumprimento de tal medida em diferentes âmbitos. Outro importante passo foi a complexificação a partir de 2013, proibindo também a homenagem a quem tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava. No entanto, a tarefa de fiscalizar e nomear os logradouros públicos de cada cidade continua a cargo das municipalidades, na figura do executivo – Prefeito – e compartilhado pelas Câmaras municipais.

Entre os surtos econômicos e as ondas democráticas e autoritárias brasileiras é que Petrópolis e Teresópolis desenvolvem-se nos contrafortes da serra, cada qual impulsionada e

impactada de maneira particular pelo cenário político, social e econômico na Província do Rio. Dar conta do entendimento dos caminhos distintos rumados pelas duas cidades requer compreender o contexto que possibilitou alguns dos feitos e fatos marcantes de suas histórias. Nesse sentido, as páginas seguintes pretendem aprofundar nos cenários sociais, políticos e econômicos de ambas as cidades e dar subsídios para entender como eles contribuíram a criação de um espaço simbólico a partir dos nomes escolhidos em cada porção desses lugares.

### **5.3 – A cidade de Petrópolis**

A formação da cidade de Petrópolis é um evento ímpar na história do Brasil, destoante de acontecimentos semelhantes até então no que se refere a criação e planejamento de núcleos de povoamento. Não foi o primeiro núcleo planejado<sup>35</sup> do território brasileiro, mas talvez o primeiro com certo grau de complexidade em sua estratificação social e econômica.

A conclamada cidade imperial, apelido que vem por algumas décadas, foi palco de inúmeros acontecimentos sociais e políticos do país. No que se refere a estrutura e os problemas sociais brasileiros mais pujantes nas décadas seguintes a sua fundação, destoou pouco daquilo que era encontrado em cidades como Rio de Janeiro ou de suas vizinhas serranas, Teresópolis e Nova Friburgo.

Quando olhamos as mudanças políticas e sociais ocorridas na sociedade brasileira entre o fim da Monarquia e o início da primeira república, a toponímia emerge enquanto uma forma simbólica espacial importante para compreender a tentativa de mudança de alguns valores através de memórias e significados através da paisagem. Neste subcapítulo, o objetivo é um resgate através da geografia histórica das transformações ocorridas na cidade de Petrópolis levando em conta a toponímia como elemento integrante dessa transformação ocorrida no lugar.

#### **5.3.1 Petrópolis: da Cidade Imperial à República do Brasil**

A história de Petrópolis foi e está construída, por grande parte dos historiadores, como a história de uma cidade imperial. É interessante pensar nas narrativas que se opõe a essa tentativa de construí-la enquanto um espaço homogêneo, europeu e distante de conflitos.

---

<sup>35</sup> Roberta Marx Delson, em sua obra *Novas vilas para o Brasil-Colônia*, aponta que durante o século XVIII diferentes núcleos de povoamento possuíram o caráter do planejamento em sua concepção urbanística, desmistificando a ideia do crescimento orgânico das povoações no Brasil enquanto um pensamento importado

A perspectiva apresentada por Machado (2015 [2005]) sobre a face operária e conflituosa de Petrópolis é uma das alternativas necessárias para compreender que parte da narrativa oficial sobre a cidade (harmônica, aristocrática e de clima europeu) é uma visão “construída através dos anos pela elite local, que sempre tentou criar a imagem de uma cidade pacífica, de um povo ordeiro e disciplinado no trabalho” (ibid. p.20).

Essa narrativa é um elemento presente na paisagem da cidade por meio das formas simbólicas espaciais, em especial através dos nomes dos lugares. Como veremos, grande parte dos nomes do centro histórico da cidade e seus arredores imediato homenageiam pessoas e eventos importantes para construir esta imagem. A principal avenida da cidade recebeu o nome de Imperador, simbólica no seu significado e localização, e até os idos do século XX foi conhecida como avenida 15 de novembro em alusão ao evento de derrubada da monarquia. Enquanto parte da narrativa, os nomes endossam um sentimento de coesão social no entorno de uma história de glamour e riquezas da família imperial.

A memória de um lugar, tanto nesta pesquisa como em Machado (2015 [2005]), é entendida como socialmente construída. Como já discutido no capítulo 3, admitir tal premissa é compreender que grupos sociais estabelecem uma memória oficial, seja pela imposição ou pelo consenso. Nesse sentido, o autor apresenta que quase não há oposição na cidade das imagens e símbolos da coroa imperial nos eventos e festejos realizados. Isso se dá por duas questões:

A primeira é a necessidade do poder público de usá-la para atrair turistas para a cidade; a segunda é o reconhecimento do passado imperial como uma forma de coesão social, uma vez que apresenta uma singularidade do município, que para muitos é sinônimo de orgulho (MACHADO, 2015 [2005], p.21).

Ao passo que a preservação dessa memória se dá por diferentes fontes textuais e pictóricas relacionadas ao Império até a criação de uma memória fotográfica, ela também se dá através da construção de um espaço simbólico no centro histórico da cidade e arredores, pautado em uma paisagem carregada de símbolos e signos que remetem a antiga coroa imperial. Esses símbolos também estão na paisagem textual, carregada de nomes, placas e outros ícones que marcam esse período. Para compreender como os nomes foram fazendo parte da narrativa e da paisagem da cidade é necessário, em certa medida, resgatar como esse núcleo de povoamento avançou em sua forma e em seu contexto político-social durante o período estudado.

Sobre a cidade de Petrópolis e seus antecedentes dois aspectos são fundamentais. O primeiro, é o desejo da construção de uma residência de verão para o Imperador, remontando aos tempos de D. Pedro I. O segundo é a mudança da lógica da política de imigração portuguesa para o Brasil, alterada a partir da chegada da Corte e de D. João VI em no início do século XIX.

O sonho de construção de um palácio de verão remonta ao mandato de D. Pedro I que, já em 1830, adquiriu a fazenda Córrego Seco com tal finalidade. Os desdobramentos políticos e abdicação ao trono em 1831 adiaram tal feito. Isto só seria retomado cerca de uma década depois quando D. Pedro II assumiria o trono e assinaria, em 16 de março de 1843, a autorização para arrendar a fazenda ao Major Júlio Frederico Koeler com a finalidade do assentamento de uma povoação, da construção de um palácio, de uma igreja e um núcleo colonial.

O primeiro aspecto não está desligado do segundo que, para Fania Fridman (2001), a partir de Souza (1880), consiste em uma segunda fase de colonização interna. A autora apresenta duas formas de dividir a ocupação do território. No período da dominação portuguesa, caracterizava-se como “colonização fora do território” – orientada pela Metrópole, acompanhada pela catequese dos nativos e pela escravidão africana. A segunda fase iniciou-se com a “colonização interna”, promovida pelo governo português instalado no Brasil através da fundação de núcleos de imigrantes. A experiência não era recente, e havia se iniciado com os açorianos. No mesmo século, a cidade de Nova Friburgo foi uma das primeiras tentativas de sucesso na província do Rio de Janeiro, mas não obteve êxito por diversas razões<sup>36</sup>.

A partir de política implementada por Aureliano Coutinho e da chegada de 2000 imigrantes alemães, o Major Koeler viu a chance de criar um núcleo colonial das terras na fazenda do Córrego Seco. Esse fato, anterior a própria assinatura do arrendamento, possibilitou a segunda experiência em território fluminense na criação de um núcleo colonial de imigrantes, que posteriormente tornar-se-ia a cidade de Petrópolis.

De sua criação, em 1843-46, até o fim da monarquia, em 1889, a cidade contava majoritariamente com nomes de personagens ligados a história da família imperial no Brasil. Imperador, Imperatriz, mordomos e outros personagens são figuras que marcam esse período. O núcleo de ocupação se estendia pela várzea dos rios Piabanha, Palatino e Quitandinha, como mostrado na projeção inicial da Planta Koeler e ainda predominante nos mapas do fim do século XIX.

Nesse núcleo encontravam-se as primeiras casas, destinadas a membros da família imperial (RABAÇO, 1985; SOUZA, 2014) e outros membros da Aristocracia, como também os prédios da administração pública a partir do início da República. Os primeiros mapas explorados nessa tese apresentam que, até as proximidades dos anos 1889, houve pouca expansão no tecido urbano da cidade, com a criação de uma dezena a mais de logradouros. Para

---

<sup>36</sup> Em Fridman (2001), a autora apresenta algumas pontes interessantes sobre o fracasso do núcleo colonial em Nova Friburgo.

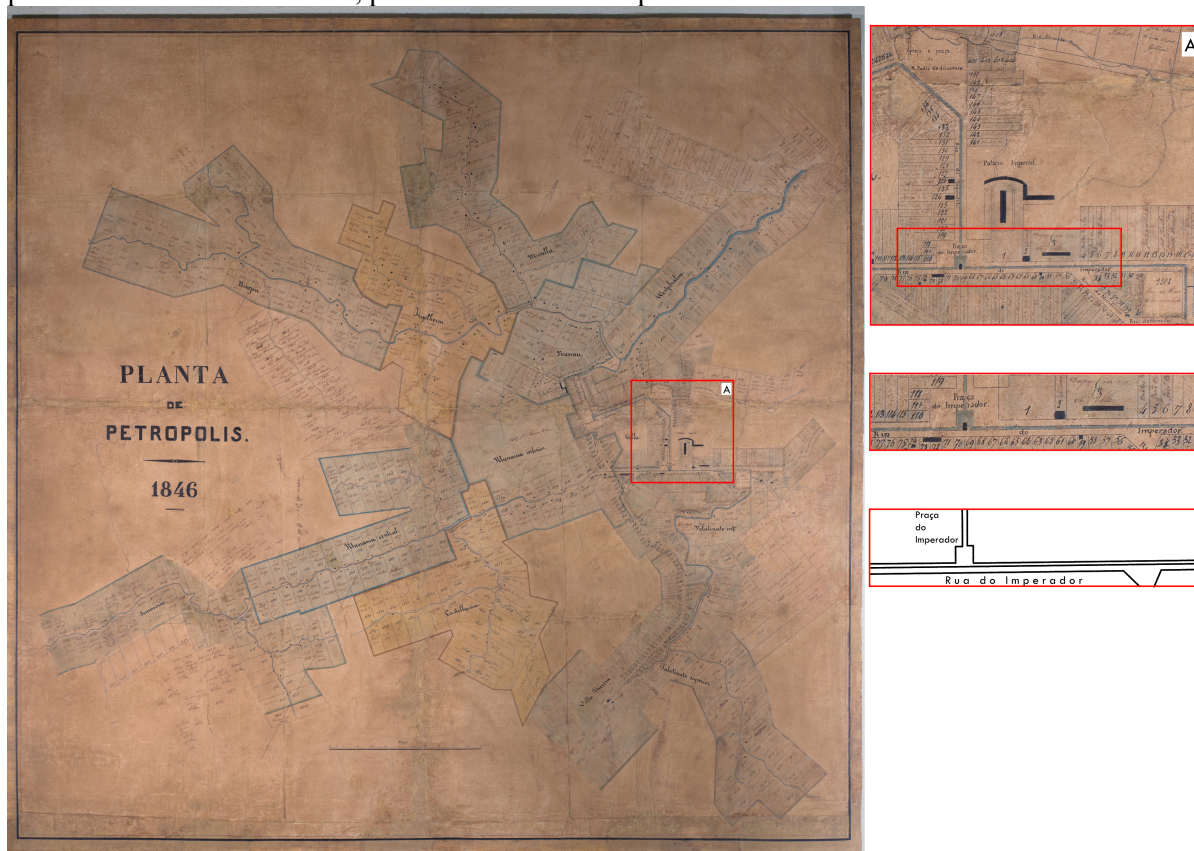


Zanatta, esse núcleo que se confunde com o centro histórico, mas não o é apenas, é conhecido como Quarteirão Vila Imperial.

Sobre a construção da cidade seu marco inicial é a Plano do Palácio de Verão, materializado pela Planta de Petrópolis ou Planta Koeler, como comumente é chamada. Nela foi delineado o traçado do terreno da cidade, dividido em quarteirões (algo semelhante a bairros). A lógica de ocupação dos prazos e lotes seguiu uma estrutura de classes à moda da elite imperial, onde a distribuição dos lotes ou prazos, seguia a definição de quatro classes de acordo com a localização relativa ao Palácio. O empenho político e financeiro despendido pelo Imperador na construção da povoação se materializa com o Plano do Palácio de Verão e as inúmeras modificações propostas e realizadas na paisagem do sítio da cidade, como mostrou Santos et al (2019).

Assim, como apresentado pelo decreto 155 e reforçado por Fridman (2001) os prazos de *primeira classe* constituíam os terrenos destinados à povoação próxima ao Paço, com ocupação prevista para negociantes, artistas e membros da corte; os terrenos de *segunda classe* localizavam-se próximos à povoação e colateralmente à Estrada Geral onde se instalariam os negociantes e artistas; os de *terceira classe* englobavam os terrenos colaterais à Calçada no Alto da Serra e que deveriam ser ocupados por artistas (operários) que não dedicassem à lavoura. Todo o restante da fazenda era destinado para lavradores, a *quarta classe*. A figura 7 apresenta a reprodução da Planta Koeler 1846 situa algumas informações supracitadas.

Figura 7 - Planta de Petrópolis ou Koeler, em 1846, com destaque a parte dos prazos de 1ª classe. São prazos com o menor tamanho, próximo ao Palacio Imperial.



Fonte: Acervo da Companhia Imobiliária de Petrópolis.

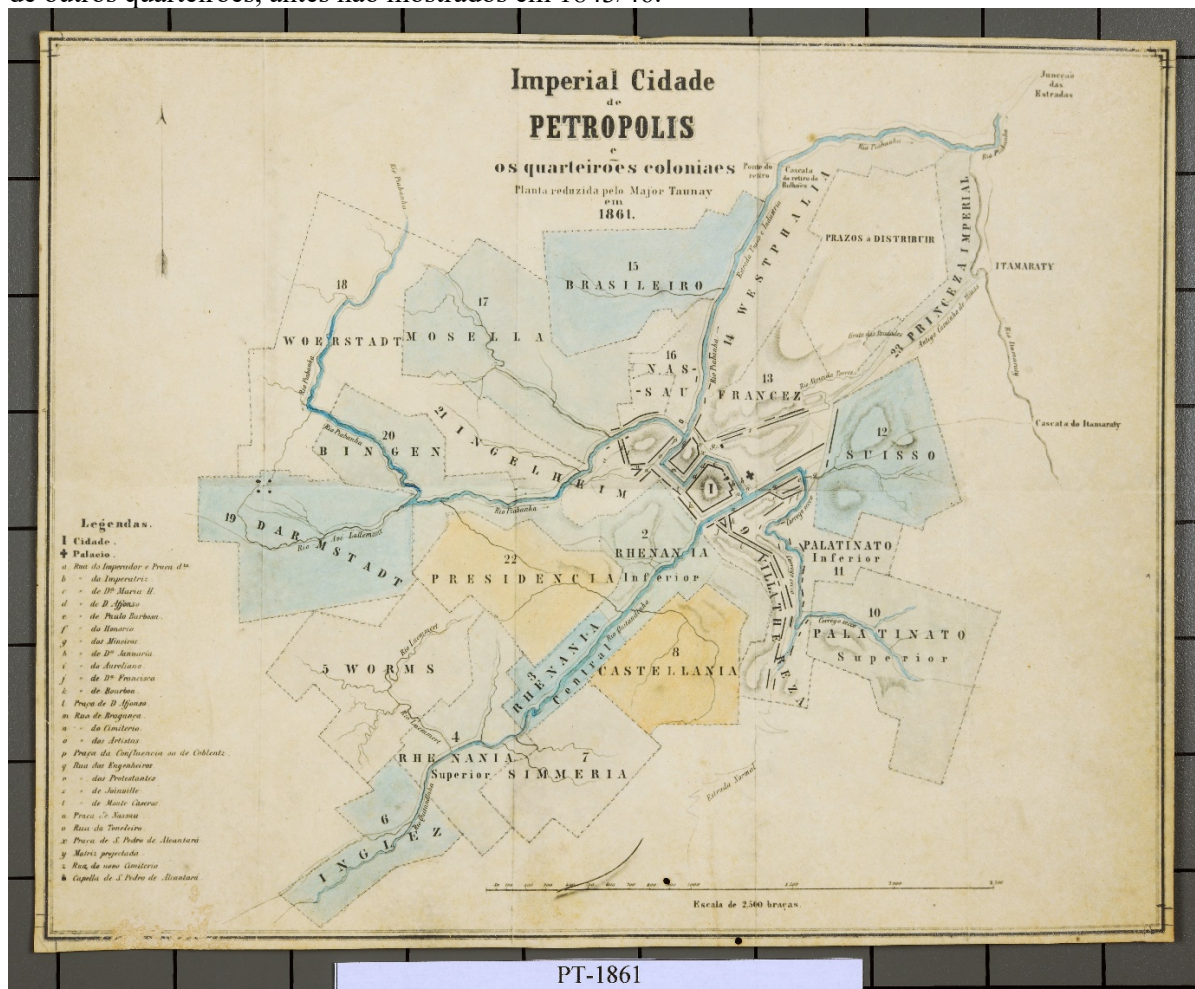
A planta traz em suas inscrições os nomes dos primeiros logradouros a serem abertos na colônia, contando em avenidas, ruas, praças e servidões. Foram contabilizados um total de 32 nomes atribuídos a essas feições, dos quais muitos outros locais permaneceram, ao menos nas plantas, sem uma denominação oficial. Um olhar mais atento sinaliza que a totalidade dos nomes dos logradouros fazem alusão a figuras do período monárquico brasileiro. É de fato, simbolicamente, constituída em uma colônia Imperial. Exemplos ligados ao regime monárquico são a rua do Imperador, da Imperatriz e de Bragança. Em termos mais genéricos, temos na paisagem da cidade nomes como rua dos artistas, dos protestantes e dos engenheiros.

A proposta de formação de uma colônia agrícola, junto a residência de veraneio de Corte, não esteve longe de enfrentar graves problemas, findando em seu fracasso. Dois pontos explicam em grande parte tal fracasso. O primeiro a ser considerado é o tamanho dos prazos que, segundo Corrêa Filho (1947), eram pequenos e insuficiente para o cultivo do café e da pequena lavoura. O segundo está ligado a declividade do terreno. Apesar de conter um solo arável, a declividade gerava superfícies disformes, não favorecendo qualquer trabalho agrário. Essa era a situação de grande parte dos terrenos que constavam na planta de povoação do local.

Em virtude das más condições da colônia, eclode em 1853 uma revolta de colonos lideradas por padre Teodoro Wiedman (FRIDMAN, 2001). Das dificuldades que se agravaram ao longo do tempo, destaca-se o declínio da incipiente produção agrícola, da qual os imigrantes esperavam usar sua força de trabalho para a produção e subsistência. Ela foi empregada nos trabalhos de melhoramentos das estradas e da infraestrutura da localidade. O iminente fracasso decretado pelas condições locais para a agricultura e assentamento dos colonos, culminou, 4 anos depois, na elevação da colônia pela lei de 961 de 29 de setembro de 1857 a categoria de cidade.

Sem muitas modificações aparentes no traçado apresentado por Koeler na Planta Petrópolis, a planta Imperial da Cidade de Petrópolis de 1861, elaborada por Major Taunay apresenta diferença apenas na disposição dos quarteirões. No que se refere ao traçado das ruas, pouca alteração é vista nessa escala de mapeamento. A seguir, a reprodução da planta de Taunay na figura 8.

Figura 8 - Imperial Cidade de Petrópolis e os quarteirões coloniais [...]. A planta apresenta o surgimento de outros quarteirões, antes não mostrados em 1843/46.



PT-1861

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Se valendo dos benefícios que a morfologia agregara ao terreno, o declínio da agricultura e a necessidade de novas atividades impulsionadoras da economia local a partir da década de 1870, o surgimento das primeiras fábricas configurou um respiro ao desenvolvimento a época. Essa formação industrial provém, também, das condições que a cidade teve de atrair capital e trabalhadores de outros lugares, nacionais e internacionais, para instalar suas indústrias, das quais as têxteis foram as mais expressivas. Magalhães (1966) destaca que os fatores locais possibilitaram tal desenvolvimento pode ser elencados a partir do caminho pelo vale do Piabanha ao rio Paraíba, o apoio governamental da Coroa e a construção do palácio de veraneio de D. Pedro II.

O papel da indústria ganhou grande destaque e, no ano de 1858, já superava a agricultura (MAGALHÃES, 1966; AVE L'ALLEMENT, s/d). Lamego, em sua obra *O Homem e a Serra*, 1964-55, aponta para algumas dessas diretrizes do caminhar petropolitano a industrialização. O destaque é o mesmo levantado por outros autores como a predisposição do relevo e a da hidrografia a produção de energia no local ou, em uma outra ótica, devido aos seus fatores geográficos “uma das raras zonas serranas fluminenses no passado século, a fugir a produção em massa do café, compelida assim a se desviar da mentalidade econômica do Império” (LAMEGO, p.190).

Paralelo ao desenvolvimento industrial dos finais do século XIX, que fixou grande quantitativo populacional no município, a atividade de vilegiatura também se desenrolou como fundamental para a cidade. O clima agradável servia de refúgio ao calor e as sucessivas ondas de enfermidades que assolavam a capital. Nesse cenário, diferentes partes da aristocracia fluminense fixavam-se durante o período movimentando a cidade.

Até o período monárquico, o caráter operário não era evidenciado para além da presença das fábricas e do alto quantitativo de trabalhadores. Dessa forma, as formas simbólicas da cidade a todo instante se valiam da imagem de uma cidade aristocrática, representando os padrões europeus de vida. É como se a cidade se resumisse ao seu atual centro histórico.

Do contexto político e social da sua fundação e o fim do século XIX, a cidade passou por, pelo menos, três momentos-chave. O primeiro, o período de surgimento enquanto colônia agrícola e arrabalde aristocrático no alto da Serra marcado pelo fracasso da agricultura e a revolta dos colonos. O segundo momento foi marcado pelo surgimento das indústrias e o crescimento de operários nacionais e imigrantes de todos os lugares. Esse período coincide com o declínio da monarquia e o desprestígio do regime por parte de classe política. O terceiro momento consiste no crescimento industrial e populacional exponencial que é detalhado a seguir.

### 5.3.2 – Uma cidade Imperial essencialmente republicana

A transição abrupta do regime monárquico ao republicano impactou em inúmeros sentidos a vida nas cidades brasileiras no ano de 1889. Não só pela mudança nas estruturas políticas, mas também por, inicialmente, pela necessidade de mudança no pensamento vigente em relação a estrutura de organização dos poderes.

Em sessão extraordinária da Câmara Municipal de Petrópolis, em 16 de novembro de 1889, os vereadores presentes declaram o apoio da legislatura ao novo governo provisório e a República dos Estados Unidos do Brasil, instaurada no dia anterior, e que em nome das autoridades e do povo “foi aceito com júbilo o estabelecimento da República Brasileira e que todos mantêm o firme propósito de auxiliar o governo provisório<sup>37</sup>[...] na gloriosa tarefa de que se incumbiu para o engrandecimento da Pátria” (PETRÓPOLIS, 1889). Não obstante, é logo após essa transição que os nomes dos logradouros públicos localizados no centro histórico da cidade serão alterados. Posteriormente, em ata do dia 24 de dezembro de 1889, a confirmação da mudança dos nomes dos logradouros é mencionada em ata, “o referido secretário leu ainda: Uma portaria do governador deste estado<sup>38</sup>, datada de 16 do corrente, aprovando as novas denominações das ruas e praças desta cidade. Ciente, archive-se” (PETRÓPOLIS, 1889).

Como é possível observar nas páginas adiante, essas renomeações marcaram uma mudança de homenagem as elites políticas do país, mas não uma quebra de paradigma na narrativa que se construiu a partir dos nomes dos logradouros da cidade. Ainda que não se tenha conhecimento de nenhum material cartográfico disponível na última década do século XIX sobre a cidade, a partir dos escritos de Zanatta e do mapa de 1909 é possível ter em riqueza de detalhes quais nomes mudaram e onde se encontravam.

Se por um lado, a mudança de regime político no Brasil impactou em certo sentido à vida política a nível municipal, por outro, o incremento da atividade industrial em Petrópolis continuou em ascensão por algumas décadas. Será observado que apenas em meados do século XX que a atividade industrial iniciará um período de declínio, face a fatores internos e externos. Desse contexto social e econômico, se depreende que a cidade com ares europeus e de calma, pouco a pouco deu lugar a um ambiente fabril e operário marcado por inúmeras contradições. Na paisagem textual da cidade, esse fato se manteve recluso aos núcleos fabris, uma vez ainda que as fábricas estivessem por toda a cidade, sua concentração deu-se em áreas mais afastadas do centro histórico.

---

<sup>37</sup> Marechal Deodoro da Fonseca

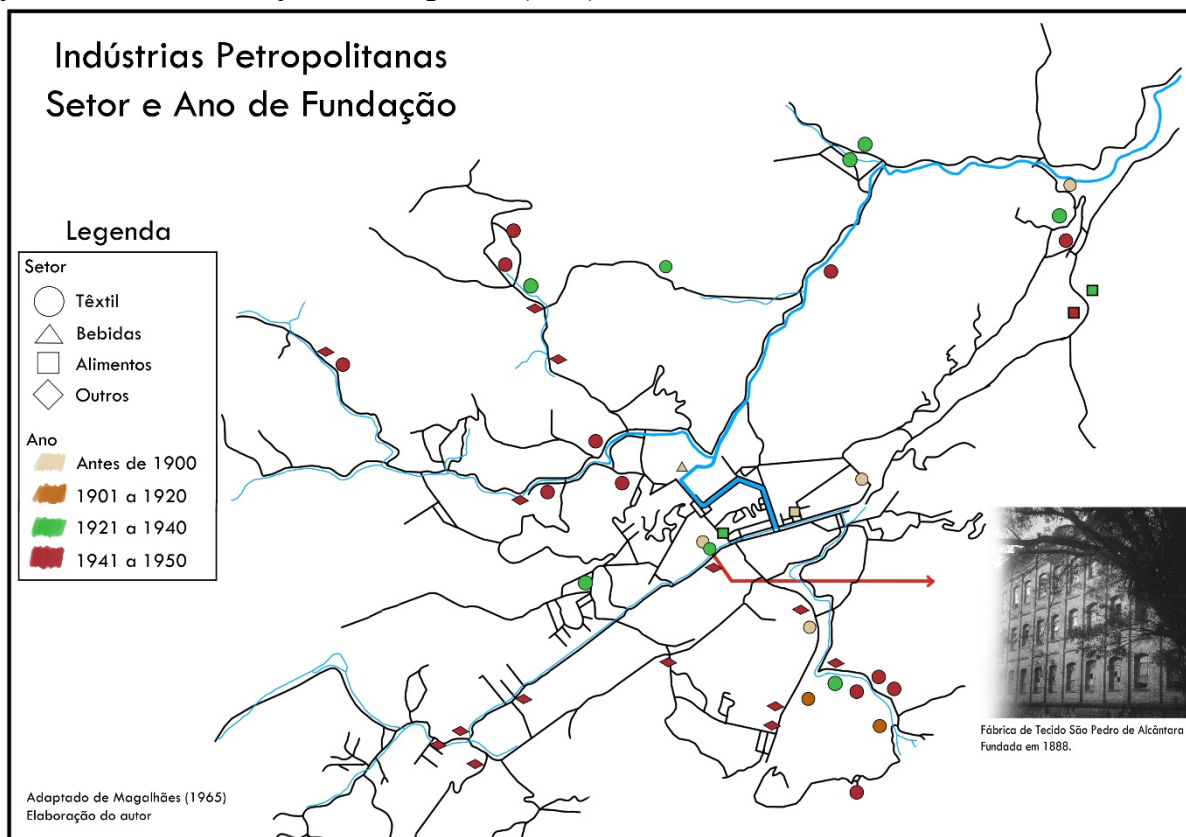
<sup>38</sup> Francisco Portela

Um panorama sobre a conjuntura dessa cidade pós-Proclamação da República é realizado a seguir por três vieses. O primeiro, mostrando como e onde se intensificou a atividade industrial no município. O segundo, porque e onde a população cresceu consideravelmente contribuindo para expansão do tecido urbano da cidade. O terceiro, aponta para o surgimento de um ambiente de ordem e progresso marcado por insatisfação e silenciamento de diferentes grupos sociais, não só pela via política, mas também pela via cultural.

A mudança do século XIX para o século XX marca o verdadeiro crescimento do setor industrial da cidade de Petrópolis. A implementação de inúmeras fábricas e atividades diretas e indiretas ligadas a elas, impulsionou economicamente o município enquanto um polo de produção a poucos quilômetros da capital fluminense. As razões, como já apontadas anteriormente, estão sempre associadas a condições físicas e locacionais favoráveis.

Nos primórdios do surgimento das primeiras fábricas, algumas como simples núcleos caseiros, concentravam a produção de alguns gêneros alimentícios ligados ao modo de vida e costumes dos povos germânicos que ali chegaram. Posteriormente, o principal setor a se estabelecer na região foi o da industrial têxtil. A presença do estrangeiro não se limitou ao período inicial da colonização, mas as fábricas também se destacaram por essa característica: grande parte dos empreendimentos pertenciam a esse grupo, como apontou Magalhães (1966, p.29). No sentido de destacar a expansão deste setor na cidade, a figura 9 apresenta como o crescimento industrial se deu década após década, e em quais setores e em quais partes do primeiro distrito.

Figura 9 - Mapa com as principais atividades industriais encontradas em Petrópolis até 1950. Destaque para o setor Têxtil. Adaptado de Magalhães (1966).



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As primeiras áreas a serem ocupadas estão no entorno do centro histórico da cidade, as margens dos rios Quitandinha e Palatino, com a presença majoritária do setor têxtil. Essas surgiram antes dos anos 1900 e marcaram o impulso industrial da cidade e de distritos próximos. Juntamente a esses estabelecimentos, as casas e vilas operárias surgiram para abrigar seus trabalhadores (MAGALHÃES, 1966). Durante o período de 1901-1920 e 1921-1940, a expressividade continuou com o setor têxtil, despontando neste momento o surgimento de empreendimentos nas áreas de vestuário, calçados e tecidos e bebidas. A conexão de ambos os setores contribuiu para abertura de atividades vinculadas. O saldo desse período é de 21 estabelecimentos industriais, sendo 8 anteriores a 1900, 8 entre 1901-1920 e 5 entre 1921-1930.

As décadas seguintes são marcadas pelo incremento substancial do setor industrial, desempenhando papel central na economia do município. A expansão do setor e a diversificação dos gêneros industriais caminha em direção a melhores condições de instalação das fábricas e de vilas operárias, além da infraestrutura necessária, seja por meio do transporte ferroviário ou rodoviário. Considerando os períodos 1931-1940, 1941-1950 e 1951-1955, houve o surgimento 101 novos estabelecimentos, respectivamente 11, 41 e 49 dentre os períodos citados. Os setores

que cresceram nesse período, além do têxtil e vestuário, foram mobiliários, metalurgia, produtos de material plástico, química e material elétrico e de comunicação. Mesmo com forte base industrial, a cidade não renunciou a sua imagem vinculada a aristocracia e a passado da colonização alemã.

O segundo fator marcante do século XX na construção da cidade de Petrópolis é o seu crescimento populacional, impulsionado pelo “boom” econômico e produtivo que abriu espaço para o surgimento de uma ampla demanda de mão de obra para o setor. Além de outros fatores citados, foi a partir do cenário de uma cidade industrial que se estabelecem um grande fluxo de migrantes para o município. Os dados dos recenseamentos na tabela 5 mostram esse crescimento significativo, diferente de municípios vizinhos, como Teresópolis, que obtiveram crescimento populacional modesto.

Tabela 5 - Número de habitantes no município de Petrópolis segundo os recenseamentos do governo brasileiro.

<b>Município</b>	<b>1872</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>
Petrópolis	7.219	13.574	39.695	67.574	84.875	108.307
<i>Variação relativa média/ano</i>	-	4,88%	19,24%	3,51%	1,28%	2,76%

Fonte: Recenseamentos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/>>. Elaborado pelo Autor.

Os fatores locacionais como proximidade a capital da república, entreposto entre outros estados como Minas Gerais e interior do Brasil e a disponibilidade de uma malha de transportes que atendesse a produção configuram-se como pontos principais no quesito para transformar Petrópolis em um polo de atração de pessoas. Por outro lado, os já conhecidos períodos de temperaturas amenas durante o verão, consolidaram a “vocaçã” ao turismo de veraneio e a pontos importantes da cidade. Por sua vez o fator econômico era o último entrave a dar visibilidade a essa cidade no alto da serra, diferentemente do que ocorreu com cidades vizinhas.

Se fundamentalmente a cidade de Petrópolis se caracterizou pela sua dupla função industrial-turística ao longo da primeira metade do século XX, isto só se materializou em parte na imagem construída da cidade a partir da paisagem textual consolidada. As referências a atividade industrial se limitaram, e muito, aos redutos onde se encontravam casas e vilas operárias, por vezes dando nome a vias e algumas áreas. Não se consolidou, desta maneira, a imagem de uma cidade industrial a partir da paisagem textual expressa pelos nomes dos lugares e em particular naqueles designados aos logradouros. Prevaleceu, como em grande parte das nomeações ocorridas em formas das cidades, a lógica de um discurso sobre os heróis políticos do presente e do passado.



## 5.4 – A cidade de Teresópolis

A temática dos nomes dos lugares é vasta e Teresópolis apresenta uma rica história da dinâmica toponímica de um lugar, ao começar pelo próprio nome a que se referia ao núcleo de povoação inicial. Ao longo do século XIX, a localidade teve diferentes nomes a qual foi referida tanto por jornais como por documentos oficiais da província, antes mesmo da chegada de George March, tido por alguns autores como um dos pioneiros na ocupação das terras da serra do mar. Nos subcapítulos posteriores, será tratada a temática da cidade de Teresópolis – dos primeiros momentos documentados de sua ocupação até os meados do século XX – evidenciando alguns aspectos demográficos, do traçado urbano e da história política da cidade, entremeada com a própria história da Província do Rio de Janeiro.

### 5.4.1 - Do Sertão à Freguesia: bases de ocupação do território

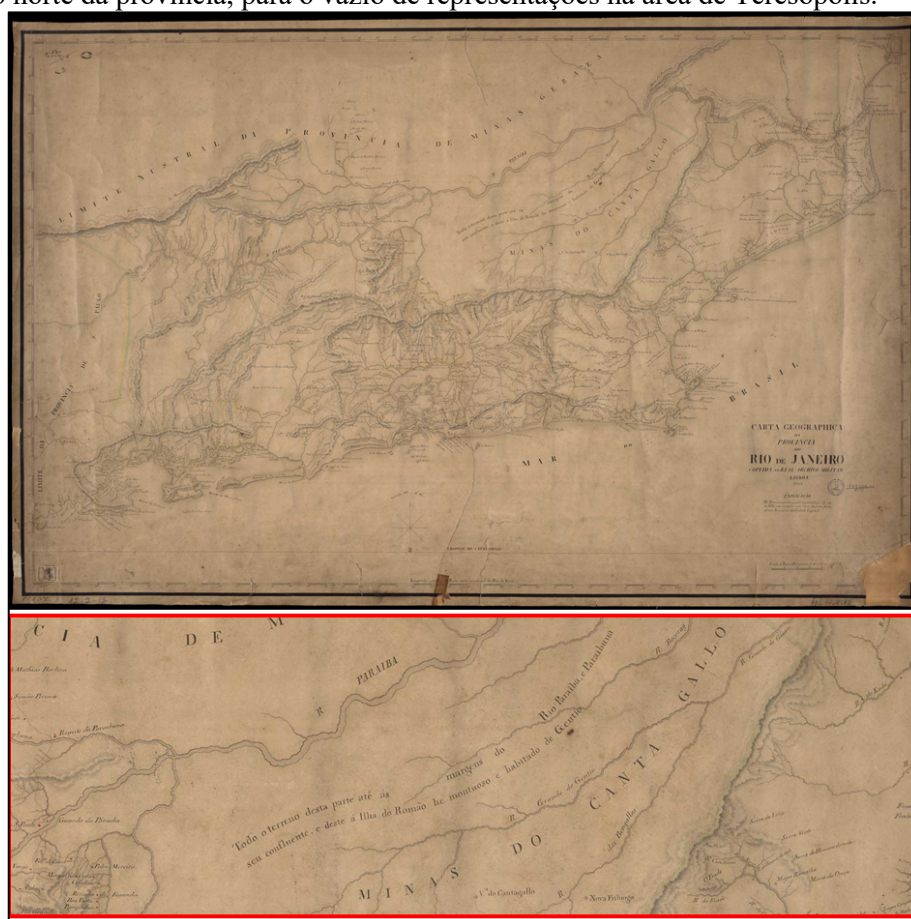
Gilberto Ferrez em sua obra *Colonização de Teresópolis* aponta as primeiras dificuldades em se conseguir documentos que caracterizem de maneira explícita a ocupação da serra dos órgãos anteriormente ao século XIX. Como veremos, a cidade de Teresópolis perdeu grande parte de seu acervo, seja pela obra do tempo ao decompor esses documentos, seja pelo descaso, assim como pelo acaso como no evento de incêndio na Câmara em 1897. Isso produz algumas dificuldades ao se tentar entender as configurações desse lugar em tempos em que os registros são escassos, mas não nos impossibilita enveredar por outros caminhos até o objetivo de entender a Teresópolis do passado.

O ano de 1788-89 é datado em várias obras (FERREZ, 1970; OSCAR, 1991; VIEIRA, 1930) em referência a elaboração, por Baltazar da Silva Lisboa, o Juiz de Fora, do primeiro estudo topográfico da região “por trás da serra dos Órgãos”. De maneira igual, não há registro ou vistas sobre o material produzido, apenas relatos como o mencionado por Gilberto Ferrez (1970) em publicação feita pelo *Jornal do Commercio*, em 19 de setembro de 1908, detalhando uma planta realizada na viagem feita por Baltazar a região.

O ato de criação da Vila de Magé, mencionado por Oscar (1991) e consultado para esta tese, detalha, aos anos de 1789 a presença da Fazenda Paque-quer, nas terras onde mais tarde se estabelece George March. Dentre outras comprovações apresentadas por Ferrez (1970), a ocupação na Serra dos Órgãos ocorreu preteritamente a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808.

A presença de sesmarias na região, como apontado, percorre grande parte do século XVIII em conjunto com a história de colonização do Brasil e da Província do Rio de Janeiro. Da conquista do recôncavo da Guanabara, a subida da serra, o caminho do ouro foi fundamental no processo de interiorização, permitindo aqueles que se aventurassem por essas terras a se fixar as margens da rota e, posteriormente, interiorizar-se a desbravar as bacias dos rios Paquequer, Preto, Cuiabá e Piabanha. Ao observar a figura 10 apresentando o trecho das *Carta Geographica da Provincia do Rio de Janeiro copiada no Real Archivo Militar*, nota-se um grande vazio ao alto da serra, marcado pela frase “Todo o terreno desta parte até as margens do Rio Paraíba, e Paraibuna seu confluente, e deste à Ilha do Romão he montuoso e habitado de Gentio”<sup>39</sup>. Ainda que seja um material de 1823, mesmo a comparação com outros mapas, não registra povoados, aldeias, vilas ou mesmo fazendas na região de Teresópolis.

Figura 10 - Carta Geographica da Provincia do Rio de Janeiro copiada no Real Archivo Militar com destaque, ao norte da província, para o vazio de representações na área de Teresópolis.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

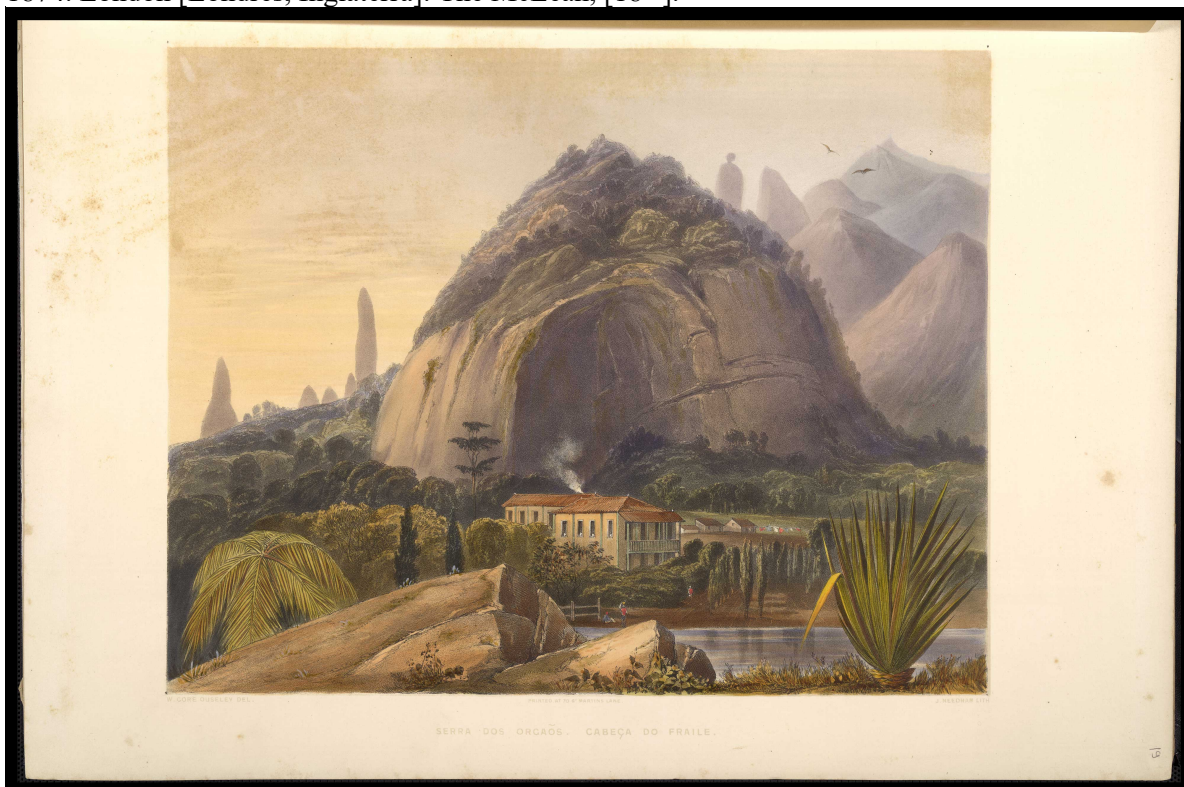
<sup>39</sup> Segundo o dicionário Oxford Languages, montuoso significa “provido de muitos montes” e gentio “aquele que não é civilizado; selvagem”. Neste contexto, o inscrito no mapa denota a presença de povos indígenas na região. Esse não é o primeiro caso quando, em mapas de trabalhos anteriores (SANTOS; MIRAGLIA; MENEZES, 2018), escritos como ‘Certão ocupado por índios bravos’ estavam presentes em mapas do século XVIII.

A ocupação dessa área passou a se tornar mais densa com a chegada do inglês George March pelo ano de 1813, tendo se estabelecido na cidade do Rio de Janeiro. O momento remonta a chegada da Corte portuguesa no Brasil e, em anos posteriores, a vinda de ingleses em busca de um novo mercado para negociar. Antes do arrendamento da sesmaria nas terras de Teresópolis, March negociou através de sua empresa – March Irmãos & Cia – diferentes recursos como ferro, aço, piche, carvão de pedra, trigo e alcatrão (FERREZ, 1970), oriundos da Europa para serem comercializados na cidade do Rio.

Em referência ao trabalho empreendido por George March em sua fazenda arrendada, a historiografia mostra que foi feita grande comercialização de produtos da horticultura, chá, animais e, fazendo parte da história evocada para contar a narrativa da cidade, a construção de pequenas habitações para descanso e parada aos que iam visitar a região ou passavam por ela. Grande parte das referências da história da cidade (FERREZ, 1970; OSCAR, 1991; RAHAL, 1983; VIEIRA, 1930) exaltam o perfil “empreendedor” de March, colocando-o como um homem a frente de seu tempo e que, de alguma maneira, levou o “progresso” e o “reconhecimento” das terras teresopolitanas a todo o Rio de Janeiro, quiçá a Europa.

Esse reconhecimento das belezas naturais e da fazenda-modelo de March são documentados a partir da visita de diferentes pessoas tidas como importantes à época. Realezas, naturalistas viajantes, pintores e outros políticos foram exemplos de personalidades que passaram e se hospedaram na fazenda March. As pinturas sobre a região mostram as belezas naturais através de quedas d’água, pequenos lagoas, a exuberância da floresta e a sede da antiga fazenda. A litografia de Jonathan Needham 1850-1874, figura 11, apresenta a sede da fazenda March e a o fundo a feição conhecida como cabeça do frade.

Figura 11 - Litografia colorida da Serra do Orgaos - Cabeça do Fraile. Autor Jonathan Needham, 1850-1874. London [Londres, Inglaterra]: The McLean, [18--].



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Nas páginas ocultadas da história se omite em grande parte a presença dos negros escravizados enquanto a mão de obra que possibilitou toda a construção dessa prosperidade. Homens e mulheres invisibilizados e que são merecedores de marcar a paisagem de maneira simbólica e memorial, enquanto precursores de uma materialidade muitas vezes já perdida pelo tempo.

J. Mulhern defende em sua tese como os britânicos, tanto através de seus cidadãos como pelo próprio setor financeiro – via bancos – financiaram e perduraram fortes relações com a escravidão no Brasil até sua abolição em 1888. Seu trabalho explora as posses britânicas de escravizados em uma variedade de contextos rurais e urbanos como apenas uma parte dessa história. Isso vai além da já conhecida utilização de mão de obra escravizada nas propriedades de minas britânicas em Minas Gerais. Acerca desse consentimento na utilização de negros escravizados nas atividades cotidianas, mesmo após a lei de 1834 proibindo o tráfico e a escravidão por parte dos britânicos, o autor aponta que:

A escravidão dentro das comunidades britânicas não era apenas o "mal necessário" argumentado por gente como Robert Hesketh e Frederick Grigg, era uma norma socialmente aceitável. Além de sua própria escravidão, os funcionários britânicos reforçaram sua aceitabilidade confraternizando e até recompensando os compatriotas cuja exploração do trabalho escravo ia muito

além do que o cônsul e o comissário consideravam uma necessidade doméstica<sup>40</sup> (MULHERN, 2018, p.62, tradução livre).

Parece que o controverso sentido da expressão “isso é coisa para inglês ver”, que possivelmente surgiu no período regencial como um conjunto de regras de “mentirinha”, que não eram cumpridas e tinha o propósito da aparência (RIBEIRO, 1933), acometia não apenas brasileiros e portugueses, mas aos próprios britânicos desse ou do outro lado do oceano. George March não fugiu a essa regra.

Em sua vasta propriedade agrícola e de “veraneio”, George March contava com mais de 100 pessoas em regime de escravidão, a serviço de variadas tarefas (MULHERN, 2018). Não surpreende o fato de tais fatos estarem omissos – ou colocados a margem de explicação – nos principais livros que contam a história da cidade. É essa visão de um homem europeu, culto, de visão e empreendedor que transformou “aquelas vastas terras de vargens incultas e matas virgens, numa grande fazenda modelo” (FERREZ, 1970, p.38), que parte da narrativa oficial busca preservar na memória. De fato, como apontou Ferrez sem colocar os pingos nos ‘is’, a fazenda seguia o modelo escravocrata já conhecido em território brasileiro. Não fica bem, ao passo da história, contar que o principal ícone do mito fundador da cidade era, na verdade, um grande proprietário de terras escravocrata e que, ao suor de muitas outras pessoas, recebeu reconhecimento internacional e nacional por seus feitos. O Jornal do Comercio, de 24 de setembro de 1845 traz a relação das pessoas escravizadas em posse do falecido George March, anunciando um leilão e a tabela 6 apresenta a lista citada.

Tabela 6 - Relação de pessoas escravizadas em posse de George March colocadas em leilão, segundo anúncio no Jornal do Comercio de 24 de setembro de 1845.

<b>Nome</b>	<b>Origem</b>	<b>Idade</b>	<b>Função</b>
<b>Roberto</b>	-	18	Copeiro / Mestre de cavalaria
<b>Domingos</b>	Moçambique	35	Roceiro
<b>José</b>	S. Thomé	30	Roceiro
<b>João</b>	-	35	Arrais de barco
<b>Joaquim</b>	Caçange (Angola)	30	Roceiro
<b>Paula</b>		16	Costureira
<b>Vicente</b>	Moçambique	22	Roceiro
<b>João</b>	Moçambique	20	Roceiro
<b>Honorio</b>	Cabinda (Angola)	18	Roceiro
<b>Camillo</b>	-	22	Roceiro

<sup>40</sup> No original: Slaveholding within British communities was not just the ‘necessary evil’ argued by the likes of Robert Hesketh and Frederick Grigg, it was a socially acceptable norm. Aside for their own slaveholding, British officials reinforced its acceptability by fraternizing and even rewarding those compatriots whose exploitation of slave labor went well beyond what the consul and commissioner regarded as a domestic necessity.

<b>Joaquina</b>		26	Costureira
<b>Simão</b>	Moçambique	26	Boleiro
<b>Manoel</b>		25	Pintor e Sapateiro
<b>Sebastião</b>		25	Carpinteiro
<b>Leopoldina</b>		8	-
<b>Maria</b>	Mina (Golfo da Guiné)	-	Lavadeira
<b>Catharina</b>	Angola	-	Cozinheira, lavadeira
<b>Antonio</b>	África (nação)	50	Serviço de Casa
<b>Fernando</b>	Angola	45	Roceiro
<b>Antonio</b>	-	30	Roceiro
<b>Miguel</b>	-	15	Pagem
<b>Matheus</b>	-	12	Alfaiate
<b>Francisco</b>	-	10	Pagem
<b>Julião</b>		18	Oficial de Sapateiro
<b>Mathilde</b>	Mina (Golfo da Guiné)	24	Coze, engoma, cozinha
<b>Pedro</b>	-	22	Roceiro
<b>Joanna</b>	-	12	Mocamba
<b>Francisco</b>	África (nação)	18	Roceiro
<b>Joaquim</b>	Cabinda (Angola)	24	Barbeiro
<b>Agostinho</b>	Angola	20	Lustrador
<b>Caetano</b>	Moçambique	25	Todo serviço
<b>Manoel</b>	Angola	26	Alfaiate
<b>Ricardo</b>	-	18	Carpinteiro
<b>Maria</b>	Angola	18	Cose e Engoma
<b>Benedicto</b>	Benin	20	Todo serviço
<b>Benedicto</b>	Benin	16	Todo serviço
<b>Honorio</b>	-	12	Pagem
<b>Pedro</b>		20	Pedreiro
<b>José</b>	África (nação)	-	Carpinteiro
<b>Rosa</b>	Moçambique	20	Cozinheira
<b>Josefa</b>	Calabar	40	Diversos
<b>Luiz</b>	Cabinda (Angola)	30	Pescador e remador
<b>João</b>	-	24	Carniceiro
<b>Ignacio</b>	Angola	22	Alfaiate
<b>Joanna</b>	-	18	Lava e engoma
<b>João</b>	Moçambique	22	Pedreiro

Fonte: Adaptado de MULHERN (2018).

Indubitavelmente que a narrativa construída através de George March e a colonização “inglesa” de Teresópolis pressupõe a negação do papel de outros povos e culturas na formação da cidade. Pensando no batismo dos lugares, as memórias coletivas preservadas nos nomes

encontrados na cidade reforçam os valores carregados pelas elites e grupos sociais que se estabeleceram naquelas terras.

O contexto social que marca o sítio onde surgirá, anos depois, a Freguesia de Santo Antonio do Paquequer é, em parte, o registrado acima. A grande fazenda de produção agrícola escravocrata de George March tomava grande parte da área coincidente hoje com a cidade de Teresópolis. A ausência de plantas e mapas com escala em detalhe para representar a região prejudica, em parte, o dimensionamento fidedigno da propriedade. Por outro lado, a partir de relatos em documentos, litogravuras e aquarelas é possível se ter uma extensão da propriedade.

Os já mencionados autores Vieira e Ferrez, relatam a utilização de porções dessas terras para cultivos distintos. A fazenda contava com uma área de plantação de batatas, milho e feijão no Quebra-Frascos; a Várzea era a área do campo das águas; e no Imbuí e Posse área destinada aos potros e novinhos; além das instalações principais no atual bairro do Alto, próximo ao Comari.

A manutenção dos nomes dados a essas áreas é marcante e os documentos cartográfico do século XX, em especial 1938, apontam as localidades com precisão. Como já mencionado em outras fontes, a falta dos resquícios materiais como edifícios e arruamentos ou mesmo não inviabiliza a possibilidade de dimensionar o tamanho da área arrendada e, posteriormente, adquirida por George March. Outros fazendeiros, como será apresentado a seguir, já ocuparam essa área como apresenta o Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial.

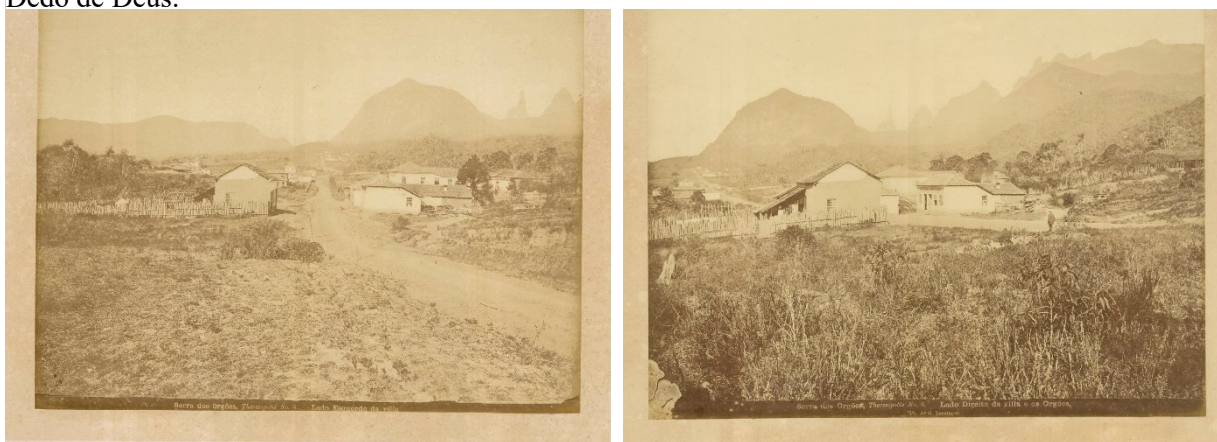
#### 5.4.2 A Freguesia de Santo Antonio do Paquequer - O Imaginário de um Recanto na Serra

A ocupação do sítio de Teresópolis ao longo do século XIX não se deu exclusivamente pelas mãos de George March. Outros arrendatários e fazendeiros se instalaram na região, iniciando um processo incipiente, mas crescente, de assentamento. O principal motor desse movimento de chegada de novos cidadãos é, em parte, corroborado pelos discursos dos bons ares da região.

Um importante fato a recordar é que a área pertencente a Teresópolis hoje, inicialmente desenhada a partir da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer, não existia até 1855. Assim sendo, por volta dos anos 1845 o território pertencia a duas outras freguesias de Magé: Freguesia de N. Senhora da Piedade (Villa) e Freguesia de N. Senhora D'Ajuda de Guapymerim. Não se conhece os limites exatos dessas duas freguesias através de um documento cartográfico que se tenha conhecimento, mas está registrado a partir dos decretos administrativos da Província do Rio de Janeiro. Sendo assim, cresce a dificuldade em

dimensionar quem e onde estavam localizados os colonizadores da região, pois os documentos descritivos da época inventariavam apenas as atividades e pessoas que se encontravam dentro de um determinado limite administrativo. Sem qualquer menção a localidades e pontos conhecidos, apenas podemos estimar a presença de determinados grupos na região. Do século XIX, algumas fotografias de George Leuzinger entre 1865-1874, figura 12, revelam parte das ruas e algumas construções existentes na localidade.

Figura 12 - As fotografias do século XIX apresentam alguns arruamentos e casas em uma das principais vias da cidade atualmente. Ao fundo, lado direito superior, é possível observar a Cabeça do Frade e o Dedo de Deus.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

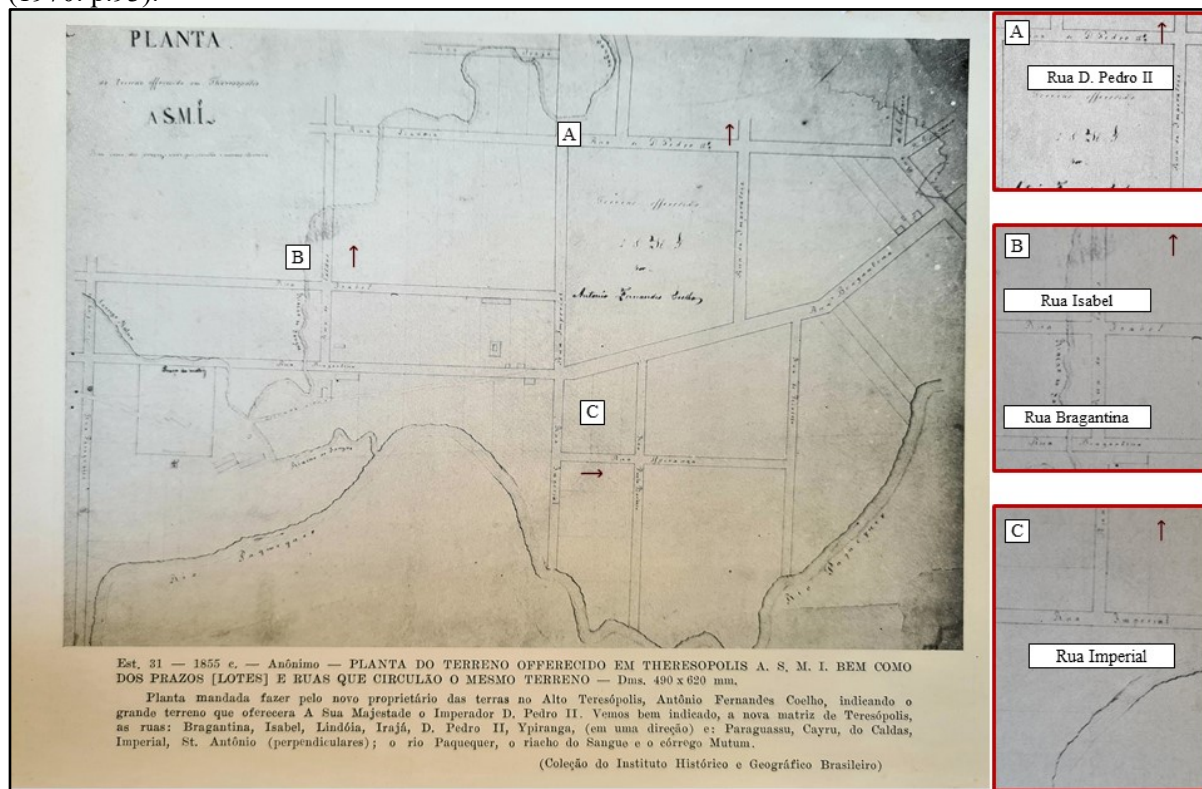
A ocupação da localidade se intensificará a partir dos anos 1845 com a morte do inglês. Suas terras, dividida entre seus herdeiros, é repassada a terceiros, dando início a repartição do sítio urbano em inúmeros lotes. O primeiro registro em formato de mapa é a Planta Therezopolis 1855 com o loteamento de terras efetuado em Teresópolis. Outro documento importante, da mesma data, é a “Planta do Terreno Offerecido em Theresopolis A. S. M. I. Bem como dos Prazos [lotes] e ruas que circulão o mesmo terreno”. Ferrez (1970) aponta que essa é uma planta feita a mando de Antonio Fernandes Coelho, indicando um terreno oferecido A Sua Majestade o Imperador (A.S.M.I.) D. Pedro II. Esses dois mapas são de extrema importância para se entender a configuração inicial da cidade, pois em grande parte conserva esses limites até o presente. Outro ponto de interesse direto para essa tese é a presença de nomes nos logradouros desenhados nelas. A figura 13 e 14 apresentam, respectivamente, os documentos mencionados.



Figura 13 - Planta da cidade de Teresópolis, no ano de 1855, com a demarcação de lotes de terra. Desde então, a planta encontra-se em acervo particular e não foi disponibilizada.



Figura 14 - Planta do terreno oferecido em Theresopolis A.S.M.I bem como prazos [lotes] e ruas que circulão o mesmo terreno. Coleção do Instituto Histórico e Geográfica Brasileiro reproduzida em Ferrez (1970. p.93).



A data dos documentos e do decreto de criação da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer apontam para um primeiro impulso de autonomia política e administrativa do lugarejo, assim como incentivo a chegada de migrantes. Os logradouros foram sendo abertos conforme permitia o leito do rio Paquequer, sem haver, a priori, intervenções diretas em seu curso.

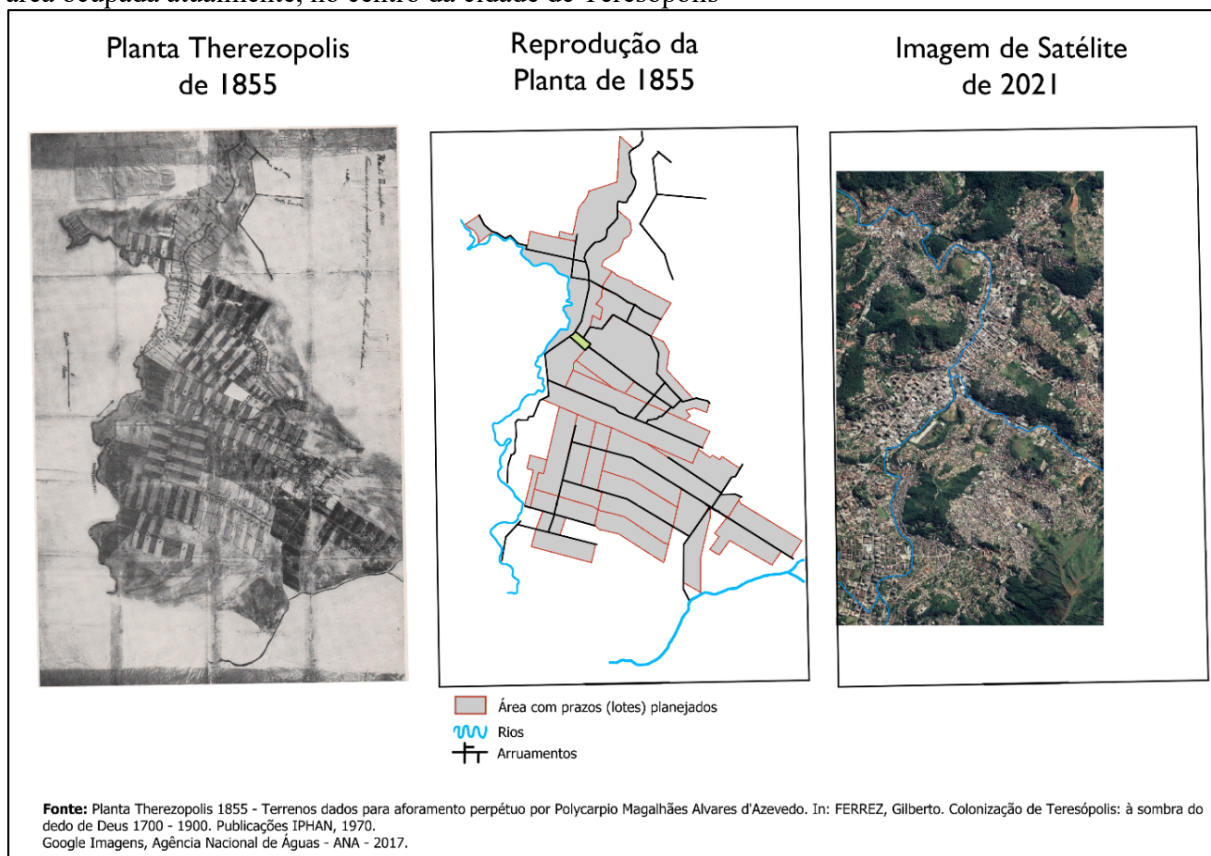
O Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro do ano 1856 relata a criação da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer em 1855, pela lei provincial n.829 de 25 de outubro<sup>41</sup>. A freguesia conta com 16 léguas quadradas e mais de 2 mil habitantes e o documento traz aspectos importante sobre sua localização, divisão em bairros, infraestrutura, o clima e alguns fatos festivos. Ao final, lista os proprietários dos terrenos que estão sendo divididos em prazos para aforamento.

Nesse sentido, a nova freguesia estaria dividida em 3 bairros (ou quarteirões) com nomes atribuídos pelos proprietários, a margem da Estrada Real que atravessa o lugar. Dessa forma, o primeiro deles seria Boa Vista, do alto da Serra até a ponta nova do Rio Paquequer (1<sup>a</sup>

<sup>41</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1856, p. 188. Acessado em Hermeroteca Digital - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

ponte); Bragantina, desde essa ponte até a ponte sobre o mesmo rio (2ª ponte); e Provincial desde a 2ª ponte até a Prata. Os proprietários eram, respectivamente, Polycarpo José Alves de Azevedo emprazado por uma reunião de amigos sob a firma Campos & C.<sup>a</sup> (Boa Vista); Antonio Fernandes Coelho e Antonio Feliciano da Trindade, sob a firma Coelho & C.<sup>a</sup> (Bragantina); comendador Polycarpo José Alvares de Azevedo (Provincial), o mesmo já citado. Pelas dimensões citadas acima é possível estimar que os terrenos pertencentes a esses três proprietários eram quase que sua totalidade a antiga área da Fazenda March. A partir do mapa de 1855 foi possível produzir a área estimada da ocupação e aforamento dos terrenos. A figura 15 apresenta um mapa que posiciona esses terrenos na área urbana da cidade com base em informações mais recentes.

Figura 15 - Reprodução (ao centro) da área com lotes e prazos para aforamento perpétuo, representados na Planta de 1855 (à esquerda). A terceira imagem, a direita, apresenta o curso do rio paquequer e a área ocupada atualmente, no centro da cidade de Teresópolis



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os nomes de alguns dos logradouros encontrados nessas plantas não eram passíveis de leitura, pelo menos em sua reprodução no livro onde foi encontrada. O acesso a Planta Therezopolis não foi possível em virtude de se encontrar em acervo particular. Já a segunda

Planta, não foi consultada diretamente do repositório da Coleção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mencionada por Ferrez.

Um exemplo de anúncio da disponibilidade de terrenos na região foram os aforamentos perpétuos anunciados em jornais da época, como exemplo o de Polycarpo José Alvez de Azevedo no Diário do Rio de Janeiro (1855): “O Commendador Polycarpo José Alvares de Azevedo continua a dar prazos nas suas terras na serra dos Órgãos, lugar o mais salubre e ameno, sendo de cada um 20 braças de frente e 60 de fundos; procure-se na rua do Hospicio n. 177”<sup>42</sup>.

Diante das transformações ocorridas entre as décadas de 1840 e 1870, nota-se que a jovem povoação de Teresópolis passou a ganhar forma, no que se refere a estrutura urbana, com o movimento de delimitação de prazos ao curso do Rio Paquequer. A elevação a categoria de Freguesia em 1855 foi um passo impulsionador do surgimento de um aparato político-administrativo local. Nesse contexto, onde a ação privada era a impulsionadora do crescimento local, observa-se que a estrutura simbólica por traz dos nomes carrega tons de homenagens a temas e indivíduos diretamente ligados aos seus particulares e menos com a história local em si. Algo, sem dúvida, que mudará nas décadas posteriores. Dos nomes dos logradouros identificados nas plantas, é possível citar alguns deles, como: Rua Imperial, Rua Bragantina, Rua D. Pedro II entre outros. Semelhante ao que foi observado em Petrópolis, a nova freguesia também homenageava através de sua toponímia urbana pessoas e símbolos pertencentes a Família Real. Em Petrópolis, tal fato não era surpresa e já esperado pela ligação entre a cidade e o Imperador. Já em Teresópolis, tal iniciativa partiu de terceiros.

A dimensão diminuta do lugar, considerando todo o território da Paroquia de Santo Antonio do Paquequer (englobando as Freguesias de Santa Rita e Santo Antonio do Paquequer), é expressa pela expectativa de população residente nesse período, girando entorno de 2 mil habitantes. Esses dados só seriam confrontados em 1872 com o primeiro Recenseamento a registrar o quantitativo demográfico da Província do Rio de Janeiro, separando as Freguesias e demais recortes administrativos. Assim, segundo dados do Recenseamento Geral de 1872, a Paroquia de Santo Antonio do Paquequer (Therezopolis), englobando Teresópolis e Santa Rita, possuía 3.457 habitantes, dos quais 2.701 eram livres e 756 escravizados (entre negros e pardos). Posteriormente ao Recenseamento de 1890, último antes da emancipação enquanto

---

<sup>42</sup> Diário do Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1855, página 3. Acervo da Hermeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

município, a Paroquia possuía 3.019, mostrando pouco dinamismo no quantitativo populacional local.

A escolha do nome a que se refere a Freguesia, ora Santo Antonio do Paquequer ora Teresópolis, denuncia a dificuldade em se precisar quando a localidade passou a ser chamada pelo nome Teresópolis. De certo, o município ganhou esse nome em sua emancipação no ano de 1891. Contudo, já era de costume e “oficial”, a referência ao nome de Teresa Cristina a localidade. O jornal O Velho Brazil publicou, em 13 de maio de 1854, um artigo questionando a escolha do nome da cidade e sua homenagem de pano de fundo. A escolha por Theresopolis equivale a terminação masculina dada ao nome de Thereza segundo o escritor, ou seja, Therezo, desfigurando-o. A equivalência, em sua constatação, a ideia de *cidade de Thereza*, seria a adoção do nome de Therezopolis. Dessa breve reflexão, o autor do artigo no jornal aponta que essa variação também não é agradável e, assim, qual seria essa afeção grega pela *polis*?<sup>43</sup>

O advento do novo regime político no Brasil, inaugurou a emancipação política da antiga Freguesia. No ano de 1891, Teresópolis é elevada à categoria de município sendo composta por dois distritos. O distrito sede que deu nome ao município é a cidade de Teresópolis. O segundo distrito, mais a nordeste, em direção ao rio Paraíba do Sul é o de Santa Rita. A partir do período republicano, algumas transformações mais latentes são encontradas tanto socialmente, quanto politicamente.

O segundo marco mais notório do desenvolvimento da cidade durante o século XIX está na proposta de elevação a categoria de capital da província, em meados da década de 1890. O principal motivador dessa medida está no desencadeamento da Revolta da Armada em 1891, primeira grande revolta contrária ao novo regime. Ela acometeu um conflito, até os anos de 1894, na cidade do Rio de Janeiro, capital federal, e em Niterói, capital da província. A escolha de Teresópolis não fora mera coincidência. A localização estratégica, por exemplo, seria um dificultador de um possível cercamento da cidade. Estando no alto da serra, com entradas e caminhos restritos, seria possível conter possíveis invasores com maior facilidade. Do mesmo modo, enquanto uma cidade ainda em crescimento, organizar uma estrutura política e administrativa não seria um entrave, visto a disponibilidade de terrenos. Em virtude dessa proposta, uma Planta da Cidade de Therezopolis foi elaborada apresentando antigos e novos logradouros, assim como seus respectivos nomes. Na figura 16, a planta é datada de 1896 e produzida por Armando Vieira em sua obra “Therezopolis”.

---

<sup>43</sup> Jornal O Velho Brazil, 13 de maio de 1854. Hermeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Figura 16 - “Planta da Cidade de Therezopolis” em 1896. Sua elaboração está atrelada a tentativa de transferência da capital da província para a cidade.



Fonte: Vieira (1931).

A planta apresenta uma quantidade expressiva de arruamentos, dos quais alguns foram preservados se compararmos com a planta de 1855. Os logradouros seguem o curso do Rio Paquequer, ocupando a área da proximidade da nascente até a várzea mais ampla. Os nomes dos logradouros descritos na planta são um caso à parte. Todos remetem a rios brasileiros, de norte a sul do país. A avenida principal se chamaria Amazonas, sendo cortada por afluentes e rios de outras bacias. Como analisado em capítulos posteriores, esse cenário foi sendo modificado.

O feito de transferência da capital para a cidade nunca se concretizou. Autores como Armando Vieira e diferentes jornais da época apontam para algumas dessas razões, sendo a principal delas as dificuldades financeiras do Estado brasileiro. O custo de transferência da capital para Teresópolis era algo que o Estado não conseguiria arcar. Além disso, a necessidade de construção de prédios para abrigar o aparato administrativo encarecia a transferência. O jornal *O Fluminense*, em 1894, declarou que proclamada a República, o governador Francisco Portela conseguiu junto a câmara de Niterói uma lei para a mudança. Não sendo concluído esse feito e com alguns insucessos posteriores, uma mudança temporária para Petrópolis foi aprovada. A mudança também foi acompanhada de outros problemas:

Como todos sabem, Petrópolis é uma excelente cidade de recreio, especialmente no verão, para onde é atraído o corpo diplomático e tudo quanto há de melhor na sociedade fluminense, mas reseten-se das qualidades necessárias para tornar-se uma Capital, ainda mesmo debaixo da forma provisória. A falta de prédios modestos para habitação de empregados que percebem pequenos ordenados, a alta dos preços dos viveres e o demasiado luxo que ali se ostenta, tudo concorre para tornar impossível a vida á classe do funcionario público (*O FLUMINENSE*, 1894, p.3)

Uma vez não implementada a capital, os fins do século XIX na cidade guardam ainda cerca de calma como nos primeiros anos da fundação. Sem grandes mudanças populacionais, vivendo em grande parte da produção de legumes, verduras e chás para abastecimento do comércio da capital e o incipiente turismo de veraneio, Teresópolis foi marcada por uma vida política sem grandes movimentações. Os dados dos recenseamentos entre 1872 e 1950 dimensionam o crescimento populacional modesto que poderia ser entendido por uma baixa atração de pessoas para o lugar.

Enquanto característica principal, nota-se que a cidade de Teresópolis foi marcada na segunda metade do século XIX, por um período de expansão do tecido urbano, da construção de sua infraestrutura, assim como certa movimentação política entorno da escolha enquanto capital. Passou de uma freguesia com terras geridas por alguns particulares, a cidade planejada a abrigar o aparato administrativo. Das incertezas, é claro que o mero fator especulativo foi suficiente para que algumas alterações ocorressem. Nesse escopo, os nomes dos logradouros e bairros figuraram uma outra lógica. Se antes, as marcas eram de nomes com referência ao período Imperial na figura de alguns personagens, como o Imperador Dom Pedro II, as ruas Provincial e Bragantina, e outras, agora as ruas exaltam de alguma forma o Brasil enquanto um país banhado por inúmeros rios, de norte a sul. Nessa transição entre governos, da monarquia à república, saem os amigos do rei para entrar os filhos do progresso. Essa lógica, como já trabalhada anteriormente, também está presente da cidade de Petrópolis. Seriam, assim, um marco de transição entre dois contextos diferentes de nomear o espaço, duas políticas toponímicas distintas que imprimem na paisagem textual desses lugares memórias e significados diferentes.

#### 5.4.3 – De Capital da Província ao esquecimento de décadas: A calma no imaginário do século XX

O século XX foi marcado por transformações sociais, econômicas e urbanísticas na cidade de Teresópolis. Em particular durante sua primeira metade, o que se produziu nesse lapso de tempo perpetuou, pelo menos em forma, até os dias mais recentes. Do aspecto da produção simbólica do espaço a partir dos nomes dos lugares, a transformação é constante, mas marcante em relação a manutenção de uma mesma forma de nomear.

O primeiro grande impulsionador da cidade na primeira metade entre os anos 1901 e 1910 foi a chegada da ferrovia através do bairro do Alto e depois até a Várzea. Empreitada assumida por José Augusto Vieira, a Estrada de Ferro Teresópolis foi inaugurada em 1908 com a Estação do

Alto. A construção da ferrovia cria uma via de chegada a cidade, uma vez que não se depende apenas da estrada de rodagem. Com ela não chegam apenas pessoas, mas também o transporte de gêneros alimentícios entre Teresópolis e o Rio de Janeiro.

Acompanhando o movimento de crescimento populacional, impulsionado também pelo incentivo a onda imigratória implementada no Brasil, Teresópolis registrou nos anos 1900 no recenseamento geral da população cerca de 3.632 habitantes e, em 1920, passou a marca de 18.628 habitantes<sup>44</sup>. Segundo os dados do recenseamento geral de 1920, a cidade de Teresópolis (1º distrito) contava com 7.200 habitantes, o 2º distrito (Santa Rita) com 4.516 e o 3º (Sebastiana) com 6.912. A descontar a incorporação deste último, ocorrida em 1901, a população municipal saltou de 3.632 em 1900 para 11.716 em 1920. A Tabela 7 apresentam os dados dos recenseamentos.

**Tabela 7.** Número de habitantes no município de Teresópolis segundo os recenseamentos do governo brasileiro.

<b>Município</b>	<b>1872</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>
<b>Teresópolis</b>	3.447	3.019	3.632	18.628	29.594	34.396
<b><i>Variação relativa média/ano</i></b>	-	0,68%	2,03%	20,64%	2,94%	1,62%

Fonte: Recenseamentos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/>>

Diferente do ocorrido em Petrópolis, que foi economicamente impulsionada pela chegada de indústrias e migrantes, Teresópolis contou com um modesto número de trabalhadores nesse ramo – cerca de 5%, segundo o recenseamento de 1940 – e que não imprimiram marcas significativas na paisagem como a construção de vilas operárias ou arranjos espaciais em virtude desses empreendimentos. A sobressair economicamente para além da agricultura, a cronologia escrita por Oscar (1991) sugere algum apreço de viajantes e políticos pela cidade. Em 1920, a visita do Rei Alberto, da Bélgica, e do então presidente Epitácio Pessoa, mostram que a fama de receber personalidades, desde a época de March, continua impulsionada pelas amenidades locais.

O primeiro mapa que se tem durante esse período é a Planta da Fazenda Santa Rosa, compreendendo parte do bairro da Várzea, antigo Provincial. As informações contidas na planta mostram as sucessivas vendas da área que compreende a fazenda e os logradouros abertos. A margem direita do rio Paquequer, os nomes e arruamentos mostrados não são novos, constam desde a planta de 1855. Do outro lado, os arruamentos nominados apresentam as mesmas

<sup>44</sup> A impressionante marca de quintuplicar sua população decorre, dentro outras medidas, da anexação do distrito de Sebastiana, agora 3º distrito, pertencente anteriormente ao município de Nova Friburgo. Segundo o recenseamento de 1920 o distrito de Sebastiana contabilizava 6.912 habitantes, incorporando assim 37,1% da população total do município no ano.



denominações da planta de 1896. Por um lado, não se nota uma alteração nessa lógica de nomeação até a data, por outro, se tem a confirmação da nomeação desses locais como tal. O mapa em questão está no anexo 4. A mudança de dezenas de nomes de logradouros, além do surgimento de novos arruamentos é representada na Planta de 1938, levantada em conformidade com a Lei Nacional nº 311 de 2 de março de 1938.

Os nomes observados nessa planta seguem a lógica de nomeação de pessoas influentes e políticos da época da cidade. Destoam tanto dos primeiros nomes instituídos no século XIX, em alusão a monarquia, quanto daqueles almejados no início da república – os nomes dos rios – sem referenciar na memória personagens que não merecessem esse feito. Com o apelo aos grupos sociais de maior influência local e a políticos importantes na província do Rio de Janeiro, Teresópolis se caracteriza por uma toponímia que segue os acontecimentos da política cotidiana, sem a pressão aparente do poder econômico e político de grandes figuras nacionais.

### **5.5 – Por 100 anos de caminhos distintos: faces de uma mesma moeda**

O imaginário colonizador até o século XVIII narrou a serra dos órgãos como o local da difícil conquista: repleta morros e paredões a serem transpostos, povoada por indígenas “selvagens” e brabos, sem qualquer perspectiva de recursos a serem explorados entre outras características representadas em textos, mapas e gravuras. A partir do século XIX, a ocupação dessa área seguiu o curso dos caminhos abertos até as Minas Gerais, descobrindo-se as amenidades e os prazeres dos ares afastados da capital.

A fundação de Petrópolis e Teresópolis se conecta com a história da chegada da família real a colônia brasileira e aos acontecimentos políticos seguintes: a abertura dos portos aos ingleses, as políticas de imigração e colonização falhas e a inserção do Brasil, ainda que de forma modesta, no circuito do capitalismo industrial do século XIX.

Nesse sentido, a tentativa de apreender o tempo através dos processos que construíram essas cidades, faz necessário compreender também a inserção deles nas estruturas e nos contextos de sua época. George March não chegou por obra do acaso a cidade do Rio, muito menos arrendou sua fazenda sem nenhum objetivo; de tal forma, o desenvolvimento industrial de Petrópolis não foi obra do “livre arbítrio” do capital privado: a mão estatal (do Imperador) foi crucial para impulsionar essa atividade.

Quando olhamos a nomeação do espaço, o mesmo olhar deve ser considerado: cada nome foi pensado em significado e localização. Não por acaso, a construção de uma nova capital provincial ou a ruptura de um regime alteraram os rumos da produção simbólica nesses

lugares. O que em um primeiro momento uma pesquisa sobre a nomeação/renomeação do espaço se mostra insuficiente de compreender, a incorporação do contexto e daquilo que Corrêa apontou como as categorias de análise processo-forma-significados ajudam a estruturar um pensamento entorno de políticas de nomeação do espaço.

Desta forma, este capítulo ao resgatar parte do processo de produção desses espaços (Petrópolis e Teresópolis) não só pela forma, mas também pelo movimento, nos oferta subsídios a uma análise toponímica que não enfoca apenas no nome – palavra ou estrutura morfossintática e suas definições de dicionário –, mas visa entender a nomeação – o ato de atribuir um nome, aliado a mensagem que transmite a partir de memórias consolidadas em seu significado.

É desta narrativa posta que se constroem os fatos para compreender onde se enquadram as diferentes políticas escalares toponímicas, ações concretas na construção da grade de nomes dessas cidades. O contexto, compreendido não apenas pelos pontos apresentados aqui, mas em sua interação, guia a análise das ações de produção desses espaços simbólicos, outrora tida como ação de mera conveniência nas abordagens clássicas da toponímia, ao tratar dos processos de nomeação. A figura 17 traz uma síntese de diversos acontecimentos ao longo desses mais de 100 anos de um espaço pretérito das cidades e caracteriza cada um dos três contextos elaborados como dimensão fundamental para análise do processo de nomeação.

Figura 17 - Síntese sobre o passado das cidades de Petrópolis e Teresópolis.

Contexto 1	Geral	Local
1806 —	» Chegada da família Real ao Brasil; » Abertura dos portos as nações amigas;	1800 — » Ocupação das sesmarias no alto da serra; 1819 — » Chegada de George March ao Rio de Janeiro;
1822 —	» Conjuntura da Independência do Brasil e o regresso de Pedro I;	1820 — » Início da Fazenda March na futura Teresópolis; » Compra da Fazenda Córrego Seco;
1831 —	» Abdicação de Pedro I;	1840 — » Plano do Palácio de Verão e colônia agrícola;
—	» O plano de implementação de colônias agrícolas;	1845 — » Morte de George March e início do parcelamento das terras da fazenda;
1840 —	» Coroação de Pedro II;	1855 — » Criação da Freguesia de St. Antonio do Paquequer; » A promoção do loteamento de prazos de terra em Teresópolis
1841 —	» A estrada de ferro no porto de Mauá;	1858 — » Elevação de Petrópolis a categoria de cidade; » O “boom” das oficinas e indústrias;
1854 —	» O impulso industrial no Brasil;	1884 — » A chegada da ferrovia ao alto da serra;
1860 —	» Decretado o fim da escravidão;	
1888 —	» Queda da Monarquia e implementação da República;	
—		
1889 —		
Contexto 2	Geral	Local
1889 —	» Implementação da República;	1891 — » Elevação de Teresópolis a município;
1891 —	» A crise econômica e o encilhamento; » A Revolta da Armada;	1896 — » Elevação de Teresópolis a capital do Estado do Rio de Janeiro; » Instalação provisória da capital em Petrópolis;
1914 —	» A Primeira Guerra Mundial e a crise de abastecimento; » Nova demanda pelo surgimento de indústrias;	1900 — » Progressiva expansão industrial em Petrópolis e toda região serrana;
1920 —	» Tensões sociais a partir do das condições de trabalho no ambiente urbano-industrial;	1920 — » Crescimento populacional em Petrópolis e Teresópolis.
1930 —	» A revolução de 30 e o governo Vargas;	
Contexto 3	Geral	Local
1930 —	» A revolução de 30 e o governo Vargas;	1930 — » Instalação provisória da capital em Petrópolis;
1932 —	» A constituição de 32;	1934 — » Alteração no mandato dos prefeitos de Petrópolis e Teresópolis em virtude do regime autoritário, durante uma década;
1934 —	» O Estado Novo (governo autoritário);	1940 — » Criação do Museu Imperial como fonte de uma dada memória da cidade de Petrópolis.
1937 —	» Primeira regulamentação do período sobre a nomeação de municípios e lugares; » Estimulo a industrialização por parte do Estado;	1943 — » Nova divisão do município de Teresópolis;
1945 —	» Fim da chamada Era Vargas.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O **primeiro contexto** apresentou a instauração de uma nova ordem política, pautada na figura dos Imperadores, assim como das lideranças regionais. As mudanças em relação à política econômica e migratória foram marcantes, uma vez que novas matrizes passaram a ser incorporadas à pauta de exportações. Tanto o café como a indústria, corroboraram para novos fluxos de pessoas no território.

Localmente, o estabelecimento de empreendimentos como a Fazenda March e a Fazenda do Córrego Seco são reflexo de um movimento de interiorização da ocupação da Serra

do Mar, no século XIX, mas já iniciado no século XVIII com a abertura de caminhos para as Minas Gerais. A partir do século XVII, a ocupação do recôncavo da Guanabara também aproximou a ocupação portuguesa de alcançar o alto da serra. Essa interiorização das vias de comunicação levou à criação de núcleos de povoamento em toda a região. Mais tarde, como apontado neste capítulo, estes núcleos e fazendas darão origem às cidades de Petrópolis e Teresópolis. Em meados do século XIX, a morte de George March inaugura um movimento de loteamento das terras em Teresópolis, junto a criação da Freguesia de Santo Antonio do Paquequer; em Petrópolis, o plano de criação de colônias agrícolas – e seu fracasso – e o estabelecimento do Plano do Palácio de Verão, farão com que a localidade seja elevada à categoria de cidade em 1857. Assim, o primeiro contexto pode é marcado, de maneira ampla, por uma forte política de imigração e colonização, os primórdios de uma indústria nacional e a conciliação parcial entre o poder Imperial e as elites locais. Seu fim se dará com a ruptura do sistema de governo, da Monarquia à República.

Com a instauração da República, uma série de acontecimentos marcaram as primeiras décadas do novo regime e inauguraram o **segundo contexto** deste trabalho. Em nível geral, na província do Rio de Janeiro e Distrito Federal, os primeiros anos foram de crise econômica e instabilidade social. O período conhecido com encilhamento levou a um momento de grande inflação e perdas para o setor econômico. As medidas tomadas pelos primeiros governos, em especial o de Floriano Peixoto, geraram insatisfação não só nas camadas populares, como em setores das alas militares. Os oficiais de baixa patente da Marinha iniciaram o movimento conhecido como Revolta da Armada. Este movimento impactou no plano de transferência da capital do Estado de Niterói para Teresópolis, com a finalidade de maior segurança em relação a outros possíveis motins. Plano sem sucesso, face à crise econômica e aos altos valores necessários para sua execução.

No alto da serra, a chegada do novo regime movimentou uma reorganização das elites locais entorno da nova conjuntura política. Em Petrópolis, a Câmara municipal logo tratou de demonstrar apoio político através de uma nota no dia 16 de novembro de 1889. Acompanhado a isto, implementou uma política de nomeação que renomeou uma série de topônimos locais, apagamento em parte a memória do período do Império. Em Teresópolis, a primeira planta oficial da cidade é elaborada visando a transferência da capital, que nunca se concretizaria. Nota-se que os nomes dos logradouros diferem e muito de outros lugares, inclusive de Petrópolis, fugindo dos embaraços políticos que certas escolhas poderiam levar. No campo econômico e social, a industrialização será o motor econômico de Petrópolis e a horticultura, junto às atividades de veraneio, em Teresópolis. Além das cifras de participação nas economias

municipais, estas atividades impulsionaram um aumento do fluxo de migrantes para as cidades, em especial Petrópolis. O “boom” demográfico, apresentado anteriormente, terá papel importante na abertura de novas áreas de moradia nestes municípios e conseqüentemente o surgimento de novos logradouros e seus nomes.

O rompimento deste contexto com os demais se dará com a quebra do período conhecido como República Velha e o golpe dado por Getúlio Vargas em 1930. Vargas irá desempenhar um papel político central, não só pela oscilação entre períodos autoritários e mais democráticos, assim como pela interferência direta na nomeação de prefeitos locais. Aliado a isto, outras políticas de seu governo impactarão nas administrações locais como o forte estímulo a industrialização.

O **terceiro e último contexto** analisado neste capítulo trata de um período de transformações severas na política e em seus agentes. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, via o golpe de 30, impactou uma série de questões políticas, econômicas e sociais no Brasil. Dessas, algumas se destacam a implementação de uma política industrial no Brasil, avanços sociais para as classes trabalhadoras e, negativamente, o surgimento de um Estado autoritário através da imposição de uma nova constituição. Isto refletiu, por exemplo, na indicação de prefeitos em municípios do Brasil, suspendendo as eleições após 1934.

Outro impacto importante é a construção do Museu Imperial enquanto instituição de memória da cidade de Petrópolis. O apoio do governo federal impulsionou a retomada dos símbolos monárquicos na memória da cidade, articulando o regaste da narrativa imperial. Em ambas as cidades, a nomenclatura dos logradouros passa a ser predominantemente marcada por nomes de figuras políticas do período em questão.

Os recortes estabelecidos ao longo deste capítulo não se dão apenas pela sequência de fatos enumerados na figura 17, mas também pelo apontamento de processos ocorridos e que relacionam estes aos fatos ao longo de todo o texto. Tendo isto em mente e a discussão anteriormente apresentada sobre o papel do tempo e da periodização na geografia, busca-se sedimentar estes três contextos como momentos cruciais para se compreender as políticas de nomeação desses espaços pretéritos, aqui Petrópolis e Teresópolis.

## **6 UMA ABORDAGEM DA NOMEAÇÃO PELA GEOGRAFIA**

Os estudos sobre a toponímia na Geografia passaram por diferentes influências, como mencionado nos capítulos anteriores, e o principal marco para esta temática tornou-se a transição do que podemos chamar de “estudo de coleta” para o “estudo da interpretação crítica”. Para tal, os nomes geográficos deixaram de ser vistos como meras palavras ou um conjunto de significados desconexos do contexto socioespacial, para tornarem-se elementos poderosos na formação de discursos e memórias espacialmente construídas e inscritas.

Neste capítulo será apresentada a metodologia para analisar e interpretar o processo de nomeação do espaço, em especial das cidades de Petrópolis e Teresópolis entre 1850 e 1950, a fim de responder as questões iniciais propostas nesta tese. Para isso, são confeccionadas duas principais partes: referencial conceitual e o referencial operacional. O referencial conceitual é uma síntese das discussões tratadas até aqui, enfocando como o olhar pelo prisma dos conceitos e categorias abordados possibilita não apenas responder as questões iniciais, mas também lançar um novo olhar sobre os estudos toponímicos com uma nova abordagem.

O referencial operacional aponta para os caminhos adotados na coleta, tratamento e manipulação dos dados primários e secundários, assim como dos métodos para interpretação do processo de nomeação ocorrido na área de estudo.

### **6.1 Referencial teórico e metodológico: uma abordagem da nomeação do Espaço Geográfico**

A maior parte dos estudos sobre a temática da toponímia na América Latina tem mostrado que, apesar do aumento quantitativo em número de trabalhos publicados, pouco se tem caminhado na direção de novas abordagens dentro do campo. Essa quase ausência de publicações que proponham novas abordagens, encontra eco tanto na ausência de proposições no campo teórico quanto operacional.

Com a chamada virada crítica dos estudos toponímicos, nas décadas de 1980/1990, novos caminhos têm sido trilhados para apresentar algumas contribuições. A contribuição deste texto está em refletir acerca de uma dessas novas possibilidades, partindo dessas obras como base e outros trabalhos da temática propõe-se realizar a construção de um quadro toponímico capaz de possibilitar a interpretação do processo de nomeação do espaço e, conseqüentemente, de como os nomes e a nomeação são parte do movimento de produção simbólica do espaço.

O contexto é um recorte sincrônico que captura não só como uma série de estruturas e arranjos se dispõe no espaço em um dado intervalo, mas também versa sobre os principais

movimentos políticos, sociais, econômicos e culturais que se desenrolam neste interim. Para isso, a compreensão de onde se inicia e termina um determinado intervalo de tempo em que processos e ações são as mais relevantes para a definição de uma conjuntura espacial, adotou-se a proposição de Vasconcelos (2009) acerca do tempo, discutida no capítulo 3.

Por sua vez, a metodologia pode ser compreendida, em sentido mais restrito, como o estudo ou a descrição dos métodos usados em uma atividade. Em outros casos, é designada para incluir uma investigação sobre os objetivos, conceitos e princípios de uma disciplina. Corroboramos com a visão de Cloke et al (2004) e compreende-se metodologia como um conjunto de métodos existentes que possibilitam responder, através de diferentes técnicas, os questionamentos colocados para investigação da temática dos topônimos.

O estudo da toponímia, como analisado anteriormente, possui como finalidade mais evidente a identificação e nomeação de objetos e feições geográficas. Para além, transforma-se em símbolo, posicionada e materializada, com diferentes significados atribuídos por aqueles grupos que a conceberam; transmite de forma visual e verbal mensagens no imaginário de cada indivíduo e grupo, por mais sutil que seja este processo. A seguir, serão apresentados os diversos documentos (mapas, decretos legislativos, recortes de jornais, entre outros) utilizados na elaboração da pesquisa.

#### □ **Mapas e Documentos**

O material utilizado nesta tese é oriundo de diferentes fontes e acervos e, por vezes, o acesso a algum conteúdo esteve prejudicado pela curadoria privada dos documentos.

A área de estudo da pesquisa contempla dois centros urbanos: o da cidade de Petrópolis e o da cidade de Teresópolis. Estas cidades surgem aproximadamente na mesma década do século XIX, por volta de 1840. Guardam entre si o fato de homenagearem em seus nomes o Imperador Dom Pedro II e a Imperatriz Tereza Cristina, e estão localizadas bem próximas. Para além de seus nomes, distintos processos e grupos sociais atuaram como agentes de criação e nomeação do espaço urbano. Dentro das questões levantadas, essas características são uma das mais interessantes para a escolha da área de estudo.

A cidade de Teresópolis conta com mapas elaborados por diferentes particulares que realizaram reconhecimento da região da serra dos órgãos. A partir de 1855 é possível identificar a disposição de arruamentos e lotes de terras com seus respectivos proprietários. Nestes mesmos mapas os nomes dos logradouros públicos já se encontram mencionados, muitos deles permanecendo até os dias atuais.

Já a cidade de Petrópolis surge a partir de decreto Imperial na década de 1840. Os primeiros mapas da cidade mostram o parcelamento dos lotes de terra e a configuração dos

quarteirões (divisão oficial à época, não utilizando a ideia de bairros). Todos possuem nomenclaturas associadas e com características bem peculiares, e referência a origem das pessoas que passaram a ocupar a localidade (para mais informações consultar Souza, 2014). A seguir, a tabela 8 apresenta alguns mapas levantados para a pesquisa e sua classificação como oficial ou não-oficial<sup>45</sup>. O mesmo material encontra-se nos anexos 1 a 12.

Tabela 8 - Mapas utilizados para identificar a toponímia dos logradouros dentro das cidades.

<b>Mapas</b>	<b>Ano</b>	<b>Escala</b>	<b>Localidade</b>	<b>Acervo/Fonte</b>
Planta do terreno oferecido em Theresopolis A. S. M. I. [...].	1855	1:11.000	Teresópolis	Ferrez (1970)
Planta Therezopolis 1855 - Terrenos dados para aforamento perpétuo por Polycarpio Magalhães Alvares d’Azevedo	1855	s/ informação	Teresópolis	Ferrez (1970)
Planta da cidade de Therezopolis	1896	s/ informação	Teresópolis	Vieira (1930)
Planta da fazenda de St <sup>a</sup> Rosa & terrenos adjacentes	1926	1:4.000	Teresópolis	Casa de Cultura Arthur Dalmaso
Planta da cidade de Teresópolis – 1 <sup>o</sup> distrito	1938	1:10.000	Teresópolis	Arquivo Nacional
Planta da cidade de Teresópolis	1951	1:10.000	Teresópolis	Casa de Cultura Arthur Dalmaso
Planta Petrópolis	1846	1:5.000	Petrópolis	Companhia Imobiliária de Petrópolis
Imperial Cidade de Petrópolis	1861	2.500 braças	Petrópolis	Biblioteca Nacional
Atlas do Brazil - Estado do Rio de Janeiro	1909	s/ informação	Petrópolis	Arquivo Nacional
Planta da Cidade de Petrópolis	1920		Petrópolis	Arquivo Público Municipal de Petrópolis
Município de Petrópolis - 1 <sup>o</sup> distrito	1940/1945	1:20.000	Petrópolis	Arquivo Público Municipal de Petrópolis
Petrópolis	1949/1950	1:15.000	Petrópolis	Arquivo Público Municipal de Petrópolis

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O material cartográfico listado acima foi tratado em um ambiente de sistema de informações geográficas – SIG. O propósito desta etapa consistiu na elaboração de uma base de dados georreferenciada e passível de comparação em relação ao posicionamento da

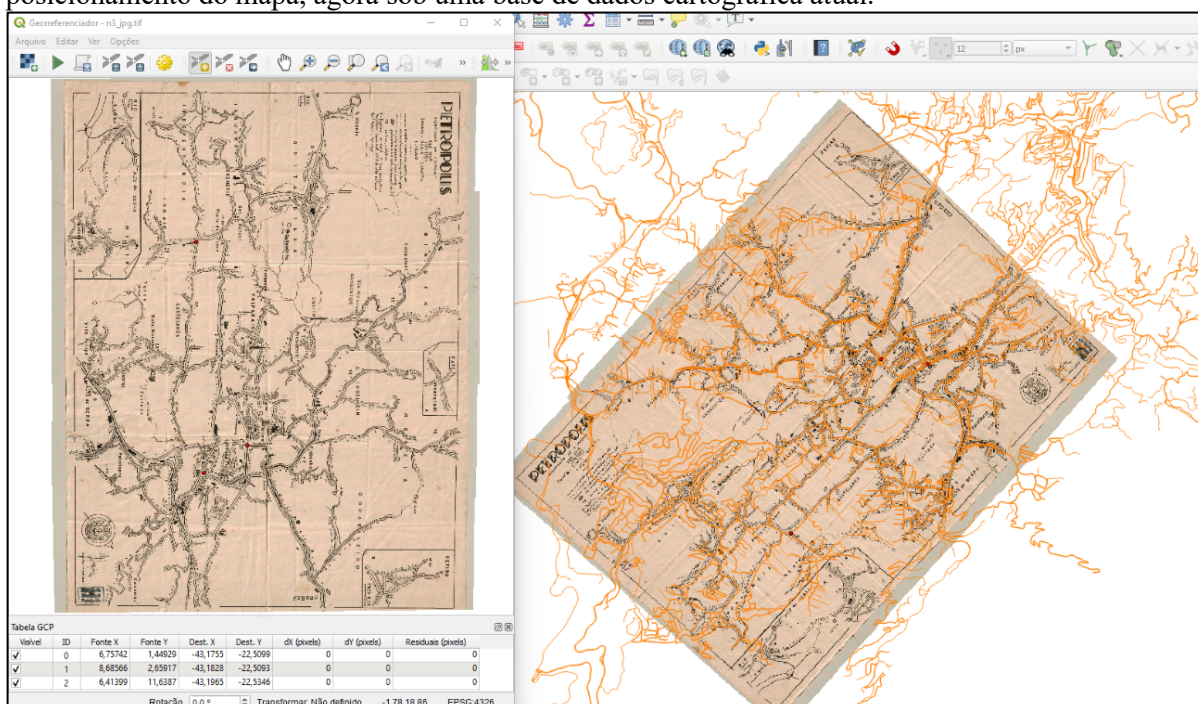
<sup>45</sup> Os mapas ditos oficiais são aqueles elaborados por entes do poder administrativo constituído (Estados, municípios e afins). Por sua vez, os mapas não-oficiais são oriundos de elaboração por parte de terceiros (tipografias, proprietários fundiários, cartógrafos independentes e outros).



informação e as modificações ocorridas. Neste sentido, a realização do georreferenciamento foi fundamental para este processo.

O georreferenciamento consiste na atribuição de um posicionamento conhecido sobre a superfície terrestre a documentos que possuam alguma informação espacial representada. Nesse sentido, a figura 18 apresenta o antes e o depois do georreferenciamento de um mapa histórico utilizado como fonte de pesquisa.

Figura 18 - Georreferenciamento do mapa de Petrópolis, ano de 1949/50. Na imagem, nota-se o novo posicionamento do mapa, agora sob uma base de dados cartográfica atual.



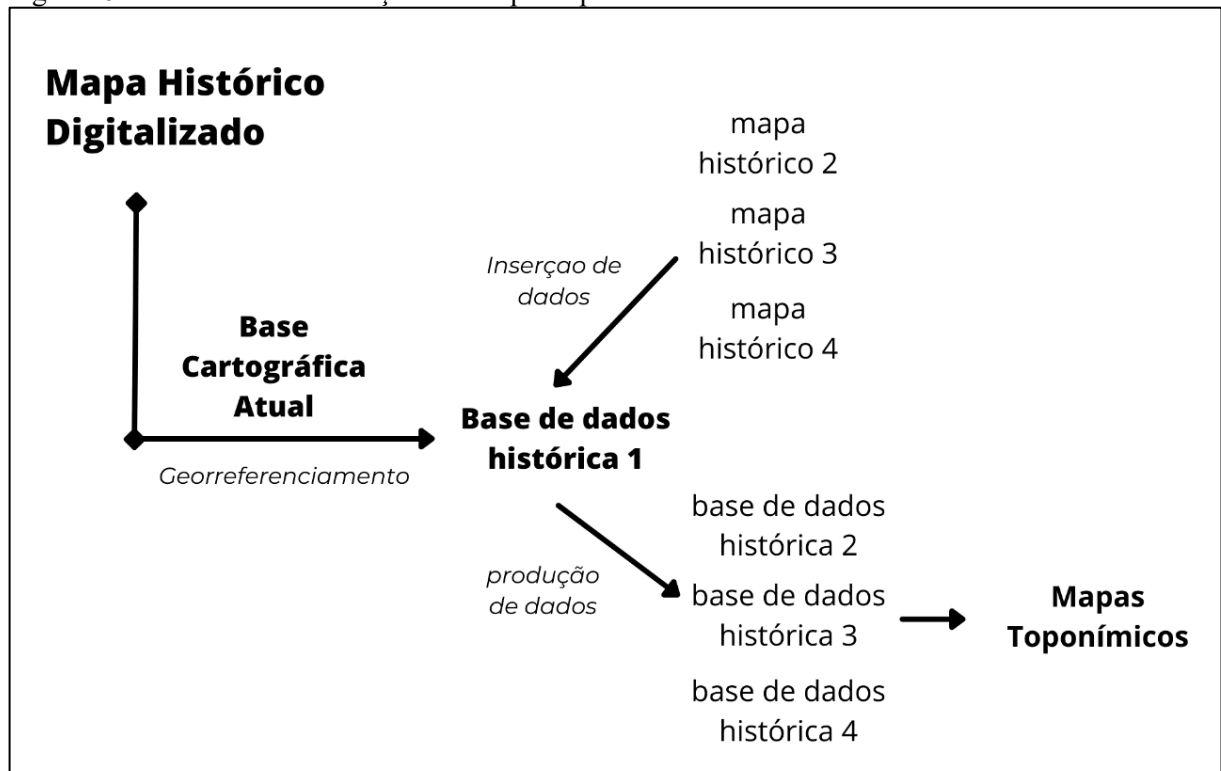
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Os mapas georreferenciados contaram com a seleção e pelo menos 10 pontos para o georreferenciamento. O parâmetro de transformação utilizado foi o polinomial de 1ª Ordem. Foram escolhidos locais como de entroncamentos viários, desagua de rios e outros pontos notáveis com forma bem definida. Tentou-se garantir a menor distorção entre o mapa histórico e a base cartográfica existente, para que as informações de posicionamento encontradas nos mapas possuissem a maior precisão.

A etapa de georreferenciamento não foi executada para todos os mapas históricos nas respectivas áreas de estudo. Levou-se em consideração o mapa mais recente e que continha o maior número de elementos representados. Neste caso, em especial, o foco estava nos logradouros. A partir da base georreferenciada e do mapa mais atual foram elaboradas, posteriormente, outras bases de dados com as informações correspondentes a cada época.

A justificativa para a adoção deste caminho ocorre, primeiro, pela diminuição de etapas de posicionamento de diversos produtos cartográficos. Ao gerar uma base com um mapeamento mais recente, é possível realizar uma regressão espaço-temporal apenas inserindo as informações contidas em mapas anteriores. Em muitos casos, a necessidade de se apagar feições como praças ou vias ocorreu devido ao fato deste objeto apenas surgir em momentos mais recentes. Em segundo lugar, para efeitos de comparação dos mapas ao longo do tempo, manter uma base cartográfica com o mesmo posicionamento torna a análise visual do documento mais eficaz ao perceber as mudanças. Assim sendo, uma única representação gráfica, com distintas informações atreladas, confere uma possibilidade melhor de comparação em relação as mudanças espaciais observadas. A figura abaixo apresenta as diferentes etapas realizadas.

Figura 19 - Processo de elaboração dos mapas toponímicos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

As bases de dados históricas contemplam uma série de informações extraídas dos mapas históricos e que se entrelaçam com os quadros toponímicos. A tabela de atributos elaborada no software QGIS 3.16 possui as colunas **fid** [número atribuído a feição cartográfica], **nome** [designação da feição], **data** [ano do mapa], **quadro** [contexto do nome diante do quadro toponímico], **PEN\_1** e **PEN\_2** [são as políticas escalares toponímicas a qual os nomes estão

ligados no processo de nomeação], e por último o campo **comentários** [destinado a alguma observação relevante do processo de nomeação ou do nome em si].

Os dados também foram agregados em uma planilha no software Microsoft Excel com a finalidade de sinalizar o surgimento ou modificação de um nome dentro dos mapas de uma mesma área de estudo. Assim, tal como uma linha do tempo, foi possível perceber a árvore de nomeações em cada uma das cidades. A figura 20 apresenta, a esquerda, a tabela de atributos do software QGIS 3.16 e, a direita, a planilha elaborada.

Figura 20 - A esquerda, tabela de atributos dentro do software QGIS. A direita, tabela em formato xlsx com os dados extraídos de cada mapa por colunas.

The image shows two side-by-side windows. The left window is the QGIS 3.16 attribute table for a layer named 'ruas\_cont\_01'. It contains 13 rows of data with columns: fid, nome, data, Quadro, PEN\_1, PEN\_2, and Comentários. The right window is an Excel spreadsheet with columns labeled 'FK001\_001 (1846)', 'PT\_1861 (a) (1861)', 'MAP\_001 (1909)', and '2958.MAP\_1920 (1920)'. The spreadsheet contains a list of street names and their corresponding names in different historical maps, with some cells containing 'Não consta' or 'Suprimido'.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Outros documentos textuais também foram primordiais para o preenchimento da tabela com as informações acerca dos logradouros e seus nomes, complementando possíveis ausências de topônimos em decorrência das escalas de mapeamento empregadas. A tabela 9 apresenta estes documentos e o acervo correspondente.

Tabela 9 - Documentos com referência a toponímia das cidades de Petrópolis e Teresópolis.

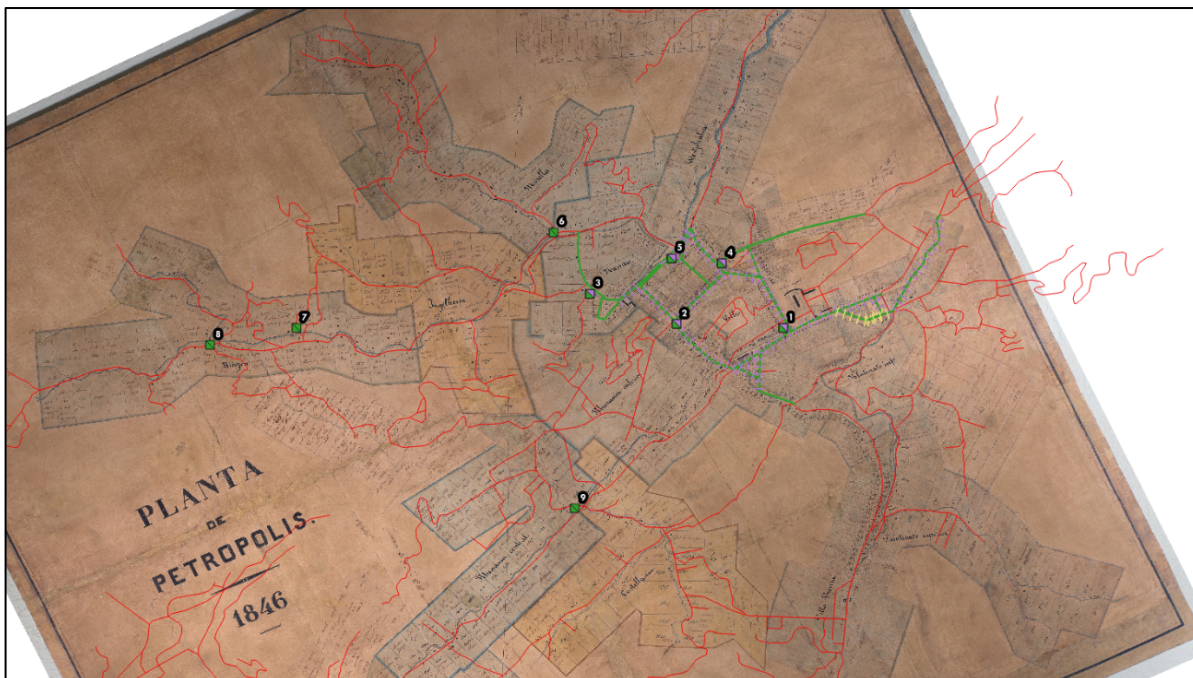
Mapas	Ano	Tipo	Acervo/Fonte
Jornal de Petrópolis – toponímia urbana de Petrópolis	29/09/1963	Jornal	Biblioteca Museu Imperial
Jornal de Petrópolis - Lendas Petropolitano	27/09/1964	Jornal	Biblioteca Museu Imperial
Tribuna de Petrópolis - Toponímia Petropolitano, uma situação preocupante	07/10/2001	Jornal	Biblioteca Museu Imperial
Tribuna de Petrópolis - Uma artéria de muitos nomes	13 a 20/06/1999	Jornal	Biblioteca Museu Imperial

Comércio na Petrópolis da Rua Republicana	15/05/2016	Jornal	Biblioteca Museu Imperial
Diário de Petrópolis - A arte de andar pelas ruas	04/01/2004	Jornal	Biblioteca Museu Imperial
Tribuna de Petrópolis - Kennedy e a Piabanha	17/12/2016	Jornal	Biblioteca Museu Imperial
Apelo ao Sr. Prefeito [...]	22/02/1949	Jornal	Biblioteca Museu Imperial
Atas da Câmara Municipal de Petrópolis	1859 - 1889	Documento Legislativo	Arquivo do Museu Imperial
Denominação oficial, dos logradouros [...]	01/07/1969	Livro	Biblioteca Museu Imperial
Raízes de Teresópolis – Roberto Feó	2010	Livro	Biblioteca Municipal de Teresópolis
Ruas de Teresópolis [encarte]	1983	Encarte	Biblioteca Municipal de Teresópolis
História e Teresópolis	2000	Livro	Biblioteca Municipal de Teresópolis
Teresópolis e seus personagens	1991	Livro	Biblioteca Municipal de Teresópolis
Diário do Rio – Leilão de escravos	1845	Jornal	Biblioteca Nacional RJ

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A partir dos procedimentos operacionais empregados, a elaboração dos mapas toponímicos satisfaz a possibilidade de uma análise dos locais onde diferentes políticas escalares toponímicas foram empregadas ao longo do tempo. A sobreposição das informações ao longo de aproximadamente um século foi a base para a produção dos mapas nesta tese. A seguir, a figura 21 exemplifica a sobreposição da base de dados histórica com a Planta Petrópolis de 1846. Em vermelho estão sinalizadas as feições inexistentes á época da elaboração da planta.

Figura 21 - Topônimos classificados segundo as políticas escalares toponímicas empregadas em um dado contexto.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O subcapítulo a seguir estabelece uma proposta de abordagem para as políticas escalares de nomeação. Não se trata apenas de uma análise de mapas ou de tabelas com a sucessão ou continuidade dos nomes pertencentes a um lugar. Trata, em sentido mais amplo, de uma análise que privilegie o processo de nomeação do espaço em uma perspectiva sincrônica e diacrônica, tomando os nomes como formas simbólicas espaciais.

## 6.2 A nomeação e uma proposta de abordagem

A (re)produção do espaço enquanto produto social e simbólico nos propõe a refletir sobre as diferentes dimensões que compõe esse processo (econômico, social, político etc.). No ponto de vista do simbólico não é diferente, pois os diferentes grupos que o habitam, o fazem atribuindo valores e memórias distintos aos lugares e objetos. Quando se diz que os nomes geográficos não são *ad eternum* e engessados as formas que nomeiam, implica dizer que em virtude da dinâmica dos grupos sociais, os significados produzidos pelos arranjos espaciais dos nomes também serão dinâmicos. Um nome, quando permanece associado a uma porção do espaço, ainda que sua forma original não exista mais e sua motivação toponímica torne-se irreconhecível, tem associado a ele uma característica de fóssil linguístico. Da mesma forma, o processo que o fez surgir se conecta de forma escalar com diferentes indivíduos e ideias.

No campo da geografia, quais discussões poderiam dar conta de estudar o processo de nomeação e o significado criado a partir dos nomes que batizam uma porção do espaço? Nesta tese, propõe-se adotar um quadro de análise, denominado quadro toponímico, incorporando três ideias centrais as quais dão forma os processos nomeadores do espaço, tal como permitem interpretar os significados produzidos por eles.

O quadro que se delineia neste capítulo busca uma maneira de significar – no sentido de compreender a ação a partir dos elementos construídos – o processo de nomeação do espaço, a partir de uma estrutura conceitual capaz de abarcar os aspectos cruciais nesse ato. O nome de um lugar é parte dessa estrutura e o objeto em jogo que, diante de uma conjuntura, marca o movimento da sociedade pelo espaço e como ela (re)produz o espaço em vários aspectos. Neste caso, o nome materializa o valor simbólico que um grupo atribui a fatos, feitos e marcos de seu tempo e de seus entes mais próximos.

A discussão anterior trouxe conceitos importantes na geografia (também em outras áreas) e como eles podem ser incorporados ao estudo da toponímia, servindo de base para analisar o ato de nomear os lugares. Enquanto categorias de análise, formas simbólicas espaciais, políticas escalares de nomeação e o contexto apresentam-se como elementos para interpretar um quadro de nomeação do espaço ao longo do tempo. As formas simbólicas dão conta do entendimento dos arranjos espaciais em que os nomes foram configurados, uma vez que materializam memórias em formas diversas e passam a se constituir como elementos de difusão destas. A política escalar toponímica identifica a ação de implementar no espaço um conjunto de memórias por meio da criação, do apagamento ou da manutenção de nomes que mobilizam e conectam com significados em contextos locais e globais. Por último, o contexto congrega as estruturas políticas, econômicas e sociais em que as transformações dos nomes ocorrem no espaço.

A interpretação de como a toponímia de um lugar foi sendo construída não se dá a partir do estudo do nome in cito, mas a partir da interpretação dos elementos que compõe o quadro de nomeação do espaço. Quando um nome muda, ou mesmo permanece, a partir de uma ação de (re)nomeação – política escalar de nomeação – deve-se considerar o contexto.

A título de exemplo, o logradouro chamado Rua Montecaseros em Petrópolis resistiu em certa medida as diferentes rupturas e as continuidades da produção simbólica do espaço em múltiplos contextos. Originalmente, apresenta na Planta Petrópolis de Taunay, em 1861, foi modificada em 1889 para Avenida San Martin. Aparece no mapa de 1909 com essa denominação. Posteriormente, em Planta da Cidade de Petrópolis – 1920 – regressa ao nome anterior, consolidando-se até os dias atuais como Rua Montecaseros. Na história brasileira e

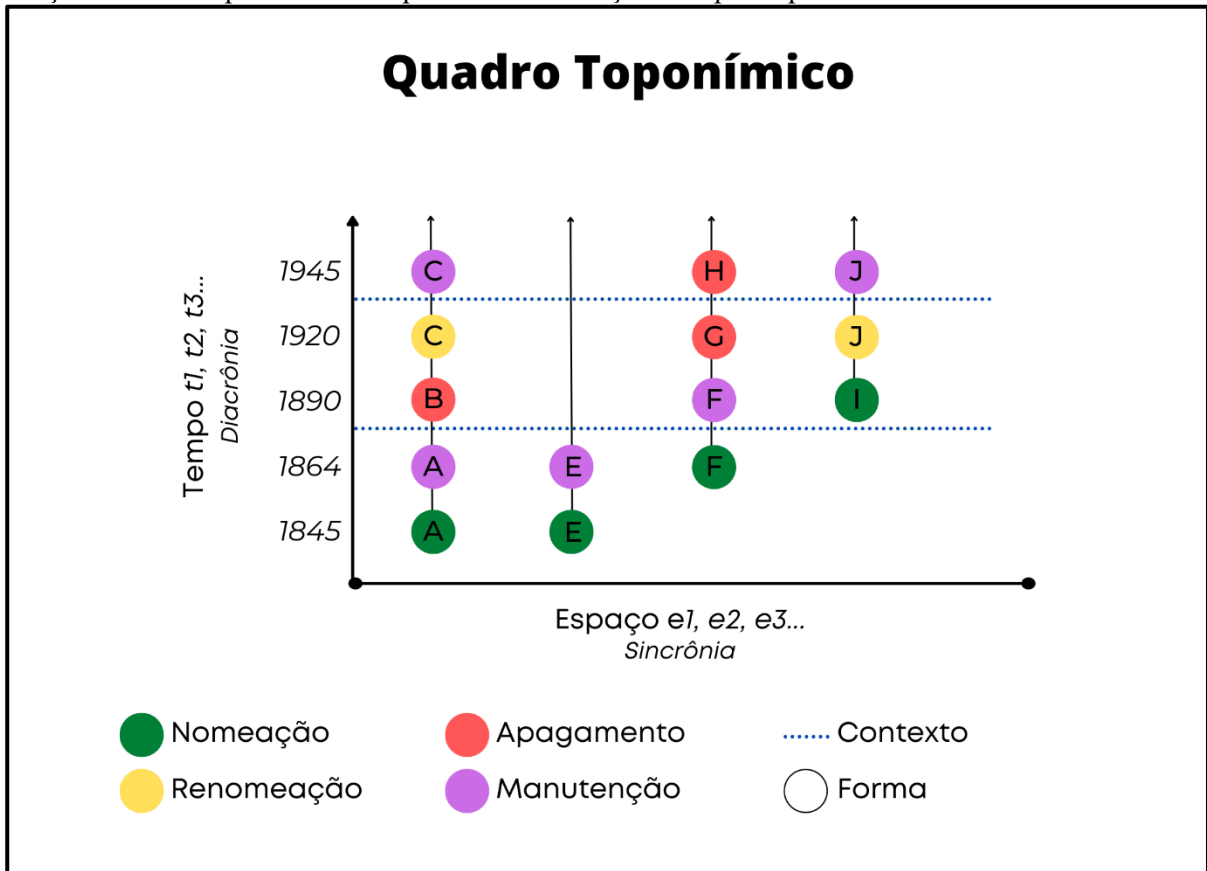
latino-americana, Monte Caseros foi uma batalha realizada nas proximidades de Buenos Aires na Guerra Contra Oribe e Rosas – 1851/1852. A vitória do Brasil, do Uruguai e das províncias de EntreRios e Corrientes marcaram a consolidação da confederação argentina. Para a Monarquia e o Exército Imperial brasileiro, também figurou como um símbolo de vitória e memória. Dessa forma, tanto ao antigo quanto ao novo regime no Brasil (Monarquia e República), Monte Caseros foi símbolo da vitória da nação sobre os inimigos. Sua nomeação, apagamento e renomeação são ações que ocorrem em contextos diferentes, mas ganham conotações e significado distintos quando se observa quando e onde ocorreram.

#### 6.2.1. As partes do quadro: categorias de análise do processo de nomeação

O desafio de representar uma ideia através de grafias e gráficos acompanha a história desde a complexificação dos hábitos do viver em sociedade. Pinturas rupestres, a escrita, as representações espaciais, os modernos meios de localização espacial, todos quebraram, remontam e compartilharam paradigmas de conhecimentos e saberes distintos acumulados pelos grupos humanos ao longo de suas experiências. Essas representações não se excluem em seu modo de fazer e representar uma informação, seja ela espacial ou não. Nesse sentido, quando se propõe a elaboração de um quadro de análise, indispensavelmente se recorre a elementos usados em outras formas de representar as informações como mapas, gráficos e tabelas.

O quadro de análise da nomeação incorpora diferentes elementos discutidos anteriormente na condição de que é a leitura desse todo que possibilita a compreensão completa da forma como em um bairro, uma cidade ou um outro lugar, a memória foi construída a partir de ações concretas de nomeação do espaço. Há nessa interpretação a possibilidade de se identificar um significado por detrás dos nomes escolhidos, ainda que a completa motivação de suas escolhas seja controversa ou não registrada em outros documentos. As figuras abaixo apresentam os elementos do quadro de análise e sua espacialização através de mapas de um local fictício, contemplando três contextos diferentes.

Figura 22 - Esquema da concepção do quadro toponímico, apresentando os nomes de um lugar em relação a um dado período do tempo e sua modificação em épocas posteriores.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro representado na figura acima sintetiza o processo de nomeação de um lugar ao longo do tempo, considerando os nomes atribuídos e alterados (representados pelas letras de A à J), assim como o contexto em que tais modificações ocorreram e que políticas escalares de nomeação foram empregadas. Considerando que os contextos formam períodos distintos ao longo do tempo com base em diferentes fatos e momentos, tal periodização possibilita tanto uma análise sincrônica como diacrônica do processo de nomeação.

Retomando as definições apresentadas no capítulo sobre as **políticas escalares toponímicas (PET)**, elas desempenham, na interpretação do quadro, o papel de compreender as diferentes sucessões e permanências dos nomes e, assim, traduzir a ação de nomeação desempenhada por diferentes agentes na produção do espaço simbólico através dos nomes. Neste sentido, são produzidas junto à construção social de nomear o espaço para produzir distintas narrativas.

O contexto, trabalhado no capítulo da “geografia histórica” das cidades de Petrópolis e Teresópolis, torna-se, em conjunto com as PETs, fundamental para avançar na possibilidade de se interpretar o significado das nomeações realizadas ao longo do tempo nas áreas estudadas.



São os eventos de ruptura e as continuidades que dão sentido às políticas escalares toponímicas empreendidas pelos nomeadores e norteiam como diferentes memórias podem ser articuladas no plano de diferentes lugares.

Por último está a dimensão de ocorrência do processo de nomeação, sua espacialidade, que produz uma diferenciação no espaço a partir tanto da ação de nomear quanto dos nomes em si. Enquanto formas simbólicas, a posição ocupada por um topônimo produz, em conjunto, variadas mensagens que passam a ganhar sentido quando interpretadas com base no contexto e nas ações que as produzem.

Correndo o risco de alongar a reflexão proposta até aqui, tem-se em mente que o quadro toponímico proposto a partir da tríade contextos, formas simbólicas espaciais e políticas escalares toponímicas possui grande confluência enquanto método para interpretar a nomeação do espaço e os significados por este produzidos. Um elemento complementar, mas não menos importante à elaboração dos quadros toponímicos são os mapas baseados nos contextos.

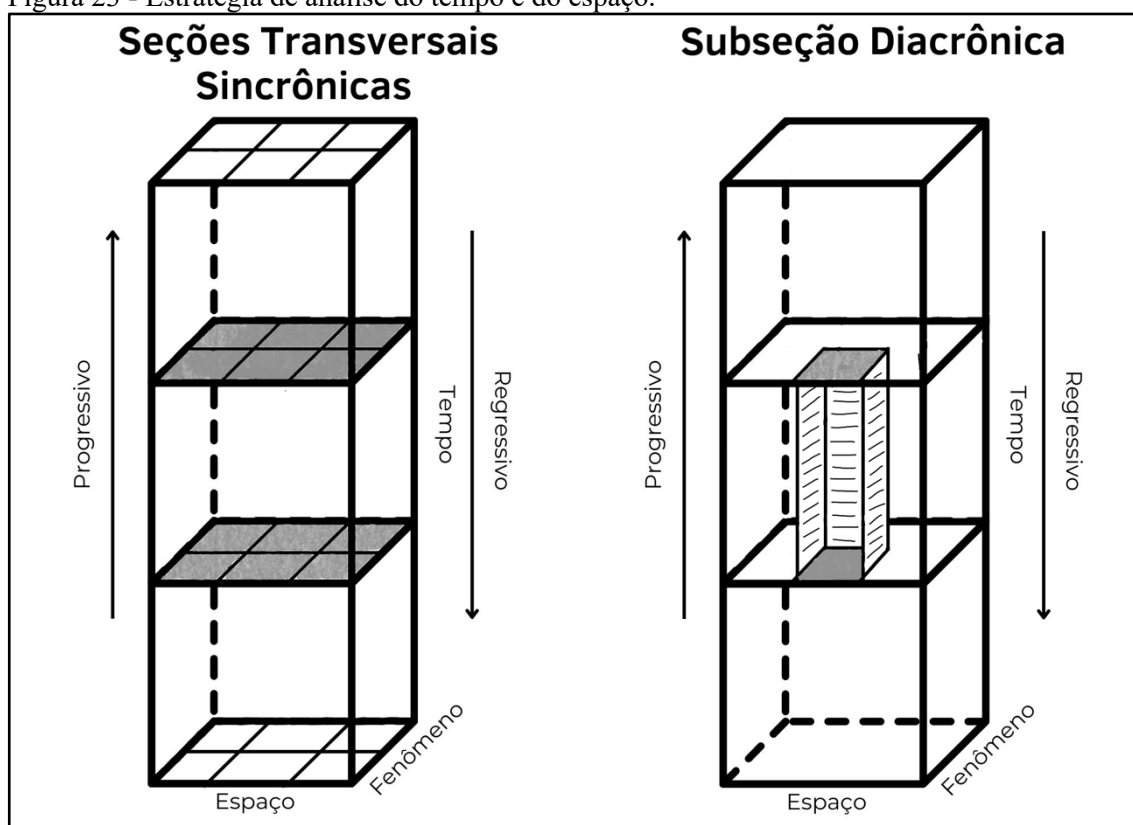
A representação espacial do processo de nomeação atrela o fator “onde” do fenômeno estudado e sua ocorrência na área de estudo. Em seu texto *Organizing time in Historical Geography*, Lawrence Estaville Jr lançou mão da questão de como, no trabalho dos geógrafos, o tempo foi organizado para a análise das relações espaciais. Assim, o autor buscou delinear os pontos fortes e fracos das estratégias utilizadas em diferentes pesquisas, oferecendo diagramas e exemplos para cada uma delas.

As estratégias foram denominadas *temporal cross section* (seção transversal temporal), *synchronic cross sections* (seção transversal sincrônica), *diachronic subsections* (subseções diacrônicas) e *the temporal integrations* (a integração temporal)<sup>46</sup>. Julga-se necessário aprofundar a compreensão da integração temporal a partir das seções sincrônicas e diacrônicas. A figura 23 apresenta o esquema, baseado no elaborado pelo autor, para representar duas delas.

---

<sup>46</sup> Para mais, consultar Estaville Jr., L. E. *Organizing time in Historical Geography*. In: GREEN, D. B. *Historical Geography: A methodological portrayal*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 1991.

Figura 23 - Estratégia de análise do tempo e do espaço.



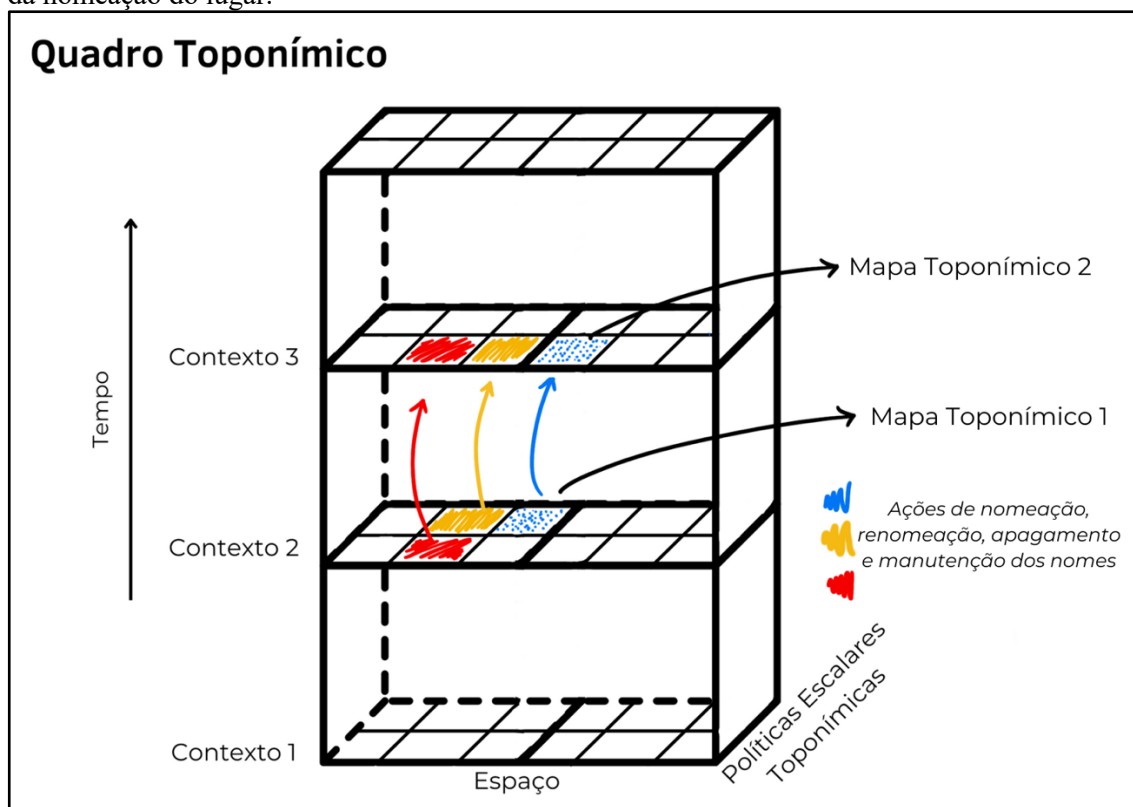
Fonte: Adaptado de Estanville Jr (1991).

As seções sincrônicas são múltiplas extensões singulares de uma seção temporal. Assim, são capazes de mostrar as mudanças de um tempo para outro de forma progressiva ou regressiva. Cabe destacar que este tipo de estratégia possibilita um recorte histórico do espaço, tal como uma série de páginas do tempo, dando visibilidade aos arranjos espaciais dos fenômenos em cada seção (ESTAVILLE JR, 1991). Os mapas toponímicos, propostos a seguir, configuram-se enquanto arquivos temporais, cristalizadores desses arranjos toponímicos em contextos definidos. A figura a seguir exemplifica as seções diacrônicas propostas pelo autor.

O segundo esquema ilustra como as subseções diacrônicas têm a capacidade de isolar as relações espaciais de um fenômeno particular. Essas relações fluem de maneira ininterrupta de um evento para outro momento distinto, através de um longo período (ESTAVILLE JR, 1991). Face a isto, também é denominada de método vertical ou genético. Na proposição adotada pelo quadro toponímico, essa genealogia dos nomes ocorre a cada contexto considerado. Tal qual os nomes, os processos de nomeação do lugar também são identificados e compreendidos face ao contexto que está inserido.

A figura 24 apresenta uma síntese da tríade espaço-tempo-políticas escalares toponímicas nesta pesquisa.

Figura 24 - Imbricamento conceitual entre espaço, tempo e as políticas escalares toponímicas na análise da nomeação do lugar.

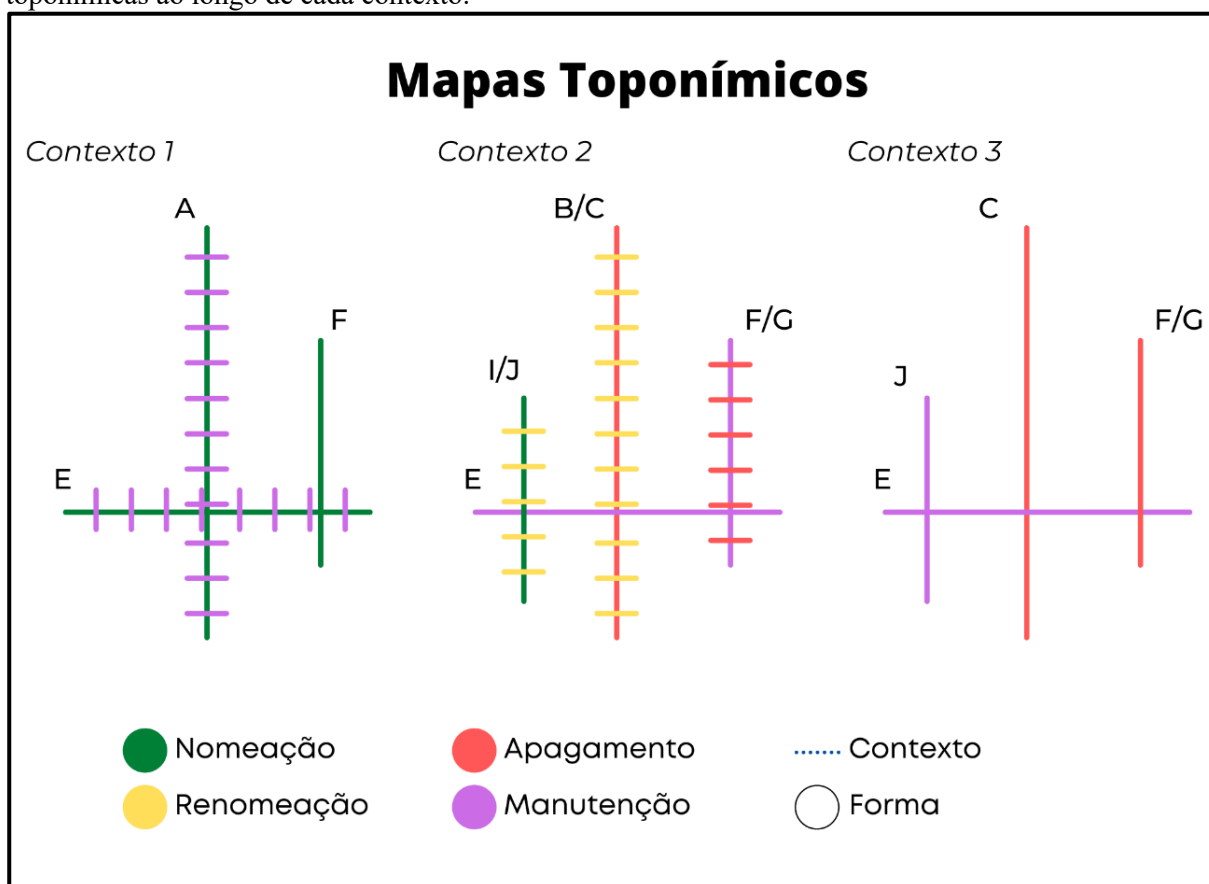


Fonte: Elaborado pelo autor.

O esquema acima organiza tempo e espaço, a partir das ações de implementação ou modificação dos nomes em um determinado lugar. A cada troca de contexto é possível notar como as políticas escalares toponímicas foram implementadas. Essa organização é fruto, como apresentada na **figura 24** de uma compreensão e análise de momentos distintos. Compare-se o momento em questão com seu anterior. Essa transição carrega marcas e arranjos no espaço, aos quais é possível, como em uma árvore genealógica, dissecar e empreender as diferenciações que ocorreram em virtude de processos que podem atuar em cada um dos contextos. Por isso, ao separar esta composição, apresentada na figura 22, tem-se a oportunidade de compreender tanto as construções toponímicas de sua gênese ao longo dos períodos tratados e como elas apresentam-se e se dispõem espacialmente em cada um desses contextos (os mapas toponímicos).

No quesito representação, o quadro toponímico possibilita dialogar com a dimensão espaço e tempo em recortes sincrônicos e diacrônicos. A disposição dos elementos estudados e dos processos que se investiga, assemelham-se à proposição de Estaville Jr. (1991) de método de integração de um recorte sincrônico com subseções diacrônicas. O mapa, antigo aliado da geografia, cumpre a função, neste caso, de indicar “onde” as políticas escalares de nomeação atuaram modificando e mantendo as memórias através dos nomes. O modelo a seguir, na **figura 25**, exemplifica um mapa produzido a partir do quadro toponímico apresentado.

Figura 25 - Concepção dos mapas toponímicos, apresentando a dinâmica das políticas escalares toponímicas ao longo de cada contexto.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Através dos mapas cada contexto é trabalhado como um período em que processos atuaram moldando as formas representadas nestes quadros. No contexto 1, dispõem-se os logradouros iniciais acompanhados dos respectivos nomes. A variável gráfica cor indica a política escalar de nomeação atuante. Em uma perspectiva diacrônica é possível acompanhar a transformação da área estudada a partir da atuação de outros processos, em contexto diferentes e que foram desencadeados por novas formas de nomear o espaço. A cidade, nesse sentido, é materializada pela ótica da produção simbólica do espaço, indissociável dos fatores econômicos, políticos e sociais em escala local e global.

Na proposta delineada até o presente momento, uma lacuna apresentada em grande parte dos estudos da toponímia dentro e fora da geografia foi a motivação central do desenvolvimento desta tese: como dar conta de explicar e compreender o processo de nomeação de um lugar, sem recorrer unicamente a uma descrição linear dos fatos e das sucessivas mudanças de nomes? O quadro toponímico surge como uma possibilidade, face a diferentes caminhos, a preencher esse vazio e ajudar a incorporar a toponímia como um tema e um elemento na chave nos estudos da geografia urbana, histórica e de todos os trabalhos que busquem dar conta da produção do

espaço como peça-chave no estudo das transformações da sociedade. Mas os nomes em si não podem ser abandonados. Tão importante quanto os processos que os produzem e fazem essa grade toponímica ganhar significado, estudar qual nome nasce, se transforma e morre é a parte que une o simbólico a proposta apresentada. Alterar um nome de uma rua, um bairro ou cidade só ganha sentido porque o nome é uma fonte de memória. Como referência, evidencia a ligação entre um grupo e uma ideia, um conjunto de pensamentos e valores que possui importância dentro desses. E por sua vez, intencionalmente é reproduzido e transmitido aos demais membros da sociedade com um propósito – explícito ou implícito. Adiante, são apresentadas as principais fontes de consulta sobre a toponímia das cidades de Petrópolis e de Teresópolis; a abordagem escolhida para utilizar esses nomes e como a partir dele podemos interpretar uma vertente de produção do simbólico e do imaginário sobre essas cidades.

### 6.3.2. A motivação toponímica e a análise dos significados

A abordagem clássica dos estudos toponímicos priorizou em muitos momentos o estudo dos nomes em uma perspectiva classificatória. No Brasil, entre muitos outros autores, destaca-se o trabalho pioneiro de Dick (1990; 1992) com a proposição de uma taxionomia para o estudo dos nomes dos lugares como apresentado anteriormente. Se por um lado estudar o processo de nomeação do lugar é uma peça importante para entender a produção do espaço em um campo simbólico, por outro não se pode abandonar os nomes e as memórias e significados que eles carregam. Aos nomes buscar-se-á uma abordagem de estudar sua história, na medida que outras fontes documentais possibilitem esses registros.

Não há sentido em colocar uma classificação dividida em taxionomia, como realizado em outros trabalhos (SANTOS, 2017; SANTOS et al 2018), uma vez que o foco interpretativo está nas políticas escalares de nomeação e quais nomes elas alteraram ou mantiveram ao longo do tempo. Nessa dinâmica, a história do nome escolhido é que dará sentido a interpretação e ao significado que o nome passa a transmitir. Vejamos um exemplo. Na cidade de Petrópolis a principal avenida da cidade passou de Avenida do Imperador para Avenida 15 de novembro. Na abordagem clássica essa seria a troca de um nome de pessoa para uma data (axipotopônimo para historiotopônimo). Por outro lado, a história de ambos permite identificar que há na realidade a troca do nome do idealizador do projeto de construção de Petrópolis, Dom Pedro II, para a data de Proclamação da República do Brasil que destituiu o referido monarca. Nessa lógica, muito mais do que a troca do nome de uma pessoa para uma data comemorativa, é possível observar a intenção de retirar um símbolo do poder monárquico no Brasil para

substituí-lo pelo evento simbólico da instauração da república. Essa e as demais renomeações ocorreram majoritariamente no centro da cidade de Pedro (Petrópolis).

E quando não houver qualquer registro sobre a origem do nome, seu significado ou ligação história com o período em que se estuda? Nesse caso, recorreremos ao conjunto dos demais nomes e a um contexto mais geral e simplificado para compreender os significados das mudanças. A classificação toponímica, nesse caso, pode ser um dos poucos recursos disponíveis para conseguir identificar a motivação do nome em relação a palavra e não em relação a sua formação socioespacial.

Diante desse rumo no estudo dos nomes, os trabalhos classificatórios e de inventário apresentam seu valor. As inúmeras publicações realizadas por historiadores e outros cientistas sociais sobre as histórias das cidades surgem como uma das grandes fontes de pesquisa para a compreensão da origem de eventos nas cidades. De importâncias semelhantes estão fontes como jornais, revistas e as publicações de atas de câmaras municipais onde apresentam as motivações das intervenções realizadas no espaço da cidade ao longo do tempo.

Ao lado do estudo da história e das memórias dos nomes está uma pergunta cara e importante a geografia: o ‘onde’ importa? A resposta é que o como, o quando e o quê também se fazem necessários a completude da análise. Entram aqui as contribuições sobre o debate da espacialidade, onde dentre alguns pesquisadores pode-se destacar Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa. Compreender onde as transformações nos nomes dos lugares ocorrem e como se conectam com ações empregadas no local e “global” são parte importante para compreender o ato de nomear como movimento da sociedade.

O geógrafo Milton Santos propõe a utilização de quatro categorias de análise do espaço, consideradas dialeticamente, sendo elas a **forma**, a **função**, a **estrutura** e o **processo**. Estas quatro categorias ou resumidamente processo e forma, são as categorias do método geográfico ou da análise do espaço (SANTOS, 2014). Para o autor, as formas são o aspecto visual, referindo-se ao arranjo ordenado de objetos; a função implica uma tarefa aguardada de uma forma, indivíduo ou instituição; a estrutura se refere inter-relação de todas as partes de um todo; o processo, por sua vez, é a ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado, dando a entender continuidade e mudança.

Nesta perspectiva, a proposição oriunda de reflexões a respeito das categorias de análise do espaço visa tornar inteligível a “espacialidade humana como parte integrante das complexas e mutáveis relações entre existência e reprodução social” (Corrêa, 2009, pp. sn). Desta forma, este é o caminho para a construção de uma análise do espaço através do método geográfico, pois “só o uso simultâneo das quatro categorias – estrutura, processo, função e forma – nos

permitirá apreender a totalidade em seu movimento, pois nenhuma dessas categorias existe separadamente” (SANTOS, 2014b [1985], p.77).

Na Geografia Cultural, Corrêa (2009) contribui com a inserção da categoria significado, ao que ele considera como categorias de análise o que chama de processo-forma, derivado da proposição de Milton Santos. Para que “o espaço [...] se torne plenamente inteligível, é necessário introduzir os significados construídos e reconstruídos a seu respeito pelos diversos grupos sociais” (CORRÊA, 2009, p.s/n), formando a tríade processo-forma-significado. Goss (1993) realizou uma importante contribuição ao analisar o espaço do shopping center nos Estados Unidos, a partir da perspectiva processo-forma-significados.

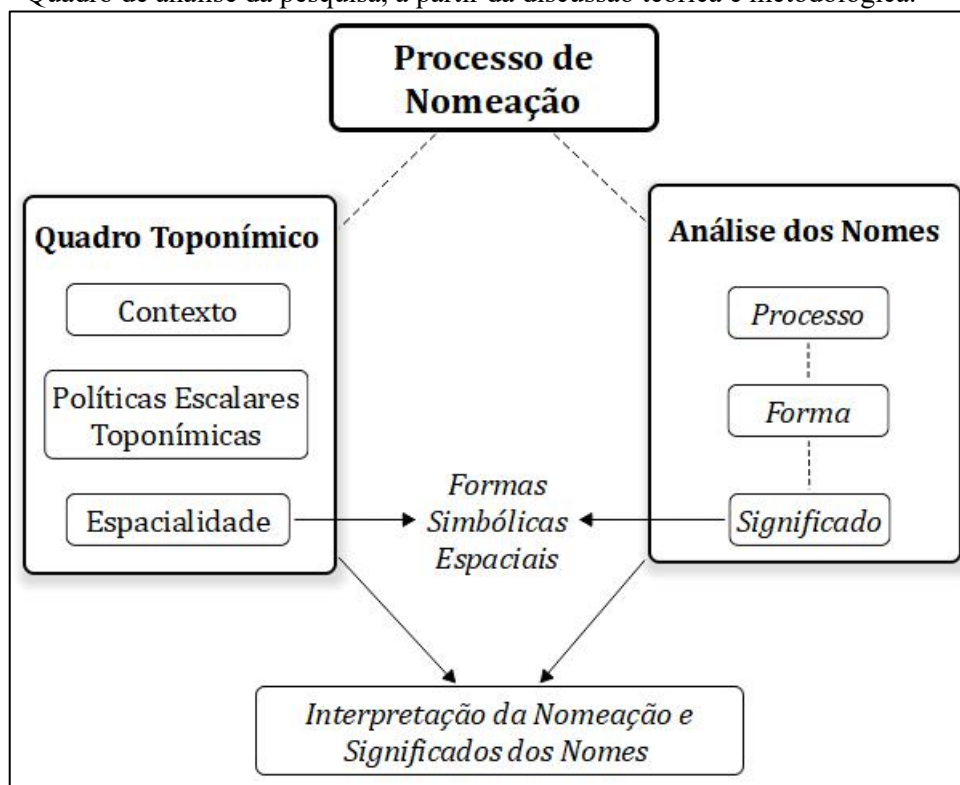
A proposta nesta tese é que a interpretação do quadro toponímico leve a compreensão do espaço considerando a toponímia como um elemento de significação dele. Para tantas outras abordagens, o quadro congrega a proposição ventilada por Roberto Lobato Corrêa ao utilizar das categorias processo-forma-significado para realizar a análise espacial através das categorias do método geográfico. Consideramos a toponímia como forma simbólica espacial, se constituindo em fixos e fluxos (CORREA, 2018), como parte integrante do que Milton Santos definiu como “um conjunto indissociável de sistema de ações e sistemas de objetos”, ou seja, parte do espaço geográfico.

A análise da toponímica como forma simbólica espacial, através das categorias do método geográfico, possibilita compreender sua dinâmica no espaço geográfico. São levados em consideração as formas que estes topônimos estão associados, suas respectivas funções, em um contexto de processos de significação e ressignificação, fundamentado pela estrutura social do momento considerado. A junção da categoria significado, formando a tríade processo-forma-significado, introduz a capacidade de entender como estes são construídos e reconstruídos por diferentes grupos sociais através da toponímia.

Analisando a toponímia como forma simbólica espacial, pode-se pensar que a partir das categorias processo-forma-significado, três etapas serão importantes na construção da dinâmica espacial e das políticas de nomeação de uma área. Ao trabalhar com as categorias forma-função, pode-se elucidar que a forma é o aspecto visual do objeto que o nome identifica. Sua função pode variar: tratando-se de logradouros, o fluxo material (bens e pessoas) seria a principal função. Para a análise de processo-estrutura, o contexto e os agentes seriam os elementos analisados, face a criação e remodelação dos objetos nomeados em diferentes momentos. É fundamental considerar as nomeações a partir de diferentes contextos e diferentes agentes, porque impactam diretamente nos significados e valores atribuídos aos nomes e aos objetos geográficos.

Ao tentar sistematizar a busca da composição do quadro toponímico e sua contribuição para a investigação do estudo dentro da geografia, é possível dar forma a ela a partir do organograma abaixo, **figura 26**.

Figura 26 - Quadro de análise da pesquisa, a partir da discussão teórica e metodológica.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A abordagem proposta neste capítulo discorre por dois caminhos: o quadro toponímico e a análise dos nomes. No quadro estão incorporados os conceitos descritos anteriormente (espacialidade, políticas escalares de nomeação e contexto/periodização), na análise dos nomes são considerados as memórias e histórias por trás dos nomes como as formas e os processos que estabeleceram o nome no espaço, tal os significados estabelecidos.

Ao investigar o processo de nomeação do lugar a análise se faz por dois caminhos complementares: o quadro toponímico e a análise dos nomes dos lugares. Deste modo, a interpretação é dependente dessas duas conjunturas. O quadro, em sua disposição, incorpora as categorias de análise e métodos descritos anteriormente e a análise da história dos nomes; para então possibilitar a interpretação da construção da grade toponímica de um lugar que, em última instância, é parte da produção simbólica do espaço.

Se retomamos as questões a serem respondidas nesta pesquisa, nota-se que a análise dos significados contribui para compreendermos a dinâmica toponímica estabelecida através das significações e ressignificações do espaço através dos nomes geográficos, em períodos



distintos. Outra questão cerne desta abordagem é o processo de caracterização dos significados e memórias associados a porções diferentes do espaço, na construção de políticas de nomeação.

No capítulo a seguir teremos a utilização do quadro toponímico e do estudo da história dos nomes para poder compreender o processo de nomeação ocorrido nas cidades de Petrópolis e Teresópolis. Sem a pretensão de ser um estudo comparativo, como já mencionado, mas com a intenção de olhar como em contextos similares políticas escalares de nomeação são implementadas e espacialidades são criadas mesmo que os nomes presentes nesses casos sejam distintos.

## 7 RESULTADOS E ANÁLISES SOBRE AS POLÍTICAS ESCALARES TOPONÍMICAS

O capítulo em questão trata da análise do processo de nomeação das cidades de Petrópolis e Teresópolis, tomando como ponto de partida a metodologia proposta. O quadro toponímico será apresentado para cada uma das áreas estudadas, considerando os aspectos dos contextos estudados, as políticas escalares toponímicas, a interpretação dos significados com base nos nomes e a espacialidade desse fenômeno a partir dos mapas produzidos.

Retomando as questões e os objetivos desta pesquisa, os resultados e discussões a seguir contemplam 3 de 4 deles, sendo eles:

- *Como diferentes contextos locais e globais afetam a nomeação do espaço urbano das cidades de Petrópolis e Teresópolis?*
- *Quais significados e espacialidades foram produzidas pelas políticas escalares toponímicas implementadas nas cidades de Petrópolis e Teresópolis?*
- *De que forma o contexto, as ações de nomeação e a espacialidade possibilitam interpretar a produção de diferentes significações no espaço através da dinâmica dos nomes?*

Tanto Petrópolis como Teresópolis apresentaram diferentes modificações ao longo de sua história. Surgidas como cidades (no caso da primeira) ou como pequeno arrabalde (a segunda), a expansão de seus logradouros para abrigar cada vez mais pessoas foi um processo que se deu durante todo o século XIX e XX. Com o surgimento de novos logradouros, novos nomes passaram a designar essas feições. Essa ação de nomear ocorreu em contextos distintos, mas que guardam semelhanças e diferenças entre as áreas de estudo. Ainda que não seja um estudo comparativo, busca-se entender que o processo de nomear produz diferentes significados, ainda que compartilhe de uma mesma matriz impulsionadora. Em sua concepção, revela a face mais sutil das narrativas que se constroem a partir da ação dos grupos sociais.

As tabelas 10 e 11 sintetizam a quantidade de nomes de logradouros encontrados em cada contexto e o acumulado até as datas apresentadas.

Tabela 10 - Número de logradouros em Petrópolis com nomes associados.

<b>Período</b>	<b>Contexto 1</b>		<b>Contexto 2</b>		<b>Contexto 3</b>	
	1846	1861	1909	1920	1940/45	1949/50
<b>Registros</b>	20	7	17	61	12	103
<b>Acumulado</b>	20	27	44	44	117	220

Fonte. Elaboração própria.

Tabela 11 - Número de logradouros em Teresópolis com nomes associados.

<b>Período</b>	<b>Contexto 1</b>		<b>Contexto 2</b>		<b>Contexto 3</b>	
	1854/55	1896	1926	1938	1951	
<b>Registros</b>	16	32	8	67	65	
<b>Acumulado</b>	16	48	56	123	188	

Fonte. Elaboração própria.

As cidades modificam-se ao longo do tempo a partir de diferentes processos. As mudanças nas bases produtivas dos países, os fluxos migratórios, questões socioambientais e mesmo a instauração de uma nova ordem política podem ser elementos impactantes na forma e no conteúdo desse espaço de reprodução da vida humana. Em parte, ao menos no que se pode chamar de paisagem textual, as duas tabelas acima apresentam indícios de mudanças ocorridas em Petrópolis e Teresópolis ao longo de aproximadamente 100 anos de existência.

Observando a quantidade de nomes encontrados em cada documento cartográfico e o acumulado com o passar dos anos, nota-se que ambas as cidades registraram um período de crescimento do número de nomeação a partir das primeiras da década de 1920. Quando retomamos o cenário deste período, compreendemos que o aparecimento de diferentes indústrias e a migração de mão de obra para a região foram fatores determinantes para o surgimento de novos logradouros, consequência da necessidade de novas habitações a operários e setores da classe média que se deslocaram junto com os empreendimentos.

Entre os anos de 1846 e 1909 os registros cartográficos e documentais apontam que Petrópolis aproximadamente dobrou a quantidade de logradouros nomeados na cidade (de 20 para 44). Em menos de 1 década, a quantidade de registros dobrou entre 1909 e 1920, atingindo 105 logradouros nomeados; e dobraria outra vez até 1950, chegando ao patamar de 220 logradouros nomeados. Sem dúvida, foram os contextos mais intensos de transformação no espaço urbano no que se refere ao material e ao simbólico. Entre essas adições de vias e espaços públicos ocorreram distintas nomeações, renomeações e apagamentos.

A cidade de Teresópolis foi igualmente impactada pelos acontecimentos que marcaram a transição século XIX para o século XX no Brasil. Inicialmente como 16 logradouros nomeados em material cartográfico disponível, foi possível observar que esse número dobraria próximo ao fim do século XIX - já no segundo contexto analisado - e dobraria novamente a partir da década de 1930. Mesmo sem o peso da indústria em sua economia, como ocorreu com

Petrópolis, a cidade de Teresópolis acompanhou o “boom” populacional promovido pela chegada de migrantes nacionais e internacionais que buscaram melhores condições de trabalho e novos ares para moradia.

Os primeiros números apresentados servem para indicar que houve um período de maior surgimento de topônimos nessas cidades, o que se traduz em uma intensificação das políticas escalares toponímicas no espaço. Estas políticas escalares seguiram lógicas distintas, mas que de modo geral, condizem com as trocas de contextos identificados e com a manutenção de um pensamento sobre qual memórias estariam presentes no espaço para contar uma narrativa sobre essas cidades.

O crescimento do número de novos topônimos baseia-se, em parte, pelo surgimento de novas feições com novos nomes que as batizaram; da mesma forma, os logradouros presentes e remanescentes de outras épocas, muitas vezes conseguiram a manutenção de seu nome - identificando como essas memórias passadas ainda encontram respaldo no presente - ao passo que, muitos outros não resistiram as novas formas de se conceber o espaço simbólico desses lugares. Por isso, o quadro de análise toponímico é um elemento importante ao possibilitar estudar, em conjunto com outros fatores, o porquê da mudança de alguns nomes e a manutenção de outros, fato que o mero quantitativo de nomes não é capaz de subsidiar. Desta forma, são apresentados a seguir os quadros toponímicos das áreas de estudo.

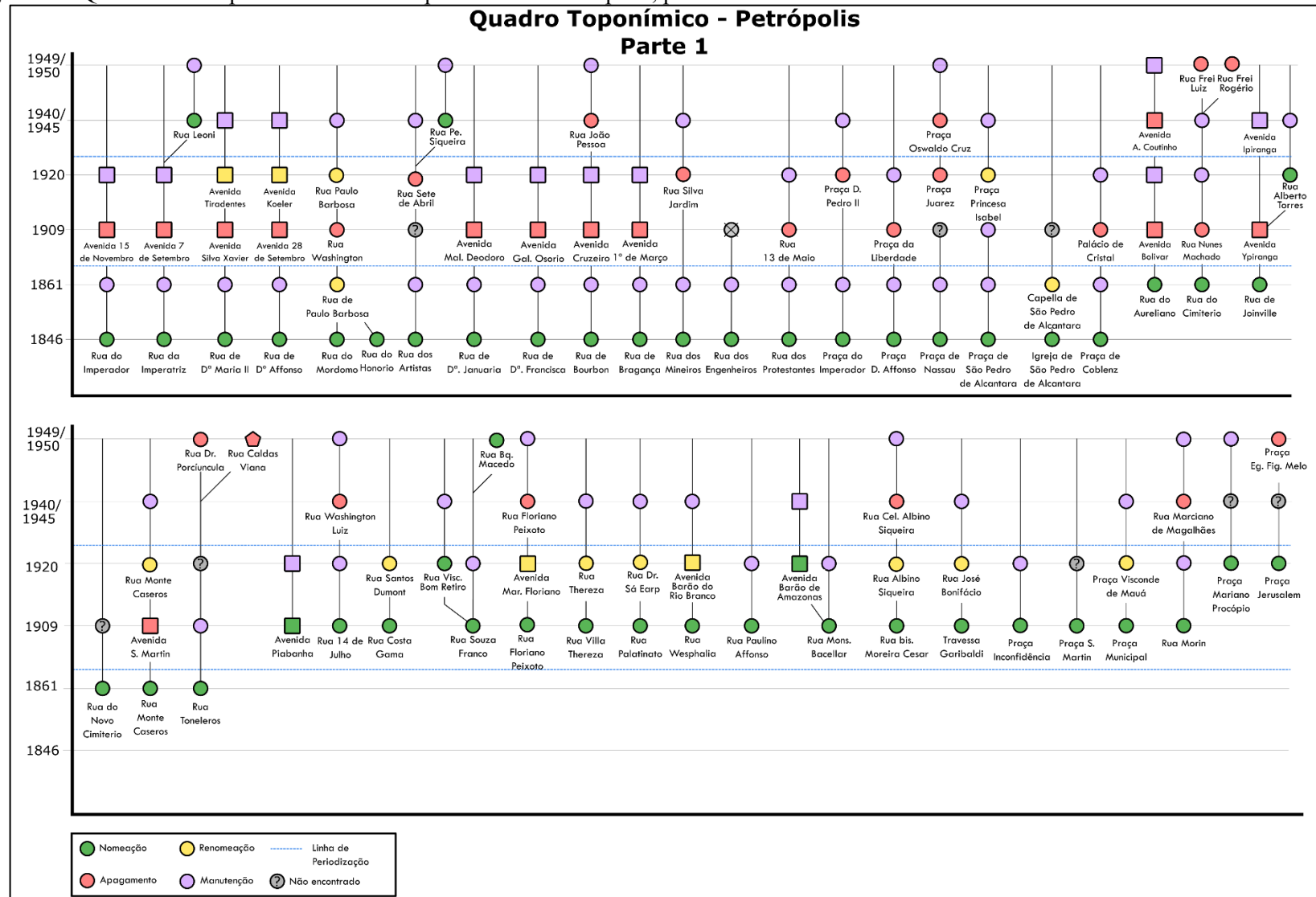
## **7.1 Apresentação dos quadros toponímicos**

Os quadros toponímicos têm como objetivo dispor as modificações dos nomes uma área com base em uma perspectiva das sucessões (diacronia) e das coexistências (sincronia) no espaço. Sua forma possibilita observar quais nomes surgiram na área de estudo, em que momento e através de quais políticas escalares de nomeação do espaço. Assim, a integração entre tempo, espaço e processos ocorre por essa (geo)grafia para subsidiar a interpretação sobre a nomeação do espaço em um determinado contexto.

### **7.1.1 A cidade de Petrópolis**

O primeiro quadro apresentado é sobre a cidade de Petrópolis, em área que corresponde ao 1º distrito entre 1846 e 1950. Após as figuras 27 e 28 serão analisados os contextos, as políticas escalares toponímicas, os nomes e quantidades de logradouros, para se interpretar como a narrativa sobre esse espaço foi construída a partir dos nomes dos lugares.

Figura 27 - Quadro com as políticas escalares toponímicas de Petrópolis, parte 1.



Fonte: Elaborado pelo autor.



O primeiro contexto representado no quadro toponímico marca a fundação da cidade de Petrópolis, em 1846, até o fim do Brasil Império em 1889. No capítulo 5 diferentes questões foram aprofundadas sobre a fundação da cidade e como o Brasil viveu neste momento políticas distintas nos campos econômico e social, mas que se respaldaram na ideia da migração europeia como um modelo de sociedade a ser alcançado.

A escalada da construção de uma colônia agrícola, centrada no Palácio de Verão do Imperador, foi o primeiro passo do ideário social de se fundar ao longo do Brasil inúmeros núcleos com esse caráter. Economicamente a ascensão do setor industrial têxtil em Petrópolis, apoiada e financiada pelo Estado, foi o braço econômico para sustentar a chegada de novos migrantes, alternativa viável para superar o fracasso da implementação das colônias agrícolas.

O período em questão pode ser compreendido como um **período denso**, pois representa grandes transformação que irão desembocar em um **evento de ruptura** importante para a história do Brasil e que se reflete no âmbito da cidade de Petrópolis. Esse evento é a Proclamação da República em 1889.

Ao observamos as políticas escalares de nomeação neste primeiro contexto, nota-se que o conjunto de nomes designados em 1846 permaneceu quase inalterado até 1889. A nomeação foi a principal política escalar, marcando o surgimento da cidade planejada a partir do decreto n. 1555 e que criou aproximadamente 20 logradouros nomeados.

A maioria dos nomes nas primeiras ruas entre 1846 e 1861 menciona pessoas ligadas a imagem da Monarquia. A praça Koblenz leva nome de cidade alemã na confluência de dois rios, o Mosela e o Reno, e há referência a profissões diretamente envolvidas na construção da cidade: engenheiros, mineiros e a artistas.

Em uma perspectiva sincrônica, no primeiro contexto há uma narrativa entorno do regime monárquico buscando na cidade de Petrópolis a consolidação do imaginário de ares europeus. A presença de nomes ligados ao cenário político e social do Brasil Império é marcante, constando o Imperador (D. Pedro II), a Imperatriz (Tereza Cristina), demais familiares e membros da Corte. Essa coexistência é um dos alicerces simbólicos para a construção da narrativa da chamada “Cidade Imperial”.

O **segundo contexto**, inaugurado com a Proclamação da República em 1889, é marcado por profundas mudanças nos nomes dos logradouros da cidade em um duplo movimento de renomeação e ressignificação das memórias através da toponímia urbana. Assim, as políticas escalares de apagamento e renomeação foram processos presentes neste período.

Entre 1889 e 1930 o Brasil viveu o período conhecido pela historiografia como República Velha. A Província do Rio de Janeiro, enquanto palco que abrigou uma série de

eventos, foi impactada pelas transformações econômicas (os surtos industriais), pela chegada de novos migrantes e pela ruptura da política do café com leite em 1930 com o golpe de Estado proferido por Getúlio Vargas.

Entre o evento de ruptura, no ano de 1889, e o mapa de 1909, observa-se que os nomes ligados a imagem do Brasil Império foram apagados da toponímia urbana da cidade. Em seu lugar, a homenagem a políticos, militares (as vezes com a dupla função) e outros personagens que demonstraram total apoio a República ganharam espaço na paisagem textual da cidade. Notadamente aqueles que se rebelaram contra o domínio ibérico na América também passaram a fazer parte desta memória, sendo exemplo Bolívar (referência a Simón Bolívar) e San Martín - ambos preconizaram o movimento de libertação da América Espanhola frente ao domínio da Espanha.

A ata da Câmara Municipal de Petrópolis, em 5 de dezembro de 1889, relata que o presidente da referida casa apresentou uma relação de nomes pelos quais têm de ser substituído os das ruas e praças da cidade. Submetida ao governador do Estado, declara a relação de 17 logradouros públicos aos quais os nomes seriam alterados. Essa relação diverge em 2 nomes em relação aos mapas apresentados para o período, mas que são apresentados no quadro toponímico com asterisco para diferenciação. Ao demonstrar apoio, o Governo do Estado retribuiu tal gesto com “o auxílio de 10:000\$000 de réis para o cemitério, Palácio de Cristal e a substituição dos nomes atuais das ruas” (PETRÓPOLIS, 1889, p. 1296).

Dentro do mesmo contexto, o mapa de 1920 representa uma grande ação de nomeação de logradouros na cidade, ocorrida no intervalo 1909-20. Neste período, a política escalar de nomeação continuou a privilegiar na memória da toponímia urbana nomes ligados a política republicana. Para além da manutenção dos nomes previamente citados, alterados na passagem de 1889, nota-se que a adoção da política de nomeação é reflexo de uma expansão do tecido da cidade.

O quadro toponímico no revela aproximadamente 20 apagamentos de nomes entre os dois primeiros contextos. Chamam atenção as trocas de nomes de logradouros como a Rua do Imperador (que passa a ser chamada de Avenida 15 de Novembro), a Rua da Imperatriz (a nova Avenida 7 de Setembro) e a Rua Dom Affonso (para 28 de setembro, data da Lei do Sexagenários). Estas datas marcam eventos importantes aos defensores do pensamento republicano até o momento de ruptura com o antigo regime. A 15 de Novembro está ligada ao dia da proclamação, a 7 de setembro para a Independência do Brasil - um evento de ruptura e de criação do território nacional e, por último, a 28 de setembro para a lei de libertação do escravizados com mais de 60 anos - ideal defendido por parte dos republicanos.



A **terceira** e última periodização traz o contexto que foi inaugurado a partir do golpe de estado proferido em 1930 e que inaugura o governo de Getúlio Vargas no Brasil. Ele é marcado, notadamente, por pequenas apagamentos e renomeações nos logradouros criados nos períodos passados. A grande expansão de logradouros, acompanhada pela expansão da cidade, está em um contexto do incremento acentuado da produção industrial. No capítulo 5.3.2 discutiu-se como a industrialização foi acentuada, parte por condições físico-geográficas da cidade, parte pela política nacional-desenvolvimentista implementada na Era Vargas.

Aqui vale ressaltar o papel do Museu Imperial na manutenção e resgate de uma dada memória sobre a cidade. Construído com incentivo do Governo Federal, a instituição passou a ser o pilar da imagem que se buscou, por décadas, construir sobre a Cidade Imperial. O “esquecimento” de outras narrativas foi parte, promovido pela preservação de um só lado da história. Com a revogação da Lei do Banimento, em 1920, a escalada pela retomada da memória imperial acentuou-se com o Governo Vargas, a partir de 1930. É o que aponta Alessandra B. F. FRAGUAS ao mencionar que no contexto:

há uma confluência de interesses políticos e historiográficos. Por um lado, ainda que desde os primeiros momentos da República houvesse vozes defendendo as políticas de preservação da memória do período imperial, como as que lutaram pela revogação da Lei do Banimento, percebemos que a política cultural implementada durante o primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) favoreceu e coadunou-se com a revitalização da memória do Império, personificado na figura de d. Pedro II. (FRAGUAS, 2019, p. 45-46)

Com mais de 115 novos nomes atribuídos a logradouros, o repertório de homenageados passou a contar com nomes de países, cidades, políticos estrangeiros e locais, além de figuras históricas mais recentes. Essa política escalar de nomeação contemplou uma vasta quantidade de nomes, incluindo alguns polêmicos a época. Em reportagem do *Jornal de Petrópolis*, em 22 de fevereiro de 1942, a manchete assinada por Venancio F. Neiva faz um “Apelo ao sr. Prefeito sobre nomes de ruas”, sugerindo ao fim a alteração de pelo menos 10 logradouros para nomes em “homenagem a nações amigas, a Estados nossos, a nossas tradições religiosas e às nossas instituições políticas” (NEIVA, 1942, s.p.). Os nomes aos quais o autor referia-se para uma renomeação são aqueles que faziam menção aos países do eixo envolvidos na Segunda Guerra Mundial - Japão, Itália e Alemanha - somados a alguns nomes oriundos da colonização alemã da cidade (Bingen, por Milton; Darmstadt por Victor Meireles; Ingelheim por Julio de Castilhos; Itália por João Alfredo; Woerstadt por João Pinheiro). Fazem parte da lista as ruas do Riachuelo (para Paraguai), Washington Luis (para Washington, presidente dos EUA), Montecaseros (para São Paulo) e Alemanha (para Juarez, presidente do México).

As modificações sugeridas e justificadas por Neiva não se concretizaram, a exceção da

Rua Alemanha que virou Rua Pedras Brancas, pelo menos até os anos 1950. O quadro toponímico elaborado para Petrópolis apresenta que as políticas escalares de nomeação durante o terceiro contexto valorizam um conjunto distinto de memórias, sem retornar a símbolos que remetessem ao passado da cidade. Outros símbolos foram importantes para a manutenção da imagem da “Cidade Imperial”, mas os nomes destoaram por algumas décadas do que monumentos e construções históricas continuavam a denotar principalmente na área mais antiga de ocupação. A questão do “onde” passa a ganhar mais peso em virtude da dimensão física que a cidade passa a ganhar e novas intervenções passam a ganhar mais destaque.

A composição do quadro toponímico para a primeira área de estudo identificou um conjunto de mensagens alinhadas com o contexto político-social em diferentes escalas. As sucessões e coexistências na toponímia urbana de Petrópolis possuíam estreita relação com o movimento realizado pelos diversos atores que marcaram suas épocas, mas notadamente imprimiram na paisagem da cidade as memórias pertencentes a diferentes narrativas.

A primeira delas, observando os nomes ligados a família imperial e a chegada de colonos alemães a cidade apresenta a faceta que constrói a imagem da “Cidade Imperial” desde seus primórdios. O caráter segregacionista do planejamento da cidade, onde os diferentes bairros comportariam diferentes grupos sociais, releva que os primeiros nomes da cidade - concentrados no bairro onde residiria o imperador e demais membros da corte ou próximo a ela - homenageiam os próprios futuros residentes daquele espaço. Outras formas simbólicas espaciais como monumentos, igrejas e palácios corroboram a toponímia urbana na exaltação da família real como o núcleo social de toda a *polis*.

A república rompe, em parte, com a nascente narrativa da monarquia. Não podendo desfazer-se das formas simbólicas espaciais que constituíram em fixos do patrimônio material da cidade (como o palácio, a catedral e outros), foram os nomes os primeiros a sofrerem o apagamento das memórias que carregavam. A cidade se constituiu em um conjunto de mensagens trocadas, estabelecendo contradições no campo do simbólico e do discurso. Os monumentos, as praças e as igrejas corroboravam uma narrativa de valorização da monarquia e os nomes passaram a subverter essa lógica, mantendo uma coerência com os valores dos grupos políticos à época. A narrativa de uma paisagem textual da cidade, deu-se em valorização da república, do liberalismo e na nascente elite agroindustrial.

O rompimento da República do Café-com-Leite para o início da Era Vargas, marcada no campo político pela instauração de um regime autoritário no campo econômico pelo crescimento da indústria nacional, não rompeu a lógica de valorização dos valores republicanos. Ao contrário, a chegada de migrantes e o rápido crescimento populacional motivaram uma

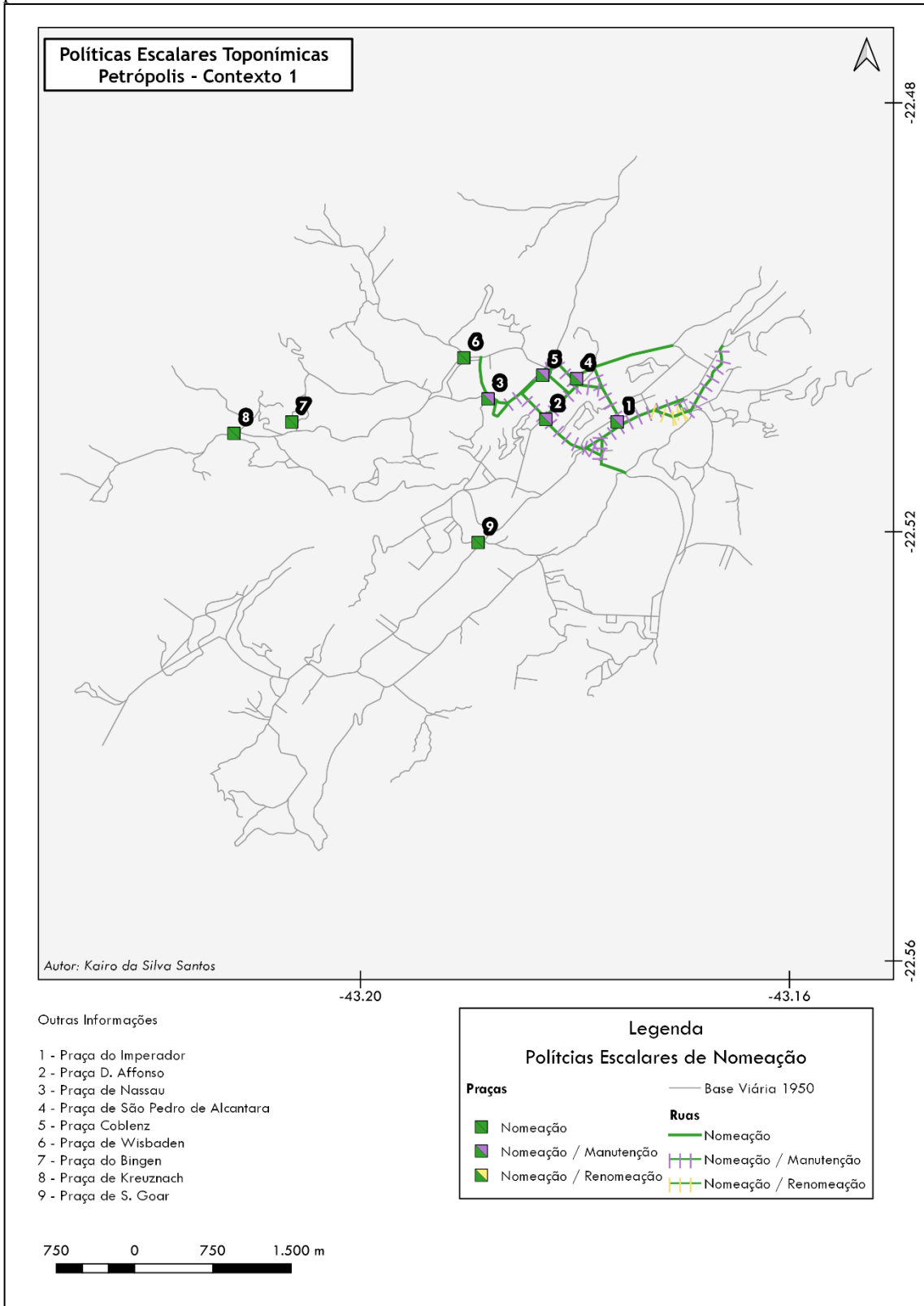
política escalar de nomeação para além do sítio original da cidade. Essa lógica homenageou diferentes pessoas do cenário política, segmentando a cidade em diferentes *clusters* de memória e significados. A diferenciação, neste caso, intensificou-se de forma espacial, corroborando a importante dimensão espacial dos nomes e seu papel na construção de narrativas espaciais.

### 7.1.2 As políticas escalares de nomeação e a espacialidade em Petrópolis

Anteriormente, mostrou-se como a sucessão e a coexistência da toponímia urbana regimentou diferentes construções sobre a memória e os valores disseminados na paisagem textual da cidade. O quadro toponímico focou a ocorrência das políticas escalares toponímicas dentro de três contextos, assim como possibilitou identificar quais nomes foram afetados por essas ações. Por outro lado, perdeu-se a dimensão da localização e, indo além, da possibilidade de identificar as espacialidades criadas a partir da intervenção nesses lugares.

Nesse sentido, para cada contexto elaborado foi criado um mapa temático que identifica as políticas escalares toponímicas e suas mudanças estabelecidas. Com a leitura destes documentos, busca-se compreender a questão da “posição” das transformações efetuadas.

Figura 29 - Mapa da cidade de Petrópolis, representando as políticas escalares toponímicas durante o primeiro contexto.



Fonte: Elaborado pelo autor.

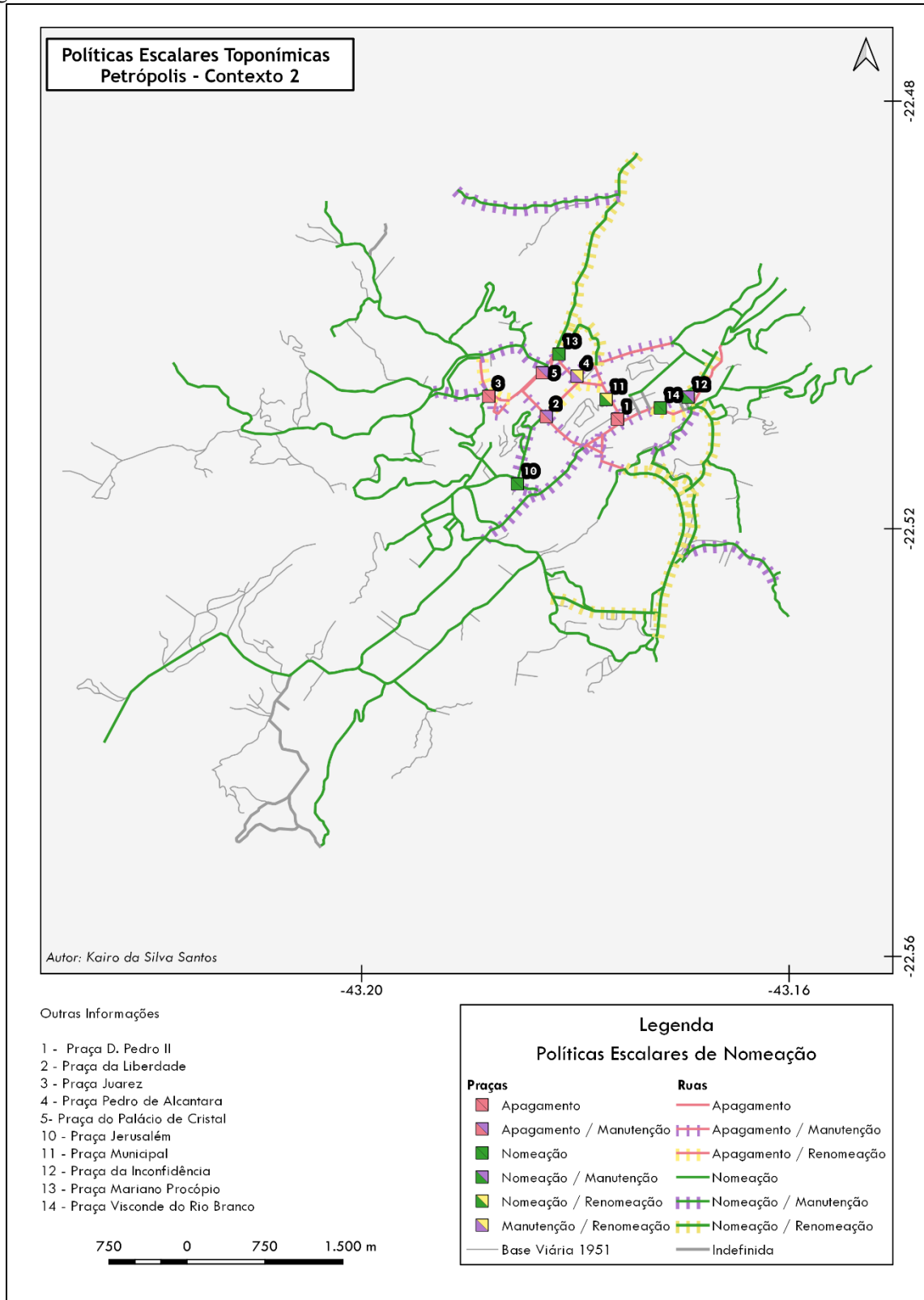
O mapa acima, na figura 29, inaugura o primeiro contexto, caracterizado pela nomeação e a manutenção dos nomes escolhidos. As nomeações são marcadas em linha verde no mapa, e estão localizadas na área correspondente ao quarteirão Vila Imperial na Planta de Petrópolis 1848 e na planta de Taunay de 1864. Nessas áreas a presença dos nomes dos logradouros foi massiva nos documentos cartográficos, o que corrobora para a identificar a presença de uma ocupação maior nesta localidade, servida por serviços. Ainda neste mesmo mapa, outros quarteirões, segundo a lógica do parcelamento do terreno, não possuíam nomes de arruamentos nem no que foi previsto nem no que foi mapeado posteriormente.

Confrontando os dados levantados nos mapas com o trabalho de Zanatta ao apresentar alguns nomes e suas datas, a área central traz a ideia de uma paisagem textual personificada nos membros da monarquia. Por outro lado, o nome de diferentes praças destoa dessa lógica. Veremos mais a frente que a maioria delas não será mais identificada em mapas posteriores, o que sugere uma proposição não realizada. Os destaques ficam para as praças com nome ligados a colonização alemã como Coblenz, Wisbaden, Bingen e Kreuznach. A mistura entre o ideário da colonização alemã com o comando político imperial, produziu em certa medida, a imagem da Cidade Imperial com raízes europeias.

Seja nos nomes das ruas ou das praças, os logradouros próximos ao eixo de confluência dos rios Quitandinha e Palatino, e depois Piabanha, estão nas proximidades do centro de poder, personificados através do nome de figuras vivas. Assim, a cidade é a monarquia imperial e essa divisão ocorre de forma clara a partir dos nomes e suas atribuições pelos quarteirões. Dona Maria, Dom Afonso e o Imperador estão localizados ao lado dos edifícios e monumentos daqueles que exercem a influência política e econômica, não só na cidade, mas em um amplo espectro regional e nacional.

Assim sendo, o primeiro mapa que exhibe a espacialização do contexto 1, ainda que com poucos nomes registrados, apresenta uma forma de se estruturar esta grade toponímica (cf. Claval, 2014, p. 25-34) que não se faz de forma aleatória, mas engendrada em uma lógica de comunicar uma mensagem através do significado que este conjunto de nomes, juntos, aliados aos nomes escolhidos, produz. Na figura 30, tem-se o mapa do segundo contexto e o emprego das políticas escalares de nomeação na cidade de Petrópolis.

Figura 30 - Mapa da cidade de Petrópolis, representando as políticas escalares toponímicas durante o segundo contexto.



Fonte: Elaborado pelo autor.

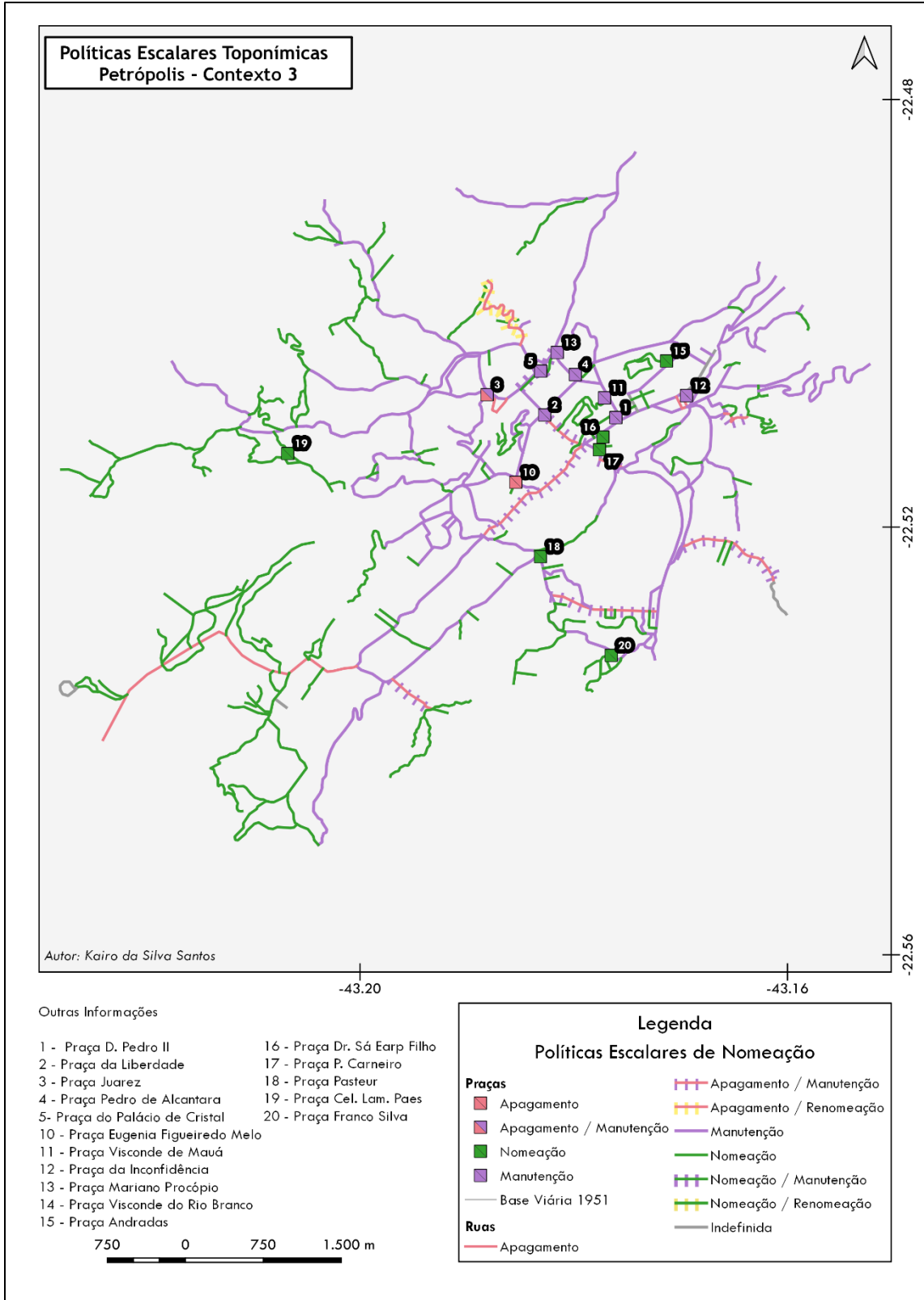
O segundo contexto apresenta uma série de transformações nos logradouros criados anteriormente e principalmente naqueles que estão localizados no sítio de criação da cidade. Contemplando as praças de número 1, 2, 3 e 5, além dos logradouros dentro deste perímetro, nota-se que as políticas escalares toponímicas de apagamento foram as dominantes.

Como visto no quadro toponímico, os nomes ligados as figuras do império e localizados no entorno do centro político e econômico da cidade foram apagados, ressignificando as memórias preservadas. Uma série de nomeações foram realizadas em outras partes, apontando para uma expansão da cidade. Esses novos nomes já carregavam em si a memória de datas e pessoas públicas ligadas ao ambiente político.

Com o surgimento de um novo contexto político e econômico, atrelado a ascensão de novos grupos ao poder, notou-se uma modificação na paisagem textual da cidade. Uma série de formas como monumentos e prédios históricos continuaram, uma vez que sua retirada passaria por diversas implicações. Os nomes, mais mutáveis e sensíveis as oscilações sociais, foram os primeiros a serem trocados em um local específico. Isso aponta para a criação de um novo conjunto de valores a serem transmitidos pelos nomes em seu centro histórico.

Os registros apresentados no quadro toponímico da cidade corroboram para esta análise, uma vez que foram verificadas as trocas de nomes específicos em locais de grande circulação de pessoas na cidade.

Figura 31 - Mapa da cidade de Petrópolis, representando as políticas escalares toponímicas durante o terceiro contexto.



Fonte: Elaborado pelo autor.



O terceiro, e último contexto apresentado na figura 31, traduz a manutenção das memórias que, inicialmente, foram instituídas na toponímia urbana a partir de 1889, e que permanecem até 1950. O que chama atenção da diferenciação espacial, neste caso, é que a maior parte dos logradouros na área central da cidade, tanto as ruas como as praças, tiveram a manutenção da sua nomenclatura. A identificação deste processo de manutenção apresenta, por um lado, que mesmo com as rupturas estabelecidas em âmbito nacional a partir de 1930, pouco deste espaço foi alterado. Por outro lado, o que mais chamou atenção foram as escolhas para as nomeações, marcadas por ampla diversidade dentro das datas e personagens homenageados.

Sobre as alterações, um pequeno número é observado no entorno da área central. São logradouros com grande importância na circulação da cidade e que passaram a nomear figuras políticas importantes da história recente do Brasil, assim como alguns poucos vinculados às forças armadas em geral. Nas praças, a mesma lógica foi implementada.

Ainda que se note um terceiro contexto, ele não foi impulsionador de uma nova ruptura nos nomes escolhidos até então. Por outro lado, a forma de se escolher os nomes que perpetuam a memória no espaço mudou. E através das políticas escalares toponímicas e da elaboração do quadro toponímico que se embasa esta análise.

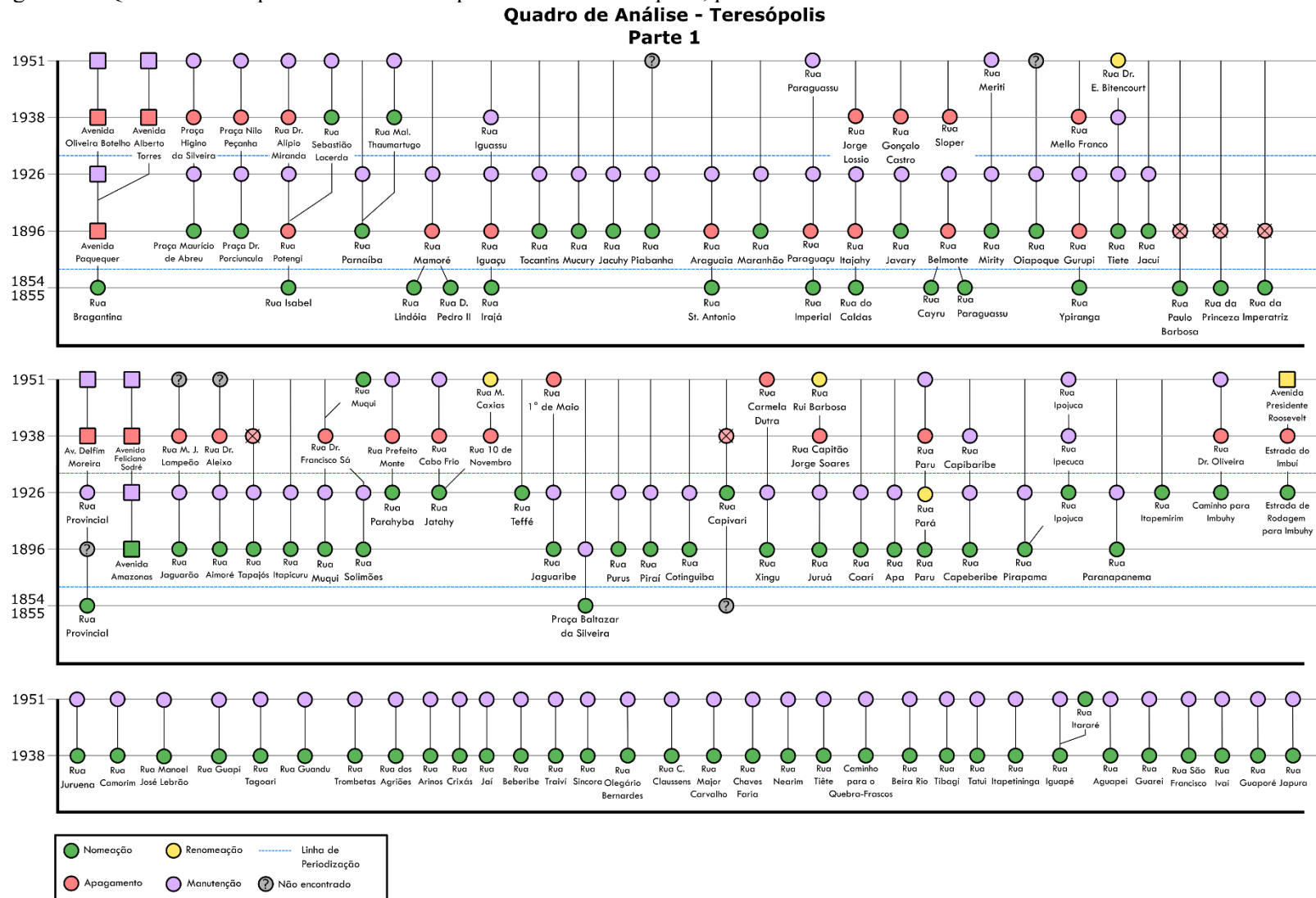
No contexto de Petrópolis, os novos logradouros abertos e/ou nomeados, encontraram-se longe do centro político e econômico da cidade. São áreas, neste período, destinadas à moradia de operários e outros profissionais liberais que continuaram em fluxo migratório ao município em decorrência da industrialização (cf. Mesquita, 2012, p. 81-83).

Como bem mostrou o quadro toponímico, os personagens e datas que surgem no terceiro contexto são diversos, mas geralmente com grande repercussão regional e nacional. Profissionais liberais, governadores e principalmente militares inauguram uma fase que consolida a imagem da toponímia das ruas como o reflexo das elites políticas e econômicas em diferentes âmbitos. Essa é mais uma amostra da capacidade das políticas toponímicas de serem escalares (elas mobilizam e remobilizam memórias e significados diversos, não apenas do local, mas também do global na construção de uma simbolização sobre o espaço que a conecta a outras narrativas concomitantes).

### 7.1.3 A cidade de Teresópolis

Seguindo a apresentação dos quadros toponímicos, a área do 1º distrito da cidade de Teresópolis é representada abaixo, nas figuras 32 e 33 englobando o material cartográfico e documental entre 1854 e 1951.

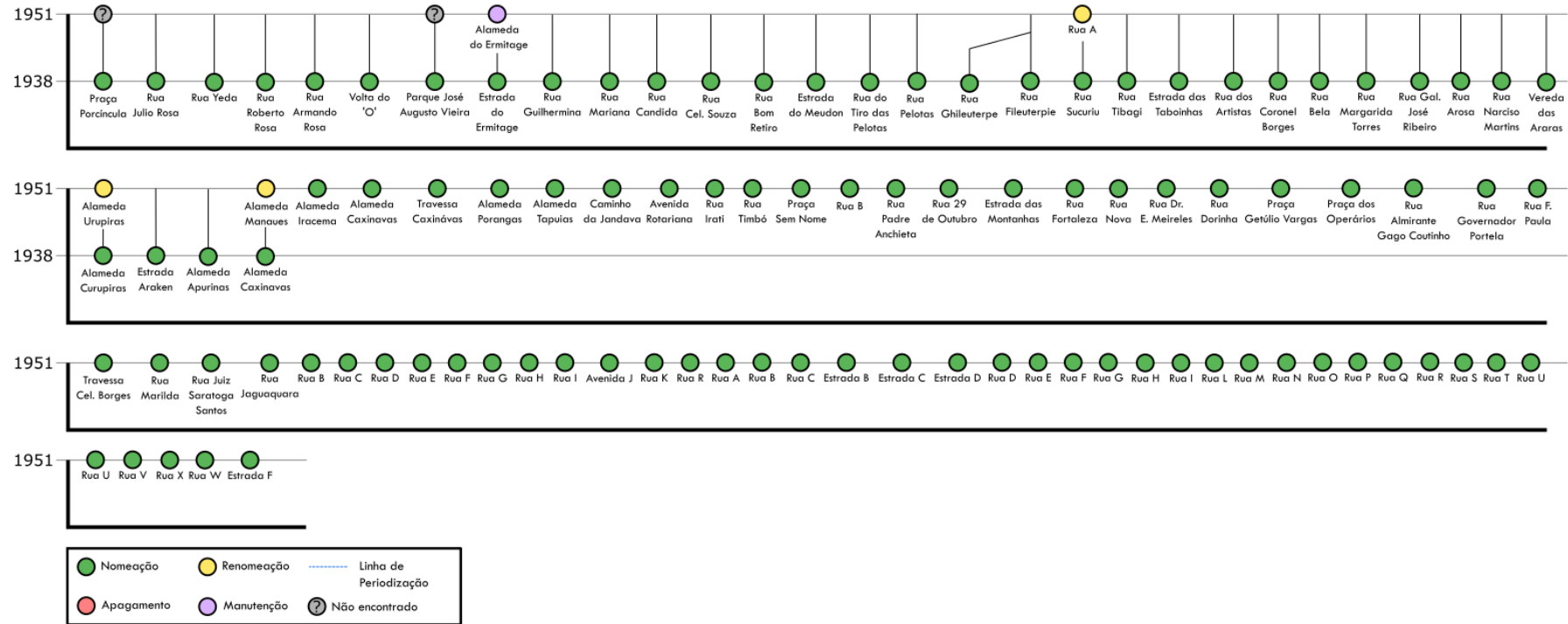
Figura 32 - Quadro com as políticas escalares toponímicas de Teresópolis, parte 1.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 33 - Quadro com as políticas escalares toponímicas de Teresópolis, parte 2.

**Parte 2**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os primeiros documentos cartográficos sobre a nascente freguesia de Santo Antônio do Paquequer (Teresópolis) datam de 1854-55 e, como apresentam os quadros acima, registram poucos topônimos para os logradouros locais. Curiosamente, os nomes registrados possuem ligação com memórias distintas do cenário brasileiro. Alguns, apresentam explicitamente menção direta com personagens políticos período do Império no Brasil. Outros, ligam-se a nomes de origem indígena, representados principalmente por alguns rios da província do Rio de Janeiro, mas também há registros de outras partes.

Quando associamos essas informações ao **primeiro contexto**, podemos compreender que mesmo enquanto surgimento do empreendimento de terceiros<sup>47</sup>, o parcelamento de terras e a abertura de logradouros em Teresópolis buscou trazer a homenagem a figuras do Império como D. Pedro II, Princesa Isabel, Paulo Barbosa (mordomo da Corte), a casa dos Bragança e a aspectos mais genéricos do regime como a Rua Imperial.

Neste momento atribui-se as primeiras declarações do surgimento do nome Teresópolis - com grafia distinta, sendo Therezopolis o mais comum. A cidade de Tereza<sup>48</sup> viria a ser oficializada apenas em 1891 com o decreto de criação do município, mas carregou o nome do núcleo da freguesia em homenagem a Imperatriz Tereza Cristina. Na Planta de 1854, de parte da cidade, há a inscrição de doação de parte de um terreno ao Imperador Dom Pedro II por Antonio Fernandes Coelho, não sendo coincidência que os logradouros ao redor tivessem a nomenclatura citada anteriormente.

A falta de mais registros documentais e cartográficos, assim como da impossibilidade de acesso aos originais das plantas de 1855 e 1854, tornam o primeiro contexto como um período nebuloso de análise. Além dos registros que foram passíveis de leitura e da complementação feita por outras bibliografias acerca da história dos nomes da cidade, não foi possível acompanhar alterações e nomeações dentro do primeiro contexto. Mudanças mais significativas ocorreram com a passagem para a República e a ideia de Teresópolis como capital

---

<sup>47</sup> No capítulo sobre o surgimento das cidades, apresentamos o papel de três figuras importantes para o surgimento dos primeiros loteamentos de terra na freguesia de Santo Antonio do Paquequer. Diferentemente da cidade de Petrópolis, que surgiu com um planejamento encabeçado pelo Plano do Palácio de Verão, Teresópolis desenvolveu-se a partir dos interesses dos proprietários locais. Primeiro, com George March e, posteriormente, o surgimento de empreendimentos e companhias imobiliárias como a Coelho & Fernandes.

<sup>48</sup> Em nota no Jornal do Comércio de 18—, há o registro sobre a contestação da nomenclatura dada a cidade. Para o autor, o correto seria Therezapolis, respeitando a terminologia do português. Nesse sentido, o nome dado a localidade seria equivocado, anunciando a cidade de Terezo, e não Tereza, Imperatriz do Brasil. Por registrar-se no Jornal “Republica”, provavelmente essa não é uma crítica ligada unicamente a grafia ou normas de escrita, mas um contraponto a adoção de nomes que remetem ao regime monárquico no Brasil.

do Estado do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que este contexto foi dominado pela ação de nomeação, a partir do surgimento de logradouros ao longo do curso do Rio Paqueta.

No advento do **segundo contexto**, a possibilidade de elevação da cidade a capital do Estado em 1896 gerou uma série de modificações nos topônimos da cidade. Enquanto novo centro político fluminense, os nomes, anteriormente surgidos de certa “espontaneidade” por parte dos grupos locais, agora passaria a uma racionalidade que buscava a exaltação do nacional em detrimento dos interesses locais. É assim que registra Vieira (1930) ao falar da escolha dos nomes nesse período e que, em certa medida, pode ser corroborado pela política escalar de apagamento empregada.

Com exceção da Rua Provincial, que se mantém em registro até 1926, todos os demais nomes encontrados nas cartas e documentos da época foram apagados e deram lugar a nomes de rios de diferentes bacias hidrográficas do Brasil. Esse foi um grande movimento de despersonalizar a memória das ruas, dando uma roupagem de um processo de valorização das belezas naturais do país. Mas como todo nome importa e, sabendo que não há imparcialidade no processo de nomeação, a política de apagamento visou extinguir os registros de nomes ligados as memórias da monarquia.

A valorização de elementos pertencentes a hidrografia nacional encontrou exceção apenas no nome de três praças da cidade, a saber: Praça Maurício de Abreu, Praça Dr. Porciúncula e Praça Baltazar da Silveira. José Tomás da Porciúncula e Joaquim Maurício de Abreu foram governadores do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo a frente da política fluminense entre 1892 e 1894, o primeiro; e entre 1894 e 1897, o segundo. Ambos foram personagens que apoiaram os ideais republicanos durante toda a monarquia e grande figuras políticas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Já Carlos Baltazar da Silveira foi um político e militar brasileiro que participou da campanha da Guerra do Paraguai, recebendo diferentes condecorações. Seu nome ilustra a referida praça desde as primeiras plantas da cidade. Sendo governador provisório do Estado, precedendo Dr. Porciúncula, era mais uma figura política em meio a rios de nomes indígenas nos logradouros da cidade.

Quando observamos o **terceiro contexto**, na cidade de Teresópolis, em conjunto com as políticas escalares toponímicas, nota-se um momento de ruptura muito maior do que o observado em Petrópolis. Isto porque uma série de logradouros tiveram seus nomes apagados para dar lugar a homenagens de políticos e outras pessoas públicas. Há também o surgimento de outros nomes em locais mais afastados do sítio urbano da cidade, marcados por uma política de nomeação diferenciada da cidade vizinha: para além do conjunto de pessoas públicas, muitos nomes de origem tupi foram associados a forma de rios, assim como de povos indígenas e

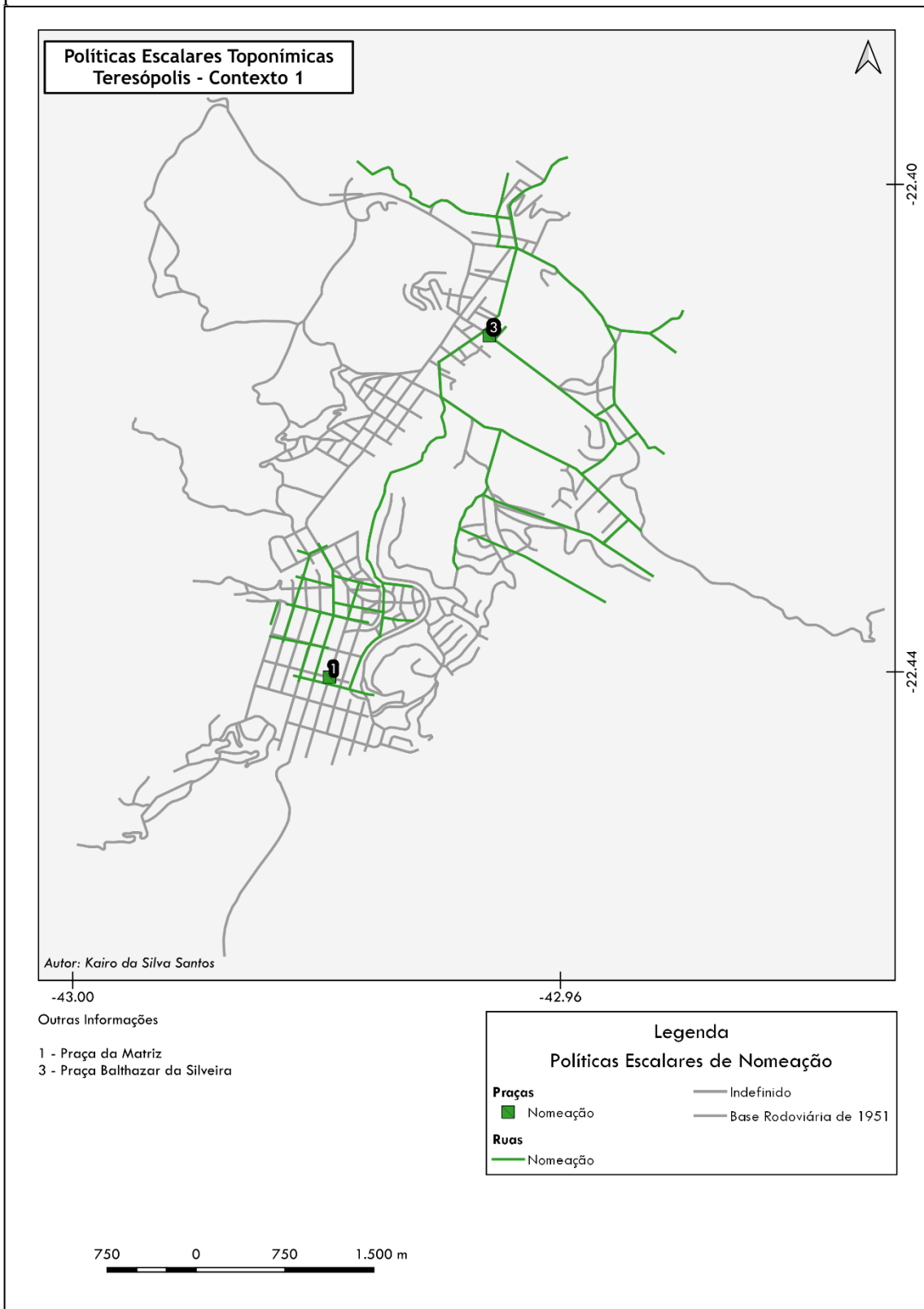
estados brasileiros. Em localidades recém-criadas, os logradouros passaram a receber como nome as letras do alfabeto e, posteriormente, ganhavam uma denominação diferente.

Em certa medida, o terceiro contexto é dominado por políticas escalares toponímicas que movimentaram nomeações e apagamentos durante a transição do segundo para o terceiro contexto. Isto demonstra uma mudança em relação a padrão de nomeação anterior e que, tal como uma grande parte das cidades hoje, buscou construir as memórias toponímicas na cidade a partir da perspectiva das elites políticas e econômicas locais. Neste mesmo período Petrópolis apresentou a lógica da manutenção dos nomes, uma vez que contexto-políticas toponímicas coexistiam de maneira “harmônica” a uma mesma ideia. O “onde” ganha força em Teresópolis ao demonstrar que essas políticas escalares de nomeação produziram espacialidades diferentes com base nas memórias e nos significados que os nomes transmitiram no espaço.

#### 7.1.4 As políticas escalares de nomeação e a espacialidade em Teresópolis

A produção do espaço converge e divergente em formas e processos, tal qual mostrou Santos (2014) e posteriormente Correa (2007; 2018), e isto não é diferente entre as áreas de estudo analisadas nesta tese. Embora os nomes apresentem-se de maneira diferente, nota-se que os processos que instituem essas formas possuem similaridades interessantes. Os mapas, figuras 34, 35 e 36, apresentam, por sua vez, as políticas escalares de nomeação na cidade de Teresópolis em cada um dos três contextos sugeridos.

Figura 34 - Mapa da cidade de Teresópolis, representando as políticas escalares toponímicas durante o primeiro contexto.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O primeiro mapa analisado para a cidade de Teresópolis relata, em parte a dificuldade em se obter nos mapas históricos informações à época, pois apresentam-se de forma desencontrada e não representam a totalidade da área de estudo. Ainda assim, uma parte das ruas sinalizadas manteve sua forma ao longo das próximas décadas.

Os nomes não foram preservados e novas áreas ainda seriam ocupadas. A margem direita do rio Paqueta apresenta 1 praça (Praça Balthazar da Silveira) que perpetuou seu nome por todo o período. Poucos nomes de ruas são identificáveis nos mapas e, nesse sentido, a solução foi uso de fontes secundárias de forma complementar os dados primários. Ao sul da cidade, os nomes identificáveis tratavam explicitamente de homenagens a monarquia (enquanto sistema político) e a suas figuras principais (como o imperador e a imperatriz). Por outro lado, nomes também resgatavam alguns nomes de origem indígena como Irajá, Piabinha e afins, não demarcando um caminho certo as homenagens propostas.

Por sua vez, Vieira (1930) destaca que a ocupação, sem seguir diretrizes de coordenação de ocupação do solo, sendo mais “organiza” do que “pensada”, fez com que a iniciativa daqueles que arrendaram e compararam terras e lotes predominante na nomenclatura dos logradouros. O sul da cidade marca bem esta lógica. Os lotes, relatados na Planta de 1855 apresentam essa lógica de denominação nos logradouros abertos, tal qual Rahal (1983) apresenta na área de ocupação inicial da cidade. Desta forma, as políticas escalares de nomeação em uma conjuntura ampla são difusas, mas são marcadamente de nomeação.

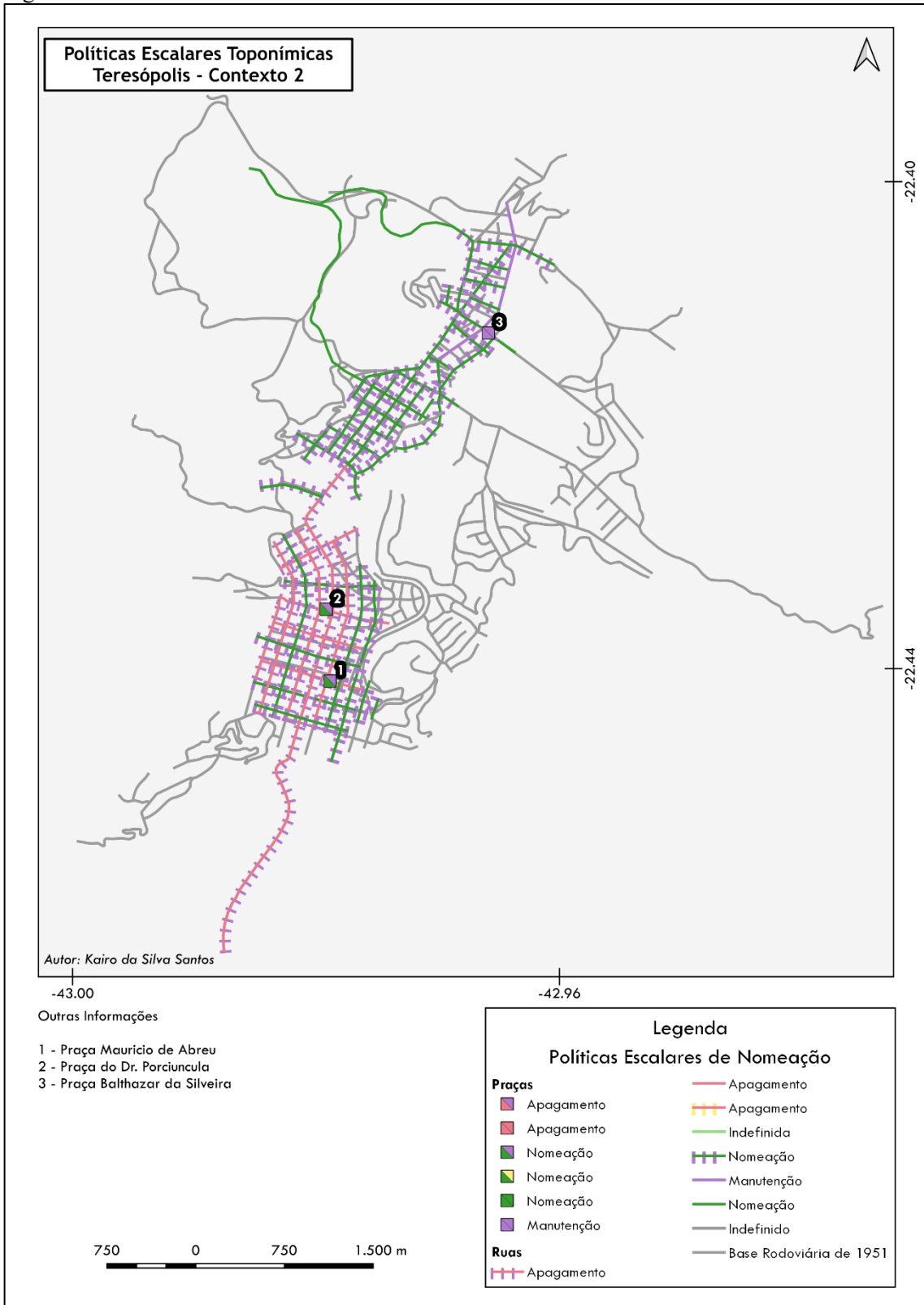
Os nomes relatam memórias distintas, e que ganharão uma determinada “forma” apenas em registros do segundo contexto – em particular com o mapa de 1896. Comparando o trabalho de Rahal (1983)<sup>49</sup>, que menciona uma série de topônimos anteriores a este período, confirmamos a presença de uma dezena destes nos mapas apresentados.

---

<sup>49</sup> O autor menciona que no princípio do século XX, por volta dos anos 1920, a cidade contava com 49 logradouros, sendo 43 ruas, 3 avenidas e 3 praças.



Figura 35 - Mapa da cidade de Teresópolis, representando as políticas escalares toponímicas durante o segundo contexto.



Fonte: Elaborado pelo autor.

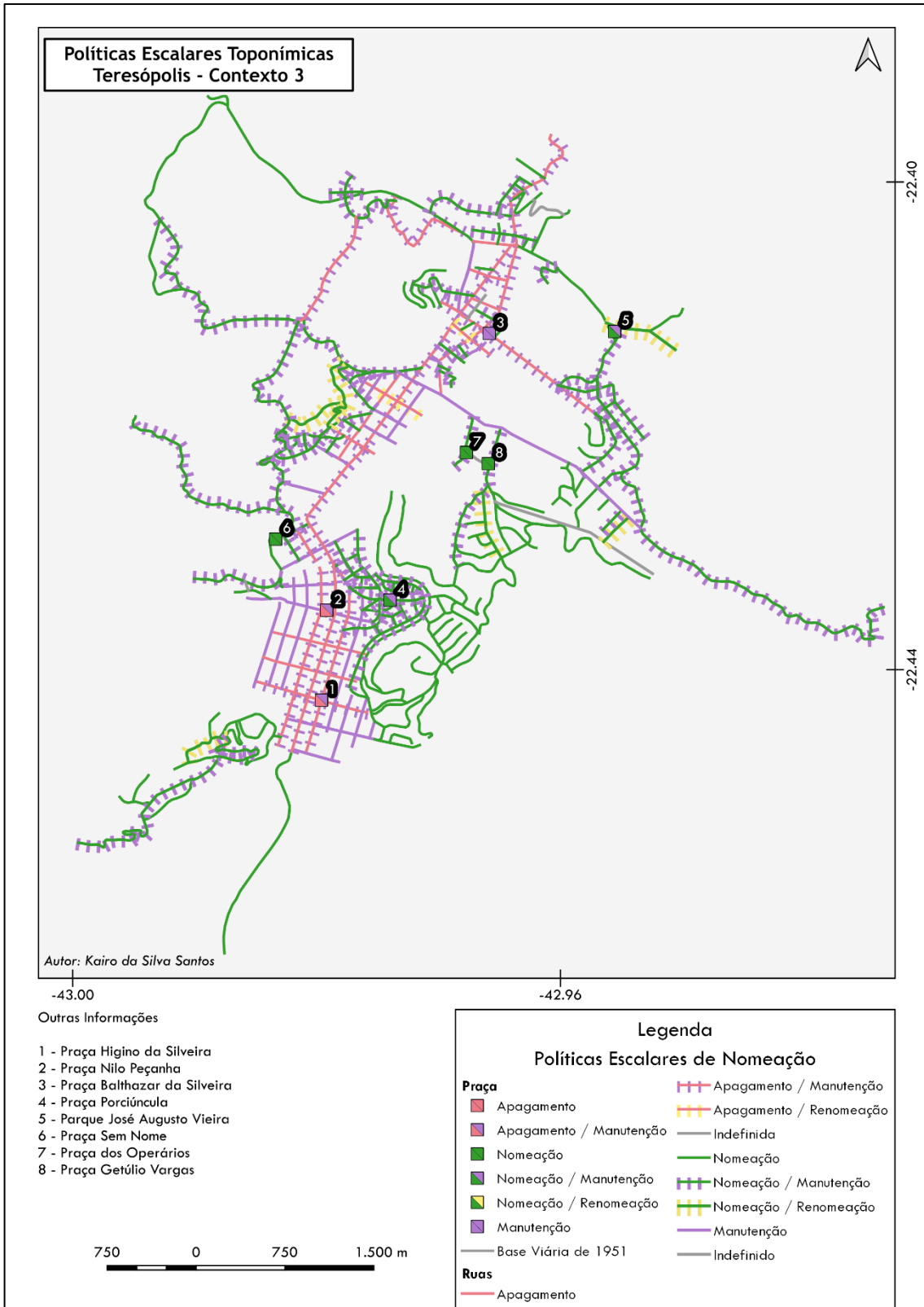
Partindo para o segundo contexto, figura 35, o mapa da cidade de Teresópolis apresenta uma área bem delimitada em relação as políticas escalares de nomeação. A primeira área que se observa é o atual bairro do Alto, no entorno da Praça Maurício de Abreu (número 1). Nesta parte da cidade, uma expressiva política de apagamento foi empregada. Todos os nomes em relação a monarquia foram retirados, dando lugar aos rios de bacias hidrográficas brasileiras. A grande expansão de logradouros deu-se ao longo do curso do rio Paquequer, com loteamentos ortogonais entre as quadras. Assim, configura um momento de povoamento da cidade, com intensidade menor do que se verifica em Petrópolis.

As ruas nomeadas, até então, com nomes referentes a monarquia foram apagadas. A política de apagamento trouxe valores embasados em um pensamento das ideias nacionais e de certa neutralidade. Nomes de ruas com referências aos aspectos naturais foi destacado por Vieira (1938) como uma estratégia para não homenagear pessoas e figuras não merecedoras de tal. Com exceção as praças, que permaneceram com nomes de políticos, outros pontos da cidade, onde não havia nomes previamente, a nomeação se deu na mesma lógica.

As vias que ocuparam o entorno do leito do rio Paquequer configuraram-se, como aponta a bibliografia, um "Rio" de nomes. Diferente de outros contextos de rupturas e mudanças de regime, a substituição aqui não se dá, espaço-temporalmente, por memórias e significados a narrativa vencedora diretamente: dar-se pela suposta neutralidade dos aspectos físico-naturais do território.

A ruptura, intensa e marcadamente política, econômica e social, gerou um quadro toponímico único na cidade. Pelo menos nos nomes de logradouros, Vieira (1938, p.132) ressaltou que "Therezopolis, parece-me, entretanto, a única com o critério dos rios para nomenclatura de suas ruas e avenidas". Elementos estes que, nas próximas décadas, seriam pouco a pouco apagados para dar lugar a memória e as narrativas pautadas nos atores políticos.

Figura 36 - Mapa da cidade de Teresópolis, representando as políticas escalares toponímicas durante o terceiro contexto.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O terceiro contexto, figura 36, apresenta na paisagem toponímica de Teresópolis uma ruptura marcante em relação a todos os topônimos da cidade. Pode-se observar que as políticas escalares de nomeação, com ações de apagamento, atingiram quase a totalidade dos topônimos até então.

As praças como Mauricio de Abreu e Dr. Porciúncula ganharam outras denominações como Higino da Silveira e Nilo Peçanha. Ainda que os apagamentos no presente ocorram em um momento de ruptura, os nomes remetam as figuras políticas da república, com ligações diretas ou indiretas a administração local. Assim, houve o movimento que se pode chamar de “politização” dos nomes. A maioria dos novos nomes na área central da cidade passou a dar visibilidade a nomes de políticos locais, regionais e nacionais.

Há pouca manutenção dos nomes nesse contexto em relação aos nomes oriundos do período anterior. As mais numerosas manutenções acompanham as nomeações realizadas durante o período. As pequenas áreas nomeadas, majoritariamente em áreas de topo de morros e encostas, tiveram nomes com uma explícita intenção de valores que despontam a um tom de neutralidade e, posteriormente, ganharam algum significado a partir novos nomes escolhidos.

As vias no eixo do rio Paquequer tomaram uma grande importância ao longo de todo o processo de articulação das políticas escalares toponímicas. Além de concentrarem a maior parte das intervenções identificados ao longo dos três períodos, também mostrou sua centralidade a partir das nomeações que recebeu. Isto ocorre com as vias, como ruas e avenidas, como também com as praças e outros espaços de sociabilização.

## **7.2 Dos quadros a análise das nomeações: apontamentos e questões**

Os nomes de um lugar comunicam aquilo que foi visto por indivíduos no espaço e, se tratando dos logradouros de uma cidade, são produtos de narrativas espaciais construídas ao longo do tempo pelo movimento da sociedade. Nas páginas anteriores foi explicitado algumas dessas narrativas, capazes de perpetuar memórias e produzir significados distintos em diferentes lugares. Ao analisar os questionamentos que foram a base para o desenvolvimento desta tese, identificamos de forma clara respostas satisfatórias para a reflexão sobre o processo de nomeação do espaço e a maneira como o pesquisador pode apreender sobre este. Discorreremos aqui sobre estas perguntas.

### 7.2.1 Sobre os significados e as espacialidades

Ao considerar o processo de nomeação e os topônimos urbanos de um lugar, a organização e o significado produzido por eles são elementos importantes na análise que parte da Geografia para entender **quais significados e espacialidades foram produzidas pelas políticas escalares toponímicas implementadas nas cidades de Petrópolis e Teresópolis.**

Compreendemos a espacialidade enquanto a extensão de um fenômeno e que colabora para a diferenciação do espaço como ação direta da intervenção humana. Quando uma política escalar de nomeação é empregada em uma área de expansão do tecido urbano de uma cidade, temos o primeiro processo que irá, primeiro, criar elementos únicos no território através do identificador (o nome), conferindo uma série de atributos e significados ao objeto que lhe é designado; segundo, ao tratar de nomes, o elemento nomeado e o conjunto a sua volta irão desempenhar um papel importante ao conferir a extensão de memórias no espaço de maneira individual (o elemento), mas também coletiva (os elementos olhados de maneira conjunta). De forma ampla, a política escalar toponímica diferencia o espaço a partir de um ou mais nomes e confere uma dimensão material e concreta de onde esse conjunto de nomes deve alcançar e se limitar.

Isto levanta uma primeira suspeita de que o lugar do olhar é um elemento significativo para entender que conjunto de memórias devem ou não estar em maior visibilidade. A questão da visibilidade *versus* disposição espacial foi levantada por Gomes (2013) ao indagar sobre as possíveis relações entre imagem e posição no espaço. Em certa medida, intervenções na nomeação de um lugar através de políticas escalares toponímicas alteram a percepção que se tem sobre as memórias dos nomes. Enquanto geógrafos, “obsessivamente preocupados com a questão espacial, ou seja, com o possível papel que a trama das localizações pode ter na construção e manifestação de um fenômeno” (GOMES, 2013, p.7) direcionamos nosso olhar nesta questão para o que é produzido a partir das sucessivas alterações verificadas nos topônimos de Petrópolis e Teresópolis. Esta reorganização mudará a lógica do conjunto de memórias que se conectam e dialogam pela proximidade nas ruas e praças.

A trama das localizações, nesta tese, atua diretamente e em uma via de mão dupla, como os nomes escolhidos para cada logradouro da cidade. O binômio localização-nome afetará aquilo que se pode interpretar enquanto significados produzidos pela ação de nomear (políticas escalares toponímicas). O significado, como mencionado em páginas anteriores, não surge da simples análise dos nomes. Ele é interpretado a partir do binômio localização-nome e, como defendido, dentro de um contexto espaço-temporal conhecido.

Ao olharmos, primeiramente, para a cidade de Petrópolis compreendemos algumas dessas espacialidades produzidas. As nomeações ocorridas na área gênese da cidade criaram um primeiro núcleo de nomes com memórias ligadas as figuras da Monarquia brasileira. A extensão dessas memórias no espaço limitou-se a proximidade dos palácios e casas construídos a elite que circundava o poder imperial. Pelo menos, este foi o cenário majoritário durante o primeiro contexto. Esta leitura produz um significado forte na associação nomeação-posição, pois os nomes agregados nesta área resgatam ares de uma elite europeia presente.

Durante a transição de poder entre a Monarquia e a República, notamos não apenas a ressignificação dos logradouros através do apagamento das memórias, como o estabelecimento de duas áreas distintas na cidade. A primeira, ainda no centro, delimitada pelo apagamento maciço de nomes ligados a este significado de ares europeus. Cria, desta forma, uma área de contraposição aos valores do passado e que agora resgata símbolos nacionais e republicanos. O significado maior desse novo conjunto de nomes está na ideia de uma nova nação, que não comporta mais seu passado centrado na figura Imperial. Seria a produção da cidade Imperial e essencialmente republicana, rompendo com os valores da base de sua criação. A segunda está ligada a área crescente afastada do centro da cidade. Nas figuras 27 e 28, assim como na figura 30, a identificação das políticas escalares toponímicas de nomeação separa de forma evidente estas duas áreas: uma, com forte concentração de políticas de apagamento e, outra, com a implantação de nomes condizentes com uma nova narrativa.

Notadamente, o terceiro contexto analisado produziu em Petrópolis, a partir das políticas toponímicas identificadas, a diferenciação por nomeação de áreas esporádicas da cidade. Estes nomes estiveram ligados a personificação de figuras políticas e militares, como trabalhado na análise do quadro e dos mapas e; desta forma, produziu muito mais um significado de manutenção e coerência entre a visão que se sobre sobressaiu desde o início do segundo contexto. Isto mostra que as nomeações ocorridas com a ruptura estabelecida em 1889, local e “global”, se manteve até certo ponto em coesa a narrativa construída a partir de então.

Ao analisar a nomeação na cidade de Teresópolis, semelhanças e diferenças podem ser identificadas. O primeiro contexto é marcado por uma nomeação difusa no que virá a se tornar a cidade no fim do século XIX. Mas, semelhante a Petrópolis, as áreas que se tornariam centrais, ganharam nomes vinculados a imagem da Monarquia. Ou seja, a importância simbólica na construção da narrativa destas cidades passou pela imagem de cidades ligadas ao Império.

O período de ruptura que inaugura também identificou uma nova lógica de produzir narrativas a partir da nomeação, como identificado nas figuras 32, 33 e 35. A cidade foi dividida em duas partes, na qual a porção sul (no bairro do Alto), teve grande parte dos logradouros

afetados por políticas toponímicas de apagamento. A leitura que se faz destas ações é que, no que se refere a espacialidade, duas políticas escalares toponímicas foram empregadas a fim de criar uma identidade única ao espaço urbano da cidade. O apelo ao uso de nomes de rios brasileiros produziu um significado de valorização do patrimônio natural do país e uma dissociação a figuras políticas de quaisquer naturezas. Assim, a futura capital do Estado do Rio de Janeiro teria certa neutralidade na escolha dos seus símbolos e que, neste caso, os nomes dos logradouros.

O terceiro contexto, como observado no quadro e no mapa da figura 36, resigna uma escalada de apagamentos nos topônimos de logradouros pela cidade. O espaço urbano de Teresópolis é dividido em duas partes, da qual o as vias principais (Avenida Alberto Torres e Lucio Meira) e seu entorno sofrem mais um apagamento. Desta vez, cai uma grande quantidade de nomes ligados aos rios em detrimento do nome de figuras políticas e ligadas as forças armadas. Este também é um movimento observado em Petrópolis, anos antes. Curiosamente, as partes destinadas a novos arruamentos passam agora a denominar Estados do Brasil, povos indígenas e outro conjunto de nomes. A virada personalista dos nomes não fugiu à regra, acompanhada por uma política escalar toponímica de apagamento dos nomes ligados ao segundo contexto: a ideia da criação de uma pátria republicana. Agora, a pátria está na memória de personagens políticos deste tempo.

No que se apresenta diante desta análise, as políticas escalares de nomeação foram importantes para dimensionar a ação de nomeação do espaço, dando forma de como a mudança ou permanência dos nomes tem ligação com a manutenção ou apagamento de memórias em um determinado lugar.

O comportamento dos grupos sociais nesse contexto, principalmente em relação àqueles que tem a capacidade de nomear oficialmente, tal qual registrar esse ato, se dá na mudança dos nomes enquanto uma dimensão de produção simbólica do espaço. As rupturas de contexto trazem, implicitamente, as mudanças estratégicas de grupos que lideram a chamada nomeação oficial.

Nomear, renomear, apagar e manter um nome são mais que classificações: são formas de identificar um movimento que se dá no espaço em construir narrativas. Mais do que a origem ou o significado de um nome, o registro do conjunto dessa ação visibiliza a capacidade de interpretar cada movimento como sendo parte de uma engrenagem maior, que se perpetua, de forma particular, mas também plural, ao redor do mundo. Um apagamento é único, pois irá conjurar contextos e espacialidades distintas, com base nos nomes escolhidos. Emerge da interpretação os significados dessas narrativas construídas.

A diferenciação do espaço a partir dos nomes, bem como da ação de nomear, apresenta onde determinados nomes precisam estar. Sua visibilidade passa pela lembrança e comunicação de ideias, importantes na manutenção de uma narrativa ou mesmo no surgimento de outra. A espacialidade criada, ou seja, o efeito de produzir elementos que diferenciem uma porção do espaço de outra, dado pelos nomes, foi marcado por uma previsibilidade de: os lugares de maior movimentação ou, as ruas iniciais – coincidências nem sempre verdadeiras – registram a maior quantidade de políticas escalares de nomeação.

### 7.2.2 Os contextos e a influência nas dinâmicas das nomeações

A definição de contexto pode nos levar a pensar, em um primeiro momento, em um conjunto de palavras em torno de outras palavras que ajudam a determinar o significado. De certo modo, a análise desta pesquisa considerou os topônimos e seu entorno nomeado para compreender os significados que se instituiu na paisagem das cidades serranas. A ideia de contexto utilizada neste trecho, contudo, considera as circunstâncias e conexões relativas ao fato particular de nomeação do espaço. Frente sua relevância para um entendimento da significação do espaço pela sociedade, **buscou-se identificar como os diferentes contextos locais e globais afetaram a nomeação do espaço urbano das cidades de Petrópolis e Teresópolis.**

Sem dúvida, os contextos foram importantes para compreender a espacialidade de parte dos processos políticos, sociais e econômicos ocorridos não só no âmbito destas cidades. Ao se articularem em diferentes esferas, esperava-se que as políticas escalares toponímicas tivessem sofrassem diferentes influências no decorrer do tempo.

O contexto **global** serviu como a caixa que delimitou quais memórias seriam possíveis de habitar os nomes dos logradouros em ambas as cidades. Mas também, articulador dos principais processos atuantes. Neste sentido, o contexto global tendeu-se enquanto principal influenciado do contexto **local** que, neste caso, articulou-se em um segundo momento as memórias locais para dar visibilidade a indivíduos com destaque a cena da ação política.

Ambas as cidades possuem nomes ligados a figura do império, assim como passaram por períodos de transição para outras valorizações da memória local. Petrópolis, a luz do Império, sofreu grande impacto de suas peculiaridades locais e, ao revés da República, teve uma nova escalada de apagamentos para se adequar as novas dinâmicas da vida política.

Assim, o primeiro contexto influenciou a partir de uma conjuntura favorável a topônimos que remetessem a figuras do período imperial, aliadas a ideia de valorização de



diferentes personagens. O segundo contexto, como apresentado previamente, favoreceu a mudança e o surgimento de novas memórias através dos topônimos. Essas memórias tiveram caráter diferente em Petrópolis e Teresópolis, ainda que a conjuntura parecida. Em Petrópolis, a entrada do período republicano culminou com o surgimento de nomes ligados a este pensamento. Já em Teresópolis, instaurou-se uma ideia de neutralidade que nem recordava dos antigos senhores, nem das novas elites emergentes. O último contexto se faz em um momento de ruptura dentro da ruptura instaurada anteriormente. A ascensão de Vargas ao poder marca uma nova fase da república no campo político, econômico e social. A julgar pelas políticas escalares toponímicas, as mudanças não se configuraram enquanto rompimentos em Petrópolis, que prezou pela manutenção das memórias estabelecidas a partir do fim do século XIX, ao mesmo tempo em que Teresópolis iniciou um novo ciclo de apagamentos e nomeações, ligados, agora, ao memorial de figuras políticas do período.

Sem a compressão das dinâmicas estabelecidas para além da nomeação do espaço público na área de estudo, desenvolveríamos um estudo pautado na dinâmica dos nomes em dado período, desprovido da camada social que se relaciona diretamente com o processo de nomear o espaço. Contudo, essa era uma abordagem consolidada na Geografia ao tratar do ato de nomear os lugares. A incorporação do contexto, enquanto dimensão fundamental da interpretação dos significados das nomeações do espaço, adiciona não apenas a dinâmica dos nomes, mas o movimento da sociedade sobre uma porção do espaço em um dado tempo. É neste sentido que se ressalta a contribuição da incorporação do contexto enquanto dimensão de análise, em conjunto com outros fatores, para o processo de nomeação do espaço e o estudo da toponímia pela Geografia.

### 7.2.3 A tríade conceitual: base do quadro toponímico

A outra questão colocada busca entender **de que forma o contexto, as ações de nomeação e a espacialidade possibilitam interpretar a produção de diferentes significações no espaço através da nomeação dos lugares**. Para isso, recorreremos a alguns pontos debatidos ao longo dos capítulos e mais profundamente aos resultados apresentados.

Retomando a questão das políticas escalares toponímicas, elas são a ação efetiva de um determinado grupo sobre o espaço. São o movimento de construção da grade toponímica sobre o lugar, que refletem os anseios daqueles capazes de mobilizar socialmente as memórias a serem instauradas. Nesta tese, tratou-se especificamente das nomeações oficiais, o que pressupõe, em última análise, a ação dos poderes legislativos e dos grupos mais influentes politicamente em

cada recorte escolhido. Enquanto ação, as políticas escalares toponímicas contribuem com a identificação desse movimento que visa produzir e reproduzir memórias no espaço. Na dimensão dos significados, importa entender quais nomes ganham os lugares de outros e quais aqueles que passam a ser escolhidos em um dado contexto. O exemplo apresentado a partir das políticas escalares toponímicas de apagamento no centro da cidade de Petrópolis mostra que elas foram ativas ao contribuir na interpretação de uma necessidade de mudança entre os valores que se tinham e os valores que se almejavam enaltecer com base nos topônimos. Nesta direção, a categorização da ação de nomeação do espaço, expressa na figura das PETs, contribuem aos desvendar os significados em função do movimento de nomeação do espaço.

O contexto complementa esta noção na tríade formada com as PET e a espacialidade. Englobando a dimensão dos processos, as circunstâncias e na direção da fenomenologia apresentada por Simonsens (1991), o contexto capta os processos gerais e locais que criam os diferentes cenários onde o processo de nomeação ocorre, alimentando-se em uma via de mão dupla. Para isso, a proposição apresentada por Vasconcelos (2009) sobre uma periodização que considere os períodos de longa duração, as continuidades e rupturas no contexto das cidades estudadas foi fundamental. Tanto Petrópolis quanto Teresópolis apresentam similaridades em relação aos períodos destacados, uma vez que sua ligação com história da capital do Império sempre se deu em todos os aspectos. Quando a transferência da capital da cidade do Rio de Janeiro para Teresópolis foi aprovada, isto gerou um movimento de remodelação da grade toponímica da cidade, estabelecendo uma suposta neutralidade nos nomes. Este pode ser considerado um período de quebra da rotina, nos quais ocorreram eventos mais significativos, e que Vasconcelos (2009) denominou de períodos densos. Este olhar sobre o tempo, que se entrelaça com o espaço, e separa ao mesmo tempo que interliga diferentes processos, possibilitou a compreensão de quais momentos os nomes dos logradouros dessas cidades estariam mais propensos a serem mudados em grande quantidade ou mesmo que sua permanência fosse mais ou menos continuada. Esta constatação deu-se ao observar os grandes apagamentos ocorridos após os momentos de ruptura (a Proclamação da República e a Revolução de 30). Ao passo que, internamente, ainda que em um período denso, este segundo não tenha representado na cidade de Petrópolis grandes mudanças toponímicas. O contexto, dentre o discutido aqui, é mais do que um pano de fundo e é compreendido como um cenário dinâmico onde processos e agentes podem influenciar mais ou menos em diferentes porções do espaço ao produzirem uma significação dele. Articular agentes e processos é fundamental para lermos que as políticas escalares toponímicas estão para além de um mero classificador de

ações, mas sim uma categorização que carrega de forma explícita (e também implícita), diferentes movimentos da sociedade no espaço.

A materialização das circunstâncias e da ação do processo de nomeação, produzindo arranjos únicos capazes de gerar diferentes narrativas, nos leva a pensar na alçada da espacialidade. Ela é dimensão fundamental na composição do quadro toponímico e na interpretação tanto da ação de nomear quanto dos nomes escolhidos por ela. Aqui também se instaura uma via de mão dupla ao pensarmos que: as PETs em um determinado momento – contexto – agem em uma porção específica do espaço, produzindo uma série de formas simbólicas espaciais e, por conseguinte, espacialidades únicas dessas memórias. Por outro lado, as espacialidades já produzidas também impactam em quais e sob que contextos novos nomes podem surgir e velhos nomes podem ser extintos, criando uma série de outras memórias e narrativas. Se o onde é uma condição importante, só o é porque há uma diferenciação implícita no espaço, capaz de produzir diferentes significados quando nomes são mudados. Mais uma vez a cidade de Petrópolis nos apresenta a modificação estabelecida na pequena área do centro histórico, com na passagem do governo monárquico para o republicano. Todos os nomes foram apagados, dando lugar a novas memórias. O significado produzido por isto foi evidente: as imagens ligadas a monarquia não eram bem-vindas nos lugares com maior visibilidade pelos transeuntes.

#### 7.2.4 Nomeação e produção de significados

No caminho da hipótese inicial e da questão principal desta tese de doutorado, busca-se aqui respondê-la com base em alguns apontamentos já levantados. Para atingir esse objetivo, retornaremos para alguns pontos já discutidos que, contudo, são pertinentes de serem lembrados neste percurso.

Desde o final do século XIX, o estudo dos nomes dos lugares tem ganhado espaço dentro de diferentes áreas do conhecimento. daquelas mais ou menos correlatas, chegamos à Geografia, campo onde a variedade de estudos sempre foi expressiva, contudo, uma abordagem se mostrou predominante no transcorrer do tempo. A escolha pelo método classificatório ganhou eco em meio a Geografia que se desenhava, com ênfase no método descritivo. Mas parece que a abordagem classificatória dos nomes tem sido utilizada como a única possibilidade de se analisar o processo de nomeação do espaço. Assim, privilegia o produto, o nome, e não a construção da grade de significados com base na ação de nomear.

Com base em uma vasta leitura bibliográfica e outros trabalhos previamente desenvolvidos, chegou-se, primeiro, a hipótese de que o processo de nomeação dos lugares, no âmbito das cidades, possui um desfecho que está quase sempre atrelado aos contextos locais e gerais ao qual os agentes sociais fazem parte. Isto foi levantado na introdução desta tese. Assim, quais categorias de análise necessárias para se pensar a interpretação do processo de nomeação dos lugares e seus desdobramentos, a partir de uma perspectiva da Geografia? Essa é a grande pergunta que motivou o desenvolvimento desta tese, uma vez que as abordagens adotadas – a descrição/classificação – não satisfazem enquanto método para responder a corroborar para a hipótese levantada.

Como pontuado no capítulo 2, novos horizontes se estabeleceram a partir de 1980 com uma renovação das perspectivas conceituais na geografia e, muito influenciada pela virada crítica na geografia cultural, os estudiosos do campo da toponímia também passaram estabelecer novas questões entorno de seu objeto. Do “nome a nomeação” pode resumir a máxima inaugurada neste período. Inúmeros trabalhos e artigos científicos foram publicados em língua inglesa, almejando dar o pontapé inicial do campo para novos rumos. Este é o cenário que ainda encontramos nestas duas primeiras décadas do século XXI: engatinhamos na proposição de novas formas de olhar o processo de nomeação do espaço.

Os trabalhos levantados no âmbito da ibero-américa mostraram que poucos são aqueles, ainda, que se lançaram na tentativa de utilizar novas abordagens ao estudo dos nomes dos lugares e do processo de nomeação. Sob quais métodos, conceitos e categorias de análise isto deveria ou poderia ser feito, são condições que não podem ser tomadas como rígidas, haja vista que o olhar sobre os topônimos se faz na sobreposição de diferentes áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo que a escolha pelo caminho da geografia apontou algumas possibilidades.

Poucas discussões possuíam um cunho de aprofundamento teórico, o que nos levou a pensar, dentro outras coisas, em quais conceitos e categorias tangeriam o processo de nomeação do espaço. Para além, como pensar uma abordagem que sistematizasse as variáveis e processo intrínsecos a esta ação humana, que de singela e isenta de intencionalidade nada tem. Com base na produção ibero-americana e de língua inglesa sobre o tema, propusemos a adoção de três conceitos discutidos a partir da geografia para analisar os processos de nomeação do espaço e a produção de significados a partir dele: a escalaridade, a espacialidade e os contextos espaçotemporais.

A escalaridade contribui, primeiro, enquanto dimensão em que nomes se ligavam a outros espaços ao mesmo tempo que influenciavam localmente a produção de um significado. Foi chamada atenção para a relação de parte-todo que os nomes estabelecem com seu entorno,

mas também com memórias que advêm de outros contextos. Não se pode, assim, pensar o lugar de forma isolada. É desta hipótese que, ao falar das práticas do planejamento urbano, Limonad no recorda que:

cada lugar, enquanto parcela de um espaço socialmente construído, constitui a condensação de distintos processos e práticas sociais, que ao mesmo tempo conferem um caráter específico e entrelaçam a história e o desenvolvimento geograficamente desigual e combinado de lugares. Portanto, enquanto síntese de significados sociais cada lugar, em si, é singular (LIMONAD, 2016, p.170)

Os nomes, parte da construção do espaço e do lugar, vinculam-se e são submetidos a diferentes processos e práticas sociais, lhes conferindo singularidade e entrelaçamento com a história de diversos lugares.

Em segundo lugar, a ideia de políticas escalares toponímicas é fruto desta articulação, tornando palpável a ação dos grupos sociais no espaço a partir da intervenção de nomear e renomear o lugar, buscando assim, a produção de uma narrativa em memórias e valores específicos no lugar e sobre ele.

A espacialidade, intrínseca ao processo de nomeação do espaço, pode ganhar forma a partir da identificação dos locais de incidência das políticas escalares toponímicas e, posteriormente, dos arranjos formados por elas. Este binômio possibilitou, por um lado, evidenciar a importância do fator “espacial” na análise dos nomes. O quadro toponímico, apesar de não contemplar tanto esta categoria de análise, foi complementado a partir das análises dos mapas produzidos posteriormente.

Os contextos introduziram nesta análise a conjuntura social, econômica e cultural – se é que se pode separá-las – de forma a permitir o entendimento dos processos que aturam na decisão de nomear o espaço. Ao trazer o movimento no espaço, através dos acontecimentos no tempo, o contexto permitiu compreender que valores estavam associados aos nomes escolhidos, enquanto formas simbólicas, assim como as ações de remodelar as nomenclaturas dos lugares.

Haja vista o exposto anteriormente, os três conceitos trabalhados na composição do quadro toponímico são de extrema importância enquanto uma forma de interpretar a ação de nomeação do espaço enquanto parte de sua produção. Significados e memórias, alocados e arranjos de maneiras distintas, em contextos diversos, deram diferentes possibilidades de interpretar como os grupos sociais de um período construíram, a luz de seus valores morais e éticos, distintas narrativas espaciais a partir dos nomes geográficos. É esta contribuição, a luz de uma forma diferente de abordar a nomeação dos lugares e que compreende os nomes enquanto formas simbólicas espaciais, que esta tese visa dar um passo dentro do campo da geografia para retomar os estudos sobre a toponímia em uma perspectiva crítica, contextual e dinâmica.

## 8 CONCLUSÕES

Ao chegar aos últimos trechos deste longo texto, a ambição inicial em poder dizer que aqui findam os pensamentos sobre a temática da nomeação dos lugares não foi e não será alcançada. E nem assim o seria, uma vez que a cada resposta, a cada interpretação e a cada esquina que se adentra, novas perguntas estão apostos para nos desafiar.

Talvez seja possível dizer que esta tese já nasceu “morta”. Não falo da morte em sentido cristão, onde se transcende aos céus como ato final para a coroação da bondade terrena. A morte aqui é um recomeço sob outro ponto de vista. A conclusão dessa tese provoca, sob essa alegação, que não há fim para aquilo que é um eterno esforço de recomeço sobre outros olhares. Os nomes de ontem, não são mais os de hoje. Mesmo que sejam, não podem ser vistos sob um mesmo prisma de interpretação e análise. Os sujeitos e as suas faculdades também alargam ou minimizam aquilo que se vê e como se enxerga o batismo do espaço.

A frase de Luiz Antonio Simas em que “as ruas atormentam o poder” é, não só, a caricatura do que se viu na análise aqui proposta, mas também tece a importância em que as memórias selecionadas, inscritas e espacializadas são a amálgama que constroem sentidos e narrativas no e do lugar. Os nomes são como bruxas que amaldiçoam as tentativas de novas narrativas sobre o espaço. Para quebrar a maldição é preciso caçá-las. E assim foi feito, a cada desequilíbrio de poder, a cada perturbação da ordem política vigente, a cada novo contexto que prevalecia sobre as velhas práticas. Os diferentes grupos não hesitaram em queimar as memórias que remontavam a lembranças ingratas. O ponto é: ingratas a quem? Invariavelmente, ingratas as narrativas que buscaram emplacar.

As reflexões e questões iniciais desta pesquisa propunham um novo olhar sobre a toponímia. Especificamente no campo do conhecimento denominado geografia, muitas perguntas fomentaram a busca inicial sobre o que os pesquisadores e profissionais do campo produziram sobre esta temática. Também é certo que muitas dessas questões esvaeceram, dando lugar aquelas que poderiam ajudar no entendimento da seguinte ideia: como entender a nomeação do espaço com base em uma perspectiva geográfica?

Definir o que é uma “perspectiva geográfica” consiste, por si só, em um grande problema. As vertentes são muitas e os consensos são poucos. Desnudando a tônica romântica de que os nomes são um mero produto daquilo que se vê e observa na paisagem, a análise da nomeação do espaço precisa compreender seus contextos, as relações estabelecidas com o singular e o universal, tal como compreender que posições importam e, por isso, não podem ser

preteridas na compreensão da composição do espaço. A partir do “espaço”, do “tempo” e das “escalas”, é que se advogou pela chamada “perspectiva geográfica”.

Ficamos com a reflexão de Sousa Neto (2020) sobre o porquê se escreve uma tese de Geografia no Brasil. Uma tese não se escreve sozinho. Se partilha em um processo permanente de diálogo. Remontar aos clássicos e aos pares é um exercício de acesso ao pensamento de diferentes autores em diferentes contextos espaçotemporais. Por tal, buscou-se ao longo do capítulo 2 compreender aquilo que nossos pares têm expressado sobre os nomes e a nomeação dos lugares, produto e ação, nos últimos anos. Salvo alguns exemplos, continuamos a reproduzir métodos e abordagens que nos freiam na possibilidade de imaginar o que se quis dizer com um nome aqui e outro acolá. Os avanços conseguidos no mundo anglófono, por vezes, buscaram diálogo em áreas onde a colonialidade e o imperialismo fincaram bases até os anos mais recentes do século XX. Abundam trabalhos sobre parte dos continentes africano e asiático, mas carecem as reflexões sobre aqueles territórios que primeiro experimentaram a matriz de pensamento eurocentrado, a partir de 1492. Então, o olhar voltou-se aos pares ibero-americanos. Que novas proposições e diálogos estão surgindo? Em uma série de periódicos, alguns autores têm lançado mão de abordagens diferentes daquela que ainda predomina: a linguística e sua classificação dos nomes como meio para se chegar ao entendimento do que foi e/ou é aquele lugar. São estudos que compreendem os nomes como relíquias. Pelo prisma da geografia cultural, poder-se-ia dizer que estão próximos a abordagem inaugurada por Sauer nas primeiras décadas de 1900. Aquela em que as formas são tidas como relíquias para se chegar à cultura.

Esses novos rumos sobre a temática dos nomes dos lugares, contudo, são amadurecidos ao passo que, primeiro, novas ideias e teorias tornam-se acessíveis (no sentido do acesso e disponibilidade aos escritos); e segundo, quando o constante contato com o tema instiga a novos questionamentos. Se o nome é explicado por si mesmo, com base na gramática e na etimologia, pouco há de se avançar sobre suas nuances. Apenas aqueles que detivessem um aprofundamento sobre a área da linguística seriam capazes de destripar novas investigações sobre, por exemplo, as origens e significados de um topônimo. Contudo, se deixam de serem meras palavras, passando a produto da ação humana sobre o espaço, ganham um novo significado na seara de construção de um espaço multifacetado e simbólico.

Recorrendo mais uma vez ao que pontuou Souza Neto (2020), ao escrever uma tese é necessário um repertório no âmbito da leitura de textos e contextos, sem separá-los dos processos sócio-históricos; recorrendo a uma formação ampla e diversificada. Sobre o autor que vos escreve, ainda que as lacunas sejam maiores que as continuidades na formação acadêmica em pouco mais de 10 anos, a busca por diálogo com áreas da história, filosofia e

linguística foi constante. Quando não, a construção enquanto indivíduo e o empírico experimentado ao longo de 30 anos de vida, possibilitaram e complementaram as reflexões aqui descritas. Assim, pensar novos caminhos, quando se fala na dita “perspectiva geográfica”, não é defender um caminho purista – a geografia basta e pronto! É refletir em cima dessas bases as contribuições e afinidades que diversos campos podem trazer ao estudo dos topônimos e da nomeação do espaço.

Assim, pode-se apontar que esta tese trouxe algumas contribuições ao campo de estudo, tanto no que se refere ao eixo temático – a toponímia – quanto ao eixo teórico-metodológico. A primeira contribuição a se destacar diz respeito a abordagem metodológica empregada. A proposição resultante foi denominada de quadros e mapas toponímicos. Sua concepção foi possível com base na discussão que os nomes de um lugar são produto da ação humana e, assim, são formas simbólicas espacializadas e transmissoras de um sentido. A ação humana é datada e posicionada, discorrendo sobre o tempo e o espaço. É a tríade espaço-tempo-ação, cunhada esta última nos termos políticas escalares toponímicas, em que o espaço simbólico, os contextos e essa ação contemplam uma forma de interpretar como as cidades de Petrópolis e Teresópolis tiveram a construção de sua grade toponímica ao longo dos séculos XIX e XX.

A segunda contribuição é de ordem teórico-conceitual. A definição das políticas escalares toponímicas partiu da discussão do conceito de escala na geografia. A escala enquanto construção social é uma perspectiva debatida amplamente na geografia. Deste ponto, mergulhou-se sobre a ideia de escalaridade. A escalaridade, compreendida como a capacidade de mobilizar ações entre partes e o todo, o singular e o universal, foi compreendida também como parte do processo de nomeação do espaço. As memórias e valores mobilizados por cada nome, dialogam com contextos locais e mais amplos, permitindo que se construa uma teia de significados para além do vivido no lugar.

Quando perguntado como os **diferentes contextos locais e globais afetam a nomeação do espaço urbano das cidades de Petrópolis e Teresópolis**, era a mobilizando dessa ideia de parte-todo que estruturava o fio condutor desta resposta. Materializada pelas políticas escalares toponímicas, apontou-se que a articulação entre contextos diferentes, mas também aquelas dentro de um próprio contexto, nunca estão isoladas das ações de épocas pretéritas e do seu entorno. Um grande esforço foi realizado, ora em Petrópolis ora em Teresópolis, em se apagar as memórias que remetiam outrora ao Governo Monárquico e a Família Imperial do Brasil. Esse não foi um esforço empregado, como já visto, apenas nessas duas localidades, mas se consolidou como uma política implementada em muitas partes do território.



Sobre os significados e espacialidades produzidos a partir das políticas escalares toponímicas, implementadas ao longo dos séculos XIX e XX, o arcabouço teórico-metodológico desenvolvido permitiu ao menos dois novos rumos de interpretação. O primeiro diz respeito a chance de compreender a espacialização dos nomes para além da interpretação do significado das palavras. A diminuição do peso da etimologia e da gramática sobre a análise, abriu espaço para que o ato de nomear fosse interpretado de forma relacional. A relação do topônimo com o contexto dos nomes em seu entorno, aliada a compreensão de como esse nome foi atribuído em um determinado logradouro das cidades, faz com que o processo de nomeação do espaço considere os processos conjuntais na interpretação desse quadro toponímico.

Atrelada a esta possibilidade é que a proposição de elaborar quadros e mapas toponímicos tornou-se o cerne da análise da nomeação do espaço, tendo como base as áreas de estudo. Não se tratou em nenhum momento da elaboração de uma lei geral que rege a forma de olhar e interpretar a produção de significados e símbolos no espaço, mas de um caminho flexível para interpretar no passado como este processo ocorreu, lançando luz a uma possível releitura e/ou consolidação dos caminhos da ação de grupos ou indivíduos sobre o espaço.

Isto nos leva ao último questionamento secundário, ou seja, de que forma o contexto, as políticas de nomeação e o lugar atuam para a produção de diferentes significações no espaço. É através da amálgama destes três elementos que a nomeação dos lugares pode ser enriquecida e assumir diferentes significados, incluindo aqueles que se contrapõe a história oficial. O levantamento de fontes e a (re)construção de diferentes cenários pode possibilitar ao pesquisador do tema um novo caminho na história desse espaço pretérito. Quais processos e quais agentes obtiveram mais êxito em impor sobre o espaço a sua narrativa espacial? Ela não é marcada apenas pelas formas simbólicas espaciais mais clássicas, como monumentos, edifícios e outros artifícios característicos das cidades: também está em seu elemento mais volátil e vulnerável, os topônimos que batizam a cidade a luz de uma ideia que se impõe como oficial. E aqui, mais uma vez, a escolha de compor contexto, políticas escalares toponímicas e a especificidades locais em um quadro que se permite cartografar, abriu as portas para se confirmar aquilo que a história em diversos documentos nos levava a suspeitar: em Petrópolis e Teresópolis, as novas narrativas sobre uma dada história no/do lugar, quando não escritas pelas estruturas físicas do lugar (em sua transformação e alteração), deram-se por seus topônimos e as memórias que buscavam cristalizar.

Os questionamentos secundários levantados até aqui, acompanhados de outros perguntas ao longo deste texto, forneceram subsídios importantes para se responder à questão

central desta tese: como se pensar a interpretação do processo de nomeação dos lugares, e seus desdobramentos, como parte da produção do espaço, a partir de uma perspectiva da Geografia?

A palavra “como”, segundo o dicionário MICHAELLIS (2015) apresenta em sua primeira definição um valor circunstancial, nos levando, assim, a condução até o conhecimento da situação de um fato. A suspeita, uma combinação de inquietação e curiosidade, era de que continuar olhando para os topônimos com as mesmas ferramentas dos estudos até o dado momento, não possibilitaria compreender como nomeação e espaço nos contam algo mais sobre o mundo. Mas então, como?

A revisão bibliográfica empregada, abriu olhares sobre aquilo que ainda fora negligenciado, em parte ou em sua totalidade, pelo campo do conhecimento denominado geografia. A perspectiva de que o espaço é simbólico em sua essência e, por isso, o homem articula o seu desenvolvimento a partir das formas simbólicas que impregnam o meio, foi fundamental para o surgimento de um contraponto. Esse espaço símbolo é seu *locus* de reprodução, reprodução da vida multifacetada e que é, por conseguinte, marcada por símbolos e significados. Os nomes são sua expressão mais básica e utilizada desde a escrita e a oralização. Nomear um lugar é atribuir-lhe memórias e significados para um indivíduo e um grupo.

Compreender que essa ação sobre o espaço são políticas escalares toponímicas, confluíram para esta discussão a perspectiva da escala, do espaço e do tempo, enquanto fundamentais para a compreensão de como entender esses processos de nomeação como parte da produção do espaço. Estão associados a contextos, processos e a memórias. São parte das forças que buscam legitimar uma forma de ver, sentir e viver o mundo. São o espelho dos intitulados “hegemônicos” quando se trata da nomeação e produção simbólica oficial, respaldada pelo Estado e seus agentes. Mas isto não quer dizer que outras narrativas e histórias não possam existir. Nos diz que compreender o processo de nomeação é um caminho contínuo, e não se esgotam em um único modelo, nem em uma única visão. Também não se esgotam nesta tese.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

\_\_\_\_\_. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (Orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

AGNEW, John. Representing space: space, scale, and culture in social science. In: DUNCAN, J. e LEY, D. (Eds). *Place/Culture/Representation*. London: Routledge, 1993.

ALDERMAN, Derek H. Street names and the scaling of memory: The politics of commemorating Martin Luther King, Jr within the African American community. *Area*, v. 35, n. 2, p. 163–173, 2003.

ALDERMAN, Derek H.; INWOOD, Joshua. Street naming and the politics of belonging : spatial injustices in the toponymic commemoration of Martin Luther King Jr. v. 14, n. 2, p. 211–233, 2013.

ALBUQUERQUE, E.; RIBEIRO, M. A. **O poder de nomear e o interesse político em renomear: conflitos toponímicos em Nilópolis-RJ**. *Revista de Geografia (Recife)*, v. 35, n. 5, p. 190-208, 2018.

ALVES, J. A.; LIMA, S. P. M.; COSTA JÚNIOR, W. R.; MARINHO, R. R. **Natureza, Sociedade e cultura: a Amazônia (re)inventada a partir de seus topônimos**. *RAEGA*, n. 19, p. 7-17, 2010.

AZARYAHU, Maoz; KOOK, Rebecca. Mapping the nation: street names and Arab-Palestinian identity: three case studies. *Nations and Nationalism*, v. 8, n. 2, p. 195–213, 2002.

BAHIANA, Luiz Cavalcante da Cunha. **Contribuição ao estudo da questão da escala na geografia: escalas em geografia urbana**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

BASTIANI, C.; ANDRADE, K. S.; PEREIRA, C. M. R. B. **Toponímia e Geografia: diálogos possíveis no contexto da teoria da interdisciplinaridade**. *Revista Caminhos de Geografia*, v. 19, n. 65, p. 109-124, 2018.

BERG, L. D.; VUOLTEENAHO, J. **Critical Toponymies: The Contested Politics of Place Naming**. Farnham: Ashgate, 2009.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BRENNER, Neil. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization, and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D: Society and Space*, 16, 1998, 459–81 p.

\_\_\_\_\_. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, 25, 2001, p.459-481.

\_\_\_\_\_. *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

CARDOSO, E. D. **A invenção da Zona Sul: origens e difusão do topônimo Zona Sul na Geografia Carioca**. *GEOgraphia*, v. 11, n. 22, 2009.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. Tradução Dr. Vicente Felix de Queiroz ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977.

CASTRO, Iná Elias De. O problema da escala. *In: CASTRO, INÁ ELIAS DE; GOMES, PAULO CESAR DA COSTA; CORRÊA, Roberto Lobato (Eds.). Geografia: Conceitos e Temas*. 2ª. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução? **Revista Espaço Aberto**, 1. v. 4, n. PPGG-UFRJ, p. 87–100, 2014.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014a.

CLOKE, P. et al. **Practising Human Geography**. London, California, New Delhi: SAGE Publications Ltd, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In: CASTRO, I. E. D.; GOMES, P. C. DA C.; CORRÊA, R. L. Geografia: Conceitos e Temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **A filosofia das formas simbólicas: a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. v. 1

\_\_\_\_\_. O urbano e a Cultura: Alguns estudos. *Em: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Eds.). Cultura, Espaço e o Urbano*. Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. p. 140–165.

\_\_\_\_\_. Formas Simbólicas e Espaço: Algumas considerações. **Revista GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 1–18, 2007.

\_\_\_\_\_. **Caminhos Pela Geografia: O urbano, as redes e as formas simbólicas**. [manuscrito], 2008.

\_\_\_\_\_. A Geografia Cultural e o Urbano. *Em: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Eds.). Introdução à Geografia Cultural*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 167–186.

\_\_\_\_\_. Las formas simbólicas espaciales y la política. *In: ZUSMAN, P. et al. Geografías culturales: aproximaciones, intersecciones y desafíos*. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2011.

\_\_\_\_\_. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

CORRÊA FILHO, Eng<sup>o</sup> Virgílio Corrêa. Cidades Serranas (Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis). **Revista Brasileira de Geografia**, n. 1, p. 3–56, 1947.

COSGROVE, Denis. Mundos de significados: Geografia Cultura e imaginação. *In*: CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural: Um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, v. 2, p. 112.

COX, Kevin. *Political geography: territory, state, and society*. Cambridge MA: Blackwell, 2002.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas faces. **Revista Tempo**, Niterói, v.4, n. 8, p. 1–18, 1999.

\_\_\_\_\_. Puzzling Out Slave Origins in Rio de Janeiro Port Unionism: The 1906 Strike and the Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. **Hispanic American Historical Review**, v. 2, n. 86, p. 205–245, 2006.

DAVIDOVICH, F. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 40, n. 1, p. 51–82, mar. 1978.

DELANEY, David; LEITNER, Helga. The political construction of scale. **Political Geography**, v. 16, n. 2, p. 93–97, 1997.

DICK, M. V. D. P.A. Aspectos históricos de microtoponímia no Brasil. **Revista de História**, v. 0, n. 116, p. 43, 7 jun. 1984.

\_\_\_\_\_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e Antroponímia no Brasil: coletânea de estudos**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1997.

DODGSHON, R. In what way is the world really flat? Debates over geographies of the moment. *Environment and Planning D, Society and Space*, 26, 2008, p.300-314.

DORION, H. Poirier, Jean, *Toponymie. Méthode d'enquête*, Québec, Les Presses de l'Université Laval, 1965, 165 p. Préface de Fernand Grenier. **Cahiers de géographie du Québec**, v. 10, n. 20, p. 343, 1966.

ENTRIKIN, J. N. Geography's spatial perspective and the philosophy of Ernst Cassirer. **Canadian Geographer**, v. 21, n. 3, p. 209–222, 1977.

ESTAVILLE JR., L. E. Organizing time in Historical Geography. Em: **Historical Geography: A methodological portrayal**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 1991.

ERTHAL, Rui. Geografia histórica: Considerações. **GEOgraphia**, n. 9, 2003.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno. Toponímia e Memória: Nomes e lembranças na cidade. **Linha D'Água**, v. 27, n. 2, p. 141–157, 2014.

FRAGUAS, A.B.F. Entre Júpiter e Prometeu, a complexa trajetória de d. Pedro II: um agente no campo científico (1871-1891). Dissertação de mestrado, UERJ, Rio de Janeiro, 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Dalvani; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia em Cassirer: perspectivas para a geografia da religião. *GeoTextos*, vol. 7, n. 2, p. 211-228, dez. 2011

FERREZ, Gilberto. **Colonização de Teresópolis: a à Sombra do Dedo de Deus - 1700-1900**. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico, 1970.

FRIDMAN, Fania. De núcleos coloniais a vilas e cidade: Nova Friburgo e Petrópolis. *In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. [s.l.: s.n.], 2001, v. 2.

FURTADO, C. S. A Gigante Brasil Industrial: herança e modernidade no Vale Paraíba Fluminense; a Fábrica Paracambi na segunda metade do século XIX. **Espaço e Economia**, n. 12, 12 jul. 2018.

FURTADO, S. **A Toponímia e a Cartografia**. Rio de Janeiro, Ministério da Guerra - Diretoria de Serviço Geográfico, 1960.

FURRIER, M.; MEDEIROS, G. Registros Coloniais da morfologia do litoral da Paraíba e suas configurações atuais: Uma proposta interdisciplinar de Pesquisa. *Revista do Departamento de Geografia – USP*, v.22, p. 45-56, 2011.

GARAU, A. O.; SEBASTIÁN, J. B. **La caracterización del paisaje de Menorca a través de la toponímia**. *Investigaciones Geográficas*, n. 60, p. 155-169, 2013.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer. **Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia**, p. 47–66, 2012.

GIL FILHO, Sylvio; SILVA, Marcia Alves Soares de. Espacialidades de conformação simbólica. In: GIL FILHO, S. F.; SILVA, M. A. DA; GARCIA, R. R. **Ernst Cassirer: Geografia e Filosofia**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia UFPR, 2019.

GIRAUT, F.; HOUSSAY-HOLZSCHUCH, M.; GUYOT, S. Au nom des territoires!: Enjeux géographiques de la toponymie. **Espace géographique**, v. 37, n. 2, p. 97, 2008.

GIRAUT, F.; HOUSSAY-HOLZSCHUCH, M. Place Naming as Dispositif: Toward a Theoretical Framework. **Geopolitics**, v. 21, n. 1, p. 1–21, 2 jan. 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro et al. **O Brasil republicano, v. 10: sociedade e política (1930/1964)**. 9ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

GOUVÊA, M. DE F. S. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRANDI, Matheus Da Silveira. As contribuições de Davidovich e Bahiana ao debate das escalas geográficas no Brasil. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 18, n. 2, p. 253–268, 2014.

GRANDI, M. D. S. **Escalaridade: Notas sobre a divisão e a articulação do espaço**. Anais do IV Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico & II Encontro Nacional de Geografia Histórica. Belo Horizonte: AGB, 2016.

GOMES, P. C. C. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOSS, J. The magic of the mall: form and function in the retail built environment. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 1, p. 18–47, 1993.

HAGEN, J. Theorizing Scale in Critical Place-Name Studies. **ACME: an International E-journal for Critical Geographies**, v. 10, n. 1, p. 23–27, 2011.

HALL, S. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: SAGE Publications Ltd, 1997.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. Space as a Keyword. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. **David Harvey: A critical reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

HAVRE, G. V. **Cartografia do interior bahiano. Uma análise de três mapas anônimos do século XVIII**. *Confins*, n. 39, p. 1-20, 2019.

HEROD, Andrew. The production of scale in US labour relations. **Area** 23, 1991, 82-88 p.

\_\_\_\_\_. **Scale**. New York: Routledge, 2011.

HOWITT, Richard. ‘A world in a grain of sand’: towards a reconceptualization of geographical scale. *Australian Geographer*, 24, 1993, p.33-44.

\_\_\_\_\_. Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. *Area*, v. 30, n. 1, p. 49–58, 1998.

\_\_\_\_\_. Scale. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne and TOAL, Gerard. (eds). *A companion to political geography*. Oxford: Blackwell, 2003, 138-157 p.

\_\_\_\_\_. Pro scale: further reflections on the ‘scale debate’ in human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, 31, n. 3, 2006, 399-406 p.

JACKSON, Peter. **Maps of Meaning: An introduction to cultural geography**. London and New York: Routledge, 1989.

JAKLE, J. A. Time, space, and the Geographic Past: a prospectus for Historical Geography. In: **Historical geography: a methodological portrayal**. Maryland: D. Brooks Green, 1991. p. 165–187.

JONAS, A. E. G. The Scale Politics of Spialiality. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 12, p. 257–264, 1994.

JONAS, A. E. G. Pro scale: further reflections on the “scale debate” in human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 31, n. 3, p. 399–406, set. 2006.

JONES, M. Phase space: Geography, relational thinking and beyond. **Progress in Human Geography**, 33, 2009, 487-506 p.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. São Paulo, Papirus Editora, 1988.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1963.

LIMONAD, E. Desafios ao desenvolvimento local e regional. In: BARBOSA, J.L.; LIMONAD, E. **Ordenamento Territorial e Ambiental**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

LOBATO, R.; BRUM, J.L.S.; MENEZES, P.M.L. Mapeando as formas simbólicas espaciais do funk carioca das décadas de 1990 e 2000: simbolismo do lugar e a identidade nas músicas. **Geograficidade**, v.8, número especial, p.175-187, 2018.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, v. 17, p. 63–201, 1998.

\_\_\_\_\_. **The past is a foreign country - revisited**. Revised and updated edition ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MACHADO, Paulo Henrique. **Pão, Terra e Liberdade na Cidade Imperial: a luta antifascista em Petrópolis no ano de 1935**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2015 [2005].

MACKINNON, Danny. Reconstructing scale: Towards a new scalar politics. **Progress in Human Geography**, v. 35, n. 1, p. 21–36, 2010.

MAGALHÃES, Julio Cezer de. A função industrial de Petrópolis. **Revista Brasileira de Geografia**, v. I, n. 16, p. 19–56, 1966.

MANSFIELD, B. Beyond rescaling: reintegrating the “national” as a dimension of scalar relations. **Progress in Human Geography**, v. 29, n. 4, p. 458–473, 2005.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 2, p. 219–242, 2000.

MARSTON, Sallie A; JONES, John Paul; WOODWARD, Keith. Human geography without scale. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 30, n. 4, p. 416–432, 2005.



MASSEY, Doreen. *Space, place, and gender*. Minneapolis MN: University of Minnesota Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Geographies of responsibility *Geografiska Annaler*, 86, 2004, p.5–18.

\_\_\_\_\_. **Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Sociedade: A consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda Leite et al. **História Geral do Brasil**. 10ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2016.

McMASTER, Robert B.; SHEPPARD, Eric. Introduction: Scale and Geographic Inquiry. In: SHEPPARD, Eric; MACMASTER, Robert B. **Scale and Geographic Inquiry Nature, Society, and Method**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

MEMBRADO-TENA, J. C.; IRANZO-GARCÍA, E. **Los nombres de lugar como elementos evocadores del paisaje histórico. Análisis de la toponimia de los núcleos de población de la cuenca del Vinalopó**. *Investigaciones Geográficas*, n. 68, p. 191-207, 2017.

MENEZES, P. M. L. DE; SANTOS, C. J. B. DOS. **Geonímia do Brasil: Pesquisa, reflexões e aspectos relevantes**. *Revista Brasileira de Cartografia*, n. 58, p. 8, ago. 2006.

MESQUITA, P. P. A. **A formação industrial de Petrópolis: trabalho, sociedade e cultura operária (1870-1937)**. Dissertação de Mestrado—Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

MICHAELLIS. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015.

MORAES, C. DE. O Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil. **Confins**, n. 30, 13 fev. 2017.

MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, v. 2, n. 32, p. 203–225, 2008.

MULHERN, Joseph. **After 1833: British Entanglement with Brazilian Slavery**. Durham theses, Durham University, Durham, 2018.

NASH, C. Irish Placenames: Post-Colonial Locations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 24, n. 4, p. 457–480, 1999.

NEIVA, V. F. Apelo ao sr. Prefeito sobre nomes de ruas. *Jornal de Petrópolis*. Petrópolis, 22 de fev. 1942.

OSCAR, João. **História de Teresópolis: Síntese cronológica**. Niterói: Cromos, 1991.

PECK, J. Geographies of Governance: TECs and the neo-liberalisation of local interests. *Space and Polity*, 2, 1998, 5-31 p.

PETRÓPOLIS. Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Petrópolis. Petrópolis, RJ, 1889.

POLLAK, M. Memória e a Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, p. 200–212, 1992.

RAHAL, Antônio Osiris. Ruas de Teresópolis: significado histórico de suas denominações. Teresópolis: Gráfica Vida Doméstica Ltda, 1983.

RABAÇO, H.J. **História de Petrópolis**. Petrópolis. Instituto Histórico de Petrópolis - IHP, 140 p., 1985.

RIBEIRO, João. **A Língua Nacional: Notas Aproveitáveis**. 2ª. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

RIOS FILHO, A. M. DE LOS. **O Rio de Janeiro Imperial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2000.

ROSE-REDWOOD, R.; ALDERMAN, D.; AZARYAHU, M. (EDS.). **The Political Life of Urban Streetscapes: Namings, Politics, and Place**. New York: Routledge, 2018.

ROWNTREE, L. B.; CONKEY, M. W. Symbolism and the Cultural Landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 4, p. 459–474, 1980.

SANTOS, C. J. B. **Geonímia do Brasil: A padronização dos nomes geográficos num estudo de caso dos municípios fluminenses**. Tese—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, L. E. N. dos. **Toponímia, Poder e Identidade: Uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão**. *Geo UERJ*, n. 28, p. 171–195, 2016.

SANTOS, K. DA S. **Toponímia e Cartografia Histórica de Teresópolis: Paisagem, lugar e significados**. Dissertação de Mestrado—[s.l.] Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, K.S.; MIRAGLIA, M.; MENEZES, P.M.L.. **La Cartografía de Las Misiones: Notas de la precisión de representación de los mapas de los siglos XVIII, XIX y XX**. *Anais do XXXVIII Encuentro de Geohistoria Regional*. Resistencia: 2018.

SANTOS, M. M. D.; SEABRA, M. C. T. C. **Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos**. *Revista Brasileira de Cartografia*, v.4, n. 67, p. 787-804, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed., 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 [1978].

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2014a [1996].

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: EdUSP, 2014b [1985].

Simonsen, K. 1991: Towards an understanding of the contextuality of mode of life. *Environment and Planning D: Society and Space* 9: 417–32.

SMITH, Neil. *Uneven development: nature, capital and the production of space* Basil Blackwell, Oxford, 1984.

\_\_\_\_\_. *Geography, Difference, and the Politics of Scale*. In: Doherty J., Graham E., Malek M. (eds). **Postmodernism and the Social Sciences**. Palgrave Macmillan, London, 1992.

\_\_\_\_\_. *Homeless/global: scaling places*. In: BIRD, J. et al. **Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change**. London e New York: Routledge, 1993.

SOUZA, Beatriz Cristina P. **Os nomes geográficos de Petrópolis/RJ e a imigração alemã: Memória e identidade**. PhD Thesis, UFRJ, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SOUZA NETO, M. F. Reflexões sobre escrita, filosofia e literatura: por que escrever uma tese de Geografia no Brasil? In: OLIVEIRA, M.A.; SILVA NERY, M. G.; DUTRA JÚNIOR, W. *Escala Geográfica: tendências e múltiplos olhares*. Curitiba, CRV, 2020.

SWYNGEDOUW, Eric. Neither global nor local: ‘glocalization’ and the politics of scale. In: Cox, Kevin (editor). **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. Guilford, New York, 1997 137–66 p.

\_\_\_\_\_. *Authoritarian governance, power, and the politics of rescaling*. **Environment and Planning D: Society and Space**, 18, 2000, 63–76 p.

\_\_\_\_\_. *Scaled geographies: nature, place, and the politics of scale*. In: SHEPPARD, Eric; MACMASTER, Robert B. **Scale and Geographic Inquiry Nature, Society, and Method**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

TAYLOR, Peter J. A materialista framework of Political Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 7, n.º. 1, 1982, 15-34 p.

\_\_\_\_\_. *Political Geography: World Economy, Nation State and Locality*. 3<sup>rd</sup> edn. Harlow: Longman, 1993.

TEIXEIRA, R. B.; BRITO, J. F. B.; MELO, C. **A cidade por seus nomes: a consolidação da cidade potiguar pela nomenclatura dos espaços públicos**. *Confins*, n. 23, p. 1-18, 2015.

THEREZOPOLIS. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 8 de ago. 1855. Anúncios, p. 3.

VASCONCELOS, P. DE A. *Questões metodológicas na geografia urbana histórica*. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, 2009.

VÉLIZ, C. C. “Qaralamaxat Qarma’ – Nuestros lugares”, *toponimia y oralidad como medio de reivindicación territorial en el Chaco argentino*. *Revista de Geografía Espacios*, v. 8, n. 15 p. 21- 45, 2018.

VIEIRA, Armando. **Therezopolis**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938.

YEOH, B. S. A. Street Names in Colonial Singapore. **Geographical Review**, v. 82, n. 3, p. 313, jul. 1992.

## APÊNDICE A – LISTA DE ARTIGOS SELECIONADOS PARA A LEITURA, SEGUNDO OS PERÍODICOS ELEGÍVEIS

Nº	ISSN	Periódico	Origem	Título	Ano
1	1517-7793	Geographia (UFF)	Brasil	A invenção da Zona Sul: Origens e difusão do topônimo zona sul na geografia carioca	2009
2	1517-7793	Geographia (UFF)	Brasil	A Latinidade do conceito de América Latina	2012
3	1519-1540	Revista Brasileira de Geomorfologia	Brasil	Unidades Geomorfológicas de Portugal Continental	2014
4	1519-1540	Revista Brasileira de Geomorfologia	Brasil	Evidências de determinação morfotectônica e neotectônica no relevo da serra do mar no Estado do Pará	2013
5	0250-7161	Eure	Chile	Planejamento e metropolização do lazer marítimo em Fortaleza-Ceará, Nordeste do Brasil	2017
6	0250-7161	Eure	Chile	La ciudad y sus partes: una historia de la institucionalidad local en la Ciudad de Buenos Aires	2014
7	0250-7161	Eure	Chile	La ciudad herida. Siete ejemplos paradigmáticos de rehabilitación urbana em la segunda mitad del siglo xx	2015
8	0250-7161	Eure	Chile	Los nuevos distritos creativos de la Ciudad de Buenos Aires: la conversión del barrio de La Boca em el "Distrito de las Artes"	2016
9	0250-7161	Eure	Chile	Cova da Moura: identidade caboveriana y conflicto urbano em la periferia de Lisboa	2017
10	0250-7161	Eure	Chile	La producción social del espacio público em manifestaciones conmemorativas, Santiago de Chile, 1990 - 2010	2017
11	0250-7161	Eure	Chile	Los distritos gastronómico-turísticos, conflictos y problemas de gestión pública. Guadalajara, México	2018
12	0250-7161	Eure	Chile	La transformación y gentrificación turística del espacio urbano. El caso de la Barceloneta (Barcelona)	2018
13	0250-7161	Eure	Chile	La transformación de Santiago: um caso frustrado de intervención urbana a gran escala (1872-1929)	2019
14	0250-7161	Eure	Chile	Un urbanismo de la observación. Metodologías prospectivas em torno a la idea de calle ciudad em tres capitales andaluzas (Córdoba, Málaga y Granada)	2015
15	0188-4611	Investigaciones Geográficas	México	Los nombres de lugar como elementos evocadores del paisaje histórico. Análises de la toponimia de los núcleos de población de la cuenca del Vinalopó	2017
16	0188-4611	Investigaciones Geográficas	México	La caracterización del paisaje de menorca a través de la toponimia	2013
17	0188-4611	Investigaciones Geográficas	México	Un Portulano de Joan Martines	1991
18	0188-4611	Investigaciones Geográficas	México	Venida de agua de lluvia em 1571. Endorreísmo y avenamiento precario em el término de Villena (Alicante)	1998
19	1984-8501	Boletim Goiano de Geografia	Brasil	A importância do estudo do meio na prática de ensino em Geografia Física	2009
20	1958-9221	Confins	Brasil / França	Legenda geral do mapa ambiental de Londrina: ensaio metodológico de cartografia	2009
21	1958-9221	Confins	Brasil / França	O diálogo entre o urbanismo português e os rios como identidade territorial brasileira	2015
22	1958-9221	Confins	Brasil / França	O mapa do território nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil	2017
23	1958-9221	Confins	Brasil / França	Paisagem Cultural da Cidade Templária de Tomar. O Rio Nabão como identidade urbana	2017
24	1958-9221	Confins	Brasil / França	Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia	2017

25	1958-9221	Confins	Brasil / França	Les avatars de la toponymie dans les confins géographiques, exemple du canal <<Messier>> em Patagonie chilienne	2018
26	1958-9221	Confins	Brasil / França	Cartografia do interior bahiano. Uma análise de três mapas anônimos do século XVIII	2019
27	1958-9221	Confins	Brasil / França	Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos	2008
28	1958-9221	Confins	Brasil / França	O banco imobiliário, um jogo geográfico	2009
29	1958-9221	Confins	Brasil / França	A "geograficidade" das formas simbólicas: o santuário de Fátima da Serra Grande em análise	2010
30	1958-9221	Confins	Brasil / França	A cidade por seus nomes: a consolidação da cidade potiguar pela nomenclatura dos espaços públicos	2015
31	1958-9221	Confins	Brasil / França	O rio Potengi e a cidade do Natal em cinco tempos históricos. Aproximações e distanciamentos	2015
32	1958-9221	Confins	Brasil / França	Quando as ruas abrigam a arte: a cena hip hop no Recife (1980-2014)	2015
33	1958-9221	Confins	Brasil / França	Representações cognitivas e cartográficas: algumas proposições metodológicas	2016
34	1958-9221	Confins	Brasil / França	En Lixboa sobre lo mar (rio Tejo). A organização e a estruturação do espaço urbano das origens ao século XIV	2017
35	1958-9221	Confins	Brasil / França	O Rio Grande do Norte no Brasil: uma contextualização em onze imagens	2017
36	1958-9221	Confins	Brasil / França	Indicação geográfica e queijos artesanais: marco legal e desafios a uma política para este segmento no Brasil	2018
37	2179-0892	GeoUSP	Brasil	O povoamento e a circulação no Vale do Aricanduva, da colonização ao início da Urbanização: Momentos da fragmentação do espaço numa porção da Zona Leste Paulistana.	2005
38	2179-0892	GeoUSP	Brasil	Reconstrução de paisagem da terra natal: a experiência de Tohoku, Japão, após terremoto e tsunami, em 2011.	2012
46	2177-2738	Raega	Brasil	Natureza, sociedade e cultura: a Amazônia (re)inventada a partir de seus topônimos	2010
47	0102-8030	Terra Livre	Brasil	Os processos de resistência e a emergência etnopolítica dos Borun do Watu	2017
81	1678-6343	Caminhos de Geografia	Brasil	Toponímia e Geografia: Diálogos possíveis no contexto da teoria da interdisciplinaridade	2018
82	1678-6343	Caminhos de Geografia	Brasil	Experiências de convivência no semiárido mineiro: reflexões à luz do "candeiro" e dos conceitos de região e redes socioterritoriais	2018
83	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	El lugar en América: de una anamorfosis ajena a una hiperrealidad propia	2012
84	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Efecto de los fenómenos de El Niño y La Niña en la precipitación y su impacto en la producción agrícola del departamento del Atlántico (Colombia)	2013
85	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Geografía política de las disputas de fronteras: cambios y continuidades en los discursos geopolíticos en América Latina (1990-2013)	2014
86	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Leticia para turistas: imaginarios, narrativas y representaciones de una ciudad amazónica	2017
87	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Georutas o itinerarios geológicos: un modelo de geoturismo en el Complejo Volcánico Glaciar Ruiz-Tolima, Cordillera Central de Colombia	2017
88	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Sobre la evolución de la información geográfica: las bodas de oro de los sig	2018

89	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Marco de referencia y desarrollo de la cartografía en Colombia	1994
90	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	La cuantificación en cartografía temática: diseño de abacos	1995
91	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	La reconstrucción del territorio en la ciudad: un estudio de la música de gaita de la Costa Caribe colombiana en Bogotá	2009
92	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Bogotá: entre la identidad y el marketing urbano	2011
93	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Cartografía social como metodología participativa y colaborativa de investigación en el territorio afrodescendiente de la cuenca alta del río Cauca	2012
94	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Lugares de memoria y marcación territorial: sobre la recuperación de los centros clandestinos de detención en Argentina y los lugares de memoria en España	2013
95	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	La configuración histórica del Gran Buenos Aires: transformaciones y debates en torno al objeto	2015
96	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Aguas turbias: los nuevos cuerpos de agua de las urbanizaciones cerradas de Buenos Aires (Argentina)	2017
97	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Defender la capital: el aseguramiento de espacio de dependencia de Bogotá durante el gobierno de Uribe Vélez	2016
98	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Las centralidades urbanas como espacios concebidos: referentes técnicos e ideológicos de los modelos territoriales del Plan de Ordenamiento Territorial (pot) de Bogotá (Colombia)	2016
99	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	El espacio turístico, entre el enclave y el derrame: estudio en dos barrios de Buenos Aires	2017
100	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	San Andrés: cambios en la tierra y transformación en el paisaje	2018
101	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Espacios de vida y movilidad territorial habitual en Chapadmalal, Buenos Aires, Argentina	2010
102	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Leyendo el paisaje. Lecturas del ordenamiento del espacio en el centro comercial Gran Estación, Bogotá, Colombia	2010
103	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Análisis desde la base del conocimiento local de las percepciones y respuestas locales frente al proceso de rurbanización en la vereda de Chuntame, municipio de Cajicá, Cundinamarca	2015
104	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Valoración del paisaje en una propuesta de turismo sostenible: la "Ruta del Oro", Nariño (Colombia)	2016
105	0121-215X	Cuadernos de Geografía	Colômbia	Turismo urbano en contexto metropolitano: Tigre como destino turístico en el Área Metropolitana de Buenos Aires (Argentina)	2016
108	1809-189X / 1984-5537	GeoTextos	Brasil	Estrutura urbana e representações: a invenção da Zona Sul e a construção de um novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX	2010
109	1809-189X / 1984-5537	GeoTextos	Brasil	Os agentes modeladores da cidade de Aracati-CE no período colonial	2011
110	1518-9554	Revista do PPAU-FAUUSP	Brasil	As obras de saneamento e o traçado das primeiras avenidas em Lourenço Marques. Moçambique	2018
111	1518-9554	Revista do PPAU-FAUUSP	Brasil	São Vicente, a primeira vila do Brasil	2005
112	1518-9554	Revista do PPAU-FAUUSP	Brasil	Entre reses e almas: questões sobre urbanização, arquitetura e arte das missões jesuíticas dos sertões das capitanias do norte	2014
113	1518-9554	Revista do PPAU-FAUUSP	Brasil	A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de apipucos e poço da panela no Recife	2004

114	1518-9554	Revista do PPAU-FAUUSP	Brasil	A paisagem urbana como sistema de comunicação: um olhar para a cidade de São Paulo	2008
115	1012-1617	Revista Geográfica Venezolana	Venezuela	Evidencias de la formación y ruptura de una presa natural en la cuenca media del río Chama (Andes centrales venezolanos): limitaciones de los catálogos históricos	2005
116	1012-1617	Revista Geográfica Venezolana	Venezuela	Aportes de Marco-Aurelio Vila a los estudios urbanos en la geografía venezolana	2006
117	1012-1617	Revista Geográfica Venezolana	Venezuela	Cincuenta y años de cambios político-territoriales en la Zona Sur del Lago de Maracaibo (Venezuela)	2009
118	1808-0936	Revista Brasileira de Cartografia (Online)	Brasil	Escalas dos mapas de sistemas de guia de rota comercial	2014
119	1808-0936	Revista Brasileira de Cartografia (Online)	Brasil	Uma proposição para detecção das condições geométricas em cartas topográficas de regiões urbanas na escala 1:10.000 derivadas de 1:2.000	2015
120	1808-0936	Revista Brasileira de Cartografia (Online)	Brasil	Proposição de Simbologia para Cartas Derivadas para o Mapeamento Topográfico do Município de Campo Largo - PR	2017
121	1808-0936	Revista Brasileira de Cartografia (Online)	Brasil	Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos	2015
122	1808-0936	Revista Brasileira de Cartografia (Online)	Brasil	Dinâmica Cartográfica e Toponímica no Estado do Rio de Janeiro (Século XVI-XX): Resultados preliminares e perspectivas futuras	2015
123	1808-0936	Revista Brasileira de Cartografia (Online)	Brasil	Geonímia do Brasil: Pesquisa, reflexões e aspectos relevantes	2006
124	1808-0936	Revista Brasileira de Cartografia (Online)	Brasil	A padronização dos nomes geográficos das indicações geográficas brasileiras: uma breve discussão	2018
125	0034-8309	Revista de História da USP	Brasil	Aspectos históricos de microtoponímia no Brasil	1984
126	2236-2878	Revista do Departamento de Geografia USP	Brasil	Registros coloniais da morfologia do litoral da Paraíba e suas configurações atuais: uma proposta interdisciplinar de pesquisa	2011
127	2236-2878	Revista do Departamento de Geografia USP	Brasil	O papel da Cartografia Temática nas pesquisas ambientais	2005
128	2236-2878	Revista do Departamento de Geografia USP	Brasil	Objetos, Ações e Processos Naturais: de Marcadores Espaço-Temporais à Memórias Socioambientais	2011
129	2236-2878	Revista do Departamento de Geografia USP	Brasil	A Geografia e sua pertinência para o estudo da diversidade cultural - um território cigano	2006
130	2236-2878	Revista do Departamento de Geografia USP	Brasil	Significados semânticos da paisagem: paisagínario, paisageria paisagelogia	2017
131	2236-2878	Revista do Departamento de Geografia USP	Brasil	Espaço-tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do "bairro" da Água Branca	2002
132	2236-2878	Revista do Departamento de Geografia USP	Brasil	Cartografia Histórica e Geoprocessamento: o exemplo dos mapas dos padres matemáticos, de 1734, e do cálculo de rendimentos gerais do bispado de Mariana, de 1752	2014
136	2318-2962	Caderno de Geografia PUC-Minas	Brasil	Estratégias do capital na produção do espaço urbano: o processo de verticalização e as desigualdades socioespaciais em São Luís, Maranhão	2015
137	2318-2962	Caderno de Geografia PUC-Minas	Brasil	Toponímia das cidades pertencentes ao Caminho dos Diamantes: dois séculos de viagens motivadas pela geodiversidade	2017
138	1981-9021	Geo UERJ	Brasil	Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão	2016
139	1981-089X	Revista Geografar	Brasil	Invernada como paisagem-tipo vernacular	2018
140	2177-2886	Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero	Brasil	Representações sociais no território de Elísio Medrado marcada pelas práticas de prostituição das mulheres "rapa-bolso"	2012
200	2313-903X	Boletín geográfico (Neuquén. En línea)	Argentina	La ruta del cacique llampilanguen (1804): la reconstrucción geográfica de un camino histórico	2016

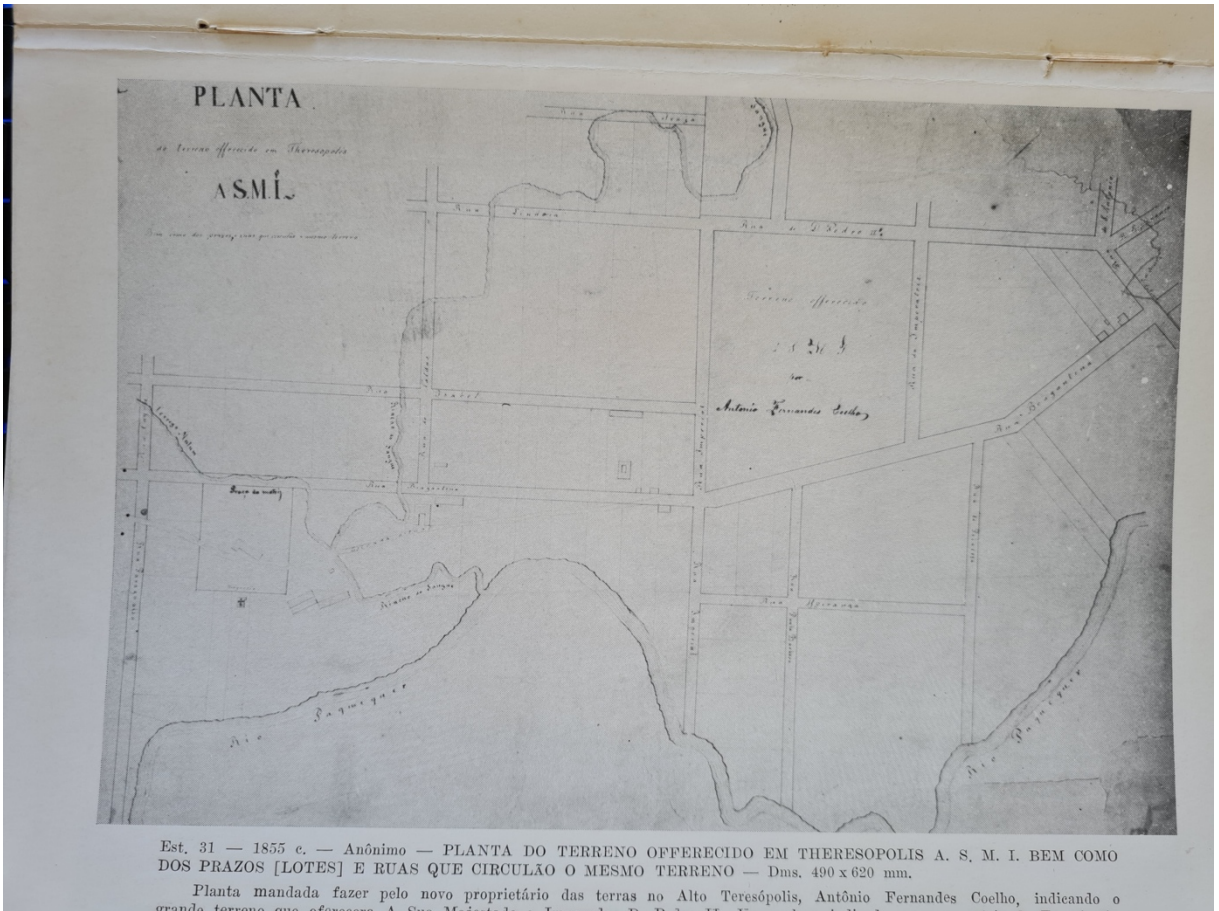


201	2313-903X	Boletín geográfico (Neuquén. En línea)	Argentina	Toponimia y percepción geográfica en las sociedades indígenas de la Patagonia y las Pampas: análisis de las categorías lingüísticas (siglo XVIII)	
202	1853-4392	Estudios socioterritoriales (En línea)	Argentina	La migración en la construcción de territorios y lugares. El caso de Pedro Luro, Argentina	2020
203	2525-1627	Folia histórica del Nordeste (En línea)	Argentina	Circuitos em um espaço nombrado: toponimia y conocimientos etnoecológicos QOM	
204	2525-1627	Folia histórica del Nordeste (En línea)	Argentina	Debates em torno a la reforma del régimen municipal.	2020
205	2525-1627	Folia histórica del Nordeste (En línea)	Argentina	De la ESMA a FRANCIA: Hacia una reconstrucción histórica del centro piloto de París	2020
206	1668-5180	Geográfica digital	Argentina	Las calles y los mapas históricos: La dinámica de los nombres geográficos, sus memorias y significados	2018
207	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	Mapa educativo nacional. Una experiencia em la república argentina	2006
208	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	El mapa, los mapas. Propuestas metodológicas para abordar la pluralidad y la inestabilidad de la imagen cartográfica	2015
209	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	La enseñanza de las ciencias sociales en los profesorado de educación primaria de la provincia de Buenos Aires: La Geografía, gran ausente. Análisis de situación y aporte superado	2014
210	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	La lectura de la ciudad a través de la literatura	2014
211	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	APORTES PARA UNA NUEVA VISIÓN EN LOS ESTUDIOS GEOGRÁFICOS DEL CONCEPTO DE NACIÓN DESDE LAS PERSPECTIVAS CULTURAL Y POLÍTIC	2005
212	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	Leer y comprender en las clases de Geografía	2013
213	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	Esperando a los bárbaros? la invención del (nos) otro (s) en la literatura de J. M. Coetzee	2016
214	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	“Estudiando cerca de casa”. Un acercamiento desde la perspectiva espacial a la experiencia del Plan FinEs2 en la ciudad de La Plata	2016
215	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	Reflexionar sobre los lugares de memoria. Los emplazamientos de memoria como marcas Territoriales	2010
216	2346-898X	Geograficando (En línea)	Argentina	Movimientos sociales, territorio E identidad: EL movimiento DE madres y abuelas DE plaza DE mayo	
217	1809-6298	Arquitextos (São Paulo. Online)	Brasil	A Modernist Experiment. Traces of Poetry, Art, and Architecture within the Travesías and the Open City	2011
218	1809-6298	Arquitextos (São Paulo. Online)	Brasil	Ambiguity in literature and architecture. A reading of Shakespeare’s wordplays against Palladio’s and Michelangelo’s architecture	2011
219	1809-6298	Arquitextos (São Paulo. Online)	Brasil	Cultural identity and tourism in Salvador: building the city image	2011
220	1809-6298	Arquitextos (São Paulo. Online)	Brasil	The Malagueira Quarter in Évora, Portugal	2001
220	2357-9447	Boletim Gaúcho de Geografia (Online)	Brasil	Toponímia como instrumento de análise da organização do espaço sul riograndense	1995
221	2357-9447	Boletim Gaúcho de Geografia (Online)	Brasil	Lógicas históricas e geográficas nos nomes de ruas na França: a hodonímia e o exemplo de Colmar	2016
222	2446-7251	Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul (Online)	Brasil	Topônimos sul riograndenses - Jeruá	1955

223	2446-7251	Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul (Online)	Brasil	Denominação dos acidentes geográficos do Parque Estadual do Jacuí	1980
224	2446-7251	Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul (Online)	Brasil	A designação do Guaíba – conceituação em Geografia Física	1976
225	2446-7251	Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul (Online)	Brasil	O Guaíba, a Lagoa dos Patos e a Barra do Rio Grande	1961
226	2446-7251	Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul (Online)	Brasil	Emprêgo dos vocábulos "limite", "divisa" e "fronteira"	1959
227	2446-7251	Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul (Online)	Brasil	A grafia do topônimos	1958
228	2447-0945	Boletim Paulista de Geografia	Brasil	Uma “ilha” borôro na toponímia brasileira	1954
229	1678-698X	Estudos Geográficos	Brasil	Política de patrimônio e usos estabelecidos: o caso de Tiradentes – uma cidade setecentista mineira	2007
230	1983-8700	Geografia (Rio Claro. Online)	Brasil	Toponímia de montanhas: uma guerra de culturas	2005
231	1983-8700	Geografia (Rio Claro. Online)	Brasil	AREIAS EM MOVIMENTO - UM ESTUDO SOBRE AMORFODINÂMICA DA ILHA COMPRIDA - SP	1999
232	1983-8700	Geografia (Rio Claro. Online)	Brasil	MAPEAMENTO DE ÁREAS SUSCETÍVEIS À PRÁTICA AGROECOLÓGICA NO NÚCLEO PICINGUABA, PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR, UBATUBA-SP	2005
233	1983-8700	Geografia (Rio Claro. Online)	Brasil	Geografia, Água e MPB	2007
234	1983-8700	Geografia (Rio Claro. Online)	Brasil	Evolução da divisão territorial de Minas Gerais: os limites municipais desde 1711	2007
235	1983-8700	Geografia (Rio Claro. Online)	Brasil	O desenvolvimento dos estudos geomorfológicos no distrito federal	2007
236	1983-8700	Geografia (Rio Claro. Online)	Brasil	Imaginando a paisagem urbana de Oeiras do Piauí (1697-1762	2016
237	1983-8700	Geografia (Rio Claro. Online)	Brasil	Métodos e Técnicas de Geoprocessamento Aplicados à Obtenção de Parâmetros Geomorfológicos Fluviais	2003
238	1983-8700	Geografia (Rio Claro. Online)	Brasil	Estudo de indicadores de riscos ambientais da sub-bacia hidrográfica do ribeirão do carmo - Porto Nacional (TO)	
239	2236-4994	Geografia Ensino & Pesquisa	Brasil	Cartografia de paisagens para o ensino de geografia: prática de campo no sertão de Pernambuco	2019
240	2236-4994	Geografia Ensino & Pesquisa	Brasil	Desordem e regresso: a “nova” reforma do ensino médio e a deficiência cívica sem o saber pensar o espaço e sem o saber nele agir	2019
241	2236-4994	Geografia Ensino & Pesquisa	Brasil	Turismo, gentrificação urbana e (des) alojamento local na cidade de Lisboa – Portugal	2019
242	2238-0205	Geograficidade	Brasil	Mapeando as formas simbólicas espaciais do funk carioca das décadas de 1990 e 2000: simbolismo do lugar e a identidade nas músicas	2018
243	2318-2695	GeoNordeste	Brasil	FESTA DE SÃO BENEDITO: TERRITORIALIDADES E A MANIFESTAÇÃO DO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA EM MACHADO-MG	2020
244	2318-2695	GeoNordeste	Brasil	Interpretações toponímicas da paisagem do povoado de Fazenda Velha, Sete Lagoas, MG	2020
245	2318-2695	GeoNordeste	Brasil	O lugar da cultura: a coroação da rainha das taieiras em laranjeiras - se - brasil	2020
246	2318-2695	GeoNordeste	Brasil	Conflitos socioambientais na APA do córrego do lajeado em Campo Grande - MS - Brasil	2020
247	2318-2695	Novos Cadernos NAEA	Brasil	Ocorrência de Cuairaneiras em Salinópolis, no Pará, Brasil	2016
248	1679-768X	Revista da ANPEGE (Online)	Brasil	UM ESTUDO DA HISTÓRIA TERRITORIAL DE CAMPINAS (SP): A URBANIZAÇÃO, A FOME E A FORMAÇÃO DE UM MERCADO DE ALIMENTAÇÃO NA CIDADE (1850-1908)	2019

249	2594-9616	Revista de Ensino de Geografia (Online)	Brasil	POR UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA TRANSFORMADORA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES A PARTIR DOS CONCEITOS DE MEMÓRIA, LUGAR E CIDADE	2019
250	2238-6211	Revista de Geografia (Recife. Online)	Brasil	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO DO URBANO COM A CULTURA	2020
251	2238-6211	Revista de Geografia (Recife. Online)	Brasil	O poder de nomear e o interesse político em nomear: confluos toponímicos em Nilópolis-RJ	2018
252	2359-0831	Revista Geoaraguaia	Brasil	Cartografia e Legislação Urbana: delimitação cartográfica dos bairros da cidade de Vitória da Conquista	2018
253	2317-0360	Revista Territorial	Brasil	Parque Natural Municipal da Estada Imperial: Potencialidades para o ecoturismo	2019
254	2316-7793	Terra Brasilis	Brasil	Toponímias da rede de drenagem: Forma indireta de resgate histórico	2015
255	0716-7209	Revista de geografia espacios (Impresa)	Chile	“Qaralamaxat Qarma’ – Nuestros lugares”, toponimia y oralidad como medio de reivindicación territorial en el Chaco argentino	2018
256	0123-3769	Perspectiva geográfica (en línea)	Colômbia	Conflictos territoriales y gestión pública territorial en Colombia	2011
257	0123-3769	Perspectiva geográfica (en línea)	Colômbia	Una propuesta metodológica para el análisis del paisaje cultural urbano en Zacatecas	2014
258	0123-3769	Perspectiva geográfica (en línea)	Colômbia	Los nombres geográficos como ráficos como elementos de identidad territorial	2011
259	2448-6183	Economía sociedad y territorio (En línea)	México	Valorización inmobiliaria reciente en la Quebrada de Humahuaca. El caso de la localidad de Tilcara, Provincia de Jujuy, Argentina	2018
260	2448-6183	Economía sociedad y territorio (En línea)	México	Modelo sistémico para la conformación de un cluster turístico regional de naturaleza sustentable	2012
261	1818-4758	Investigaciones sociales (Lima)	Peru	Recuperación de material toponímico del Perú, legado del Dr. Javier Pulgar Vidal	2014

**ANEXO 1 - PLANTA DO TERRENO OFFERECIDO EM THERESOPOLIS A. S. M. I.  
[...], 1855**



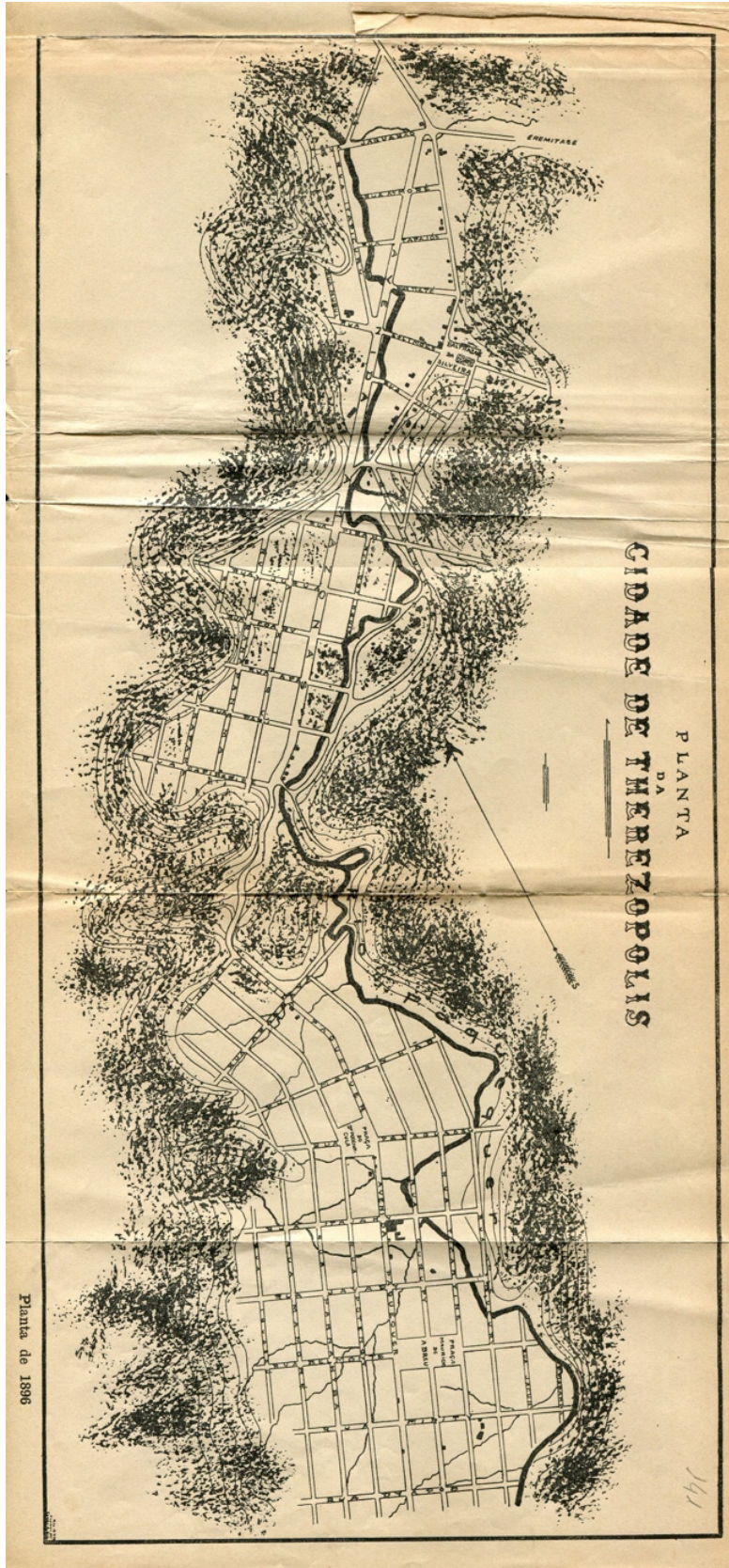
Est. 31 — 1855 c. — Anônimo — PLANTA DO TERRENO OFFERECIDO EM THERESOPOLIS A. S. M. I. BEM COMO DOS PRAZOS [LOTES] E RUAS QUE CIRCULÃO O MESMO TERRENO — Dms. 490 x 620 mm.

Planta mandada fazer pelo novo proprietário das terras no Alto Teresópolis, Antônio Fernandes Coelho, indicando o grande terreno que ofereceu A. S. M. I. em Teresópolis, Rio de Janeiro, em 1855.

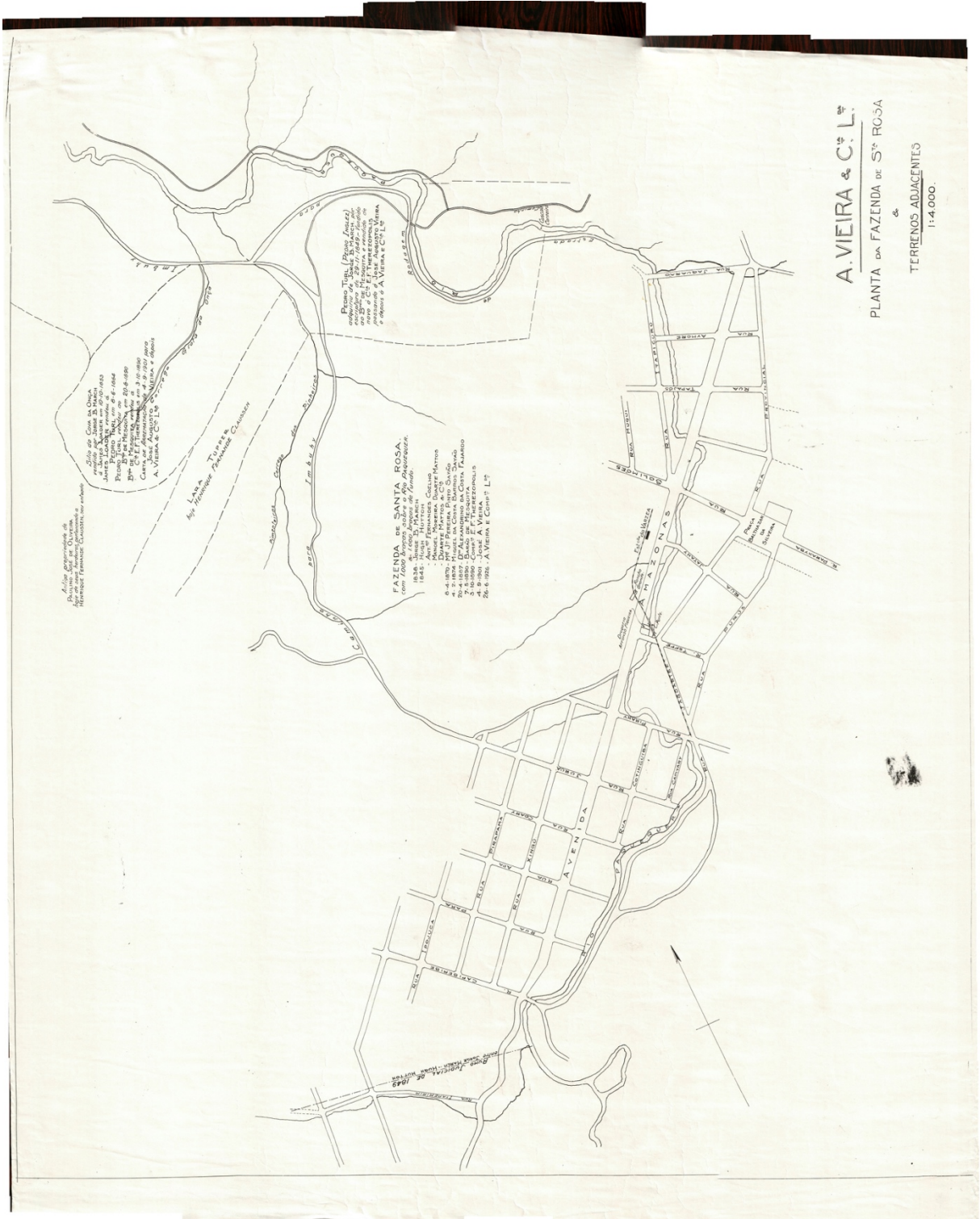
**ANEXO 2 – Planta Therezopolis 1855 - Terrenos dados para aforamento perpétuo por Polycarpio Magalhães Alvares d’Azevedo**



ANEXO 3 - PLANTA DA CIDADE DE THEREZOPOLIS, 1896



# ANEXO 4 - PLANTA DA FAZENDA DE ST<sup>a</sup> ROSA & TERRENOS ADJACENTES, 1926



**A. VIEIRA & C.ª L.ª**  
PLANTA DA FAZENDA de S<sup>ta</sup> ROSA  
&  
TERRENOS ADJACENTES  
1:4.000.



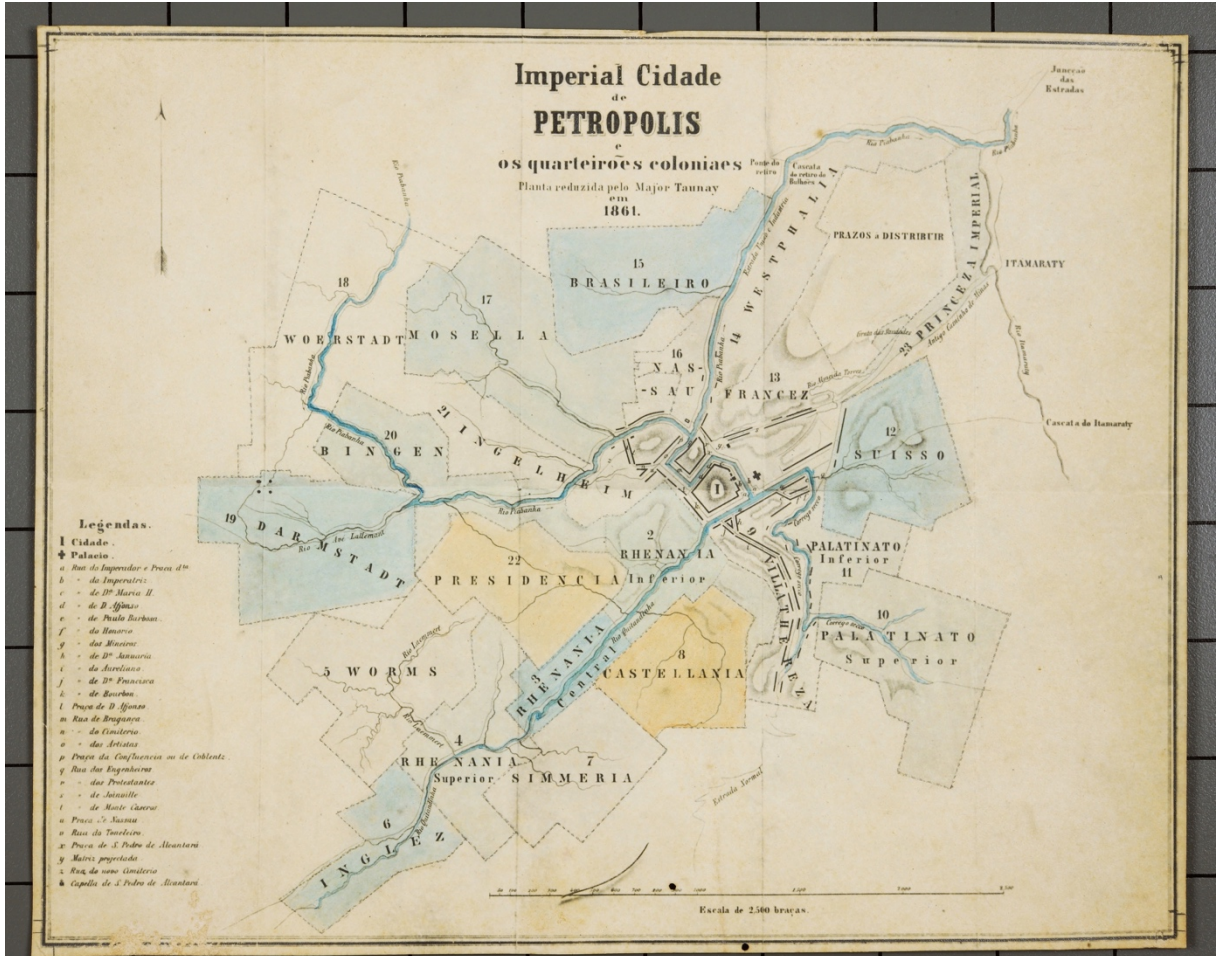


**ANEXO 6 - PLANTA DA CIDADE DE TERESÓPOLIS, 1951**



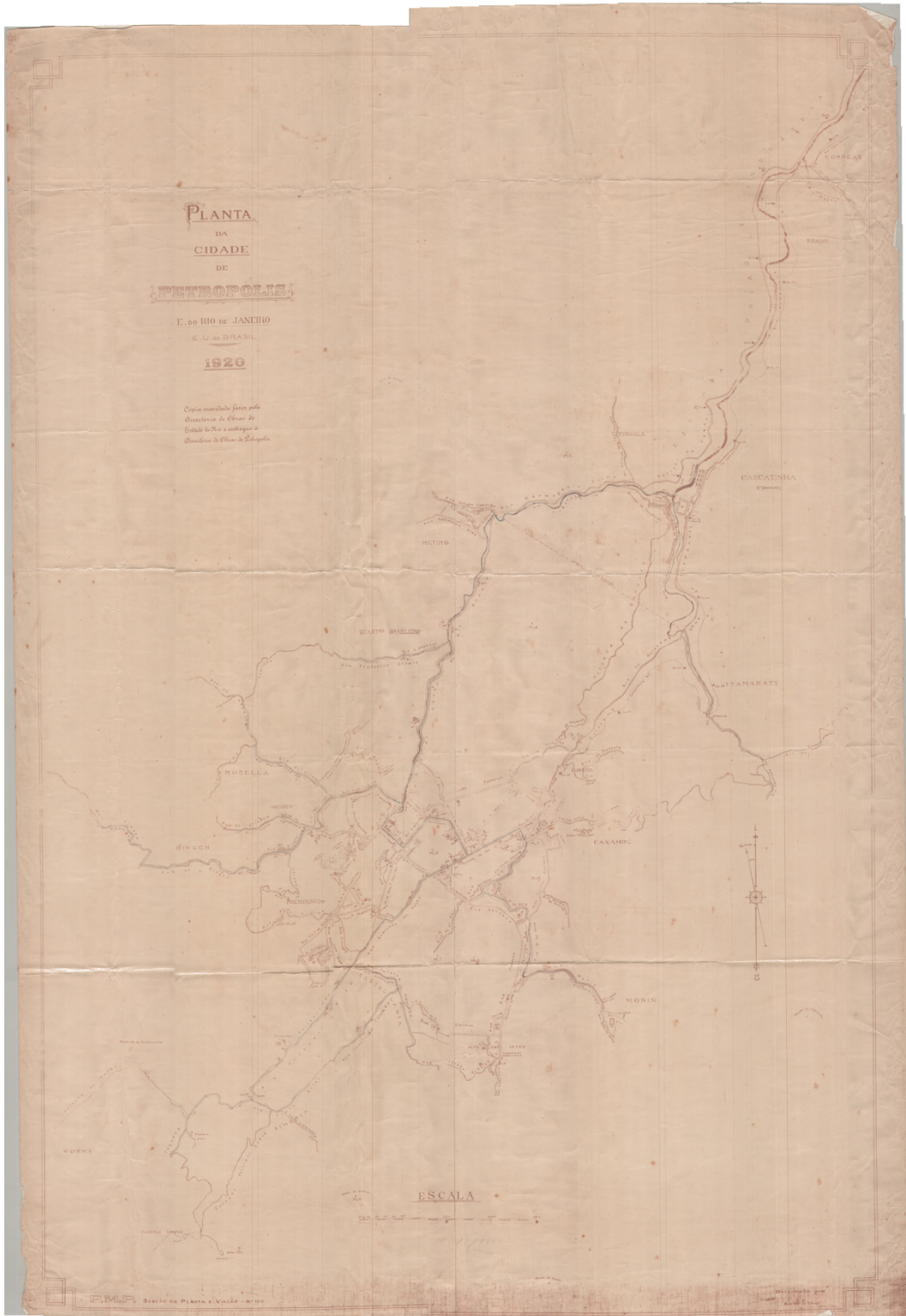


ANEXO 8 - IMPERIAL CIDADE DE PETRÓPOLIS, 1861



PT-1861



**ANEXO 10 - PLANTA DA CIDADE DE PETRÓPOLIS, 1920**

ANEXO 11 - PLANTA DA CIDADE DE PETRÓPOLIS, 1940/1945



# ANEXO 12 - PLANTA PETRÓPOLIS, 1949/1950

